



PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA

Cogovernança municipal para
a construção das políticas públicas
de proteção social, segurança
pública e prevenção à violência



PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA

Cogovernança municipal para a construção das políticas públicas de proteção social, segurança pública e prevenção à violência

VOLUME I

1ª Edição

2023

REALIZAÇÃO



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

450
Anos



1

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...”

Paulo Freire



6



7



8



9



10



2



3



4



5

- 1- Caminhada Luminosa Pela Paz, promovida pela Sociedade Civil.
- 2- Reunião entre gestores para definição orçamentária para implementação dos projetos PNCV (2019).
- 3- Roda de Capoeira no Espaço Nova Geração (ENG) em atividade de integração comunitária e prevenção a violência.
- 4- Guarda Civil Municipal atua em campanha pelo fim da violência contra as mulheres e prevenção à violência doméstica.
- 5- Vista da comunidade Viradoiro refletida na janela da Plataforma Urbana Digital.
- 6- Apuração da consulta pública sobre o armamento da Guarda Civil Municipal.
- 7- Lideranças Comunitárias realizam a apresentação da importância da Paz como pauta para o desenvolvimento da cidade, realizado no MAC após a Caminhada pela Paz.
- 8- Reunião entre pesquisadores e gestores da Prefeitura de Niterói para realização da Pesquisa de Vitimização.
- 9- Jovens do programa EcoSocial realizam plantio de mudas.
- 10- Agentes de segurança pública e ordenamento urbano realizam o monitoramento através das câmeras do CISP.
- 11- Jovens fazem apresentação de dança no lançamento do projeto Poupança Escola.
- 12- Agentes do Niterói Presente realizam atividade de policiamento no Centro da cidade.
- 13- Encontro com lideranças pela erradicação da violência e da intolerância religiosa.
- 14- Guarda Civil Municipal recebe bicicletas para desenvolver atividades de prevenção à violência.
- 15- Crianças da Rede Municipal de Educação participam do projeto Rotas Caminháveis da Urban95.

11



12



13



14



15



PREFEITO

Axel Schmidt Grael

VICE-PREFEITO

Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rodrigo Neves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DAS CULTURAS

Julia Corrêa Pacheco Gitsin

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI

Fernando Brandão

**SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO
DA FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI**

Ivan Macedo

DIRETORA DA NITERÓI LIVROS

Chris Fuscaldo

COORDENADOR DA NITERÓI LIVROS

Jordão Pablo de Pão

COORDENAÇÃO GERAL DO PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA

Axel Schmidt Graef

COMITÊ GESTOR (2018-2023)

Rodrigo Neves

Maria das Graças Silva Raphael

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Nadine Monteiro Borges

Vicente Augusto Temperini Marins

Anderson Rodrigues Pipico

Bira Marques

José Antonio Fortuna Nogueira Barroco

Rúbia Cristina Costa Bomfim Secundino

COORDENAÇÃO GERAL EXECUTIVA

Maria das Graças Silva Raphael

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Assessoria Executiva

Hernande Flores

José Leandro Rangel de Carvalho

José Henrique Antunes

COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Karina de Paula

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Patrícia Assed Pereira

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Alessandro de Oliveira Lemos

Marcela de Souza Cabral da Silva

GERENTE DE PROJETOS E PROGRAMAS

Ana Carolina Vitória de Medeiros Silva

Banco de Oportunidades

Luísa Vianna Assumpção

Rede Acolher - Escritório Social

Carlos Mário da Silva Neto

Escola da Família

Maria José Soares Pereira

Escola da Paz

Ronald dos Santos Quintanilha

Espaço Nova Geração

Bárbara da Silva Siqueira

Poupança Escola

Ana Maria Machado Vieira

Território da Juventude

Danielle Murtha

Rede Mais Proteção

Miriam Ribeiro

Premiação por apreensão de arma de fogo

Ezequiel Oliveira de Mendonça

Cercamento Eletrônico

Nilson Luiz Cardoso Cunha

Observatório de Segurança Pública

Luciano dos Santos Avelar

Entrega Voluntária de armas

Ezequiel Oliveira de Mendonça

Reforço no Policiamento

Maurício Santos de Moraes

Disque Denúncia

Francisco Lima Torres

Niterói Jovem EcoSocial

Octávio Ribeiro Santos

Ação Territorial Integrada

Guilherme Pessanha Ribeiro

Intervenções Urbanísticas

Vicente Augusto Temperini Marins

Rede Mediar

Joana Tânia Pereira Dos Anjos Raphael

Fortalecimento da Guarda Municipal

Paulo Roberto Britto Júnior

ComVivências para a Cultura da Paz

Marcela de Souza Cabral da Silva

Equipe Pacto Niterói Contra a Violência

Adriana de Oliveira

Eliane Rodrigues da Costa

Flávia Chagas Marques

Gustavo dos Santos Vieira

Renata Lúcia Ribeiro

Victor Pacheco da Silva

Thiago Almeida Santos de Sena

FICHA TÉCNICA DO LIVRO

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Maria Machado Vieira
Karina de Paula
Maria das Graças Silva Raphael
Paulo Henrique Azevedo de Moraes

COMISSÃO CIENTÍFICA

André Luis Azevedo Guedes - Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM
Elizabete Ribeiro Albernaz - Witwatersrand University (WITS), em Joanesburgo / África do Sul
Flávia Monteiro de Barros Araújo - Faculdade de Educação - UFF
Lenin ados Santos Pires - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos - UFF
Luciane Patrício Barbosa Martins - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos - UFF
Márcia Maria de Jesus Pessanha - Faculdade de Educação - UFF
Mônica de Castro Maia Senna - Escola de Serviço Social - UFF
Paula Land Curi - Instituto de Psicologia - UFF
Paulo de Martino Jannuzzi - Escola Nacional de Ciências Estatísticas - IBGE

Coordenação editorial

Karina de Paula

Assessoria editorial

Amanda Jevaux da Silva
Juliana Pereira de Aguiar
José Henrique Antunes

Apoio

Niterói Livros

Fotografia

Acervo PNCV; Acervo dos projetos e programas; Acervo CGCOM/PMN:
Berg Silva, Bruno Eduardo Alves, David Andrade, Douglas Macedo, Letícia Pitta, Luciana Carneiro, Leo Zulluh, Páprica Fotografia, Rodrigo Smiderli, Thainá Nunes.

As opiniões e análises que integram a presente obra são de responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, as opiniões da Prefeitura de Niterói ou das organizações parceiras.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Niterói (RJ). Prefeitura

Pacto Niterói contra a violência : cogovernança municipal para a construção das políticas públicas de proteção social, segurança pública e prevenção à violência : volume I / Prefeitura do município de Niterói ; organização Karina de Paula...

[et al.]. -- Niterói, RJ : Fundação de Arte de Niterói | Niterói Livros, 2022.

Outros organizadores: Ana Maria Machado Vieira, Maria das Graças Silva Raphael, Paulo Henrique Azevedo de Moraes.

Bibliografia.

ISBN 978-65-992086-7-6

1. Administração municipal - Niterói (RJ)
2. Ciências políticas 3. Políticas públicas - Niterói (RJ) 4. Proteção social 5. Segurança pública 6. Violência 7. Violência urbana - Niterói (RJ) I. Paula, Karina de. II. Título.

22-134800

CDD-320.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas : Ciência política 320.6

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Sumário

Prefácio	11
Apresentação	15
Introdução	17
Os Eixos Estruturantes do Pacto Niterói Contra a Violência	21
Capítulo 1 - A construção Coletiva do Pacto Niterói Contra a Violência	25
Capítulo 2 - As ações locais para o desenvolvimento de políticas públicas de segurança: a experiência de Niterói-RJ	41
Capítulo 3 - A contribuição do Observatório de Segurança Pública de Niterói no processo de implementação dos programas e projetos do Pacto Niterói Contra a Violência	57
Capítulo 4 - O Centro Integrado de Segurança Pública e o desenvolvimento de tecnologias de segurança	75
Capítulo 5 - Para além das políticas de confronto: O papel do Eixo Prevenção na estrutura do Pacto Niterói Contra a Violência	87
Capítulo 6 - Eixo Ação Territorial Integrada	111
Capítulo 7 - Convivência e Engajamento dos Cidadãos: um eixo estruturante do Pacto Niterói Contra a Violência na promoção da paz	121
Capítulo 8 - Comunicação Social – Transparência e informação de qualidade	133
Capítulo 9 - A participação da sociedade na construção do Pacto Niterói Contra a Violência — Entrevistas	145
Sobre os Autores	181
Agradecimentos	185
Apêndice	186

Prefácio

A cultura da paz, a valorização da vida, a redução das desigualdades e a participação conjunta do poder público e da sociedade civil são premissas em Niterói. Nesta publicação, temos o prazer de apresentar todo o processo de construção e implementação do Pacto Niterói Contra a Violência, uma política pública de segurança e de prevenção à criminalidade e à violência que vai muito além do trabalho policial e do enfrentamento. Os investimentos em ações reativas no estado do Rio de Janeiro, nos últimos anos, não se mostraram suficientes para reduzir o nível da criminalidade. Era preciso pensar na Segurança Pública além das forças policiais agindo de forma isolada.

O Pacto nasceu como uma resposta concreta de políticas públicas, elaborado de forma democrática e participativa, abrindo um canal direto de escuta com a sociedade. É uma iniciativa que enxerga a violência como um fenômeno complexo e multifatorial, com dimensões históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais, institucionais, identitárias e subjetivas.

À medida que as cidades crescem, é um desafio cada vez maior superar as desigualdades, sobretudo após uma pandemia que aprofundou ainda mais o fosso social.

Para além da segurança, o Pacto Niterói Contra a Violência trabalha pela inclusão, com uma abordagem abrangente e um olhar bem amplo para a raiz do problema. Aqui em Niterói, o enfrentamento à criminalidade ganhou dimensões sociais, englobando um modelo integrativo de gestão que aproxima o poder público dos territórios, principalmente das comunidades e áreas conflagradas, através da melhoria de serviços como segurança, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, cultura, infraestrutura e desenvolvimento

O Pacto nasceu como uma resposta concreta de políticas públicas, elaborado de forma democrática e participativa, abrindo um canal direto de escuta com a sociedade

econômico. Partimos do princípio que, para além de todos os programas implementados na área da segurança, era necessário estimular o protagonismo das pessoas envolvidas, e não apenas tratá-las como objetos das políticas públicas.

O programa, lançado em agosto de 2018, é tratado de forma transversal e foi desenvolvido em quatro eixos: Convivência e Engajamento dos Cidadãos, Policiamento e Justiça, Prevenção e Ação Territorial Integrada. Cada um deles integra projetos estratégicos multidimensionais. Essa transversalidade impulsiona e fortalece as ações de redução da violência e promoção da cultura da paz sob diferentes óticas.

Apesar de ser uma atribuição constitucional da União e

Nossa cidade passou a investir em tecnologia para aprimorar o trabalho de inteligência, através da criação do Centro Integrado de Segurança Pública e do Sistema de Cercamento Eletrônico, mas também em ações preventivas

dos estados, Niterói assumiu seu papel de protagonismo na Segurança Pública. Um trabalho que começou ainda em 2013, através do Plano Estratégico Niterói Que Queremos, com ações a curto, médio e longo prazo. Nossa cidade passou a investir em tecnologia para aprimorar o trabalho de inteligência, através da criação do Centro Integrado de Segurança Pública e do Sistema de Cercamento Eletrônico, mas também em ações preventivas. São programas como o Jovem EcoSocial, que leva alternativas e um conceito de sustentabilidade para jovens de comunidades mais conflagradas; os programas educacionais, como o Poupança Escola, para evitarmos que a evasão escolar agrave o problema de violência; da capacitação, como o Espaço

Nova Geração, com cursos e atividades extracurriculares, além de outras iniciativas que compõem o programa.

Nas próximas páginas, os leitores verão, através de toda essa complexidade que envolve o tema, como Niterói vem alcançando resultados concretos, que transformam nossa cidade em uma referência de boas práticas. O Pacto Niterói Contra a Violência representa um compromisso, não de uma gestão, mas de uma cidade, na redução sustentável e perma-

nente da criminalidade. É uma ação ampla e, ao mesmo tempo, focada na raiz da violência, atuando de forma assertiva na redução da vulnerabilidade, na prevenção ao agravamento do risco à violência no ambiente familiar, na redução da violência contra grupos mais vulneráveis, no combate à evasão escolar, no fomento à cultura e ao esporte, e na promoção das redes de apoio para o fortalecimento do vínculo familiar e comunitário.

Niterói, através do Pacto, é um exemplo de como as cidades devem assumir um novo papel de protagonismo na prevenção à violência, convocando todas as forças sociais e institucionais para a construção de estratégias integradas, em todas as áreas de atuação e com especial enfoque na prevenção, promovendo a reconstrução do tecido social e da cultura de paz.

Boa leitura!

Axel Grael
PREFEITO DE NITERÓI

Apresentação

Em 2022, o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) completou quatro anos de existência. Mergulhar sobre a história de sua criação e concepção nos possibilita conhecer a jornada de sua implementação e os desafios para promover a segurança pública a partir da gestão municipal.

Buscamos, com essa publicação, contribuir de variadas formas para a reflexão e a análise sobre os desafios e as potencialidades do fazer a cogovernança em âmbito municipal para a construção de políticas públicas de proteção social, segurança pública e prevenção à violência com o objetivo de consolidar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo o ODS 16, e a cultura da paz no estado do Rio de Janeiro, especialmente no município de Niterói-RJ.

Os textos dos dois volumes que compõem esta coletânea apresentam e analisam dados que correspondem ao início do programa até o ano de 2021, quando foram escritos. Para que fossem produzidos, contribuíram muitas mãos, de diferentes áreas de atuação: gestores, servidores públicos, pesquisadores, membros de instituições de ensino e pesquisa, organizações da sociedade civil, fotógrafos, professores e profissionais da educação, cientistas sociais, jornalistas, enfim, um conjunto de atores que vem trabalhando junto para a constituição e consolidação do Pacto Niterói Contra a Violência ao longo dos anos e para a operacionalização das metas estratégicas para o desenvolvimento local, expressas pelo plano Niterói Que Queremos (NQQ) e pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, segundo a qual as pessoas devem viver em sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência.

Assim, buscamos resgatar a memória institucional da gênese do Pacto Niterói Contra a Violência apresentando os percursos dessa jornada, a partir da sistematização de dados estatísticos, matérias jornalísticas, memórias e opiniões recolhidas a partir de entrevistas, relatos dos atores, de do-

cumentos institucionais, entre outros materiais que estruturaram os textos desenvolvidos pelos autores, provocados inicialmente por uma única questão: que política de segurança pública temos e qual política queremos para nossa cidade, estado e país?

Esse primeiro volume nos faz refletir e debater sobre como a fraternidade política e a articulação em âmbito municipal convergem para a construção de iniciativas de intervenção direta ao que pode ser denominado como “problemas de segurança pública e violência urbana”, visando sua redução a partir da construção de uma agenda local de promoção de justiça social e de respeito aos direitos humanos (incluindo o direito ao desenvolvimento). Os relatos, entrevistas e artigos partem do resgate da memória desse processo, que articula participação social, evidências científicas e desenvolvimento de tecnologias para a implementação de políticas públicas intersetoriais e transversais inovadoras para a gestão pública, que tem transformado Niterói na melhor cidade para se viver e ser feliz.

Esperamos que com essa iniciativa possamos esperar coletivamente para a consolidação de políticas municipais de segurança pública e prevenção à violência ancoradas na redução das desigualdades, no desenvolvimento urbano e humano com sustentabilidade e na cultura da paz.

Comissão Organizadora

Introdução

Há dez anos, quando os niteroienses decidiram iniciar um novo ciclo geracional, político e administrativo na cidade, enfrentávamos uma grave crise fiscal de gestão e de autoestima decorrentes da tragédia do Bumba – que afetou dramaticamente a administração municipal.

Havia um contraste gigantesco entre a perspectiva do Rio, com os investimentos da COP da Olimpíada, e a de Niterói, com dívidas e ausência de um projeto de médio e longo prazos. Na segurança pública os indicadores e a sensação da população também eram de realidades completamente distintas. As UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), com sua correta proposta de polícia de proximidade e de enfrentamento do domínio do fuzil pelas organizações criminosas em favelas, estavam no auge da popularidade na capital, enquanto Niterói e a Região Metropolitana sofriam com a ausência de uma estratégia de segurança pública para esse território conturbado, o mais metropolizado e complexo do país.

A expansão do crime organizado atingia fortemente todas as cidades metropolitanas do Rio. O descontrole, a crise administrativa da cidade e a redução sistemática de equipamentos e efetivos da segurança pública da PM, que hoje tem um dos menores efetivos da história do 12º Batalhão da Polícia Militar, e do próprio Exército em Niterói, que indiretamente contribuía com a circulação de seus efetivos com a transferência do 4º GCAM e do 3º BI para o Norte do país, transformaram uma cidade relativamente tranquila em um dos lugares mais violentos do Estado. O sentimento da população era de verdadeiro pavor, com assaltos de fuzil ocorrendo em plena luz do dia em regiões de praia e os piores indicadores de segurança pública, como roubo de veículos e de cargas.

Diante desse cenário, contrariando a opinião de praticamente todos os meus conselheiros, que enxergavam na segurança pública um problema estadual e de desgaste político permanente, decidimos colocar o tema como prioridade

Havia um contraste gigantesco entre a perspectiva do Rio, com os investimentos da COP da Olimpíada, e a de Niterói, com dívidas e ausência de um projeto de médio e longo prazos

central de nosso governo. Entendia que apesar da atribuição constitucional do estado, o cidadão não é estadual, federal ou municipal e, dessa forma, todos os esforços deveriam ser feitos para garantir tranquilidade e qualidade de vida para as pessoas e para a cidade.

Em meu primeiro mandato investimos pesado na estruturação da Guarda Municipal, na implantação de companhias destacadas da PM, na melhoria das delegacias e na implantação da DH Niterói/São Gonçalo, na construção do CISP (Centro Integrado de Segurança Pública) e na reabertura das cabines da PM que estavam abandonadas nos bairros. Fizemos sistematicamente a cobrança ao estado de um planejamento de Segurança Pública para a Região Metropolitana e para Niterói. Mesmo com todos esses importantes investimentos, os indicadores e a sensação de segurança da população não melhoraram substancialmente, apesar de termos conseguido estancar o agravamento ainda maior da situação.

Em 2017, Niterói foi a única cidade da Região Metropolitana que reelegeu a Administração Municipal. O estado – sem o acordo de recuperação fiscal – deixou de pagar o salário dos servidores, inclusive da segurança pública. A crise estadual se agravou ensejando uma intervenção federal da segurança pública, em 2017.

Iniciamos o segundo mandato diante desse enorme desafio e convictos de que não poderíamos contar com a gestão estadual em crise. Por isso, realizamos o primeiro plebiscito do país sobre o armamento da Guarda Municipal e, contrariando as nossas próprias projeções, a imensa maioria da população, cerca de 70%, optou pelo não armamento com armas de fogo da força municipal. Ao invés de fragilizar a autoridade do prefeito, a consulta direta à população e o acatamento da decisão do plebiscito reforçaram a confiança dos cidadãos, a coesão da cidade e a democratização do debate sobre a segurança pública, mobilizando milhares de pessoas nos bairros e comunidades.

Naquele momento, decidimos avançar mais, partir para o enfrentamento total ao problema e ir além dos investimentos nos equipamentos da polícia ou da Guarda Municipal.

A cooperação com a organização não governamental Comunitas, que já havia apoiado a elaboração de planos municipais de prevenção à violência, e o compromisso em realizar um maior investimento de uma cidade em segurança pública no país foram decisivos naquele momento. Uma detalhada pesquisa domiciliar sobre a violência foi realizada na cidade, assim como dezenas de encontros com a sociedade civil, igrejas, polícias e guarda municipal. Um planejamento com base em evidências e com metodologia de gestão orientada para resultados também foi desenvolvido. Dessa forma, começou a ser estruturado o plano Pacto Niterói Contra a Violência, o primeiro plano de segurança pública da história de Niterói.

A implantação de projetos e programas de prevenção, como a municipalização e reabertura dos CIEPs, a criação de frentes de oportunidades, cultura e profissionalização da juventude em favelas e comunidades, a criação do Poupança Escola, o desenvolvimento socioemocional nas escolas e a Escola da Família nas unidades de saúde, bem como a organização de uma ampla rede de mediação de conflitos, dentre outros, assim como o engajamento e o compromisso efetivo dos comandantes e operadores da segurança pública com conceito de uma polícia proativa e não meramente reativa foram algumas das inovações do Pacto Niterói Contra a Violência. A criação do Niterói Presente em parceria com a PM, em 2017, totalmente custeado pela Prefeitura, também foi um legado importante, infelizmente, hoje, ameaçado pelo rompimento unilateral do convênio do programa pelo atual governador.

A redução impressionante de mais de 80% dos indicadores de criminalidade em Niterói, a partir de 2017, confirmam o êxito do Pacto Niterói Contra a Violência. A sensação de segurança dos niteroienses melhorou muito, refletindo-se nos indicadores, desde a redução do roubo de veículos e de pedestres até da letalidade violenta. É preciso perseverar nas ações previstas no Pacto Niterói Contra a Violência e assegurar que não haja retrocessos nessas conquistas que são sentidas no

dia a dia da cidade e na apropriação do espaço público por todos os cidadãos. Os resultados do Pacto demonstram ser possível colocar em prática um novo modelo de segurança pública com base nas melhores experiências internacionais do setor, capaz de enfrentar um dos maiores desafios do Brasil e do Rio: a violência urbana.

Parabéns aos profissionais da segurança pública e das demais áreas que atuaram e atuam na concepção e implementação das ações do plano Pacto Niterói Contra a Violência, sem os quais os relatos e resultados apresentados nesse livro não teriam sido possíveis.

Rodrigo Neves Barreto

Cientista social

Prefeito de Niterói entre 2013 e 2020

Atual Secretário Executivo da Prefeitura de Niterói.

Os Eixos Estruturantes do Pacto Niterói Contra a Violência

O Pacto Niterói Contra a Violência foi estruturado em quatro eixos que se articulam e se complementam no enfrentamento e prevenção à violência e na promoção da cultura da paz. São eles:

O **Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos** constitui-se de ações integradas para redução de comportamentos contrários ao bem viver, difusão da cultura da paz, incentivo a comportamentos que previnam a violência e o crime, e estímulo da ocupação dos espaços públicos pela cidadania.

O **Eixo Policiamento e Justiça** constitui-se de ações integradas permanentes de policiamento e justiça entre as forças de segurança federais, estaduais e municipais, o Poder Judiciário e o Ministério Público.

O **Eixo Ação Territorial Integrada** constitui-se de ações de urbanismo, serviços sociais e prevenção secundária para jovens, com foco em territórios vulneráveis.

O **Eixo Prevenção** constitui-se de ações intersetoriais integradas dirigidas à intensificação dos fatores de proteção e à redução dos fatores de risco à violência que atingem crianças, adolescentes, jovens e famílias residentes em Niterói, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade social.

Cada Eixo possui diversos projetos por meio dos quais as ações e objetivos são desenvolvidos e colocados em prática:

1) O Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos é constituído de dois projetos:

Rede Mediar: implementação da mediação de conflitos como política pública que visa reduzir os registros de ame-



aça e lesão corporal dolosa, através da criação da Câmara Pública de Mediação de Conflitos, de Núcleos de Mediação Comunitária para o atendimento à população e de atividades de mediação de conflitos.

Fortalecimento da Guarda Civil Municipal: promover a qualificação das ações da Guarda Civil Municipal e a ampliação da sua capacidade de atuação no campo da ordem pública e a promoção da convivência harmônica na cidade. Encontra-se centrado na implementação do Plano Decenal de Fortalecimento da Guarda Civil Municipal 2020-2030.

2) O Eixo Policiamento e Justiça possui os seguintes projetos:

Observatório de Segurança Pública (OSPNI): vinculado ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), tem por objetivo realizar a coleta e sistematização dos dados sobre violência e ocorrências criminais no município, a partir de fontes públicas e sociais, fornecendo padrões visuais e informações para a tomada de decisão, planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas de segurança pública e prevenção à violência no âmbito municipal.

Disque Denúncia: programa por meio do qual os cidadãos e cidadãs fazem denúncias anônimas através de telefone ou aplicativo para smartphone (Whatsapp) sobre situações de violência, crimes e outras demandas sociais, participando ativamente no combate à violência e práticas ilegais.

Cercamento Eletrônico: sistema de inteligência artificial que utiliza câmeras OCR nas vias públicas da cidade, permitindo uma ação mais efetiva no monitoramento de veículos. É operado em conjunto com o sistema integrado de monitoramento por câmeras e central 153 do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP).

Reforço de Policiamento: programa que utiliza policiais contratados por intermédio do Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis) visando à ampliação da quantidade de agentes em circulação no território e a melhoria dos equipamentos utilizados por estes (como viaturas) objetivando a redução de manchas criminais e a melhoria da sensação de segurança.

Reconhecimento Facial: sistema que utiliza inteligência artificial e visa a identificação de pessoas suspeitas. É operado em conjunto com o sistema de videomonitoramento e subsidia a atuação do policiamento nas ruas e as investigações em curso.

Premiação por Apreensão: estabelece uma premiação especial por apreensão de armas de fogo, desde que da atuação não decorra letalidade, a ser paga aos policiais e guardas municipais responsáveis por cada arma apreendida na cidade.

Entrega Voluntária de Armas: programa de incentivo ao desarmamento de municípios, visa a reduzir os índices de homicídios e de lesões ocasionadas por armas de fogo.

3) Os Projetos do Eixo Ação Territorial Integrada são:

Jovem EcoSocial: em parceria com a FIRJAN e SENAI são oferecidas oportunidades de formação, qualificação profissional e trabalho para jovens, de 16 a 24 anos, em situação de vulnerabilidade social, visando o desenvolvimento de habilidades sociais e competências profissionais que elevem o potencial de empregabilidade. Em paralelo, os jovens participantes do projeto desenvolvem atividades de sustentabilidade urbana e preservação ambiental, melhorando a qualidade de vida em seus territórios de moradia e em toda a cidade.

Obras de Infraestrutura: realização de obras de infraestrutura e de implantação de equipamentos públicos nos territórios de maior vulnerabilidade social com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos nesses territórios.

Ação Territorial Integrada: desenvolve ações de participação da população e gestores públicos das propostas, do planejamento e da tomada de decisões nos territórios onde são implantadas as intervenções urbanísticas. De forma integrada, democrática e participativa, elevando-se a prática da cidadania a partir da construção de comitês territoriais.

4) Os Projetos do Eixo Prevenção são:

Escola da Família: tem por objetivo contribuir para a redução e prevenção da violência intrafamiliar, através de grupos educativos com participação de gestantes, pais e cuidadores





residentes em ambientes domésticos ou em situação de rua sobre práticas parentais com afeto e sem violência.

Poupança Escola: tem por objetivo incentivar os estudantes em situação de vulnerabilidade social, integrantes de famílias do Programa Bolsa Família, residentes no município de Niterói, a iniciarem e concluírem (não evadir) o Ensino Fundamental e Médio na rede pública a partir do pagamento de incentivo financeiro e do fomento à participação de atividades extracurriculares contraturno de aula.



Escola da Paz: objetiva fortalecer a prevenção às violências no contexto escolar das escolas públicas municipais de Niterói, por meio do desenvolvimento das habilidades socioemocionais de estudantes e de professoras(es).



Espaço Nova Geração: tem por objetivo a promoção de projetos de vida significativos para crianças, adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade social, garantindo a sua cidadania. Acontecem no horário do contraturno das escolas, com atividades de reforço escolar, cursos de formação profissional, atividades culturais, esportivas, de lazer e educacionais.



Banco de Oportunidades: visa reforçar a política de empregabilidade e o fomento ao empreendedorismo para a juventude, oferecendo um conjunto de ferramentas online que podem ser utilizadas por jovens residentes em Niterói para o acesso a oportunidades de trabalho.



ESCRITÓRIO SOCIAL
Concretizando direitos

Escritório Social da Rede Acolher: desenvolvido em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, oferece atendimento psicossocial e jurídico aos egressos do sistema penal e seus familiares, visando a reinserção familiar e social e a redução da reincidência de práticas delituosas.



Territórios da Juventude: por meio de atuação intersetorial integrada e territorializada, busca identificar fatores de risco à violência, desenvolvendo um conjunto de ações de proteção social com foco na adolescência e na juventude a fim de prevenir o agravamento do risco e ampliar a rede de apoio a estes sujeitos.

Rede + Proteção: fomentar intervenções de prevenção ao uso abusivo e prejudicial de drogas, lícitas e ilícitas, em territórios de elevada vulnerabilidade social do município.

1

**A construção coletiva
do Pacto Niterói Contra a
Violência**

AUTORES

Maria das Graças Silva Raphael

Rúbia Secundino

Anderson Pipico

José Antonio Fortuna Nogueira Barroco

Introdução

“Há de se cuidar do broto para que a vida nos dê
flor e fruto”

Milton Nascimento

O Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) é um Plano Municipal de Segurança Pública, de Prevenção à Violência e de Proteção Social e tem na base de sua concepção a formulação de que políticas públicas sociais de prevenção, articuladas com as políticas de policiamento e de justiça, de convivência e engajamento dos cidadãos e de ações integradas nos territórios são capazes de reduzir a violência e de promover a cidadania e a cultura da paz em nossa sociedade. O PNCV é o cuidado essencial da vida e é a síntese dessa política pública.

Nesse sentido, o Pacto (como é denominado no cotidiano da gestão municipal e na sociedade) foi implementado por meio do compromisso entre o governo e a sociedade civil organizada, com escuta e diálogo e com planejamento democrático e participativo, garantindo-se as premissas da intersetorialidade, da integração e da multidimensionalidade dos problemas envolvidos e diagnosticados.

O cenário de violência, que se apresenta em todo o continente da América Latina, tem se tornado, segundo o ex-secretário nacional de segurança pública Luiz Eduardo Soares (2019, p.195), “um flagelo crescente para a sociedade brasileira, difundindo medo e sofrimento, e produzindo danos na economia, e as vítimas letais são, sobretudo, jovens (de idade entre 15 e 29 anos) pobres e negros, do sexo masculino”.

Outra questão que se coloca nesse cenário refere-se aos diversos tipos de crimes que acontecem nos territórios e que as soluções para o enfrentamento à violência não devem ser iguais para o país inteiro. Portanto, conclui-se que também é da responsabilidade dos municípios a elaboração e implan-

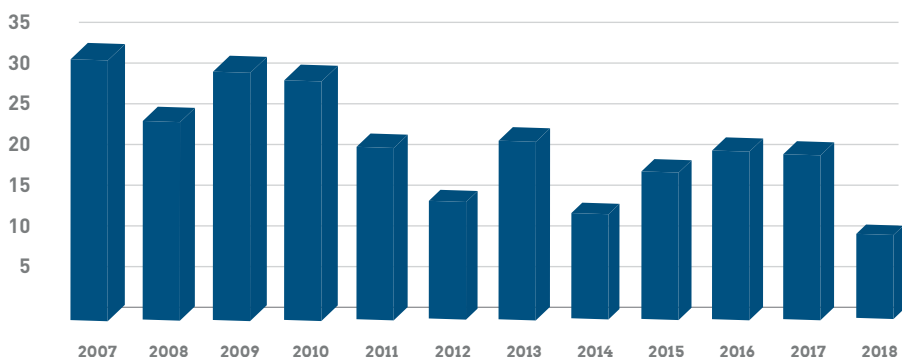
tação de políticas públicas de segurança e de prevenção.

Nesse contexto, o estado do Rio de Janeiro tem vivenciado a realidade de extrema violência. Após elevados índices de homicídios no final dos anos 1980 e início de 1990, apresentou uma primeira fase de queda dos índices, entre 1995 e 1998. Quando parecia que o Estado iria vencer a violência, os índices voltaram a se elevar.¹

Niterói, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, também sofre as consequências desse fenômeno. Em 2012, a situação de violência voltou a se agravar na cidade, atingindo, nos casos dos crimes patrimoniais, os níveis mais altos da então recente história da cidade.²

TAXAS DE HOMICÍDIOS DOLOSOS

TAXA POR 100 MIL HABITANTES



Série histórica 2007-2018 da taxa de homicídios dolosos cometidos em Niterói.

Fonte: OSPNit, com dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP-RJ)

Em razão do agravamento da situação de violência no Estado, no período que antecede ao PNCV, a partir de 2013, a Prefeitura de Niterói assumiu atribuições de segurança, originariamente dos governos estadual e federal, e adotou uma série de medidas nessa área. A seguir, os principais pontos a serem destacados:

- Em 2013, foi definida a ampliação do convênio do Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis), que

1 NITERÓI-RJ, Prefeitura de. OSPNit, 2018. RJ; ISP, 2018.

2 COMUNITAS, Instituto. *Diagnóstico Inicial*, 2018. RJ; Disponível em: <<http://pactocontraviolencia.niteroi.rj.gov.br/o-pacto/acervo/>>

permite policiais militares trabalharem voluntariamente no horário de folga, mediante gratificação custeada pela Prefeitura Municipal de Niterói, por meio de Convênio firmado com o governo do Estado do Rio de Janeiro.

- Em 2014, foi implantada a primeira Delegacia de Homicídios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí (DHNSG), após a Prefeitura Municipal de Niterói reformar um imóvel abandonado no Centro do município. Com 170 agentes e 10 delegados a mais, foi possível intensificar as investigações de homicídios e roubos seguidos de morte, na região, e desafogar as investigações nas unidades distritais da cidade.
- Em 2014, o Centro (Morro do Estado), Badu e Fonseca passaram a contar com companhias destacadas da Polícia Militar (PM) custeadas pela Prefeitura Municipal de Niterói.
- Em 2014, foi publicada a Lei nº 3077/2014, que instituiu plano de carreira, cargos e remuneração dos servidores da Guarda Civil Municipal (GCM) de Niterói.
- Em junho de 2015, foi publicada a Lei nº 3145 para a criação do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), em Piratininga, prevendo integração sistêmica entre a GCM e a PM. Desde então, Niterói é monitorada 24 horas por meio de câmeras instaladas em pontos estratégicos, que identificam irregularidades com mais rapidez. É no CISP que funciona a Central de Emergência 153, que recebe ligações sobre acidentes, assaltos, incêndios, resgates de animais, dentre outros.
- Em 2016, foi inaugurada a Cidade de Ordem Pública, no Barreto, no terreno abandonado que abrigava o 4º Grupo de Companhias de Administração Militar.
- Em fevereiro de 2017, foi publicada a Lei nº 3265 para pagamento de ajuda de custo para os integrantes das forças de segurança pública do Estado do RJ que exerçam função no município de Niterói.
- Em setembro de 2017, entrou em vigor a Lei nº 3316 sobre pagamento excepcional de premiação de desempenho aos integrantes das forças de segurança pública em razão de cumprimento de meta de redução do índice de criminalidade com letalidade violenta no município de Niterói.

- Em 2017, foi implantado o ciclo de patrulhamento da GCM para atendimento de ocorrências e abordagens realizadas pelas duplas de guardas.
- Em 2017, diante de problemas com a manutenção dos veículos da Polícia Militar que estavam prejudicando o policiamento ostensivo em Niterói, foi assinado um convênio com o governo do Estado para custear o serviço de mecânica, substituição de peças, borracharia e guincho.
- Em 2017, foi realizado plebiscito sobre armamento letal da GCM. Cerca de 18 mil pessoas foram às urnas, de forma facultativa, e 70% decidiram pelo não armamento da Guarda Municipal. O “não” recebeu 13.478 votos, contra 5.478 votos para o “sim”.

Dessa forma, a Prefeitura de Niterói foi constituindo uma política de segurança pública de enfrentamento à violência e estabelecendo uma base para a implantação de uma política de prevenção à violência e da promoção da cultura da paz na cidade.³

O país, no entanto, apesar do agravamento da violência, continua mantendo seu modelo de segurança pública, segundo o professor e pesquisador Luís Flávio Saporì (2007, p.107), como gerenciamento de crises. Essa concepção convencional resume os esforços do poder público a uma atuação reativa das polícias e ainda pelo gerenciamento de crises provocadas pela repercussão na opinião pública. Nesse modelo, o conhecimento científico é raramente usado, tornando difícil o planejamento para a tomada de decisões, inclusive sobre de que forma aplicar os escassos recursos humanos, materiais e financeiros.

Entretanto, há uma nova concepção de segurança pública, baseada em evidências, segundo a qual o problema da violência envolve políticas públicas multidisciplinares, integradas, proativas e de proteção social. Como exemplo, temos os casos de Nova York, nos EUA, e de Bogotá, capital da Colômbia, onde os bons resultados alcançados na provisão efetiva da ordem pública podem ser explicados pela combinação de estratégias preventivas e repressivas. Essa nova concepção de segurança pública impulsionou a mudança de atribuições dos municípios nesse campo.

³ NITERÓI, RJ, Prefeitura de. Disponível em: *Pacto Contra a Violência* | Prefeitura Municipal de Niterói (niteroi.rj.gov.br).

O caso Bogotá é ilustrativo dessa redefinição do papel do município na gestão da Polícia e da Promotoria e na institucionalização da gestão da segurança pública em um novo desenho implantado na cidade, destacando-se as iniciativas de mudança cultural pelo respeito à vida e pela autorregulação de condutas cidadãs, e ainda pelas intervenções urbanísticas em espaços deteriorados. (*Ibidem*).

O PNCV apresenta a inovação da política pública brasileira com programas que atendem a cidadãos e cidadãs desde a gestação, contemplando a primeira infância e todas as fases da vida, em especial a da juventude.

Uma cidade organizada, segura e inclusiva, e uma sociedade pacífica, justa e solidária: a Niterói Que Queremos

Para a construção de uma cidade organizada, segura e inclusiva e de uma sociedade pacífica, justa e solidária, chegamos ao planejamento estratégico e participativo realizado em Niterói, em 2013, denominado Niterói Que Queremos 2013-2033⁴, e a duas áreas de atuação: Niterói Organizada e Segura (na qual constam os seguintes focos: organização e integração sob a ótica da mobilidade, equivalência urbana a partir das condições de habitabilidade, resiliência frente aos desastres naturais e segurança) e Niterói Inclusiva (na qual o principal foco é a garantia de serviços públicos à população em risco social).

Nesse planejamento estratégico foi considerado também o necessário cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil (IBGE, 2021), sobretudo a de número 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes. A ODS 16 visa a promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas, em todos os níveis.

Nesse sentido, para alcançar as metas da ODS 16, a sociedade de Niterói e seus gestores também se comprometeram a desenvolver políticas públicas com o objetivo de:

⁴ NITERÓI, Prefeitura de. *Plano Estratégico Niterói Que Queremos 2013-2033*, 2013. Disponível em: <<https://transparencia.niteroi.rj.gov.br/>>.

Reduzir todas as formas de violência, acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças; promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos; até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado; reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas; desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis; proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (IBGE, 2021).

A Prefeitura de Niterói estabeleceu, portanto, nas políticas públicas implantadas uma fundamental base conceitual sobre a defesa e proteção da vida, de garantia da dignidade humana, dos direitos humanos, da democracia, do cuidado e da promoção de cultura da paz, sob a luz da Constituição Brasileira de 1988, que, em seu artigo 144, define a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, devendo ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

*Caminhada
Luminosa
pela Paz*



O início da construção do Pacto Niterói Contra a Violência

Em 2017, de acordo com o planejamento estratégico Niterói Que Queremos (NQQ) e do compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foi selado, em uma ação da municipalidade com a sociedade civil organizada, o Pacto Niterói Pela Paz, o qual foi rebatizado, em seu lançamento, em agosto de 2018, como Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV). Por meio da parceria com a Comunitas – organização da sociedade civil (OSC) que fomenta parcerias entre a iniciativa privada e o setor público a fim de aprimorar a gestão pública – viabilizou-se as consultorias do Instituto Cidade Segura e do Instituto Argumento, ambas organizações da sociedade civil especializadas na área de segurança pública, que fizeram um diagnóstico sobre a violência em nosso município. O Instituto Cidade Segura fez uma pesquisa de vitimização⁵ no município, a qual confirmou os dados da Secretaria Municipal de Saúde de Niterói e do Instituto de Segurança Pública RJ (ISP-RJ), sobre a violência local. A OSC orientou a elaboração de projetos municipais abrangentes, que adotaram medidas repressivas e preventivas simultaneamente, o que, segundo o autor Luís Flávio Saporì (2007, p.87), constitui uma raridade no campo de políticas públicas de segurança.

Há que se ressaltar, segundo Saporì (*Ibidem*, p.89), a importância dos estudos baseados em evidências científicas e seus resultados, como a análise dos casos de Nova York e Bogotá, onde os resultados exitosos podem ser explicados pela combinação de estratégias preventivas e repressivas. Sobre a experiência de Bogotá, os autores Lorente e Rivas (2005, p.26 *apud* SAPORI, 2007) destacam que “houve uma combinação adequada de estratégias” e ainda que “foi fundamental que se tenha desenvolvido um discurso sobre a proteção à vida capaz de conclamar à cidadania e que, sem isso, talvez não teria sido possível adotar medidas de controle e sanção de tal magnitude” (SAPORI, 2007, p.89).

5 NITERÓI, Prefeitura de. *Pesquisa de Vitimização na cidade de Niterói-RJ*. 2018. Site do Pacto Niterói Contra a Violência da Prefeitura de Niterói. Disponível em: <https://www.niteroi.rj.gov.br>.

A implantação do Pacto Niterói Contra a Violência: a mobilização da Sociedade Civil e da Câmara de Vereadores

No fim de 2017, a Prefeitura de Niterói realizou um plebiscito sobre o armamento da Guarda Civil Municipal, cujo resultado rejeitou o uso de armas letais pelos agentes. Esse fato tornou-se o marco zero para a prefeitura convocar a sociedade civil e os órgãos públicos e lançar as bases, em março de 2018, no Auditório da Prefeitura, do Pacto Niterói pela Paz – posteriormente denominado Pacto Niterói Contra a Violência.

O compromisso era o de elaborar uma política pública intersetorial (na qual ocorra um diálogo permanente, intercâmbio de conhecimentos e boas práticas e de ajuda mútua de todos os setores da prefeitura e da sociedade); multidimensional (que faça o enfrentamento às diversas formas de violências, sejam física, psicológica, moral, econômica, gênero ou social); e integrada (ações da prefeitura que se complementam no atendimento à população).

Algumas premissas sobre o setor foram exaustivamente discutidas, sendo que as mais importantes eram priorizar a vida, a dignidade humana e os direitos humanos (SOARES, 2019, p.98). Além de ter um caráter intersetorial na sua concepção e ser integrada na sua implantação, não se restringindo a ações de policiamento (*Ibidem*, p.96). De acordo com o autor Celso Vasconcelos, a adesão “nasce na própria participação de cada membro” (2002, p.93), e assim, considerou-se a mediação e a participação coletiva no processo de planejamento em todas as instâncias: sensibilização, discussão, decisão, implementação, avaliação e resultados do trabalho e proposta metodológica. Nesse processo de construção coletiva contou-se com a participação da Câmara de Vereadores, de universidades, de líderes comunitários, religiosos e de representações do terceiro setor. O que foi um marco fundamental na elaboração do Pacto⁶.

Durante os meses de março a maio de 2018, foram reali-

6 NITERÓI_RJ, Prefeitura de. *Relatório da Participação da Sociedade Civil na elaboração do Pacto Niterói Contra a Violência*. Coordenação Geral Executiva do Pacto Niterói Contra a Violência, 2018.

zadas reuniões com parlamentares da Câmara de Vereadores e com representantes dos diversos setores da sociedade civil, com apresentação do diagnóstico da violência na cidade. Após três meses de escuta e de diálogo, foram recebidas 105 propostas, elaboradas em dezenas de reuniões específicas, realizadas ao longo do primeiro semestre de 2018.

A mobilização da sociedade civil em prol da cultura da paz foi um ponto alto. Vários eventos ecumênicos, promovidos em conjunto com a Arquidiocese de Niterói e com o Pacto Niterói pela Paz, atraíram gestores públicos, representantes da sociedade civil organizada e de diversas religiões em duas Caminhadas Luminosas da Paz, em 2018 e 2019. Houve solenidades no Museu de Arte Contemporânea (MAC) de Niterói e apresentações de grupos artísticos.⁷

A governança do PNCV e a elaboração dos projetos sociais de prevenção

Em agosto de 2018, numa solenidade no Theatro Municipal João Caetano, o então prefeito Rodrigo Neves lançou oficialmente o inovador Pacto Niterói Contra a Violência: um conjunto de 18 programas a serem desenvolvidos e implementados no combate e no enfrentamento à violência no município.



Lançamento do Pacto Niterói Contra a Violência no Theatro Municipal João Caetano — 2018

O prefeito, como coordenador do PNCV, elaborou junto com sua equipe, a governança dessa política a partir de princípios

⁷ NITERÓI-RJ, Prefeitura de. Assessoria de Comunicação. 2019.

estabelecidos com a sociedade niteroiense. A governança foi executada com a composição de um Comitê Gestor – assessores que se reportam diretamente ao prefeito e que atuam como coordenadores dos quatro Eixos do Pacto (Policionamento e Justiça; Convivência e Engajamento dos Cidadãos; Prevenção; e Ação Territorial Integrada) – e de servidores, que têm a função de gerentes dos 18 projetos, que serão descritos detalhadamente nos próximos capítulos.

Na sequência, foram também definidos servidores para a Coordenação Geral Executiva do Pacto, para as Coordenações Internas de Monitoramento e Avaliação, de Comunicação e Administrativa, além de uma equipe de assessoria técnica da Secretaria Executiva Municipal aos projetos de Prevenção e de Ação Territorial Integrada.

Foram, então, definidas as secretarias municipais para a gestão orçamentária dos projetos, cujos conteúdos foram apresentados, em dezembro de 2018, ao prefeito e aos conselhos municipais, visando seu aperfeiçoamento e aprovação, como por exemplo, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), o Conselho Municipal de Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Municipal de Políticas Públicas para Mulheres (CMPPM). E também, o Conselho Municipal de Saúde (CMS) e o Conselho Municipal de Educação (CME e FUNDEB), referentes às áreas de Assistência Social, de Saúde e de Educação. Ainda em 2018, foram colocados em prática os projetos de policiamento e Justiça, e a partir de 2019, os projetos dos demais eixos temáticos.

A governança garante a promoção da cultura da paz por meio da intersetorialidade e da integração dos programas. Nesse sentido, a Coordenação Geral Executiva do PNCV realiza o planejamento democrático e participativo de suas metas e ações concretizadas por meio de estratégias como: reuniões de escuta e de diálogo com todos os setores da sociedade; reuniões mensais do Comitê Gestor com o prefeito; reuniões mensais de integração dos gerentes dos programas; e reuniões das equipes das Coordenações Internas e da Coordenação Geral Executiva do PNCV. E também palestras, encontros temáticos, debates e entrevistas com a sociedade civil e participações em reuniões dos conselhos temáticos do município (particularmente das áreas de Saúde, de Educação e de Assistência

Social, de Defesa e de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, de Políticas Públicas para as Mulheres e das Famílias).

A Coordenação Geral Executiva do PNCV participa de atividades endereçadas às comunidades em situação de vulnerabilidade econômica e social, de modo particular; e junto à sociedade, de modo geral. Essa prática fortalece os vínculos da parceria fundamental entre os agentes para a continuidade exitosa das ações do PNCV. As propostas dos programas integrantes do PNCV, com as respectivas justificativas e comprovações técnicas e científicas, são encaminhadas ao Comitê Gestor do Pacto (comitê de caráter consultivo) e à Secretaria Executiva Municipal, quando acontecem os Encontros de Devolutivas do Pacto⁸. Ao longo desse processo, a Coordenação Geral Executiva recebeu 105 propostas para o início da implantação do Pacto em 2018.

Nos encontros e nas reuniões entre os gestores municipais (secretários, coordenadores e gerentes dos programas desenvolvidos no Pacto) e representantes da sociedade, acontece também o espaço formativo, com palestras temáticas e de propostas e encaminhamentos, visando à intersectorialidade e à integração das ações dos diversos órgãos públicos nos territórios. O objetivo é de aproximação e de diálogo com os cidadãos e cidadãs e a entrega de serviços públicos para a melhoria da qualidade de vida da população, em especial dos mais vulneráveis às situações de violência.

A prevenção à violência e a proteção social da vida em Niterói: uma cidade educadora e educanda na promoção da paz

Desde 2019, os programas da terceira fase do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), com ênfase prioritária na prevenção à violência e na proteção da vida, têm sido implantados por meio de um conjunto de ações multidisciplinares e intersectoriais. Essas ações de caráter preventivo operam de forma articulada e integrada e impactam a vida de crianças, adolescentes e jovens. Isso transforma radicalmente o ciclo de violência. Estamos conquistando, assim, um novo momento de política pública promotora e protetora da vida, da dignidade humana, da cidadania e da construção da cultura da paz na nossa cidade. Nessa fase, a partir de

⁸ NITERÓI-RJ, Prefeitura. *Coordenação Geral Executiva do Pacto Niterói Contra a Violência. Documento Síntese das propostas dos Encontros das Devolutivas*, 2021.

2019, foram implementados os programas do Eixo Prevenção⁹, com seis projetos, que visam às políticas públicas de proteção da vida, contemplando todas as fases da vida, desde a gestação. Vamos apresentar de forma resumida essas iniciativas.

O Programa Escola da Família é destinado à família em ambientes domésticos ou de rua, mas prioritariamente às gestantes em situação de vulnerabilidade social, com ênfase na formação educativa acerca de práticas parentais que quebrem o ciclo de violência intrafamiliar.

No Programa Escola da Paz, o objetivo também é promover a educação socioemocional na formação de crianças e adolescentes, na faixa etária de 2 a 14 anos.

No Espaço Nova Geração, há a oferta de atividades socioeducativas, esportivas e culturais para a integração do conhecimento e de preparação para a cidadania, com a oferta de cursos profissionalizantes, que atendam a crianças, adolescentes e jovens, de 6 a 29 anos.

Já o Programa Poupança Escola estimula a continuidade dos estudos e combate a evasão escolar, oferecendo um benefício em forma de crédito em poupança. É endereçado aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio, residentes no município e oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social, cadastradas nos programas sociais.

Aproximar os jovens do mercado de trabalho é o objetivo do Programa Banco de Oportunidades. Por meio de um aplicativo, eles acessam informações sobre estágios (como o programa federal Jovem Aprendiz) e de emprego (oferta de vagas pelo empresariado local).

A Rede Acolher disponibiliza atendimento psicossocial e jurídico aos egressos do sistema penal e às suas famílias, visando à sua reinserção familiar e social.

9 NITERÓI-RJ, Prefeitura. *Coordenação Geral Executiva do Pacto Niterói Contra a Violência*. 2021

Considerações finais

“Enquanto educadora, a Cidade é também educanda [...] muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos. Até aí, a decisão política nossa pode interferir.”

Paulo Freire

Assim, a cidade de Niterói tornou-se uma cidade educanda e educadora, na concepção freireana (FREIRE, 1997, pp.23-24). Uma cidade que cuida do “broto da vida” (como na música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento e Wagner Tiso). Uma cidade que assumiu o protagonismo de elaboração de política pública de prevenção à violência como um ato educativo para todos os seus cidadãos, por meio da participação popular democrática, princípio consagrado na Constituição Brasileira de 1988. Uma cidade que assumiu o compromisso político com a garantia dos direitos humanos, da cidadania, da inclusão e da proteção social e do cuidado da vida. Uma cidade que caminha, governo e sociedade civil organizada juntos, para a construção da paz.

Referências bibliográficas

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.
- FREIRE. Paulo. *Política e Educação: ensaios*. São Paulo: Cortez, 1997.
- IBGE. *Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, 2021.
- ISP-RJ. Instituto de Segurança Pública RJ e OSPNIt. *Observatório de Segurança Pública de Niterói*, 2021.
- LORENTE E RIVAS, 2005:26 in: SAPORI, Luís Flávio. *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- NITERÓI-RJ, Prefeitura. *Niterói Que Queremos: Plano Estratégico 2013-2033*. 2013. pp.89-93; 229-235.
- _____. *Observatório de Segurança Pública de Niterói-OSPNI*. 2018.

- _____. *Observatório de Segurança Pública de Niterói-OSPNit*. 2021.
- _____. *Coordenação Geral Executiva do Pacto Niterói Contra a Violência-PNCV*. 2018.
- _____. *Coordenação Geral Executiva do Pacto Niterói Contra a Violência-PNCV*. 2019.
- _____. *Coordenação Geral Executiva do Pacto Niterói Contra a Violência-PNCV*. 2020.
- _____. *Site do Pacto Niterói Contra a Violência*. 2021.
- _____. *Coordenação Geral Executiva do Pacto Niterói Contra a Violência. Documento Síntese das propostas dos Encontros Devolutivos PNCV*, 2021.
- SAPORI, Luís Flávio. *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Planejamento*. São Paulo: Libertad, 2002.

2

As ações locais para o desenvolvimento de políticas públicas de segurança: a experiência de Niterói-RJ

AUTORES

Paulo Henrique de Moraes

Ezequiel Oliveira de Mendonça

Maurício Santos de Moraes

Fátima Elizabeth Scanoni de Oliveira

Rachel Carmoniz de Macena

Introdução

A partir da perspectiva de Segurança Cidadã, que passou a influenciar o Brasil há duas décadas no debate a respeito de Segurança Pública, a violência é compreendida como um fenômeno multicausal, ou seja, envolve várias dimensões. Portanto, a sua intervenção considera não apenas o aspecto do controle como também a prevenção, envolvendo instituições públicas e a própria sociedade civil. Trata-se de política pública integrada em nível local, buscando proteger a plena cidadania (FREIRE, 2009).

O governo de Niterói investiu em um planejamento estratégico voltado para a construção de uma visão compartilhada de futuro e de alinhamento em relação às prioridades oriundas das experiências dos municípios e do planejamento governamental. Segundo Drucker (1998, p.136), “o Planejamento Estratégico é o processo contínuo de tomar decisões atuais que envolvam riscos, organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução destas decisões e medir o resultado destas decisões com as expectativas almejadas”. Com esse horizonte, no início de 2013, o Plano Estratégico 2033 Niterói Que Queremos (NQQ) surgiu da necessidade de se elaborar um Planejamento Estratégico de Desenvolvimento para a cidade, de longo prazo, que restituísse a credibilidade na atuação efetiva das estruturas administrativas municipais (GOMES e REYS, 2015).

O Plano NQQ readequa o desenvolvimento social e econômico, além de demonstrar à população o papel central da prefeitura na condução e nas decisões referentes ao planejamento e à gestão da cidade. Com característica inclusiva e pluralista, a gestão municipal, respaldada em evidências científicas, busca envolver profundamente a sociedade local para pensar em conjunto sobre o que os afligia (e/ou aflige) e o que é esperado para o futuro.

Após consulta à população sobre os problemas e as soluções para a cidade, o Plano NQQ previu a organização das es-

estratégias de desenvolvimento em sete frentes – Organizada e Segura; Saudável; Escolarizada e Inovadora; Próspera e Dinâmica; Vibrante e Atraente; Inclusiva; e Eficiente e Comprometida – que consideram a transversalidade dos desafios enfrentados pelo município. Na avaliação popular sobre os problemas da cidade, as principais respostas foram nas áreas de Segurança, Trânsito e Saúde (GOMES e REYS, 2015).

Com base nos dados acumulados, foram traçadas estratégias, metas e indicadores necessários para se alcançar o objetivo definido e desejado pelos niteroienses. As chamadas Áreas de Resultados reuniram focos orientadores da ação do município, retratando os focos estratégicos, definindo as prioridades que precisam ser trabalhadas para alcançar os resultados desejados. Sendo assim, considerando o levantamento dos anseios e das potencialidades da cidade, foram estabelecidos ao menos três desafios para cada Área de Resultado, totalizando 25 Desafios Prioritários. (MACENA, 2017, p.12).

A partir desse Planejamento Estratégico, a Prefeitura Municipal de Niterói criou carteiras de projetos estruturadores que definiram as ações e as estratégias para equacionar os desafios e permitiram o acompanhamento e as entregas planejadas, além do desenvolvimento de outros instrumentos complementares, como o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), Planos de Metas e, posteriormente, o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV).

Como membro da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é signatário da Agenda 2030, um plano de ação global, criado em 2015, para erradicar a pobreza, promover a vida e proteger o planeta. Nossos projetos relacionam-se diretamente com dois dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e suas metas: o 11º, vinculado a Cidades e Comunidades Sustentáveis, e o 16º, que trata de Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Já no âmbito do Planejamento Estratégico Municipal NQQ, este capítulo liga-se diretamente com a frente Ordenada e Segura. Construimos esse texto a partir da coleta de relatos, análise documental, assim como de literatura disponível sobre a temática e de legislações pertinentes para tratarmos do policiamento.

Projeto de Desarmamento: a redução de armas de fogo em circulação

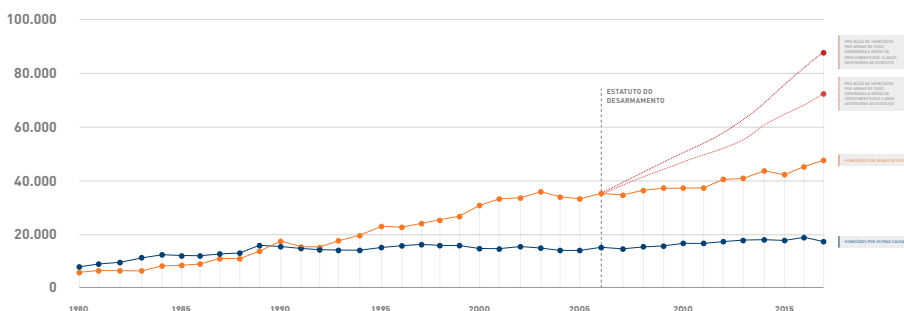
No Brasil, a partir da promulgação da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, foi instituído, e ainda vigora, o Estatuto do Desarmamento que, nos artigos 31 e 32, trata da possibilidade dada a qualquer cidadão de, voluntariamente, entregar a sua arma de fogo, munição e acessórios a Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Corpo de Bombeiros Militar; Polícia Militar; Polícia Civil; e Guarda Municipal. Em troca, há um valor, que pode variar entre R\$ 150 e R\$ 450, pago pelo governo federal, de acordo com o modelo da arma. A fim de reforçar essa dinâmica, aplicada em território nacional, o município de Niterói também promulgou uma legislação específica. A Lei nº 3.373, de 8 de outubro de 2018, assegura que qualquer cidadão, voluntariamente, realize processo para a entrega do armamento. O projeto, que mantém uma conexão direta com o PNCV em seu objetivo de redução dos índices de criminalidade, apresenta duas vertentes:

- A) A Entrega Voluntária de Armas dá origem ao sistema de gratificação à sociedade civil, ou seja, qualquer cidadão pode realizar essa entrega, a partir do cumprimento dos pré-requisitos instituídos por lei. Assim poderá abrir um processo, junto à prefeitura, para receber o valor correspondente ao modelo do armamento;
- B) O Sistema de Premiação Especial por Apreensão de Arma de Fogo em situação irregular está voltado para os agentes de segurança – policiais civis, policiais militares, agentes prisionais, policiais federais, policiais rodoviários federais, guardas municipais e bombeiros militares – lotados na cidade. Então, considerando a Lei nº 3.374, de 16 de outubro de 2018, o município premiará a apreensão de arma de fogo, desde que atenda a condicionantes como, por exemplo, não haver lesão gravíssima ou seguida de morte nas ocorrências, ou morte em oposição à intervenção policial dos envolvidos, suspeitos ou terceiros sem relação com a ocorrência.

Considerando que o Estatuto do Desarmamento entrou em vigor em 2003, apresentamos abaixo um dado relevante,

publicado pela *Revista Pesquisa FAPESP*, que aponta o impacto dessa legislação no país: a diminuição de mortes causadas por arma de fogo:

MORTES VIOLENTAS NO BRASIL



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) / DIEST / IPEA / FBSP (Retirado do artigo *Desarmando a violência Revista Pesquisa Fapesp 281 - julho 2019*)

Ainda de acordo com a pesquisa, “O Brasil é o país com a maior quantidade de assassinatos no mundo, em números absolutos. Só em 2017, foram 65,6 mil homicídios; 74,4% dessas mortes foram causadas por armas de fogo”, segundo Bruno Paes Manso, cientista político e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP).

Apesar de se tratar de um projeto complexo em sua aplicabilidade e que envolve diferentes atores, o município teve experiências importantes em relação à diminuição dos números de mortes por armas de fogo. Uma delas foi a consulta pública, feita em 2017, que rejeitou a proposta de a Guarda Civil Municipal (GCM) portar armas de fogo. Outra foi a normativa que guiou o projeto da entrega voluntária de armas, em 2018. Essas iniciativas comprovam a disposição do município em fomentar uma cultura de paz.

A criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e sua missão

O Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) de Niterói foi instituído em 2013, a partir do Decreto nº 11.342, que dispõe sobre sua vinculação à estrutura do Gabinete do Prefeito. Portanto, trata-se de uma instância estratégica e que reúne todas as forças de segurança da cidade. Com base

em seu dispositivo legal, o GGIM atua, sobretudo, no planejamento das estratégias e prioridades de ação, articulando os programas de prevenção da violência no âmbito municipal, maximizando seus resultados, discutindo conjuntamente os problemas e promovendo o intercâmbio de informações.

O GGIM realiza reuniões periódicas para criar sinergia entre seus órgãos, discutir temas atuais de segurança pública e estratégias de trabalho e, sobretudo, integrar as forças de segurança da cidade. É composto por prefeito, vice-prefeito, secretário-executivo de Gestão Integrada e secretário municipal de Ordem Pública, além de delegados e comandantes do 12º Batalhão de Polícia Militar e do 4º Comando de Policiamento de Área (CPA). Participam, ainda, representantes do Ministério Público, Polícia Federal, Guarda Municipal e gestores municipais correlacionados à área, tais como Assistência Social, Direitos Humanos, Defesa Civil, dentre outros.

*Reunião do
Gabinete
Municipal
de Gestão
Integrada*



Essas reuniões ocorrem em intervalos de três a quatro meses, de acordo com a programação elaborada pelo prefeito, cuja função é presidir esse fórum em termos ordinários. O secretário executivo do GGIM conduz a pauta, elaborada previamente e aprovada pelo prefeito. Assim, os agentes fecham acordos, realizam diagnósticos em conjunto, deliberam encaminhamentos e as demandas finais a serem executadas. Ao surgirem demandas específicas é possível que sejam convocadas reuniões extraordinárias, bem como reuniões setoriais para a tomada de ações conjuntas.

A principal tarefa do GGIM é a integração de seus diver-

sos órgãos, respeitando suas competências, legislações e autonomia, o que torna por vezes a sinergia complexa. O desafio do GGIM é facilitar as conexões dessa rede de profissionais. De acordo com o secretário de Ordem Pública do município, Paulo Henrique de Moraes, “o GGIM representa o avanço experimentado em Niterói, que está ligado diretamente a essa rede”. Ou seja, o GGIM é um facilitador de diálogo e aproximações diárias entre os diversos participantes.

No primeiro quadriênio do GGIM, algumas iniciativas reforçaram o trabalho da Polícia Militar e da Polícia Civil na região. Foram feitos investimentos na instalação da Delegacia de Homicídios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí (DHNSG) e das companhias integradas na cidade. Ainda durante o segundo mandato do então prefeito, Rodrigo Neves, o Plano de Policiamento Integrado passa a ter sua formalização no Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV).

Com temas atuais e dados estatísticos produzidos pelo Observatório de Segurança Pública de Niterói (OSPNit) – cujas funções são “organizar e analisar os dados sobre a violência e a criminalidade local, a partir das fontes públicas de informações, e monitorar a efetividade das ações de segurança pública no município” (QUEIROZ, 2020, p. 22) –, o diálogo entre os representantes passa a ocorrer de forma dinâmica, com divulgação de resultados e indicação de pontos de anormalidades e também de problemas sociais identificados com potencial de comprometer a segurança a médio e longo prazo. Um fruto desse diálogo foi o policiamento de apoio e de atuação na Segurança Pública local. Assim, realiza-se o planejamento de cada órgão, priorizando sempre a melhor forma de atuação e solução integrada, tendo como objetivo final o bem-estar e a cidadania plena dos municípios.

A perspectiva de Segurança Cidadã defende uma abordagem multidisciplinar para fazer frente à natureza multicausal da violência, na qual políticas públicas multissetoriais são implementadas de forma integrada, com foco na prevenção à violência. Nesse sentido, uma política pública de Segurança Cidadã deve contar não apenas com a atuação das forças policiais, sendo reservado também um espaço importante para as diversas políticas setoriais, como edu-

cação, saúde, esporte, cultura, etc. (FREIRE, 2009, p. 107).

Com o intuito de concretizar o Plano de Policiamento Integrado, o GGIM tem o apoio técnico do OSPNit, que por sua vez realiza os estudos técnicos a partir dos índices e dados obtidos junto ao Instituto de Segurança Pública (ISP), autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, por meio de um convênio formal, o que nos permite acesso aos dados que embasam o planejamento construído a partir de evidências.

As demandas surgidas na aproximação dos diversos órgãos do GGIM são transformadas em planos de ação, atualizados periodicamente a fim de evitar sobreposição de forças, otimizando o aproveitamento dos atores envolvidos. Esse Plano conta com a ação da Polícia Civil, da Polícia Militar e das Forças Municipais, quer seja da Guarda Municipal ou das Forças contratadas, um instrumento do Plano de Policiamento Integrado.

As Forças de Segurança Pública contratadas pelo município, também chamadas de reforço ao policiamento, ganharam maior volume em 2017, em virtude da instauração da primeira área de cobertura do Segurança Presente, custeada pelo município, mantendo a sua ampliação em 2018. Além do Niterói Presente, há o Programa de Integração e Segurança (Proeis), lançado em 2012, e renovado em abril de 2013, e também custeado pela Prefeitura de Niterói, através de convênio firmado com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

O Proeis é fiscalizado pelo município e pela PMERJ e seu efetivo totaliza 400 vagas, das quais 272 fazem parte do efetivo do Segurança Presente Niterói e 128 são administradas pela Secretaria Executiva de Ordem Pública (Seop). O Proeis disponibiliza vagas diárias para que policiais do 12º Batalhão da Polícia Militar (BPM), ou até mesmo de outros batalhões, realizem, voluntariamente, patrulhamento pelas ruas da cidade, em horários de folga, em troca de gratificação extra.

Inicialmente, Icaraí recebeu o patrulhamento, que foi estendido posteriormente para os bairros: Centro, Santa Rosa, Barreto, Fonseca, São Francisco e a Região Oceânica. Há planos para a ampliação das áreas assistidas. Já o Segurança Presente Niterói conta com o efetivo de 28 policiais (oficiais e praças), 135 agentes civis, dois administrativos e 272 vinculados ao Proeis. O Plano de Policiamento Integrado também tem o apoio técnico do OSPNit,

que por sua vez realiza os estudos técnicos a partir dos índices e dados obtidos junto ao Instituto de Segurança Pública (ISP), com quem mantemos um convênio formal, o que permite acesso aos dados que embasam todo o planejamento, a partir de evidências científicas. A Prefeitura Municipal de Niterói é parceira e financiadora desse Programa, que valoriza um modelo de atuação policial que prioriza a humanização de todos os envolvidos no processo.

Um caso de sucesso, o modelo de policiamento desenvolvido pela Operação Segurança Presente Niterói, que busca um processo de melhoria contínua, conquistou e solidificou as novas políticas de segurança pública. Assim, com patrulhamento realizado de diferentes formas (a pé, motocicletas e viaturas), o Programa possui efetivo composto por policiais militares – responsáveis pelo policiamento ostensivo – e por agentes civis contratados em vagas temporárias, incumbidos do apoio logístico e filmagem da abordagem.

*Programa
Niterói
Presente*



Há avanços legais importantes nesse tema, no Brasil. Como o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), criados a partir da promulgação da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que, de acordo com o artigo 1º, diz:

Esta Lei institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas

e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em articulação com a sociedade (BRASIL, 2018).

Já no âmbito municipal, a partir do Decreto nº 14.065, de 23 de junho de 2021, houve a transferência, sem aumento de despesas, da “gestão do Gabinete de Gestão Integrada Municipal e do Disque Denúncia, da Secretaria Executiva (Sexec) para a estrutura da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Seop)”. A Lei nº 3.370, de 5 de setembro de 2018, “cria o Sistema Municipal de Gestão Integrada de Segurança Pública e reorganiza o Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Niterói (GGIM-Niterói) e o Observatório Municipal de Segurança Pública (OSPNit), no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública Lei Federal nº 13.675/2018”. O impacto positivo do programa no município, que se caracteriza por contar com a participação da sociedade civil e prestar serviços não emergenciais para um melhor trabalho de prevenção ao crime, inspira a ampliação geográfica num futuro próximo.

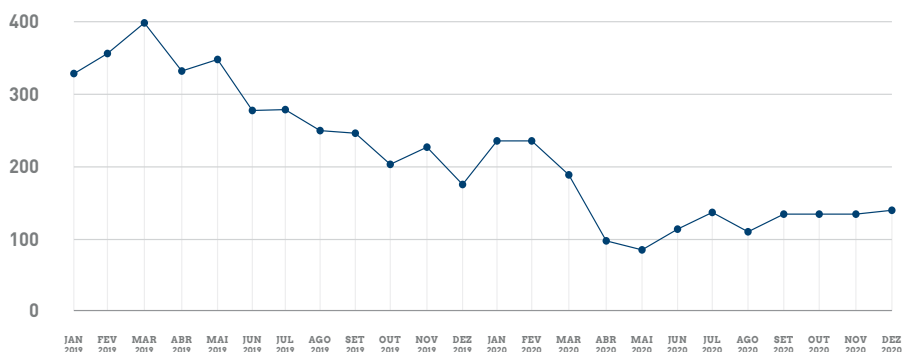
Panorama das ações no presente e projeções futuras

Apesar de todos os esforços empenhados no Plano de Policiamento Integrado, os estudos e projetos seguem incessantemente. A ideia é dar continuidade e aprimoramento aos projetos existentes e aos futuros, com o objetivo de aumentar a integração e, conseqüentemente, melhorar a segurança da população. Afinal todos os programas vigentes e o próprio GGIM têm por embasamento o Susp e a PNSPDS, que foram criados a partir da promulgação da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018:

Com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade (BRASIL, 2018).

Ainda que, possivelmente, a queda nos registros de ocorrência desde 2020 esteja relacionada ao contexto de enfrentamento¹ da pandemia do covid-19, dados do OSPNit demonstram que a redução dos indicadores de roubo de rua aconteceu, sobretudo, a partir da implementação do Programa Segurança Presente Niterói e reforço do Proeis, conforme apresentado no gráfico a seguir.

SÉRIE HISTÓRICA DE ROUBOS DE RUA



No acumulado de janeiro a julho (Niterói)

Fonte: ISPGEO. Dados trabalhados pelo Observatório de Segurança Pública de Niterói (OSPNit).

Complementando tais dados, o levantamento interno, realizado em novembro de 2020, demonstrou que o Programa Niterói Presente acumulava mais de 2.140 ocorrências, ultrapassando a marca de 100 prisões em flagrante e recuperando 134 objetos roubados e 128 veículos. Durante esse período, os agentes recapturaram mais de 500 foragidos, além de colaborar para a prisão de traficantes, em apoio às ações da PM. Esses dados demonstram o êxito da integração de forças de segurança, sobretudo quando somadas às iniciativas como o reforço no policiamento e o Disque Denúncia. A trajetória do Plano de Policiamento Integrado fortalece, a cada dia, o objetivo inicial do Plano Estratégico 2033 (NQQ), consolidando-se como

¹ De acordo com a teoria das atividades rotineiras (Cohen e Felson, 1979), é esperado que os crimes que ocorrem na rua, como os roubos e furtos a transeunte e de celular, diminuam quando o fluxo de pessoas nesses lugares é alterado. Em nota, o Instituto de Segurança Pública mostrou, em setembro de 2020, resultados compatíveis com essa expectativa: o estudo apontou a correlação entre a queda no número de roubos de rua e de veículos a partir de março e o aumento do tempo das pessoas em suas residências. Outra possibilidade de explicação para essa relação seria o possível aumento da subnotificação, pois menos pessoas teriam ido às delegacias registrar os crimes, ainda que haja a possibilidade de fazê-lo pela internet. (Fonte: ISP, disponível em: <http://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/impacto-covidNosCrimes2021.html>. Acesso em 17 de ago. de 2021.

uma política de Estado, que zela pela segurança da população. Um sistema que permite uma ação mais efetiva no combate a crimes como furto e roubo de veículos, dando suporte ao trabalho dos agentes, tornando-o cada vez mais eficiente.

Em conformidade ao disposto no Art. 5º, II, da Lei Municipal nº 3.370/2018, o GGIM ratifica sua atribuição de promover maior sinergia entre os Órgãos de Segurança Pública em âmbito federal, estadual e municipal. Isso promove positivamente a cobertura da segurança em nosso município, que se expandiu por diversas áreas por meio de aditivos e renovações de convênio para garantir a continuidade de suas ações e ampliá-las a novas regiões. Os programas financiados pelo município não objetivam substituir o patrulhamento realizado pelas forças de segurança, mas sim complementá-lo e auxiliá-lo, com foco nas ocorrências de maior potencial ofensivo, lutando, todos juntos, em prol de maior segurança e qualidade de vida para os munícipes.

Considerações finais

A cidade de Niterói viveu tempos difíceis, na última década, no que se refere à segurança pública. Com esse pano de fundo, a equipe que assumiu a administração municipal, em janeiro de 2013, propôs enfrentar os problemas que ameaçavam a qualidade de vida da população, em colaboração com as forças estaduais.

Durante o mandato, que se encerrou em 2016, foram realizados, por meio de convênios, inúmeros investimentos na infraestrutura das polícias estaduais, como a construção das sedes das companhias destacadas da Polícia Militar no Fonseca e em Pendotiba e a instalação da Delegacia de Homicídios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí (DHNSG), no Centro da cidade. Outras medidas foram a ampliação dos efetivos nas ruas, com o aumento do contingente contratado pelo Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis), e a duplicação do efetivo da Guarda Civil Municipal (GCM).

Entre 2017 e 2018, iniciou-se uma análise sobre a real dimensão e a origem dos gargalos da segurança pública em Niterói. Para isso foram investidos mais de quatro meses de levantamentos e estudos. Foram levantados dados de criminalidade de diversas fontes, além do Instituto de Segurança Pú-

blica, como o Sistema Único de Saúde (SUS), e feitas entrevistas com membros das instituições policiais, do Ministério Público, do Poder Judiciário e representantes de setores da sociedade civil. Uma pesquisa de vitimização feita em domicílios trouxe informações complementares sobre o perfil de quem sofreu violência e de crimes de pouca periculosidade.

O resultado foi apresentado para grupos da sociedade em mais de 90 reuniões, nas quais também se recolheram sugestões de ações de enfrentamento. O que, de fato, ficou evidenciado nesta pesquisa foi um quadro rico em detalhes sobre a violência na cidade. Foi possível perceber que as ações de policiamento seriam insuficientes para reduzir o quadro de criminalidade e violência. Ficou clara a necessidade de iniciarmos os trabalhos do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), priorizando a redução dos crimes comuns e de maior visibilidade. Isso nos daria fôlego para organizar as ações de prevenção ao crime, cujos resultados surgiriam com êxito apenas no médio prazo.

Niterói não tem tradição no emprego de evidências para a formulação das políticas públicas de segurança. O anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por exemplo, necessita estabelecer uma classificação de informações sistematizadas, devido à precariedade das fontes de alguns estados. Poucos são as unidades federativas que dispõem de um sistema bem estruturado de coleta e sistematização de dados, como o que existe no Instituto de Segurança Pública (ISP), do Rio de Janeiro.

Porém, avançamos. Consideramos que os projetos vêm se mostrando viáveis em sua aplicabilidade. As iniciativas que se articulam em rede apresentadas ao longo desse texto, bem como os projetos que serão apresentados ao longo da leitura desta obra, como é o caso dos projetos: Disque Denúncia, que aborda a importância da denúncia anônima no trabalho da investigação policial; do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), que aponta para o uso estratégico de câmeras na segurança pública; e do Observatório de Segurança Pública (OSPNit), que trata acerca da importância da produção de diagnóstico, coleta, análise e divulgação de dados nesse tema, desenvolvem políticas de segurança na cidade e atestam a importância do diálogo entre os setores administrativos municipais e a população, colaborando assim para o fortalecimento da plena cidadania.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Disponível em: <L10826 [planalto.gov.br]>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- _____. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Disponível em: <L13675 [planalto.gov.br]>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- COHEN, L. E.; FELSON, M. *Social change and crime rate trends: A routine activity approach*. American sociological review, 1979. pp. 588–608.
- DRUCKER, P. *The Progress of Management*. Irwin, 1998.
- FREIRE, M. D. *Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias*. Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 3, edição 5, 2009. p. 100-114, ago./set.
- GOMES, Andréa Mayer; REYS, Pedro da Silva. *Niterói que queremos: uma estratégia inovadora de planejamento*. 2015. In: Congresso CONSAD de Gestão Pública, 8, 2015, Brasília.
- MACENA, Rachel C. *Do asfalto à tela e da tela ao asfalto: Tecnologias e ação integrada no município de Niterói*. Monografia (Bacharelado em Segurança Pública e Social). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2017.
- MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.
- OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. *Existe violência sem agressão moral?* Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 23, número 67. Junho de 2008.
- PORTO, Maria Stela Grossi. *Sociologia da violência: dos conceitos às representações sociais*. Brasília: Editora Francis, 2010.
- PREFEITURA DE NITERÓI. Decreto nº 11.342, de 24 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a instituição do Gabinete de Gestão Integrada Municipal na estrutura do gabinete do Prefeito e dá outras providências correlatas. Disponível: <Decreto 11342 2013 de Niterói RJ [leismu-

- nicipais.com.br>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- _____. Decreto nº 14. 065, de 24 de junho de 2021. Transfere, sem aumento de despesas, a gestão do Gabinete de Gestão Integrada Municipal e a Gestão do Disque Denúncia, da Secretaria Executiva - Sexec, para a estrutura da Secretaria Municipal de Ordem Pública - Seop e dá outras providências. Disponível em: <Decreto 14065 2021 de Niterói RJ (leismunicipais.com.br)>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- _____. Diário Oficial, 28/05/2021. Disponível em: <Diario Oficial - Prefeitura Municipal de Niterói (niteroi.rj.gov.br)>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- _____. Lei nº 3.370, de 5 de setembro de 2018. Cria o Sistema Municipal de Gestão Integrada de Segurança Pública e reorganiza o Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Niterói (GGIM- Niterói) e o Observatório Municipal de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública Lei Federal nº 13.675/2018. Disponível em: < Lei Ordinária 3370 2018 de Niterói RJ (leismunicipais.com.br) > Acesso em: 15 ago 2021.
- _____. Lei nº 3.374, de 16 de outubro de 2018. Dispõe sobre a criação do sistema de premiação especial por apreensão de arma de fogo do Pacto Niterói Contra a Violência e dá outras providências. Disponível em: < Lei Ordinária 3374 2018 de Niterói RJ (leismunicipais.com.br) >. Acesso em: 15 ago. 2021.
- _____. Lei nº 3.373, de 8 de outubro de 2018. Dispõe sobre o pagamento de indenização pela entrega voluntária de arma de fogo do Pacto Niterói Contra a Violência e dá outras providências. Disponível em: < Lei Ordinária 3373 2018 de Niterói RJ (leismunicipais.com.br)>. Acesso em: 15 ago 2021.
- QUEIROZ, Christina. Pesquisa FAPESP. *Desarmando a violência. Redução das taxas de homicídio no país passa pela restrição do acesso a armas de fogo, indicam novos estudos*. Edição 281, jul. 2019. Disponível em: <Desarmando a violência : Revista Pesquisa Fapesp>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- QUEIROZ, Leticia Dias. *O papel da educação na prevenção à violência: A construção do projeto Escola da Paz no município de Niterói/RJ* / Leticia Dias Queiroz; Klarissa Almeida Silva Platero, orientadora. Niterói, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Segurança Pública e Social) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, Niterói, 2020.

3

**A contribuição do
Observatório de Segurança
Pública de Niterói no processo
de implementação dos
programas e projetos do Pacto
Niterói Contra a Violência**

AUTORES

Luciano dos Santos Avelar

Felipe Lichsnering Mendes

Introdução

Em 2015, o estado do Rio de Janeiro passou a viver um momento de crise financeira. Os reflexos dessa crise não demoraram a chegar à área da segurança pública e, especificamente, a seus agentes, culminando na paralisação da Polícia Civil, que funcionou com capacidade reduzida, no começo de 2017, devido ao atraso de salários¹. Já no ano de 2016, dados de Registros de Ocorrência da Polícia Civil disponibilizados pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP) registravam o aumento dos índices de crimes em Niterói, em comparação ao ano anterior.

Os três Indicadores Estratégicos de Criminalidade (IEC)² apontavam para o crescimento de casos de letalidade violenta (relacionados a homicídio doloso, morte por intervenção de agente do Estado, latrocínio e lesão corporal seguida de morte), roubos de rua (relativos a roubo a transeunte, de aparelho celular e em coletivo), e roubo de veículos (automóvel e moto), como podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1- Vítimas e registros dos I.E.C. no acumulado de janeiro a dezembro dos anos de 2015 e 2016

INDICADOR	2015	2016	DIF. ABS.	DIF. %
Letalidade Violenta	165	187	+ 22	+ 13,33
Roubos de Rua	3.609	5.020	+ 1.411	+ 39,10
Roubo de Veículos	1.273	1.520	+ 247	+ 19,40

Fonte: Base de Dados ISP. Dados trabalhados pelo autor

1 Policiais civis do RJ fazem paralisação, diz sindicato. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/policiais-civis-do-rj-fazem-paralisacao-diz-sindicato.ghtml>>. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

2 Definidos pelo Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados no Decreto nº 41.931 de 25 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_41_931_-_250609.htm>. Acesso em: 28 de fev. de 2021.

Nesse cenário, a administração local decidiu priorizar a segurança pública e aumentar gradativamente os investimentos na área, como indica a Imagem abaixo, retirada do texto base do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV)³, um marco entre as iniciativas para enfrentar esse cenário de crise. Desde 2013, cresce a aplicação de recursos em policiamento e prevenção à violência no município. A imagem abaixo indica o incremento feito nos recursos aportados do orçamento da Secretaria de Ordem Pública de Niterói, que passou de pouco mais de R\$ 18 milhões, em 2014, para cerca de R\$ 70 milhões, em 2018, um aumento de aproximadamente 360%.

EVOLUÇÃO DESPESAS MUNICÍPIO DE NITERÓI COM SEGURANÇA PÚBLICA



Evolução das despesas do Município de Niterói com Segurança Pública por ano (2014-2018).

Fonte: Texto base do Pacto Niterói Contra a Violência (2018, p. 3)

Entre as medidas adotadas está a expansão da Guarda Municipal com aumento e capacitação do efetivo e melhoria na infraestrutura, com a construção de uma nova sede e do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), que ganhou um sistema de monitoramento por câmeras espalhadas pela cidade. Em 2017, mais um desdobramento da nova política pública instituiu o Programa Niterói Presente. Financiado pela prefeitura, por meio do

³ Disponível em: <<http://www.niteroi.rj.gov.br/downloads/texto-base.pdf>>. Acesso em: 28 de fev. de 2021.

Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis), o convênio entre o governo do estado e o município elevou as vagas para policiamento nas ruas. Em 2018, foi a vez da recuperação de veículos e da ampliação da ajuda de custo a funcionários da área de segurança, além de reformas de estruturas físicas que abrigavam os policiais, já no escopo previsto pelo PNCV.

Como uma ferramenta para coletar dados e informações públicas (evidências) e monitorar e aprimorar os resultados dessa nova iniciativa, é criado o Observatório de Segurança Pública (OSPNit)⁴. Além de sanar a crônica ausência de informações desse campo de conhecimento, o órgão passou a monitorar os indicadores do município, tendo como fonte principal, no início da operação, os dados de Registros de Ocorrência de delegacias da Polícia Civil, fornecidos pelo ISP/RJ. A gestão do conhecimento, feita por meio do levantamento de indicadores e evidências, subsidia os gestores públicos para aferir a efetividade dos investimentos, possíveis ajustes e mudanças de rumo e de criação de novas políticas públicas baseadas em evidências. Ou seja, como observado por Azevedo (2012), essas estatísticas criminais são importantes ferramentas de inteligência e instrumentos de informação para basear melhor políticas públicas de segurança, subsidiando as tomadas de decisões, o planejamento e também o monitoramento e avaliação dessas ações voltadas para a área, além de promover o debate, capitaneado pelo Gabinete de Gestão Integrada.

Observatórios de Segurança Pública Municipal – nível federal

A criação de Observatórios de Segurança Pública dos municípios surge em coletânea lançada em 2009 pelo Ministério da Justiça em relação aos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM), sendo uma parte fundamental e essencial para o seu funcionamento. O órgão é responsável pela “coleta, sistematização, análise e produção de conhecimento em segurança pública do Município de Niterói, por meio de dados sobre violência e criminalidade, a partir de fontes públicas

4 No dia 15 de abril de 2016, foi publicado o decreto nº 12.248 que diz em seu artigo 1º: “fica criado o Observatório de Segurança Pública do Município de Niterói (OSPNit) no âmbito do Centro Integrado de Segurança Pública, ao qual caberá organizar e analisar os dados sobre a violência e a criminalidade local, a partir das fontes públicas ou privadas, bem como monitorar a efetividade das ações de segurança pública no Município”.

e sociais” (NITERÓI, 2018). Como fontes de dados a serem trabalhadas por um Observatório de Segurança Pública, uma cartilha elaborada pelo Ministério da Justiça (BRASIL, 2011, p. 30) define como possibilidades:

- Sistema de informação policial – disponibiliza dados de natureza estatística policial: diagnóstico das ocorrências, análises estatísticas e informações obtidas a partir de sistema de geoprocessamento, entre outros;
- Pesquisa de vitimização – reúne dados de natureza qualitativa sobre ocorrências e vítimas a partir de experiências com diversas formas de violência relatadas por membros da comunidade. É uma fonte valiosa de informações, com as quais é possível aprofundar os movimentos da criminalidade, oferecendo alternativas complementares aos problemas de subestimativas presentes nas estatísticas oficiais;
- Outros sistemas – reúnem dados sobre a situação socioeconômica da população, como, por exemplo, os que são gerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (DataSUS).

A missão do Observatório de Segurança Pública de Niterói

Outras finalidades do OSPNit são: contribuir com a gestão da informação; oferecer transparência às informações dos órgãos de segurança pública; produzir diagnósticos qualificados; monitorar, avaliar e propor políticas, programas e projetos; padronizar a coleta, análise e divulgação dos dados e informações; produzir dados confiáveis e informações qualificadas; democratizar o acesso às informações; incentivar a produção científica e a participação social.

A distribuição por Circunscrição Integrada de Segurança Pública (CISP) corresponde às áreas de atuação e responsabilidade das Delegacias de Polícia Civil e das Companhias Integradas de Polícia Militar em todo Estado⁵. No caso de Niterói, também corresponde à área das Inspetorias Regionais da Guarda Municipal. O Município de Niterói hoje é dividido em cinco CISP, que são 76, 77, 78, 79 e 81⁶.

5 A compatibilização de áreas entre Delegacias e Companhias Integradas através das Circunscrições Integradas de Segurança Pública foi feita através do Decreto 41.930/2009.

6 Os bairros de atuação de cada CISP do município correspondem, segundo o Instituto de Segurança Pública a: CISP 76 – Centro, Ponta d’ Areia, Ilha da Conceição, São Lourenço, Fátima, Morro do Estado, Ingá, São Domingos, Gragoatá e Boa Viagem; CISP 77 – Santa Rosa, Icaraí, Vital Brasil, Pé Pequeno, Viradouro e Cubango; CISP 78 – Fonseca, Viçoso Jardim, Caramujo,



*Apresentação
do Observatório
de Segurança
Pública de
Niterói – 2019*

Segundo consta no próprio site do ISP⁷, as incidências criminais e administrativas são reunidas em cerca de 50 títulos⁸ e divulgadas. Essas informações são geradas pelos Registros de Ocorrência (RO), lavrados nas delegacias de polícia, passando por um controle de qualidade interno da própria Polícia Civil, antes de serem processados pelo ISP. É possível também observar quantos registros ou vítimas⁹, além da tipificação do delito, foram registrados por mês e ano.

A atuação do OSPnit no processo de monitoramento e avaliação da política municipal de prevenção a violência

O OSPnit inicia um processo de ampliação de escopo e olhar para além das estatísticas criminais, por meio de informações relevantes capazes de influenciar o processo de tomada de decisão a respeito da eficácia dos programas e ou projetos do PNCV. Essa mudança pode ser percebida quando o Sistema Municipal de Gestão Integrada de Segurança Pública¹⁰ reorganiza o Observatório, vinculando-o à Secretaria Executiva do PNCV. Entre os “produtos”

Baldeador, Santa Bárbara, Tenente Jardim, Engenhoca, Santana e Barreto; CISP 79 – Jurujuba, Charitas, São Francisco, Cachoeiras, Maceió, Largo da Batalha, Ititioca, Badu, Sapê, Matapaca, Vila Progresso, Muriqui, Maria Paula e Cantagalo; CISP 81 - Itaipu, Camboinhas, Itacoatiara, Piratininga, Cafubá, Jacaré, Rio do Ouro, Engenho do Mato, Várzea das Moças e Jardim Imbuí.

7 Disponível em: < <https://www.ispdados.rj.gov.br:4432/metodDivulDados.html>>. Acesso em 25/08/2021.

8 Dentre esses 50 títulos agregados e disponibilizados, há a definição dos chamados Indicadores Estratégicos de Criminalidade (IEC), que implantam o Sistema de Definição e Gerenciamento de Metas, definindo que os IEC serão Letalidade Violenta, composto pela soma de vítimas de Homicídio Doloso, Morte por Intervenção de Agente do Estado, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte; Roubos de Rua, composto pela soma de Roubo a Transeunte, Roubo de Aparelho Celular e Roubo em Coletivo; e Roubo de Veículos. Posteriormente, o Decreto nº 41.931, de 25 de junho de 2009, adicionou no rol o Roubo de Carga.

9 Na produção de estatística, considera-se crimes contra a pessoa o número de vítimas; enquanto para crimes e ocorrências contra o patrimônio, é considerado o número de registros.

10 Criado pela Lei nº 3.370, publicada em 6 de setembro de 2018.

descritos por lei que o Observatório deverá entregar estão:

- 1) Relatório mensal de monitoramento das ações de prevenção e policiamento do Pacto Niterói Contra a Violência;
- 2) Relatório mensal dos indicadores de criminalidade para o GGIM;
- 3) Relatório detalhado da dinâmica criminal de cada CISP;
- 4) Proposição de um Plano de Policiamento Integrado;
- 5) Realizar uma pesquisa de vitimização anual;
- 6) Acompanhamento e confecção de relatórios sobre os indicadores de prevenção, infrequência escolar, abandono e evasão escolar, número de registros de violência na escola, número de notificações de violência contra a criança e adolescente e o número de pessoas atendidas com ferimento por causa externa.

A proximidade com os programas e projetos vinculados ao PNCV, como o Programa Poupança Escola (PPE) e o Programa Escola da Família, permitiu um melhor entendimento da realidade social e das intervenções. O que trouxe para o debate analítico diversos outros indicadores sociais que apresentam, de forma mais panorâmica, a realidade socioespacial no município.

Após reuniões da equipe do OSPNiterói com os gerentes dos programas do PNCV, foi proposta uma Matriz de Indicadores que servisse como base para a construção de um painel de monitoramento de indicadores de implementação dos programas e/ou projetos do Pacto. Alguns critérios compõem essa matriz, como a identificação de fatores críticos e o estabelecimento de um plano de ação.

Além disso, a presença ou não de alguns atributos (utilidade, representatividade, confiabilidade metodológica e disponibilidade) determinaram a adequação desses parâmetros aos seus respectivos programas e/ou projetos. Durante o processo, observaram-se quais apontamentos (na verdade, dúvidas) sobre a representatividade do indicador eram comuns aos gerentes do PNCV. A alternativa foi formular mais de um indicador por programa. As tabelas a seguir trazem alguns desses índices:

PROGRAMAS	DENOMINAÇÃO	CONCEITUAÇÃO	FONTES	MÉTODO DE CÁLCULO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO
ESCOLA DA FAMÍLIA	Taxa de Adesão ao Pré-Natal	Representa a proporção de gestantes cadastradas no Pré-Natal, no município, em relação ao quantitativo de gestantes estimado por metodologia do Ministério da Saúde.	Coordenação do Programa de Saúde da Mulher	(nº total de gestantes cadastradas no Pré-natal / nº total estimado de gestantes para o período)	Anual
	Taxa de Conclusão à Oficina de Formação Parental	Representa a proporção de profissionais que concluíram a Oficina de Formação Parental, em relação ao objetivo do projeto.	OSC	(nº total de profissionais que concluíram a formação / nº total de profissionais previstos para serem formados pelo programa)	Bimestral
	Taxa de Adesão ao Grupo Educativo de Formação Parental	Representa a proporção de gestantes que aderiram ao Grupo Educativo de Formação Parental, em relação ao total de gestantes cadastradas no Pré-natal.	Relatório do Gerente do Projeto	(nº total de gestantes que aderiram à formação / nº total de gestantes cadastradas no Pré-natal)	Bimestral
	Taxa de Conclusão ao Grupo Educativo de Formação Parental	Representa a proporção de gestantes que concluíram o Grupo Educativo de Formação Parental, em relação ao total de gestantes que aderiram ao Grupo Educativo de Formação Parental.	Relatório do Gerente do Projeto	(nº total de gestantes que concluíram a formação / nº total de gestantes que aderiram à formação)	Bimestral
	Taxa de Gestantes beneficiárias do Incentivo	Representa a proporção entre o nº total de gestantes beneficiárias do Incentivo ao Pré-Natal Seguro, em relação ao nº total de gestantes que concluíram o Grupo Educativo de Formação Parental	Relatório do Gerente do Projeto	(nº total de gestantes beneficiárias do incentivo / nº total de gestantes que concluíram a formação)	Bimestral

PROGRAMAS	DENOMINAÇÃO	CONCRETIZAÇÃO	FONTE	MÉTODO DE CÁLCULO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO
JOVEM ECOSOCIAL	Taxa de Retenção dos Jovens ao Programa	Representa a proporção entre o nº de jovens que permanecem no programa e o número inicial de jovens admitidos no programa.	FIRJAN	(nº total de jovens ativos no programa / nº total de jovens admitidos no programa)	Mensal
	Taxa de Evasão Escolar dos Participantes	Representa a proporção entre o nº de jovens participantes do programa que evadiram da escola.	FIRJAN	(nº total de jovens participantes que evadiram da escola / nº total de jovens admitidos no programa que estavam matriculados em escola)	Mensal
	Taxa de Concluintes Inscritos no Banco de Oportunidades	Representa a proporção entre o nº de jovens que concluíram o programa e se inscreveram no Banco de Oportunidades e o nº de jovens que concluíram o programa.	FIRJAN e Banco de Oportunidades	(nº de jovens que concluíram o programa e se inscreveram no Banco de Oportunidades / nº de jovens que concluíram o programa)	Ao final do programa
	Total de Atividades de Recuperação de Ecossistemas	Representa o nº total de atividades de recuperação de ecossistemas promovidas pelo projeto.	FIRJAN	(nº total de atividades de recuperação de ecossistemas realizadas)	Bimestral/ Trimestral
	Total de Atividades de Monitoramento de Rios e Canais	Representa o nº total de atividades de monitoramento de rios e canais promovidas pelo projeto.	FIRJAN	(nº total de atividades de monitoramento realizadas)	Bimestral/ Trimestral
	Total de Atividades de Educação Ambiental	Representa o nº total de atividades de educação ambiental, incluindo ações para a redução do risco de queimadas, promovidas pelo projeto.	FIRJAN	(nº total de atividades de educação ambiental)	Bimestral/ Trimestral
	Taxa de Conclusão do Programa	Representa a proporção entre o nº de jovens que concluíram o programa e o número inicial de jovens admitidos no programa.	FIRJAN	(nº total de jovens que concluíram o programa / nº total de jovens admitidos no programa)	Ao final do programa

PROGRAMAS	DENOMINAÇÃO	CONCEITUAÇÃO	FONTE	MÉTODO DE CÁLCULO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO
AÇÃO TERRITORIAL URBANA	Taxa Média de Execução das Obras	Representa a média percentual de execução do conjunto de obras de infraestrutura e Urbanismo previstas no projeto.	SMO ou EMUSA	(somatório dos percentuais de execução de cada obra / total de nº de obras)	Mensal (a depender da medição realizada pela EMUSA)
	Total de Encontros de Escuta Local	Representa o nº total de encontros de escuta local realizados junto à comunidade no período de referência.	Gerente do Projeto	(nº total de encontros de escuta local)	Mensal
	Total de Reuniões do Comitê Territorial Integrado	Representa o nº total de reuniões do comitê territorial integrado realizadas no período de referência	Comitê Territorial Integrado	(nº total de reuniões do comitê)	Mensal

PROGRAMAS	DENOMINAÇÃO	CONCEITUAÇÃO	FONTE	MÉTODO DE CÁLCULO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO
BANCO DE OPORTUNIDADES	Total de Atividades Ofertadas	Representa o nº total de atividades socioeducativas e pedagógicas ofertadas no período de referência.	Relatório da Plataforma	(o nº total de atividades socioeducativas e pedagógicas ofertadas no período de referência)	Mensal
	Taxa de Participação dos Usuários da Plataforma	Representa a proporção entre o nº total de usuários cadastrados que participaram/participam de uma ou mais atividades ofertadas pela plataforma e o nº total de usuários cadastrados na plataforma.	Relatório da Plataforma	(nº de usuários participantes de atividades na plataforma / nº de usuários totais da plataforma)	Mensal
	Taxa de Satisfação do Usuário	Representa a proporção entre usuários satisfeitos com o programa e a quantidade total de usuários da plataforma.	Relatório da Plataforma	(nº total de usuários satisfeitos / nº total de usuários da plataforma)	Trimestral
	Total de Jovens Cadastrados no Banco de Oportunidades	Representa o nº total de jovens cadastrados no banco de oportunidades da plataforma digital.	Relatório da Plataforma	(nº total de jovens cadastrados no banco de oportunidades)	Mensal
	Total de Empresas Cadastradas no Banco de Oportunidades	Representa o nº total de "Empresas Parceiras" cadastradas no banco de oportunidades da plataforma digital.	Relatório da Plataforma	(nº total de empresas cadastradas no banco de oportunidades)	Mensal
	Total de Vagas ofertadas no Banco Oportunidades	Representa o nº total de vagas ofertadas pelas "Empresas Parceiras" cadastradas no banco de oportunidades da plataforma digital.	Relatório da Plataforma	(nº total de vagas ofertadas pelas empresas cadastradas no banco de oportunidades)	Mensal
	Total de Jovens alocados no mercado de trabalho	Representa o nº total de jovens alocados em vagas de jovem aprendiz, estágio ou emprego, a partir do banco de oportunidades.	Relatório da Plataforma ou Relatório Gerencial (depende da funcionalidade da plataforma)	(nº total de jovens alocados em vagas de jovem aprendiz, estágio ou emprego)	Mensal

PROGRAMAS	DENOMINAÇÃO	CONCEITUAÇÃO	FONTE	MÉTODO DE CÁLCULO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO
ESPAÇO NOVA GERAÇÃO- ENG	Taxa de Execução de Atividades Previstas	Representa a proporção entre as atividades executadas pelos ENG's, em relação ao nº total de atividades previstas para ocorrer.	OSC	(nº de atividades executadas / nº total de atividades previstas)	Mensal
	Total de Alunos Matriculados nos ENG's	Representa o nº total de alunos matriculados em um dos Espaços Nova Geração.	OSC	(nº total de alunos matriculados nos ENG's)	Mensal
	Taxa de Frequentantes nas ENG's	Representa a proporção de alunos matriculados frequentantes das ENG's, em relação ao nº total de alunos matriculados em um dos Espaços Nova Geração.	OSC	(nº total de alunos matriculados frequentantes / nº total de alunos matriculados nos ENG's)	Mensal
	Taxa de Alunos com Plano de Trabalho	Representa a proporção de alunos com a demanda de um plano de trabalho individualizado, em relação ao nº total de alunos matriculados nos Espaços Nova Geração.	OSC	(nº total de alunos com demanda de plano de trabalho / nº total de alunos matriculados nos ENG's)	Mensal
	Taxa de Alunos Executando o Plano de Trabalho	Representa a proporção de alunos executando o seu plano de trabalho individualizado, em relação ao nº total de alunos com a demanda de um plano de trabalho individualizado.	OSC	(nº total de alunos executando seu plano de trabalho individualizado / nº total de alunos com demanda de plano de trabalho)	Mensal

PROGRAMAS	CONCEITUAÇÃO			FONTE	MÉTODO DE CÁLCULO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO
	DENOMINAÇÃO					
REDE MEDIAR	Total de Mediadores formados	Representa o total de mediadores comunitários formados no período de referência.	Tribunal de Justiça ou OSC	(nº de mediadores formados no período de referência)	Trimestral	
	Taxa de Realização de Supervisão	Representa a razão entre o total de mediadores formados que realizaram a supervisão e o total de mediadores formados.	Tribunal de Justiça ou OSC	(nº de mediadores formados que realizaram a supervisão / nº total de mediadores formados)	Trimestral	
	Total de Núcleos de Mediação em funcionamento	Representa o total de Núcleos de Mediação em funcionamento	Relatório da gerência do projeto	(nº de núcleos de mediação em funcionamento)	Trimestral	
	Total de Atendimento realizados	Representa o total de atendimentos realizados nos Núcleos de Mediação no período de referência	Núcleos de Mediação	(nº total de atendimentos realizados nos núcleos de mediação)	Mensal	
	Total de Mediações realizadas	Representa o total de mediações realizadas nos Núcleos de Mediação no período de referência	Núcleos de Mediação	(nº total de mediações realizadas nos núcleos de mediação)	Mensal	
	Total de casos de Ameaças	Representa o número de vítimas de casos de Ameaças no período de referência	ISP-RJ	(nº total de vítimas de casos de ameaça)	Mensal	
	Total de casos de Lesão Corporal Dolosa	Representa o número de vítimas de casos de Lesão Corporal Dolosa no período de referência	ISP-RJ	(nº total de vítimas de lesão corporal dolosa)	Mensal	

PROGRAMAS	DENOMINAÇÃO	CONCEITUAÇÃO	FONTE	MÉTODO DE CÁLCULO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO
ESCOLA DA PAZ	Taxa de Inscritos na Formação	Representa a proporção de profissionais inscritos para a formação e o total de vagas disponibilizadas no ciclo.	OSC Viração Educomunicação	$(\text{total de profissionais inscritos no ciclo} / \text{total de vagas disponibilizadas no ciclo}) \times 100$	Semestral*
	Taxa de Inscritos por Escola	Representa a proporção de profissionais da unidade educacional inscritos para a formação e o total de vagas disponibilizadas por escola no ciclo.	OSC Viração Educomunicação	$(\text{total de profissionais da unidade educacional inscritos no ciclo} / \text{total de vagas disponibilizadas por escola no ciclo}) \times 100$	Semestral*
	Taxa de Profissionais Formados	Representa a proporção de profissionais formados em relação ao total de inscritos na formação no ciclo.	OSC Viração Educomunicação	$(\text{total de profissionais formados no ciclo} / \text{total de inscritos no ciclo}) \times 100$	Semestral*
	Taxa de Satisfação do Profissional Formado com o Conteúdo Teórico	Representa a proporção de profissionais satisfeitos com o conteúdo teórico da formação e o total de participantes.	OSC Viração Educomunicação	$(\text{total de profissionais formados satisfeitos com o conteúdo teórico} / \text{total de participantes}) \times 100$	Semestral*
	Número de Registros de Situações de Violência no Ambiente Escolar	Representa o número total de situações de violência registrados pela Guarda Municipal no período.	Observatório de Segurança Pública (BOGCM)	Número total de registros de de boletins de ocorrência classificados como situação de violência.	Mensal
	Infrequência Escolar	Representa a incidência de faltas por escola	INEP	Número de faltas	Diário
	Evasão Escolar	Saída antecipada, antes da conclusão do ano, série ou ciclo, por desistência (independente do motivo).	INEP	$\text{TEV} = 100 - (\text{Taxa de Promoção} + \text{Taxa de Repetência})$	Anual
	Abandono Escolar	Indica a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo.	INEP	$[\text{ABA}/(\text{APR} + \text{REP} + \text{ABA})] \times 100$	Anual

O OSPNIt é pioneiro na implementação de uma cultura avaliativa no município ao propor seminários para discutir desde temas como modalidades de intervenção social, aspectos-chave do processo avaliativo, até monitoramento das intervenções. A partir de encontros com os gerentes do PNCV, estabeleceu-se uma Estimativa de Avaliabilidade, “um instrumento, um recurso para facilitar a comunicação entre avaliadores e interessados para determinar se um programa é ‘avaliável’”. (WORTHERN, 2004, p. 279)

A atuação do OSPNIt na formulação de indicadores de monitoramento dos programas e/ou projetos do Pacto Niterói Contra a Violência

Ainda que seja considerado um tema fundamental na esfera pública, ainda existe pouco entendimento sobre o que seja um indicador. Como são classificados? Quais as suas propriedades? Qual a sua adequação aos propósitos da instituição? E como interpretar os resultados dos indicadores? A conceituação de indicador apresenta-se como um enorme desafio para a Administração Pública.

Para Jannuzzi (2017) “um indicador é uma medida normalmente quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para aproximar, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou programático”.

Entretanto a Fundação Nacional de Qualidade (FNQ) tem uma visão mais restrita sobre o tema:

Sua característica principal é a existência de fórmulas mais complexas para seu cálculo que preconizam, no mínimo, uma razão (conta de dividir) entre duas informações. Se não houver divisão de duas informações, então não existe indicador genuíno, apenas uma informação (ou um número “puro”). (FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE, 2012, p.17)

Mas não restam dúvidas de que se trata de dispositivo indispensável para estabelecer um compromisso com a qualidade, a eficácia e eficiência na execução da administração pública, permitindo aos cidadãos aferirem o

seu desempenho. Para isso, o OSPNit firmou Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com as secretarias vinculadas ao PNCV. A missão era auxiliar no entendimento da estrutura lógica das intervenções, na identificação dos processos-chave e do tipo de indicadores mais apropriados. E o Modelo Lógico e/ou Mapa de Processos e Resultados foi a ferramenta de gestão que identificou todas as etapas, os fluxos e os objetivos para o funcionamento efetivo desses programas e projetos do pacto.

Considerações finais

A cada dia cresce a demanda por informações tempestivas (dados gerados, coletados e analisados) no setor público, associada à necessidade de transformar o conhecimento em algo útil e relevante que permita uma tomada de decisão das instituições e resulte na melhoria de processos.

Apesar de recente, a importância da institucionalização das atividades de monitoramento e avaliação, no Brasil, está relacionada ao aperfeiçoamento da implementação das políticas públicas, programas e ou projetos, contribuindo para o fortalecimento dos processos de comunicação, transparência e da prestação de contas, que tornam a política pública mais eficaz e eficiente.

O acesso a informações úteis, relevantes e tempestivas permite que a gestão possa, na medida em que os problemas são identificados, escolher a melhor decisão a ser tomada, o que possibilita prestar serviços de qualidade não só aos grupos mais vulneráveis como também a toda a sociedade.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de. *Uso das estatísticas criminais e planejamento das atividades policiais: um estudo sobre a percepção dos profissionais de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, IESP, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça – Assessoria Especial de Assuntos Federativos. *Gabinete de Gestão Integrada Municipal - GGIM*. Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

- FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE. *Indicadores de Desempenho – Estruturação do Sistema de Indicadores Organizacionais*. 3. ed. São Paulo: Fundação Nacional da Qualidade, 2012.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil / Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.*
- NITERÓI, Decreto nº 12.248/2016 - Cria o observatório de segurança pública do município de Niterói, no âmbito do centro integrado de segurança pública, sem aumento de despesas.
- ____. Lei nº 3370/2018 - Cria o Sistema Municipal de Gestão Integrada de Segurança Pública e reorganiza o Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Niterói (GGIM-Niterói) e o Observatório Municipal de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública Lei Federal nº 13.675/2018.
- ____. Lei Municipal 3370 de 5 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2018/337/3370/lei-ordinaria-n-3370-2018-cria-o-sistema-municipal-de-gestao-integrada-de-seguranca-publica-e-reorganiza-o-gabinete-de-gestao-integrada-municipal-de-niteroi-ggim-niteroi-e-o-observatorio-municipal-de-seguranca-publica-no-ambito-do-sistema-unico-de-seguranca-publica-lei-federal-n-13675->>>
- PREFEITURA DE NITERÓI. Pacto Niterói Contra a Violência, 2018. *História do Pacto Niterói Contra a Violência*. Disponível em: <<http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/o-pacto/historia-do-pacto-niteroi-contra-violencia/>>>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.
- UCHOA, CARLOS Eduardo. *Elaboração de indicadores de desempenho institucional*. Brasília: ENAP, 2013.
- WORTHERN, B. R. et al. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. Edusp. 2004, p. 279

4

**O Centro Integrado de
Segurança Pública e
o desenvolvimento de
tecnologias de segurança**

AUTORES

Nilson Luiz Cardoso Cunha

Sérgio Renato Cajado Santarém

Introdução

O uso de câmeras na Segurança Pública, distribuídas em locais pensados de acordo com a mancha criminal das cidades, tem sido uma estratégia exitosa. A captura de imagens possibilita identificar os autores de flagrantes ilegais, colaborando com os processos investigativos do sistema de justiça e segurança pública. O Centro Integrado de Segurança Pública (CISP) tornou-se referência na área e centraliza e direciona as atividades de Segurança Pública no âmbito municipal. Situado na Região Oceânica, o trabalho de videomonitoramento é feito em conjunto por agentes da Guarda Civil Municipal (GCM), de Trânsito (NitTrans), do Niterói Presente, da Polícia Militar (PM), com o suporte do Núcleo de Inteligência do CISP. A cidade tem cerca de 522 câmeras de segurança que monitoram ruas e avenidas 24 horas por dia.

A Prefeitura de Niterói ainda disponibiliza outras 70 câmeras inteligentes do cercamento eletrônico que funcionam como portais de segurança nas entradas e saídas da cidade. Tais câmeras são capazes de captar em segundos a placa de um veículo suspeito e a sua identificação é inserida no sistema. Se ele passar pelo cercamento eletrônico, será monitorado em tempo real por todas as câmeras do CISP. Os canais de atendimento à população são os números de telefone 153 e pelo aplicativo do WhatsApp (21) 98450-0153, que visam a agilizar as comunicações. Os agentes da GCM e da Polícia Militar (PM) também podem ser contactados via rádio transmissor.

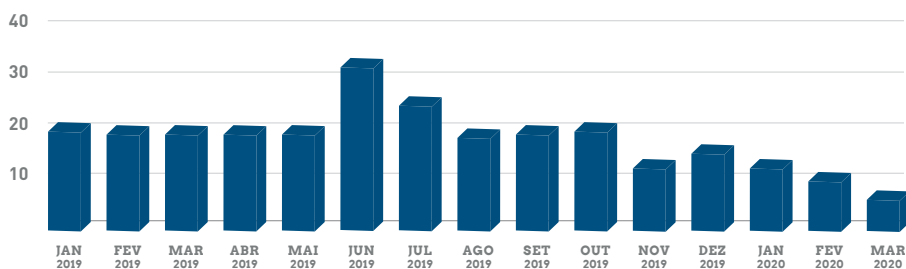
Para o desenvolvimento desse capítulo levamos em consideração a nossa experiência e participação na implementação do CISP. A temática do cercamento eletrônico na cidade é um dos pilares desse trabalho, pois trata-se de um dos principais recursos para controlar e coibir o roubo e furto de cargas e veículos. Para apresentar o CISP de Niterói foram consultadas fontes de pesquisa como o site eletrônico da pre-

feitura, além da legislação municipal pertinente. Objetivamos apresentar os projetos de tecnologia para a segurança pública que estão em processo de implantação e implementação a partir do CISP, ressaltando a importância do uso de câmeras inteligentes pela GCM e, com isso, aproximar a instituição dos moradores do município e ressaltar a importância em se investir em tecnologias de monitoramento inteligentes.

A instalação de um sistema de câmeras inteligentes pela cidade ajuda na prevenção e na diminuição dos delitos, além de facilitar e agilizar a pronta resposta policial, assim como auxilia na identificação de criminosos. Essa identificação em tempo real possibilita a abertura de inquéritos policiais e entrega uma resposta satisfatória de materialidade que facilita o preenchimento dos requisitos exigidos no direito penal.

Segundo o Observatório de Segurança Pública de Niterói (OSPNit), esses investimentos geraram resultados positivos, pois, conforme podemos exemplificar a partir do gráfico abaixo, a respeito dos índices de letalidade violenta entre janeiro de 2018 a março de 2020, os dados apontam que houve uma queda no número de casos. Cabe ressaltar que a partir do Decreto nº 13.517/2020 que “dispõe sobre novas medidas para o enfrentamento e combate à disseminação do coronavírus (covid-19) no município de Niterói e dá outras providências”, a partir do dia 19 de março de 2020 houve uma considerável alteração nas dinâmicas de circulação da cidade.

SÉRIE HISTÓRICA DE LETALIDADE VIOLENTA



Fonte: OSPNit, com dados disponibilizados pelo ISP/RJ

Premiada no evento Connected Smart Cities 2021, Niterói ratifica sua vocação para ser uma Cidade Inteligente e Sustentável¹, ocupando o 9º lugar geral do ranking no Brasil. Ademais, o projeto Niterói Que Queremos² está conectado aos motores de crescimento (AZEVEDO GUEDES *et al.*, 2018) mais importantes das Smart Cities, como segurança pública, políticas públicas, inovação e aplicações tecnológicas para as cidades.

Niterói contribui com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030 da ONU

A Prefeitura de Niterói vem cerrando fileiras na adesão a grandes projetos globais, como a Agenda 2030 da ONU — para promover sociedades comprometidas com a paz, a inclusão e o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso universal à Justiça e tornando as medidas para segurança e ordenamento público mais eficazes — e seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)³. O projeto do Cercamento Eletrônico se conecta com o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes) e, mais especificamente, com a meta 16.1: “Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas em todos os lugares”⁴. Essa meta está sendo consolidada no município e até o final da agenda, em 2030, temos o compromisso de fazê-la avançar.

O CISP no plano Niterói Que Queremos (NQQ)

O Niterói Que Queremos (NQQ 2013-2033) é um plano estratégico de desenvolvimento com metas de curto, médio e longo prazos, baseado em projetos estratégicos estruturadores. Esses são divididos em áreas de resultados — “Organizada

1 Uma forma mais atual e abrangente de entender uma cidade inteligente a partir da integração de conhecimentos e experiências existentes é a de uma cidade inovadora, que combina aspectos de inteligência e sustentabilidade por meio de uma governança que integra as interações dos stakeholders e que utiliza a tecnologia para otimizar serviços e infraestrutura para melhorar a qualidade de vida. [...] A tecnologia fornece os meios para a melhoria e a conexão de atores e serviços visando alcançar um desenvolvimento urbano sustentável, atualizando o desempenho socioeconômico, ecológico, logístico, gerencial e competitivo da cidade e a qualidade de vida de sua população, garantindo assim que as necessidades das gerações presentes e futuras sejam atendidas. (AZEVEDO GUEDES *et al.*, 2018).

2 Plano de desenvolvimento que estabelece metas e indicadores a serem alcançados nos próximos 20 anos.

3 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030. Acesso em: 25 set 2021. Disponível em: [Objetivos de Desenvolvimento do Milênio \(unicef.org\)](https://www.unicef.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-do-milênio).

4 Disponível em: ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes - Ipea - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Acesso em: 25 set 2021.

e Segura”, “Saudável”, “Escolarizada e Inovadora”, “Próspera e Dinâmica”, “Vibrante e Atraente”, “Eficiente e Comprometida” e “Inclusiva” — , que visam a preparar a cidade para os desafios atuais e do futuro. O CISP integra o eixo Niterói Organizada e Segura, cujos objetivos são:

- Tornar a mobilidade urbana em Niterói mais ágil e humana;
- Aprimorar a qualidade, organização e uso do espaço urbano, viabilizando o desenvolvimento e a equivalência das regiões do município;
- Ampliar a capacidade de resiliência e de resposta de Niterói aos desastres naturais;
- Reduzir as incidências de violência e criminalidade.

O CISP é um equipamento fundamental que, além do monitoramento com televisores e computadores de alta tecnologia, agrega informações de trânsito, Segurança Pública e Defesa Civil. Essa integração de dados otimiza a atuação da prefeitura e dos agentes envolvidos com a gestão da cidade. O CISP, que em momentos de emergência opera como um gabinete de crise, está contribuindo com os seguintes objetivos do NQQ:

- Implantar o monitoramento inteligente da cidade por meio de controle das entradas e principais vias – Cercamento Eletrônico;
- Realizar o controle de tráfego e fluxo de veículos;
- Implementar sistemas de sinalização e iluminação inteligente, integrando os principais centros de controle;
- Enfatizar a atuação preventiva contra a violência, por meio de políticas sociais, do monitoramento da cidade e da ampliação da ação da Guarda Civil Municipal (GCM), com foco na relação mais próxima com a população e na mediação de conflitos;
- Integrar as políticas de segurança das três esferas (municipal, estadual e federal), ampliando a cooperação junto às forças estaduais e federais.

O CISP no Pacto Niterói Contra a Violência

Com o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), a partir de 2018, o primeiro passo foi o levantamento Diagnóstico da Violência. À análise de indicadores criminais, sociais e a uma pesquisa

de vitimização, seguiu-se uma intensa fase de engajamento e formulação coletiva com as áreas técnicas do município, organizações da sociedade civil, empresariais, religiosas, universidades e outros órgãos públicos.



A consolidação das medidas do PNCV, implementadas desde 2013, bem como um conjunto inédito de ações para os próximos anos, configuram-se como um dos maiores esforços que um município já fez na área de Segurança Pública, em todo o país, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), órgão ligado ao Ministério da Economia.

A pesquisa analisou as 120 cidades com o maior número e a maior taxa de homicídios do país e identificou que, até 2020, Niterói estava entre as quatro cidades que mais reduziram as mortes violentas. Com tecnologia de ponta e a implantação do Cercamento Eletrônico, o CISP ganhou agilidade na análise integrada de roubo e furto de veículos, o que vem contribuindo para a queda dos registros, desde 2018. O que coloca Niterói como detentora de um dos melhores resultados em Segurança Pública dos últimos anos:

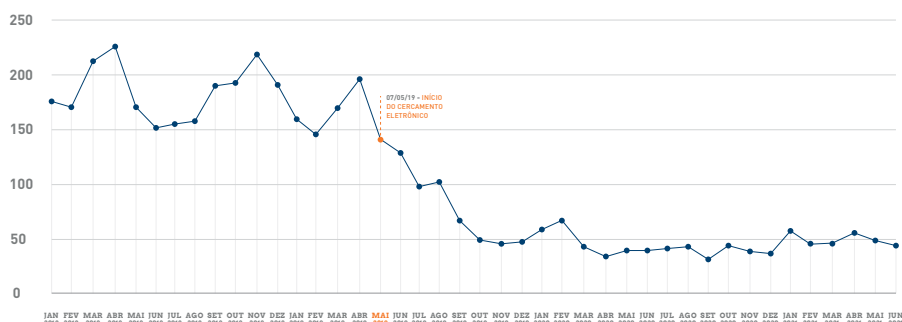
“A segurança de Niterói tem hoje os melhores números da Região Metropolitana e o melhor resultado dos últimos 20 anos. Isso é fruto de um intenso trabalho de todos. Não cruzamos os

*Monitoramento
em tempo real
das vias da
cidade*

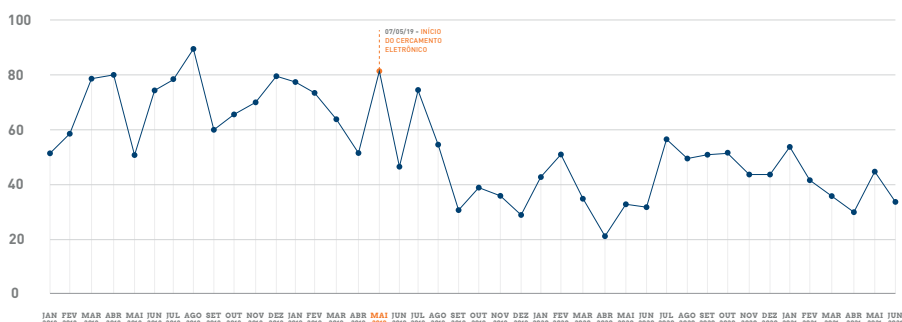
braços e deixamos que o Estado cuidasse da questão da Segurança. Buscamos integrar, planejar e ajudar. Niterói não é uma ilha, sabíamos que era um desafio muito grande assumirmos essa responsabilidade, pois a cidade vivia com medo. Não foi um trabalho fácil, mas o retorno nos mostrou que trilhamos o caminho certo”, destacou o prefeito Rodrigo Neves (NASSER, 2021).

A redução dos índices de criminalidade nos últimos anos é fruto de um trabalho integrado entre os agentes da GCM, PM, Polícia Civil, Niterói Presente, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e todos os outros servidores que atuam na área. Uma iniciativa eficaz que fez despencar os índices de criminalidade na região. O CISP chegou à marca de mais de 91.500 chamadas feitas ao número 153, de janeiro a dezembro de 2020, atendendo às mais variadas demandas, alcançando 3.600 ligações por mês, uma média de 120 por dia.

SÉRIE HISTÓRICA DE ROUBO DE VEÍCULOS EM NITERÓI



SÉRIE HISTÓRICA DE FURTO DE VEÍCULOS EM NITERÓI



Fonte: OSPNit, com dados disponibilizados pelo ISP/RJ ref. jan/2018 a jun/2021

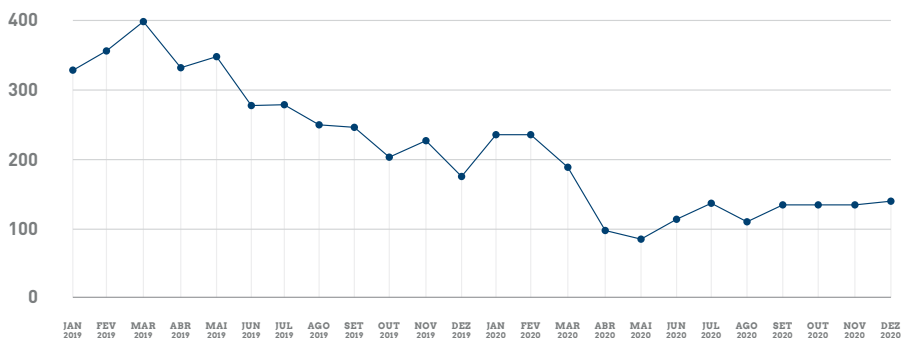
Cercamento Eletrônico

O Cercamento Eletrônico passou a operar em 7 de maio de 2019: são 70 câmeras com inteligência artificial (IA), distribuídas por 19 portais de segurança que monitoram as vias 24 horas por dia. A tecnologia funciona integrada a 522 câmeras do CISP e é capaz de identificar carros roubados, furtados ou clonados e acionar as forças de segurança em tempo hábil.

Quando um veículo em situação irregular é identificado, automaticamente soa um alerta na sala de operações. Os agentes se comunicam com a força policial mais próxima e o suspeito passa a ser rastreado pelas outras câmeras do CISP para uma interceptação segura. Após a abordagem, se a equipe confirmar alguma irregularidade ou houver algum indício de crime, os agentes direcionam o caso para o órgão ou autoridade competente. O sistema realiza também um cruzamento de dados com os arquivos da polícia, facilitando o registro da ocorrência com informações sobre data, local, características do veículo e circunstâncias do delito.

Os agentes da GCM conseguem buscar informações a partir de análises das câmeras de vídeos durante 24 horas do dia, sete dias por semana, seja por alerta em tempo real, seja pela população ou ainda algum agente de segurança pública nas ruas, por identificação de coincidência, com as regras definidas pelo usuário. O CISP contribui de forma efetiva com a redução dos índices de roubo de rua. Se compararmos todos os meses de 2019 com os meses de 2020, houve uma redução de 49,82%, conforme pode ser visto no gráfico abaixo.

SÉRIE HISTÓRICA DE ROUBOS DE RUA



Fonte: OSPNit, com dados disponibilizados pelo ISP/RJ ref. jan/2019 a jun/2021

Os agentes da GCM são os responsáveis pelo monitoramento das câmeras do CISP e dos alertas do Cercamento Eletrônico, como também fazem o atendimento da Central de Emergência, via 153. Além da GCM, agentes da Operação Niterói Presente, da PM e do Núcleo de Inteligência do CISP trabalham nas análises das imagens e fazem a comunicação com outros órgãos de Segurança Pública.

Considerações finais

Desde a implementação do CISP, foi verificado que o uso de tecnologias digitais para a governança da cidade colabora com a redução dos índices de violência e criminalidade, não somente na cidade de Niterói, mas também na região limítrofe. Esses dispositivos inteligentes da Tecnologia da Informação (TI), associados à comunicação direta e à articulação entre os agentes das instituições de polícia e trânsito, são uma peça-chave para a promoção inovadora de políticas de segurança pública e prevenção à violência. O Núcleo de Inteligência do CISP apresenta inovações e implementa novas tecnologias a partir desses resultados satisfatórios.

Em Niterói, estamos construindo um projeto que implantará 40 câmeras especiais, com capacidade para realizar o reconhecimento biométrico facial, distribuídas em locais com grande movimentação. O sistema está em fase de testes e requer adaptações à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e zelo pelos possíveis vieses que esse tipo de tecnologia pode gerar. Mas, uma vez concluídas, entrará em funcionamento a fim de reduzir ainda mais os índices de criminalidade. Essa tecnologia tem sido empregada em diversas cidades do mundo, como Nova York (EUA), Xangai (China) e Campina Grande (PB), como instrumento tanto de prevenção quanto de repressão de delitos. O objetivo em Niterói é identificar desaparecidos e suspeitos e localizar foragidos da Polícia e da Justiça.

A administração local está complementando ações com o uso de outras ferramentas, além dos recursos humanos. Essa integração viabiliza o alcance de resultados rápidos e positivos, sejam financeiros – com a redução da criminalidade – ou sociais – com o retorno em tempo real aos morado-

res. Tais resultados são percebidos positivamente pela população, arrefecendo a antiga sensação de insegurança. Assim, além da prevenção, nossos sistemas reduzem a impunidade, principalmente no crime de furto, que era um dos registros de delitos locais mais recorrentes.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO GUEDES, A. L. *et al. Smart Cities: The Main Drivers for Increasing the Intelligence of Cities. Sustainability*, v. 10, n. 9, p. 3121, 31 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/10/9/3121/htm>> . Acesso em: 08 set. 2021.
- INSTITUTO CIDADE SEGURA. *Estudo do IPEA mostra que cidades que implementaram Pacto pela Paz em parceria com o Instituto Cidade Segura e a Comunitas estão entre as quatro que mais reduziram violência no Brasil. 24/06/2021*. Disponível em: <Estudo do IPEA mostra que cidades que implementaram Pacto pela Paz em parceria com o Instituto Cidade Segura e a Comunitas estão entre as quatro que mais reduziram violência no Brasil - Instituto Cidade Segura>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- MORAIS, RAQUEL. A Tribuna, *Niterói é única cidade do Estado a ter cercamento eletrônico. 08/05/2019*. Disponível em: <Niterói é única cidade do Estado a ter cercamento eletrônico - A Tribuna RJ>. Acesso: 19 ago. 2021.
- NASSER, GABRIELA. *Niterói alcança menores índices de criminalidade em 20 anos. 04/01/2021*. Disponível em: <Niterói alcança menores índices de criminalidade em 20 anos – Gabriela Nasser> . Acesso em: 15 ago. 2021.
- NITERÓI. Decreto Nº 13.517/2020. Dispõe sobre novas medidas para o enfrentamento e combate à disseminação do coronavírus (covid-19) no município de Niterói e dá outras providências. Disponível em: <Decreto 13517 2020 de Niterói RJ (leismunicipais.com.br)>. Acesso em: 27 set. 2021.
- NITERÓI SEMPRE À FRENTE. *Com investimento nas forças de segurança, na prevenção e em tecnologia, Niterói alcança menores índices de criminalidade em 20 anos. 31/12/2020*. Disponível em: <<http://www.niteroi.rj.gov.br/2020/12/31/com-investimento-nas-forcas-de-seguranca-na-prevencao-e-em-tecnologia-niteroi-alcanca-menores-indices-de-criminalidade-em-20-anos/>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

OSPNIT. *Letalidade violenta - Painel de monitoramento*. Disponível em: <LETALIDADE VIOLENTA - PAINEL DE MONITORAMENTO OSPNIT | Tableau Public>. Acesso em: 27 set. 2021.

_____. *Roubos de rua - Painel de monitoramento*. Disponível em: <ROUBOS DE RUA - PAINEL DE MONITORAMENTO OSPNIT | Tableau Public>. Acesso em: 19 ago. 2021.

PLATAFORMA AGENDA 2030. *Os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <Plataforma Agenda 2030>. Acesso em: 14 ago. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. *Niterói Que Queremos - Plano Estratégico 2013/2033*. Disponível em <<https://planoniteroi-quequeremos.com.br/Livro-completo-final.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

5

**Para além das políticas
de confronto: O papel do
Eixo Prevenção na estrutura
do Pacto Niterói Contra a
Violência**

AUTORES

Bira Marques

Ana Lúcia Tarouquella Schilke

Lauane Baroncelli Nunes

Introdução

“Somente o homem, quando capaz de em sua reflexão-ação poder “distanciar-se” de sua realidade para com ela ficar capaz de observá-la para, objetivando-a, transformá-la e, transformando, ver-se transformado pela sua própria criação; o homem que é e está sendo no tempo, é em seu tempo um ser histórico, somente este pode comprometer-se”.

(FREIRE, 2011., p.7)¹

O presente texto tem por propósito apresentar a gênese do Eixo Prevenção, materializando em palavras todo o processo vivido na construção e implementação de uma política pública, ainda em curso, que objetiva impactar as estruturas que alimentam/sustentam o ciclo da violência.

Tal discussão se coloca como necessária não somente para deixar registrados alguns aspectos relevantes da experiência de elaboração e implantação de uma proposta de enfrentamento do fenômeno da violência, desenvolvida pela Prefeitura de Niterói, como também para realizar uma análise do alcance desta proposta: seus objetivos e seu potencial de intervenção na realidade. Vale observar que o tratamento da violência na perspectiva da prevenção é definido como uma das metas do plano estratégico Niterói Que Queremos, além de sua efetivação ser capaz de contribuir para a concretude de diversas metas preconizadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)², dos quais Niterói é signatário.

1 Optamos por caminhar neste texto de “braços dados” com Paulo Freire, pela fertilidade de seu pensamento para enriquecer a discussão sobre violência numa perspectiva emancipadora que, acreditamos, está embutida no Pacto Niterói Contra a Violência. Além disso, com este ato, prestamos uma singela homenagem ao maior educador brasileiro no ano de comemoração do seu centenário.

2 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030. Acesso em: 25 de set. de 2021. Disponível em: [Objetivos de Desenvolvimento do Milênio \(unicef.org\)](https://www.unicef.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-do-milênio).

Para realizar esse debate, fazendo operar o que Paulo Freire propõe como necessário, a saber: “‘distanciar-se’ de sua realidade para com ela ficar capaz de observá-la para, objetivando-a, transformá-la e, transformando-a, ver-se transformado pela sua própria criação” (2011, p.7), organizamos o texto em quatro seções: I - *Introdução*; II - *Caminhos trilhados na construção de uma política de enfrentamento à violência: histórico e os princípios balizadores do Eixo Prevenção*; III - *Projetos do Eixo Prevenção: seu papel no cenário de implementação de uma política pública inovadora para o enfrentamento do fenômeno da violência*; e IV - *Ousadia e necessidade: desafios para a consolidação dos projetos do Eixo Prevenção enquanto política de Estado*.

Lançamento
do Programa
Pacto Niterói
Contra a
Violência -
2018

Assim, intencionamos que, no processo de tessitura do texto³, seja possível refletir sobre todo o percurso vivido, construindo enquanto horizonte, ou ainda, *inédito viável*, os possíveis caminhos a serem trilhados no sentido de consolidar uma política de Estado que transcenda o tratamento da violência limitado a ações reativas.



3 O texto deste artigo aprofunda algumas reflexões apresentadas no relatório desenvolvido pela assessoria técnica do Eixo Prevenção do Pacto, correspondente ao período de 2019 -2022, tendo sido produzido por Ana Cristina Loivos Porto, Ana Lúcia Tarouquella Schilke, Andrea Bello e Lauane Barancelli Nunes.

Caminhos trilhados na construção de uma política de enfrentamento à violência: histórico e os princípios balizadores do Eixo Prevenção

“De anônimas gentes, sofridas gentes, exploradas gentes aprendi, sobretudo, que a Paz é fundamental, indispensável, mas que a Paz implica lutar por ela. A Paz se cria, se constrói na e pela superação de realidades sociais perversas. A Paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social. Por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para a Paz que em lugar de desvelar o mundo das injustiças o torna opaco e tenda a miopizar as suas vítimas”.

(FREIRE *apud* FREIRE, 2006)⁴

Pensar uma política pública que esteja para além das políticas de confronto, que pretende fomentar a cultura da paz e tomar a violência como fenômeno social complexo e multifatorial, nos desafia, conforme defende Freire, a construir e consolidar políticas que assumam, enquanto horizonte, superar realidades sociais perversas e romper com visões opacas da realidade e que tendem, em última instância, a invisibilizar e deixar à margem aqueles que são ao mesmo tempo produtos e produtores da violência.

Neste sentido, materializar um pacto contra a violência de caráter contra-hegemônico requer a filiação a uma perspectiva política que reconheça o enfrentamento da violência como fenômeno complexo. Este abarca nuances e complexidades econômicas, sociais e culturais, como a perversa e crescente desigualdade social que assola o país e pautas sensíveis relacionadas às minorias como crianças, mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, entre outras.

Desde sua gênese, o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) revela a compreensão de que superar a violência é um dos maiores desafios que se impõem às grandes cidades em

4 Fragmento do discurso proferido por Paulo Freire em 1986, em agradecimento ao prêmio da UNESCO de Educador para a Paz, transcrito por Ana Maria Freire em seu artigo “Educação para a paz segundo Paulo Freire”.

todo o mundo. Diante da magnitude desse desafio, a concepção tradicional das Políticas de Segurança Pública resume o papel do Poder Público à atuação reativa das polícias após a ocorrência dos crimes, carecendo, ainda, de estratégias de integração institucional e de um plano que defina quais são as prioridades e estratégias de desenvolvimento da cidade a partir de uma perspectiva sensível à realidade social de todas as pessoas que a habitam. Por efeito, o enfrentamento do fenômeno da violência torna-se ainda mais difícil de ser alcançado, sobretudo nas regiões densamente povoadas como as cidades que se encontram nas regiões metropolitanas.

Deste modo, elaborar e colocar em prática uma política pública pautada em princípios e estratégias que possuem a ousadia necessária para “desvelar o mundo das injustiças e não miopizar as suas vítimas” (FREIRE *apud* FREIRE, 2006), investindo em formas de criar fissuras no paradigma que sustenta o ciclo da violência⁵ e, no limite — talvez tão utópico quanto necessário —, romper com esse ciclo, é um imperativo ético assumido pela Prefeitura de Niterói. Tal movimento, ousado e necessário, inicia-se na gestão do prefeito Rodrigo Neves e tem a sua continuidade assegurada na gestão do prefeito Axel Grael.

Outro elemento a ser contemplado por uma política pública que pretenda interferir em uma questão tão desafiadora é o caráter democrático desta construção. Tal dimensão se revela já na origem do PNCV, na medida em que um dos primeiros movimentos da Prefeitura para abordar o problema consistiu na escuta da população a fim de traçar, coletivamente, estratégias de sua política de segurança⁶. Uma das ações mais emblemáticas neste sentido foi a consulta pública inédita no país, em 2017, compartilhando com a sociedade a decisão sobre o uso de armamento letal pela Guarda Civil Municipal (GCM). Na ocasião, aproximadamente 18,9 mil pessoas foram às urnas e 70% delas decidiram pelo não arma-

5 Por “ciclo da violência” nos referimos ao fenômeno de produção e reprodução da violência em que violências mais ou menos materiais tais como injustiça social, violações de direitos, violência simbólica e de Estado, dentre outras fomentam a reprodução de diversas expressões de violência, num ciclo que se retroalimenta.

6 Segurança é uma atribuição constitucional da União e dos Estados. Porém, em razão do agravamento da situação de violência no Estado do Rio de Janeiro, desde 2013, a Prefeitura de Niterói decidiu assumir um papel relevante nesse tema, adotando uma série de medidas na área da segurança.

mento da Guarda. A Prefeitura entendeu tal resultado para além de seu objetivo imediato e decidiu iniciar um realinhamento estratégico das suas ações em Segurança, direcionando seus maiores esforços para a área de prevenção.

Iniciou-se, assim, a construção de uma visão inovadora de um plano de Segurança Pública denominado em um primeiro momento de Pacto Niterói Pela Paz⁷ e, posteriormente, Pacto Niterói Contra a Violência. Para tanto, a Prefeitura reuniu diversos atores sociais e instituições públicas para, conjuntamente, dar sentido e significado ao PNCV, construindo, de forma colaborativa, os projetos que iriam compor este ousado plano. As estratégias desenhadas a partir deste trabalho coletivo⁸ somaram-se às medidas que já vinham sendo implementadas desde 2013 na busca de inovações na política de segurança pública da cidade.

Desde o princípio, a noção de prevenção ocupava o centro das discussões, buscando arejar concepções desse campo tão instituídas e generalizadas nacionalmente quanto comprovadamente fracassadas, concepções estas associadas a intervenções tão somente *a posteriori* da materialização da violência e que, por vezes, utilizam a própria violência como método. Com isso, invisibilizam ou mesmo agravam as injustiças sociais e outros condicionantes socioculturais que, sem a devida atenção do Estado, permanecem como uma espécie de motor de reprodução do ciclo da violência.

O desejo de escapar dessa lógica, tão perversa quanto ineficaz, fomenta a elaboração coletiva de projetos de prevenção à violência que estabelecem diversas linhas de ação que são posteriormente assimiladas, organizadas e integradas em um dispositivo legal materializado no Decreto nº13.378/2019, publicado em 07 de novembro de 2019, sancionando a Política Municipal de Prevenção à Violência de Niterói (PMPV).

Nela, os seguintes princípios e objetivos são definidos para o Eixo Prevenção:

I – Prevenir a violência por meio da integração e intensificação das políticas públicas e ações da sociedade civil existentes nos territórios;

⁷ O pacto foi construído com o apoio da Comunitas e o suporte técnico do Instituto Cidade Segura e do Instituto Argumento, sob a coordenação do chefe do executivo municipal.

⁸ Ver <http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/o-pacto/historia-do-pacto-niteroi-contra-violencia/>.

II – Reduzir a vulnerabilidade e prevenir o agravamento do risco à violência de crianças, adolescentes, jovens e famílias;

III – Reduzir a violência exercida contra os cidadãos niteroienses, com atenção a grupos socialmente vulneráveis, tais como, crianças, adolescentes, jovens, mulheres, população LGBT, negros, grupos étnicos minoritários e pessoas em situação de rua;

IV – Redução da infrequência, abandono e evasão escolares;

V – Fomentar a cultura de promoção à vida e a convivência cidadã;

VI – Prevenir a reprodução da violência por meio do acolhimento, reinserção social e acompanhamento de pessoas em situação de violação de direitos e risco social;

VII – Oferecer ações, serviços e incentivos que contribuam para reduzir as diversas expressões da vulnerabilidade social subjacentes à violência, de maneira sensível à identidade dos territórios alcançados por estes;

VIII – Promover a constituição de redes de apoio e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, ampliando os fatores de proteção à violência.

Paralelamente à publicação da PMPV, foram desenvolvidos processos de formação⁹ das equipes responsáveis pela implementação dos projetos e iniciado um processo de (re)estruturação dos mesmos no sentido de revigorar alguns aspectos de análise e intervenção, problematizar outros, expandir raios de ação, dentre outras questões, buscando ampliar a capacidade de intervenção nos problemas específicos de cada projeto e aprofundar a sensibilidade das ações à realidade vivida na cidade.¹⁰

Tal processo formativo, de constante avaliação e reorientação das ações, é elemento fundamental para garantir o bom

9 Os processos formativos aconteciam como parte das reuniões semanais envolvendo as equipes dos diversos projetos do Eixo Prevenção. Nestes encontros, eram estudados/discutidos os princípios e os desafios teóricos e operacionais centrais do eixo. Destacamos, nesse processo, a oficina *Avaliação de programas intersetoriais e de difícil mensuração*, conduzida por professores da UNIRIO, a saber: Regina Novaes, Eliane Ribeiro, Diógenes Pinheiro, Mônica Peregrino e Miguel Farah. A oficina em tela foi organizada em parceria com a então Coordenadora de Monitoramento do PNCV, Severine Carmem Macedo.

10 Tais processos foram coordenados pelo Gestor do Eixo Prevenção- inicialmente por Bira Marques e posteriormente por José Antônio Fortuna Nogueira e pela equipe de assessoria do Eixo Prevenção do Pacto Niterói Contra a Violência, composta à época por Ana Cristina Loivos Porto, Ana Lúcia Tarouquella Schilke e Lauane Baroncelli Nunes, em diálogo com a coordenação de Monitoramento, à época sob a coordenação de Severine Carmem Macedo, e materializados nas (re)elaborações produzidas pelos gerentes dos projetos e suas equipes.

desenvolvimento dos projetos do Eixo de Prevenção, dado que o imenso desafio de fazer frente aos processos históricos, sociais, culturais e econômicos que sustentam as estruturas basais do fenômeno da violência demanda uma leitura da realidade tão complexa quanto são as questões a serem enfrentadas. Além disso, a multiplicidade de ações que devem ser realizadas de forma simultânea, de modo a incidir sobre um variado e necessariamente inter-relacionado espectro de questões subjacentes à violência, produzindo ainda a devida capilaridade na realidade vivida, demanda uma significativa dose de capacidade técnica e gerencial.

Aprofundando a discussão sobre o conceito de prevenção, entendemos que uma política de enfrentamento à violência pautada na prevenção pretende “preparar, chegar antes, impedir que se realize, dar impulso, fomentar, originar, gerar, impedir e/ou controlar o surgimento de um determinado agravo” (CZERESNIA, 2003). Tal perspectiva pode ser enriquecida, ainda, pela ideia de *promoção*, que enfatiza as transformações dos condicionantes ou determinantes que conformam uma dada realidade social, estando implícita, portanto, nos desafios que o Pacto se dispõe a enfrentar.

Assim, os conceitos de prevenção e de promoção articulam as dimensões mais específicas e as intervenções mais direcionadas a determinados aspectos manifestos do fenômeno da violência às dimensões mais amplas, referentes às questões macrosociais e à proliferação de formas de *ser* e *estar* no mundo que podem colaborar com a transformação de uma dada realidade.

Como forma de disparar processos de prevenção à violência e de promoção da paz, da vida e da convivência e, com isso, começar a materializar os princípios e objetivos estabelecidos para o Eixo Prevenção, a gestão pública municipal elaborou projetos abarcando as dimensões *primária*, *secundária* e *terciária* de prevenção à violência. Os projetos que integram a prevenção primária se dirigem a toda a população em equipamentos públicos da cidade, por meio de projetos desenvolvidos nas áreas da educação, da saúde, da cultura, do esporte, do lazer, do meio ambiente, da profissionalização e do emprego, entre outros (Decreto nº 13.378/2019, arts. 6 e 7). Os projetos integrantes da prevenção secundária e terciária-

ria visam a complementar as estratégias preventivas, oferecendo atenção especializada, de média e alta complexidade, às crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação já instalada de risco social e violação de direitos e, portanto, particularmente vulneráveis à violência.

Dentro deste quadro, o Eixo Prevenção engloba os seguintes projetos fundadores: Escola da Família, Escola da Paz, Espaço Nova Geração, Poupança Escola e Banco de Oportunidades. Dois Projetos em fase de (re)elaboração em função das demandas trazidas pela pandemia: Rede + Proteção e Território Juventude, e por último, o Rede Acolher ainda em fase de implementação.

Projetos do Eixo Prevenção: seu papel no cenário de implementação de uma política pública inovadora para o enfrentamento do fenômeno da violência

“Para Paulo, a Paz não é um dado, um fato intrinsecamente humano comum a todos os povos, de quaisquer culturas. Precisamos desde a mais tenra idade formar as crianças na “Cultura da Paz”, que necessita desvelar e não esconder, com criticidade ética, as práticas sociais injustas, incentivando a colaboração, a tolerância com o diferente, o espírito de justiça e da solidariedade”.

(FREIRE, 2006, p.391)

Concordando com Freire (2006), os projetos do Eixo Prevenção buscaram, em sua estruturação, propor ações que atuassem sobre as diversas fases de vida, desde a gestação até a idade adulta; acompanhando trajetórias; prevenindo agravos e promovendo ações que pudessem fomentar outras formas de ser e estar no mundo; e, com isso, criar brechas, fissuras ou ainda, romper com o ciclo da violência.

Com o propósito de empreender um olhar atento sobre o percurso trilhado pelo Eixo Prevenção, colocaremos em análise a forma que cada projeto intervém no sentido da constru-

ção, por meio da inter-relação e articulação com os demais projetos do Eixo, de uma política pública para o enfrentamento da violência em suas diversas dimensões e complexidades.

REPRESENTAÇÃO DOS PERÍODOS DA VIDA ABARCADOS PELOS PROGRAMAS DO EIXO PREVENÇÃO



Fonte: Elaboração própria

Iniciamos pelo **Projeto Escola da Família**, que tem por foco de intervenção a prevenção à violência da gestação até as primeiras etapas do desenvolvimento da criança. Inicialmente, a fundamentação teórica do projeto referenciava estudos que procuravam demonstrar que a relação entre pais e bebês é de grande importância na redução da trajetória criminal na adolescência e na vida adulta, apontando, ainda, que problemas de comportamento tendem a ficar cada vez mais difíceis de serem modificados ao longo da vida.

A partir de um amplo processo de debate realizado pelas equipes da saúde, foi detectado e problematizado o viés de caráter determinista e reducionista subjacente a uma perspectiva de violência que entenda trajetórias criminais na adolescência e na vida adulta, fenômeno certamente atravessado por nuances absolutamente complexas como mero efeito de práticas parentais materializadas no início da vida dos sujeitos.

Assim, o desafio era dar conta do caráter complexo e multidimensional da violência, de modo a não legitimar uma abordagem conservadora para o problema que incorre, cen-

tralmente, numa perspectiva psicologizante e culpabilizante dos indivíduos e famílias.

Sensíveis a esta questão, a equipe da saúde, em diálogo, debruçou-se sobre o projeto, buscando ajustar a perspectiva inicialmente proposta de modo que as questões comportamentais — foco da intervenção inicial — pudessem aliar-se às questões de saúde pública e promoção da saúde integral. A equipe tomou por base a Política de Educação Permanente em Saúde no SUS contemplando a Educação Popular e a perspectiva pedagógica de metodologias ativas, que incorporam aspectos como consciência crítica e cidadania participativa e busca a superação das desigualdades sociais e de todas as formas de discriminações, violências e de opressão.

Na área da Educação, o **Programa Escola da Paz** baseou-se, inicialmente, na ideia de que a redução de comportamento violento e criminoso deve ser promovida na escola pelo controle de impulsos e comportamentos agressivos, pelo estímulo à integração social e pelo desenvolvimento cognitivo e habilidades sociais. Seu desenho adotava uma metodologia estruturada de educação socioemocional, que se materializava em um conjunto de propostas educativas pré-programadas, organizadas em cartilhas a serem aplicadas nas escolas pelas equipes responsáveis.

Nesse ponto, como fruto do debate empreendido pela equipe de assessoria técnica do Eixo Prevenção, sob a coordenação do gestor do Eixo¹¹ e em parceria com a gerência do projeto, foram propostas algumas reformulações. Partindo de estudos do próprio campo socioemocional em articulação com outros referenciais teóricos, passamos a pensar a educação socioemocional na interface com os Referenciais Curriculares do município de Niterói, de modo que a identidade da rede de educação municipal pudesse informar a proposta. Nesse movimento, optou-se pela metodologia não estruturada de educação socioemocional que, ao invés de apoiar-se em atividades preestabelecidas, sem o protagonismo dos atores da escola, adere à noção de participação como elemento central do programa. Além disso, elegeram-se as linguagens da arte, o corpo e a cultura em geral como recursos metodológicos para o trabalho, junto aos estudantes, das questões socioemocionais.

11O gestor do Eixo à época era Bira Marques.

Ainda no escopo das intervenções preventivas junto a crianças e adolescentes, o Eixo Prevenção conta também com o **Espaço Nova Geração (ENG)**. O debate em torno desse projeto voltou-se para a problematização desse espaço enquanto mero ambiente para cursos e oficinas destinadas a crianças, adolescentes e jovens para, ao invés disto, constituir um local que, inspirado na perspectiva de educação integral dos antigos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), e atualizando-a, pudesse promover a cidadania, a integração comunitária e a construção de projetos de vida significativos de crianças e jovens. Tais objetivos, amplos e complexos, não poderiam ser contemplados pelo mero oferecimento de uma coleção de atividades de esporte e de cultura, exigindo o engajamento dos participantes do projeto em “trilhas pedagógicas” singulares para a promoção da inclusão social e desenvolvimento educacional, o que está intrinsecamente vinculado a uma perspectiva multidisciplinar e intersetorial que deve atravessar as diversas ações do projeto.

Ainda no âmbito da Educação, o **Programa Poupança Escola** intenciona incentivar a conclusão do Ensino Fundamental e Médio, por meio de uma política de caráter meritocrático, no qual os jovens com aproveitamento pedagógico e frequência escolar acima, igual ou superior a 75% e que cursarem atividade extraclasse, recebem incentivo financeiro visando a estimular a conclusão da Educação Básica.

Além da concepção de que retribuir os estudantes que cumprem essas condições possa impactar positivamente a permanência dos jovens na escola, o Programa Poupança Escola intervéem em um dos aspectos que leva muitos a deixarem a escola: o aspecto econômico, já que muitos jovens acabam por abandonar os estudos a fim de aumentarem a renda individual e/ou familiar.

No entanto, é sabido que os problemas de infrequência, abandono, evasão escolar, assim como questões comportamentais dos estudantes, têm, como pano de fundo, questões sociais, econômicas, culturais e institucionais que são múltiplas e complexas e que ultrapassam o simples mérito individual e que interferem fortemente nos problemas em tela.

Assim, se é fato que o Programa Poupança Escola pode impactar positivamente na questão da continuidade dos estudos,

outras questões como dificuldade de aprender, percepção de falta de sentido da escola, discriminação de vários tipos, violência institucional simbólica e outros tipos de violência fora da escola, gravidez na adolescência, dentre outros fatores, devem ser alvo de outras políticas no campo da educação, como é o caso do já apresentado Programa Escola da Paz.

Dando continuidade ao acompanhamento do ciclo de vida, o **Projeto Banco de Oportunidades** tem como foco possibilitar aos jovens residentes em Niterói a (re)colocação no mercado de trabalho a partir da ampliação e facilitação do acesso à oferta de empregos. Para tanto, investe-se em uma plataforma digital na qual os jovens terão acesso a um banco de oferta de empregos, informações sobre capacitação profissional e estímulo à cultura do empreendedorismo.

O Banco de Oportunidades desempenha um papel importante dentro do Pacto, sendo uma das portas de saída para projetos como ENG e EcoSocial¹², incluindo nas oportunidades do mercado de trabalho os jovens que participaram desses projetos. Uma problematização importante a ser abarcada por esse projeto diz respeito à definição do perfil exigido para ter acesso ao Banco (em termos de escolaridade e experiência profissional), de modo que as oportunidades oferecidas possam incluir a juventude niteroiense de forma equânime, atingindo jovens em situação de vulnerabilidade, de risco social e jovens com deficiência física e mental.

Finalmente, o **Projeto Rede + Proteção**, ainda em fase de (re)elaboração, objetiva intervir sobre um dos problemas mais complexos e interstícios da dinâmica de constituição do fenômeno da violência: o uso de drogas. O projeto foi pensado no sentido de intervir preventivamente sobre a ocorrência de violência associada ao uso de álcool e outras drogas de forma indiscriminada/abusiva. Também faz parte do cenário de preocupações do projeto o fato das drogas lícitas fazerem parte do contexto e da história da sociedade, presentes em diversas situações cotidianas como festas, atividades de lazer e outras manifestações (ADORNO, 2008). Ou seja, aceitos e legitimados socialmente, além de estimulados pela lógica do capital, de modo que, em alguns contextos, esse consumo ini-

¹² Projeto integrante do Eixo Ação Territorial Integrada do PNCV.

cia-se desde muito cedo, ainda na infância ou adolescência. Assim, fica a pergunta: em que medida e em qual contexto de uso a droga é um problema de saúde pública? Esse breve retrato evidencia parte do desafio a ser enfrentado, sinalizando a necessidade de pesquisas e estudos robustos que possam contribuir para construção de um projeto de ação capaz de romper com políticas meramente proibicionistas que, por vezes, apenas fomentam a repressão policial contra populações historicamente marginalizadas.

Outra questão central no engendramento da violência e específico do âmbito da prevenção secundária é alcançada pelo Eixo Prevenção por meio do projeto, ainda em fase de elaboração: **Território Juventude**. Tal projeto surge como fruto do amadurecimento do mencionado processo de estruturação coletiva do Eixo Prevenção dando destaque à atenção a crianças e adolescentes em situação já instalada de risco social e violação de direitos (por exemplo, crianças e jovens que evadiram da escola, em situação de rua e/ou trabalho infantil, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, entre outros) e, portanto, particularmente vulneráveis à violência. Um aspecto significativo que ocupava o debate durante a fase inicial de elaboração desse projeto e que deve permanecer como elemento de discussão diz respeito ao entendimento de que um projeto que tenha esse público como foco precisa pautar-se em estudos que revelem os processos históricos e sociológicos de representação da infância e da juventude.

Assim, o projeto abraça uma apreensão crítica de tais processos que permita compreender a necessidade de novas políticas que coloquem crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direito, capazes de refletir e agir sobre a própria história. Para que isso se materialize para além de palavras vazias no papel, o Território Juventude deve ser centralmente estruturado pela perspectiva de efetiva participação de crianças e jovens no processo de construção de saídas para a violência, reconhecendo-os como sujeitos e não meramente objetos de uma política de prevenção secundária à violência.

Outro projeto que revela significativa superação crítica alcançada pelo Eixo Prevenção de concepções dominantes no campo da segurança pública é o **Rede Acolher**. Tal projeto tem

o ousado objetivo de acolher e acompanhar as pessoas egres-
sas do sistema prisional e suas famílias. Esse é um público his-
toricamente negligenciado pela abordagem tradicional em po-
líticas públicas de segurança, baseadas no punitivismo e ainda
distantes da ideia de reinserção social de usuários do sistema
prisional. No entanto, com o crescimento dos índices de crimi-
nalidade, cresce o número de cidadãos que vivem a experiência
de ter familiares em situação de privação de liberdade, o que
necessariamente acirra a condição de vulnerabilidade social
dos mesmos, inclusive a vulnerabilidade de seus membros no
que tange à (re)produção dos diversos tipos de violência.

Buscando fazer frente a este problema, que decerto pode
ser considerado estrutural na reprodução da violência, o
projeto, em fase inicial de implementação, visa a atender as
demandas singulares dessas famílias, promovendo o acesso
aos direitos a partir da integração ao circuito do território, a
constituição de redes de apoio e o fortalecimento dos vínculos
familiares, ampliando os fatores de proteção.

Os projetos do Eixo Prevenção tem o papel de atuar sobre/
com questões que guardam enorme complexidade e que, em-
bora estejam virtualmente fora do raio de ação das políticas
públicas hegemônicas de enfrentamento à violência, consti-
tuem aspectos da realidade que, ao serem negligenciados ou
invisibilizados, acabam por minar esforços de outros Eixos da
Política de Segurança, como o de Policiamento e Justiça.

Assim, tais projetos possuem enorme centralidade na polí-
tica de enfrentamento à violência que vem sendo construída no
município de Niterói. Inclusive, a palavra “enfrentamento” tem,
no dicionário da língua portuguesa, uma definição que ajuda
a pensar este ponto: “disputa em torno de questões polêmi-
cas; contestação, controvérsia, debate”¹³. Acreditamos, de fato,
que enfrentar a violência a partir da perspectiva da prevenção
constitui uma disputa que, diante de uma carga histórica com-
plexa de exploração e desigualdade, e do momento político que
vivemos no Brasil, não tem nada de simples. Trata-se da dis-
puta por uma visão de mundo mais inclusiva, mais ética, uma
visão que conteste concepções de violência de caráter individu-

¹³ Ver <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/enfrentamento>

alista ou familista, assumindo a multidimensionalidade da violência, permeada por elementos históricos, sociais, culturais, simbólicos, institucionais, e pela própria violência do Estado. A partir dessa contestação, tão árdua quanto necessária, forjada a partir de um debate democrático, participativo, efervescente e contínuo, os projetos do Eixo Prevenção guardam o potencial de colaborar na luta por uma sociedade menos injusta e desigual e, por efeito, menos violenta.



Ousadia e necessidade: desafios para a consolidação dos projetos do Eixo Prevenção enquanto política de Estado

“A Paz tem sua grande possibilidade de concretização através do diálogo freireano porque ele inscreveu na sua epistemologia crítica a intenção de atingi-la. O diálogo que busca o saber fazer a Paz na relação entre subjetividades entre si e com o mundo e a objetividade do mundo, isto é, entre os cidadãos e a possibilidade da convivência pacífica, é a que autentica esse inédito-viável”..

(FREIRE, 2006, p.392)

Apresentação do Programa Pacto Niterói pela Paz ao Centro Integrado de Controle e Comando do Estado do Rio de Janeiro - 2018

Passados pouco mais de três anos de lançamento do Pacto, e considerando a emergência da pandemia de covid-19¹⁴

¹⁴ No dia 11 de março de 2020, Tedros Adhanom, diretor geral da Organização Mundial de Saúde

que permanece em curso, faz-se imperativo encontrar maneiras — como a própria produção desta publicação — para se olhar para trás, analisando os processos vivenciados e os produtos até aqui alcançados e, a partir desta composição de análises e informações, desenhar os arranjos necessários para que todo o esforço até o momento empreendido seja por fim consolidado em uma política robusta, sólida e de longo alcance no enfrentamento da violência.

Tais análises, por sua vez, podem gerar pesquisas, estudos e evidências de ordem empírica e crítica que, sendo produzidas no calor dos processos vividos, podem se tornar capazes de qualificar os projetos e redirecionar a implementação e execução dos mesmos.

Além de se retroalimentar pela avaliação empreendida, é necessário que o PNCV, e no caso específico do objeto deste texto, o Eixo Prevenção, abra espaços para que outras demandas, subjacentes ao problema da violência, que ainda não ganharam destaque, possam ser visibilizadas, fomentando a invenção de novas estratégias a serem incorporadas à dinâmica de trabalho até então desenvolvida.

Assim, como abordamos anteriormente, consideramos ser necessário problematizar a necessidade de continuamente aprofundar a perspectiva de violência, materializada nos projetos do Eixo Prevenção, como fenômeno complexo e multidimensional que demanda, como alerta Freire, uma leitura crítica/não ingênua da realidade.

Vale ressaltar que também compõe este processo de análise para proposições futuras o reconhecimento dos impactos trazidos pela pandemia e suas implicações, tais como o aumento da violência doméstica direcionada às crianças e às mulheres, a evasão escolar e a distorção idade-série, o empobrecimento de uma parte significativa da população, o incremento da violência racial, de gênero, dentre outros aspectos.

(OMS), declarou que o mundo vive uma pandemia de covid-19, em decorrência da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2). No dia 16 de março, o prefeito de Niterói, Rodrigo Neves, decretou as primeiras restrições e orientações sobre (não) funcionamento de equipamentos no município. Algumas destas restrições e orientações ainda estão em vigor. O referido cenário atingiu a dinâmica de vários serviços, e o Pacto Niterói Contra a Violência também foi sensivelmente afetado. Ou seja, todos os projetos que integram o Eixo Prevenção, com maior ou menor intensidade, tiveram que realizar ajustes em decorrência da pandemia. As considerações sobre tais ajustes serão detalhadas nos textos que abordam especificamente cada projeto.

Conscientes dessas questões acirradas pela pandemia, propomos uma análise sustentada teoricamente a partir dos conceitos *atos-limite* e *inédito viável*, cunhados por Paulo Freire em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (2016), consolidadas posteriormente em outros de seus escritos tais como *Pedagogia da Esperança* (2000), além de densamente sistematizada por seus comentadores (FREIRE, 2006 e 2017, ALVES, 2018).

Para Freire, os *atos-limites* são compreendidos como formas de se referir “aqueles que se dirigem à superação e a negação do dado, em lugar de implicarem sua aceitação dócil e passiva (FREIRE *apud* ALVES, *idem*), ou seja, uma forma de olhar a realidade, compreendendo os seus condicionantes e determinantes, sem que esta compreensão produza uma inércia, apesar da complexidade que esse olhar possa revelar. Ou seja, é uma ideia que, ao ser incorporada neste texto, intenciona, a partir da realidade experienciada no processo de implementação dos projetos do Pacto, valorizar a transformação de uma *consciência ingênua* para uma *consciência crítica* ao mesmo tempo em que os desafios identificados por tal compreensão não gerem uma apatia.

Sendo uma política ousada, significativos esforços são exigidos. Assim, uma política pública que rompe com as lógicas hegemônicas no campo da segurança pública e se filia a outro paradigma impõe a necessidade de que os operadores dessa política possam interpretar dados, relatos e experiências vivas e singulares dos sujeitos, de forma a reorientar caminhos e desenhar novas saídas que almejam o enfrentamento de situações-problema de alta complexidade. A intenção é encontrar o *sonho viável*, pois:

O critério da possibilidade ou impossibilidade dos sonhos é um critério histórico-social e não individual. O sonho viável exige de mim pensar diariamente a minha prática; exige de mim a descoberta constante dos limites da minha própria prática... A questão do sonho possível tem que ver exatamente com a educação libertadora, não com a educação domesticadora. A educação libertadora é uma prática utópica. Não utópica no sentido do irrea-

lizável, do impossível... utópica no sentido de que esta é uma prática que vive a unidade dialética, dinâmica, entre a denúncia e o anúncio. (FREIRE, 1982, p. 99)

Um *sonho viável* vai demandar, ainda, o surgimento do *inédito viável*, que tem seu alicerce num engajamento implicado e crítico com a realidade, no qual os operadores de uma dada política se dedicariam a problematizar e, alicerçados em tais problematizações, anunciar caminhos.

A fim de elucidar tal conceituação trazida por Freire, autores como Nita Freitas e André Nicolai afirmam que “o inédito viável é na realidade uma coisa inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada, e quando se torna um ‘percebido destacado’ pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade”. (NICOLAI *apud* ALVES, 2018). Ou, ainda, que o *inédito viável* diz respeito a soluções praticáveis despercebidas (NICOLAI *apud* ALVES, 2018), o que implica que não se trata de obter soluções prontas, mas de sonhar com a possibilidade de agir no mundo, transformando-o, no sentido de um sonho possível (ALVES, 2018). Assim, é a partir da ampliação, e não de uma miopização do olhar — incapaz de ver o difícil e o distante —, que saídas praticáveis, mas ainda despercebidas, podem ser alcançadas *na realidade* e não *a despeito* dela. Ou seja, o olhar míope para as nuances e multidimensionalidades da violência se revela, cedo ou tarde, simplista demais para enfrentar o fenômeno, revelando-se mais utópico — no sentido pejorativo de algo “incapaz de ser alcançado” — do que o olhar preciso e ousado, que se torna indispensável para encarar o amplo e o complexo. Nessa ótica, apresentamos quatro questões-chave que podem ser tomadas como *atos-limite* e que, na busca da ousadia necessária, podem ajudar a produzir o *inédito-viável*.

Assim, para que o PNCV, em especial o Eixo Prevenção, caminhe na materialização de uma *utopia realizável* que abarque a complexidade inerente à discussão sobre como prevenir a violência e construir a Paz e possa se consagrar como uma política pública a ser incorporada enquanto política de Estado com efeitos de longo alcance para os municípios de Niterói, algumas questões precisam ser pensadas.

A primeira questão-chave se relaciona com as estratégias que materializam dinâmicas de articulação e inter-relação entre os projetos do Eixo Prevenção, por meio das quais, além de processos internos inerentes a cada proposta, ganhe centralidade articulações entre os projetos no sentido de romper com uma perspectiva rasa de intersectorialidade, que se concretiza por meio de um mero *jogo de revezamento de casos*.

Entendemos como *jogo de revezamento de casos* o resultado visível da lógica fortemente dominante na maioria das práticas instituídas nas gestões públicas, qual seja, a prática de encaminhamento de casos, no qual as situações-problema passam por setores ou dispositivos públicos ou privados, em um jogo de transferência de responsabilidades sem que de fato ocorra um olhar colaborativo e amplo no sentido de enfrentar as demandas que não podem ser compreendidas/solucionadas, solitariamente, por um único projeto/agente.

É necessário que haja uma composição entre as ações já iniciadas no sentido de que essas possam formar um todo orgânico de modo que os projetos do Pacto, em especial os que compõem o Eixo Prevenção, possam dialogar e trabalhar de forma efetivamente integrada, materializando ações e metas que transcendam aos projetos individuais, investindo, ao contrário, em proposições que identifiquem e produzam interfaces e complementaridades para, com isso, aprofundar o alcance de cada intervenção tomada isoladamente.

Outra questão-chave se relaciona com a necessidade de se realizar uma análise do contexto e permeabilizar os processos vividos por tal análise. No caso atual, os desafios trazidos pela pandemia de covid-19 e seus efeitos na realidade da violência. Assim, a partir de uma apreensão crítica do contexto vivido, o desafio que se coloca, materializando os princípios dos *atos-limites* e da construção de um *inédito viável*, é analisar e responder aos novos condicionantes sociais, econômicos e culturais produzidos pela pandemia, (re)desenhando ações que abarquem e busquem superar, por exemplo, o agravamento das situações de violência doméstica — que tem como vítimas sobretudo mulheres e crianças —, da violência contra negros e contra a comunidade LGBTQIA+.

Nesse sentido, faz-se necessário identificar se projetos elaborados anteriormente à pandemia que já se encontram em fase de implementação/execução necessitam de ajustes, como o Projeto Escola da Família, que promove, enquanto estratégia metodológica de intervenção, encontros presenciais de gestantes, grupo que potencialmente é mais suscetível a complicações da covid-19 e, em alguns casos, a situações de violência doméstica que se tornam ainda mais frequentes na pandemia.

Vale ressaltar que, apesar de, no município de Niterói, outras secretarias e/ou coordenações se incumbirem de pensar e promover ações destinadas a enfrentar questões vividas pelas mulheres, negros e crianças, os projetos do Eixo Prevenção não podem se eximir de pensar e atuar sobre os efeitos da violência sofridos por esse público na pandemia, sob a pena de alienar importantes condicionantes da reprodução da violência que, é bem verdade, sempre existiram, mas se tornam ainda mais sensíveis no momento histórico que estamos atravessando.

Uma terceira questão-chave, ainda no sentido de garantir o caráter de robustez e organicidade das políticas públicas materializadas em projetos da prevenção, diz respeito à importância de que esses constem na agenda financeira do município, o que já é realidade: todos os projetos do Eixo Prevenção foram incluídos na planilha de ações orçamentárias do Plano Plurianual 2022-2025 das secretarias a que se encontram vinculados, inclusive os projetos que estão em fase de elaboração.

No que tange, ainda, aos dispositivos políticos para a efetivação da organicidade em tela, evitando a fragmentação e desarticulação de ações anteriormente mencionadas, por intermédio do Decreto nº 13.378/2019, o Pacto dispõe, dentre outras providências, sobre a criação do Comitê Integrado de Prevenção (CIP). O referido comitê tem por propósito coordenar a gestão intersetorial do Eixo Prevenção, sob a liderança do prefeito, reunindo secretarias que direta ou indiretamente se relacionam com o Eixo, garantido o pleno desenvolvimento das suas ações. A efetivação e a regularidade das reuniões do CIP são condições *sine qua non* para a consolidação de uma política pública de prevenção à violência em Niterói que alcance a capilaridade necessária por entre os diversos setores da Prefeitura.

Uma última questão-chave deve ser pensada, qual seja: a necessidade de problematizar a consolidação de políticas públicas que pretendam impactar uma questão da magnitude da violência por meio de projetos limitados no tempo. Nesse sentido, entendemos que, futuramente, tais projetos, após um tempo de experimentação, avaliação e reinvenção por meio dos ajustes necessários, devem se tornar programas desenvolvidos por profissionais de carreira do quadro do serviço público.

Entendemos que tais chaves de análise, em busca da promoção de um *inédito viável* que possa inverter lógicas de injustiça, opressão e violência, são apenas algumas “pistas” para a realização desse desafio, tão ousado quanto radicalmente necessário, assumido pela Prefeitura de Niterói.

Certamente, existem outras pistas e novas ainda surgirão, de modo que uma política pública de prevenção à violência precisa configurar-se como um “corpo” permeável a contínuas transformações e ressignificações, à descoberta dos limites e à criação de possibilidades que permitam tecer caminhos a cada passo mais próximos do horizonte de uma sociedade menos violenta e mais solidária.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, R.F. *Uso de álcool e drogas e contextos sociais da violência*. SMAD. Revista Eletrônica de Saúde Mental, Álcool e Drogas. v. 4, n. 1, fev. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/anasc/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/80340101.pdf> Acesso em: 5 de set. de 2021
- ALVES, R.O. *A Constituição de Inéditos-viáveis na formação de professores que ensinam matemática*. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/REJANE-DE-OLIVEIRA-ALVES.pdf>. Acesso em: 5 de set. de 2021.
- CZERESNIA D. “O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção”. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p.39-53.
- FREIRE, A. M. *Educação para a paz segundo Paulo Freire*. Revista Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do

- Sul, Porto Alegre: PUC/RS, ano XXIX, n. 2, p. 387-393, mai./ago. 2006.
- _____. "Inédito viável". In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire* 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 223-226.
- FREIRE, P. "Educação: Sonho Possível". In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *O Educador: Vida e Morte*, 2a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. *Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 7ª. Ed. São Paulo. Paz e Terra, 2000.
- _____. *Educação e Mudança*. Paz e Terra. 34th Ed. São Paulo; 2011.
- _____. *Pedagogia do Oprimido* 62ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- NITERÓI, Decreto nº 13.378 de 7 de novembro de 2019, Diário oficial de 2019.

6

**Eixo Ação Territorial
Integrada**

AUTORES

Daniel Segalot

Hernande Flores

Vicente Augusto Temperini Marins

A violência urbana gera grandes impactos e consequências para todos os setores da sociedade. Entre os mais deletérios, está o aumento da taxa de mortalidade entre os jovens. Em vista disso, o Município de Niterói vem promovendo ações que visam à mitigação desses índices, assumindo o protagonismo na área de segurança pública com o plano estratégico Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), que promove não somente medidas de segurança direta, mas também ações que previnam o crescimento da violência. Além disso, o poder público municipal também criou outras formas de atuação implementadas a partir de 2013.

Na gestão da segurança, uma atribuição do governo estadual, ainda prevalece uma concepção arcaica em que as medidas são reativas, de forma genérica, sem integração das ações, todas baseadas em crenças. Porém, é notório que essas ações *a posteriori* buscam solucionar e não impedir que ele surja, sendo assim medidas remediativas. Um balanço sobre o caminho percorrido desde 2013 atesta uma transformação do cenário atual, em que as iniciativas da Prefeitura Municipal de Niterói promoveram avanços não só na percepção de segurança para a cidade e sua população, mas também nos reais índices de criminalidade e na construção de uma cultura de paz.

Por isso, a convicção de que as cidades devem assumir um novo papel de protagonismo na prevenção à violência. Para pavimentar essa trilha, devem-se convocar todas as forças sociais e institucionais para a construção de estratégias integradas, com especial foco na prevenção à violência, para a reconstrução do tecido social e da cultura de paz. Com base em dados científicos e em casos de sucesso de países que são referência em atuação contra a violência, a Prefeitura Municipal de Niterói vem desenvolvendo uma nova concepção de segurança pública, cuja marca é a proatividade, com políticas públicas focadas e integradas, com

equipes multidisciplinares, baseando-se sempre em evidências científicas, trabalhando de forma conjunta entre o estado, o município e a sociedade.

O Plano Municipal de Segurança Pública Pacto Niterói Pela Paz foi criado por equipes multidisciplinares com um objetivo de promover a paz, pois se ela prevalece, a violência não tem espaço para se instaurar. O PNCV se estrutura a partir de projetos que se articulam por meio dos seguintes Eixos: Prevenção¹; Policiamento e Justiça²; Convivência e Engajamento³; e Ação Territorial Integrada⁴. Essas áreas são divididas em eixos e tratados em projetos que atendem, sobretudo, aos mais jovens, desde a gestação do bebê, passando pela primeira e segunda infâncias, adolescência e juventude. O PNCV fortalece o potencial humano e a participação conjunta do poder público e da sociedade civil para construir uma política pública de segurança e de prevenção à violência em todas as suas manifestações.

O Eixo Ação Territorial Integrada do PNCV foi desenhado para alcançar as demandas do município expressas no Plano Estratégico Niterói Que Queremos 2013-2033⁵ e promove ações urbanísticas a fim de garantir estruturas para a melhoria da qualidade de vida da população e para a realização de ações sociais. Essa implementação de longo prazo de uma política de inclusão cidadã é feita de forma sustentável para a remodelação urbana de aglomerados subnormais.

O Eixo Ação Territorial Integrada tem vínculo direto com a área de resultados Inclusiva do NQQ, que por sua vez propõe ações de infraestrutura urbana e serviços públicos em comunidades. Para a primeira fase do programa, a prefeitura realizou fortes investimentos na melhoria da iluminação

1 Ações universais de caráter preventivo, com foco no fortalecimento de proteção e comportamentos de risco para todas as crianças e adolescentes da cidade.

2 Ações integradas permanentes de policiamento e justiça entre as Forças de Segurança Federais, Estaduais e Municipais, o poder Judiciário e o Ministério Público.

3 Ações conjuntas com o foco na investigação e julgamento de crimes contra a vida e ações de promoção da convivência com foco em pequenos delitos.

4 Ações de urbanismo, serviços sociais e prevenção secundária para jovens, com foco em territórios vulneráveis.

5 O NQQ é um plano estratégico cuja construção se deu com a participação da população e de entidades representativas. O NQQ, que se tornou um importante balizador para a atuação da Prefeitura Municipal de Niterói, se desenvolve em sete áreas de resultados: Organizada e Segura; Saudável; Escolarizada e Inovadora; Próspera e Dinâmica; Vibrante e Atraente; Inclusiva; e Eficiente e Comprometida.

pública, abertura de acessos e implantação de mobiliário urbano e de espaços de convivência.

Para a segunda fase do programa foi constituída uma rede integrada entre as políticas de educação, saúde, assistência, cultura e esporte, que visam a identificar jovens em situação de risco e elaborar planos individualizados de prevenção à violência. Também está sendo desenvolvido um programa de prevenção secundária nas escolas, por meio de atividades de estímulo ao desenvolvimento cognitivo-comportamental. Com essas ações, os jovens estão tendo oportunidades de aprendizagem, qualificação e formação profissional a fim de capacitá-los e aumentar a empregabilidade.

De forma complementar, os jovens egressos desses programas de formação profissional terão acesso a um Banco de Oportunidades, criado pela prefeitura em parceria com as organizações da sociedade civil e empresários da cidade, como auxílio à inserção no mercado de trabalho. Logo, para atuar na Comunidade do Viradouro em conjunto com o PNCV, a Secretaria Municipal de Obras vem realizando intervenções urbanísticas e de equipamentos comunitários: a implantação de escadarias para garantir mobilidade e acesso às edificações; a realização de melhorias na iluminação pública; a revitalização de praça, quadra e campo de futebol, bem como a construção de uma praça com área de lazer. Essas estruturas permitem atividades aos jovens, promovendo oportunidades de capacitação e afastando-os da criminalidade.

Dentro das ações territoriais integradas, pode-se citar as obras de contenção de encostas, a urbanização da infraestrutura em comunidades e o saneamento básico. Há ainda as obras da Plataforma Urbana Digital da Engenhoca, que já está em funcionamento e oferece diversos cursos; a plataforma Urbana Digital do Viradouro, em construção; e o Projeto Jogos Escolares de Niterói (JEN) de incentivo ao esporte. A melhoria da acessibilidade com o Projeto Vida, o Projeto Niterói Jovem EcoSocial e os diversos projetos implementados para a diminuição de contágio com a covid-19 e auxílio à população mais vulnerável também merecem destaque.

Essas ações de inclusão social previnem e reduzem os índices de criminalidade para que, a médio e longo prazo, a violência seja mitigada em sua origem, e não remediada. Com isso, as medidas remediativas serão reduzidas. Cada um dos projetos implementados ajudou principalmente jovens de famílias em risco social, prevenindo a cooptação pela criminalidade, com a oferta de formação na área de informática, prática de esportes e acessibilidade. Além disso, promovem-se oportunidades para todos com a redução do déficit habitacional e a melhoria da qualidade de vida da população mais vulnerável. A seguir, detalhamos os projetos executados, seus objetivos e como impactaram o entorno.

A Plataforma Digital da Engenhoca reúne cursos, como de linguagem de programação; robótica; informática básica; fotografia; desenvolvimento de games; edição audiovisual; redes de computadores; criação de gibi: como fazer histórias em quadrinhos; codificação e tecnologia: aprendendo com Osmo; empreendedorismo; ferramentas de rede; e operação básica de drone.

Esse, que é o primeiro Espaço Maker da Prefeitura Municipal de Niterói, em funcionamento desde outubro de 2019, é um ambiente tecnológico e educativo, voltado para a criação, a produção e a inovação para toda população do município. Concebido para ampliar o acesso às novas tecnologias, num lugar inspirador, onde se criam e transformam as ideias em realidade com ferramentas digitais. No último levantamento, os números dão a medida do sucesso: 6.597 inscritos, com 5.938 usuários cadastrados e 416 turmas finalizadas.

Assim como o projeto da plataforma digital, implementado no bairro da Engenhoca, a prefeitura, desde o início de 2020, também está finalizando a construção de novas plataformas digitais nas comunidades do Viradouro e no Morro da União, em Santa Rosa, além de novas obras de infraestrutura que vão melhorar as condições da comunidade. Com um investimento de R\$ 40 milhões, essas intervenções incluem também drenagem e pavimentação em todas as ruas, construção de equipamentos de cultura, esporte e lazer, além de obras de contenção e reflorestamento. Todas as vias das duas comunidades



Obras do projeto Intervenções Urbanísticas em andamento no território da Viradouro

receberão pavimentação nova. Os acessos principais serão asfaltados, as escadarias aos acessos mais altos serão reformadas e receberão degraus novos, corrimão e paisagismo.

As duas comunidades serão pioneiras na instalação de iluminação pública de LED. “Essa obra vai ser muito importante para a nossa comunidade. As nossas crianças não têm um parquinho para brincar, e os jovens não têm opções de esportes e estudos. Nós estávamos esquecidos, mas agora

estamos recebendo esse presente. Todas as melhorias que nós temos na comunidade tinham sido feitas por nós moradores”, comemora Efigênia da Silva, 74 anos, moradora do Morro da União há 57 anos.

As Plataformas Digitais em funcionamento no bairro da Engenhoca e no Morro do Palácio oferecem cursos como robótica, fotografia, manutenção e montagem de computadores, desenvolvimento de jogos, operação de drones, entre outros, para crianças e jovens. Nesses últimos anos, foi dado um grande incentivo à prática esportiva. A comunidade do Viradouro, que receberá três novos espaços de convivência e lazer, será equipada com áreas para esportes. A área conhecida como Campo dos Padres será revitalizada também e ganhará uma praça e uma quadra poliesportiva de futebol de salão, vôlei, basquete, judô e jiu-jitsu. A quadra será coberta e contará com vestiários, academia da terceira idade e parquinho para crianças.

Desde 2013, a Prefeitura Municipal de Niterói realiza importantes obras de contenção de encostas em diferentes regiões da cidade. Até o ano de 2020, o município destinou investimentos da ordem de R\$ 424 milhões ao Plano Niterói Mais Resiliente para as áreas de gestão de riscos, fortalecimento da Defesa Civil, moradia e qualidade habitacional, política de resiliência e participação da sociedade, fiscalização e interdições. As intervenções incluem a ancoragem e desmonte de blocos rochosos, limpeza de taludes, edificação de barreiras de proteção contra deslizamentos de terra, instalação de cortina atirantada, sistema de drenagem superior, calçada superior e inferior, guarda-corpo e muro.

Outra frente de ação é a sustentabilidade urbana, uma meta contemplada pelo Projeto Niterói Jovem EcoSocial, que oferece 400 vagas para jovens entre 16 e 24 anos, em situação de vulnerabilidade social, a fim de aprimorar habilidades sociais, profissionais e empregabilidade desse grupo. Essa frente organiza também ações de reflorestamento por meio da recuperação de áreas degradadas, com o plantio de espécies nativas da Mata Atlântica, reunindo informações, diagnósticos, estudos, entre outras iniciativas, para recuperação das áreas e manutenção do plantio.

Nas últimas décadas, uma nova concepção de segurança pública tem sido construída em vários países, nos quais o problema da violência passou a ser tratado como políticas públicas multidisciplinares integradas, planejadas e proativas. Esta abordagem, conhecida como segurança pública baseada em evidências, torna o gasto público mais eficiente e racional, privilegiando tomadas de decisão preventivas e com base em conhecimentos científicos, atacando os fatores de agravamento da violência.



Obras do projeto Intervenções Urbanísticas sendo concluídas e fiscalizadas



O PNCV prevê uma estabilização das medidas que vêm sendo aplicadas em Niterói, desde 2013. Além disso, também contará com um conjunto de ações inéditas que serão postas em prática ao longo dos próximos anos, sendo um dos maiores esforços que um município já fez na área de Segurança Pública em todo país. Essas evidências, relatos e dados atestam que o PNCV fortalece a sociedade em que se disseminam a cultura da paz e valorização da vida, com participação conjunta do poder público e da sociedade civil.

Todos os projetos em andamento vão dar à população vítima da exclusão social mais oportunidades, possibilitando que locais antes sob o domínio de facções criminosas hoje recebam melhorias na infraestrutura urbana, regularizem o código de endereçamento postal (CEP) domiciliar, colocando no mapa (GPS) as ruas e vielas das comunidades, impactando positivamente a localidade. Por conta disso, há relatos de moradores que já conseguem encomendar refeições por aplicativos de entrega ou mesmo usar serviços de transporte que antes não iam às comunidades por falta de segurança ou acesso.

Referências bibliográficas

PREFEITURA DE NITERÓI. *Pacto Niterói Contra a Violência, 2018. História do Pacto Niterói Contra a Violência*. Disponível em: <<http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/o--pacto/historia-do-pacto-niteroi-contra-violencia>>. Acesso em: 15 de out. de 2021.

_____. *Pacto Niterói Contra a Violência, 2018. Jovem EcoSocial*. Disponível em: <<http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/projetos-de-prevencao/jovem-ecosocial/>> Acesso em: 15 de out. de 2021.

_____. *Obras de contenção de encostas avançam em várias comunidades de Niterói*. Disponível em: <http://www.egp.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5376:2018-07-16-13-48-44> Acesso em: 15 de out. de 2021.

7

**Convivência e Engajamento
dos Cidadãos: um eixo
estruturante do Pacto
Niterói Contra a Violência
na promoção da paz**

AUTORES

Maria das Graças Silva Raphael

Patrícia Assed Pereira

Luisa Vianna Assumpção

Introdução

Neste capítulo abordaremos como se deu a definição do eixo denominado Convivência e Engajamento dos Cidadãos, seus objetivos e as estratégias adotadas, inicialmente, por meio de três programas específicos: o Disque Denúncia, a Rede Mediar e o Fortalecimento da Guarda Civil Municipal. O Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos constitui-se de ações de políticas públicas integradas com os objetivos de promover uma convivência harmoniosa e pacífica, reduzir os comportamentos contrários ao bem viver em sociedade e difundir a cultura da paz na cidade.

As principais estratégias desse Eixo são o incentivo às atitudes que previnam a violência e o crime; o fomento à participação dos cidadãos na prevenção e no enfrentamento às situações de violência no cotidiano das famílias e na sociedade; a mediação para a resolução de conflitos; e o estímulo da convivência respeitosa, harmoniosa e pacífica nos espaços públicos por meio da cidadania plena.

O Programa Disque Denúncia e o engajamento dos cidadãos na prevenção à violência

No início da implantação das ações do Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos a prefeitura assinou parceria com o Instituto MovRio, responsável pelo Programa Disque Denúncia, em 28 de setembro de 2018, que passou a ter um serviço específico para Niterói. A partir daí, foi incluído o Programa Disque Denúncia, que visava ao aumento da participação e do uso dos canais de acesso ao programa, fortalecendo a adesão dos cidadãos. Nos primeiros seis meses do atendimento exclusivo, houve um aumento de 28,88% nas chamadas feitas pelos niteroienses. O Programa Disque Denúncia permaneceu no Eixo Convivência até 2019, quando passou a integrar o Eixo Policiamento e Justiça.



*Reunião para
implementação
do Disque
Denúncia em
Niterói com o
Coordenador
Zeca Borges (in
memoriam)*

A implantação, os princípios e os objetivos da Rede Mediar

Em continuidade, deu-se a implantação da política de Mediação de Conflitos no município com o programa Rede Mediar, com os objetivos de reduzir os registros de ameaça e lesão corporal dolosa, que se apresentavam em índices alarmantes em 2018, e de corroborar, disseminar e construir a cultura de paz na cidade. Os seus princípios norteadores são o instituto da mediação, voluntariedade, cooperação, protagonismo, confidencialidade, autonomia das partes, decisão informada, oralidade e boa-fé.

Os objetivos são garantir a transversalidade e a integração das políticas da mediação de conflitos; fomentar a cultura cooperativa e autocompositiva na convivência e na solução de conflitos; incentivar a experiência democrática e a cidadania pela participação, do protagonismo na solução do conflito e no direito à fala; e prevenir e reverter ciclos de violências com a interrupção das espirais de conflito.

A partir de 2019, o Programa Rede Mediar implementou ações de integração e da transversalidade com diversos setores públicos e do terceiro setor da sociedade civil. Em agosto, no Museu de Arte Contemporânea de Niterói, houve uma série de quatro encontros de sensibilização sobre a temática

da resolução de conflitos por meio do diálogo, comunicação não-violenta e da socialização de experiências, com significativa participação de diversos representantes da sociedade civil organizada da cidade, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Sociedade Beneficente da Sagrada Família (SBSF), a Federação das Associações de Moradores de Niterói (FamNit), de líderes religiosos de diferentes credos, de representantes de outros órgãos públicos e de gestores públicos municipais.

A Rede Mediar também participou da organização do III Encontro Estadual de Mediadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), realizado na Sala Nelson Pereira dos Santos, em Niterói, em outubro de 2019. Também realizou encontros de formação e de capacitação de servidores, como, por exemplo, o dos profissionais dos Espaços Nova Geração (ENG), da Prefeitura Municipal de Niterói e integrantes do PNCV; e iniciou a sensibilização do tema mediação escolar junto à equipe do Núcleo de Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Educação. O curso de Formação de Mediadores Comunitários foi organizado no formato online, devido à pandemia da covid-19, em novembro de 2020, e capacitou líderes comunitários para serem replicadores nos futuros Núcleos de Mediação Comunitária de Niterói. O evento aconteceu por meio de convênio, firmado em 2019, entre a prefeitura e o TJ-RJ.

A criação e implantação da Primeira Câmara Pública Municipal de Mediação de Conflitos em Niterói

A gestão orçamentária do Programa Rede Mediar, inicialmente, ficou sob a responsabilidade da Secretaria Executiva Municipal e, a partir de 2021, foi incluída na gestão da recém-criada Secretaria Municipal de Direitos Humanos. É importante destacar a criação e a implantação da Câmara Pública de Mediação de Conflitos, em março de 2021, localizada no Espaço Mediar, no Centro, para o atendimento à população nas situações de conflitos, garantindo-se a experiência democrática e de cidadania com direito à fala, ao diálogo e à escuta dos cidadãos, de suas situações de vida e de seu protagonismo na solução dos conflitos.

O Programa de Fortalecimento da Guarda Civil Municipal no Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos

De importância fundamental, o Programa de Fortalecimento da Guarda Civil Municipal (GCM) de Niterói, no Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos, tem por meta qualificar e ampliar a capacidade de atuação na ordem pública dessa instituição, garantindo a percepção de segurança e a promoção da inviolabilidade de direitos na cidade. Nesse sentido foi elaborado o Plano Estratégico Decenal 2020-2030 da GCM, lançado no Solar do Jambeiro, em 18 de dezembro de 2020. O plano estabelece a visão da corporação para o próximo decênio, os resultados traçados, os processos internos, os recursos e os princípios. Ademais reestrutura o desenho organizacional, a governança, a gestão para resultados e dos recursos humanos e a valorização profissional, dentre outros, estruturando, ao longo dos anos 2021 até 2030, o fortalecimento e o aprimoramento permanente dos seus serviços à sociedade.

O papel da GCM no Plano Decenal e suas funções no Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos

Atualmente, de acordo com o seu estatuto, a GCM desempenha diferentes funções na estrutura administrativa do município: a vigilância do paço municipal e dos logradouros públicos (ruas, praças, jardins); a proteção dos munícipes e das instalações dos serviços municipais; a preservação da moralidade e do sossego público; a proteção da arborização das praças e jardins, da rede de iluminação, dos monumentos e de outras obras públicas; a colaboração com os demais órgãos municipais no exercício do poder de polícia administrativo que lhes competir e a colaboração com as autoridades federais e estaduais, sempre que solicitada, de acordo com as diretrizes expedidas pelo órgão municipal de segurança. No Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos do PNCV, as funções da GCM são manter a ordem pública e promover o convívio social. Também é uma meta estratégica promover a qualificação das suas ações, ampliando a capacidade de atuação no campo da ordem pública, intensificando a sensação de segurança e garantindo o uso dos espaços públicos e a sociabilidade.



O Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos na travessia da pandemia de covid-19

*Guarda Civil
Municipal de
Niterói*

Desde março de 2020, quando houve a emergência da pandemia da covid-19, a Prefeitura de Niterói priorizou os esforços no enfrentamento ao novo coronavírus e às suas consequências para a vida e saúde da população e proteção da economia. Também foi criado um gabinete de crise e a coordenação do Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos articulou a organização de três comitês: um formado por líderes religiosos; um segundo comitê de líderes comunitários; e outro integrado pelo terceiro setor. A composição dos comitês levou em conta a influência desses líderes junto à sociedade a fim de publicizar as informações e as orientações de combate ao SARS-CoV-2, em diálogo e engajamento permanentes.

A Câmara Municipal aprovou projetos de leis de políticas públicas voltadas ao cenário de emergência causado pela pandemia propostas pela prefeitura, como o Cartão Renda Básica Temporária, que garantiu a renda emergencial aos

cidadãos em risco social; o Programa Empresa Cidadã, que manteve os empregos; e outras iniciativas para proteção da vida e da saúde, como a que instituiu o Hospital Oceânico de Niterói, destinado exclusivamente ao tratamento das vítimas da covid-19.

O Programa Rede Mediar e a pandemia da covid-19

Durante a pandemia, a Rede Mediar criou o programa Desatando Nós em que líderes comunitários, em especial das comunidades mais vulneráveis, reuniram relatos de conflitos de suas localidades, gravadas em vídeo pelo celular. A gerente da Rede Mediar e colaboradores voluntários de diversas instituições da sociedade civil organizada respondiam, esclareciam dúvidas e orientavam a resolução desses impasses com sugestões também gravadas em vídeos.

Uma pergunta frequente foi sobre a relação com vizinhos durante a pandemia, quando o isolamento social fez com que inúmeras famílias, principalmente em casas de territórios empobrecidos e de maior vulnerabilidade social, se deparassem com os limites saudáveis da proximidade compulsória e prolongada do confinamento. Como, por exemplo, o excesso de barulho, seja das brincadeiras das crianças, do som alto de músicas ou de pequenas obras e reparos nas moradias. Além dos vídeos, foram publicados artigos de gestores públicos municipais e de colaboradores da sociedade civil organizada, no site do Pacto Niterói Contra a Violência.

A ação educativa da Guarda Civil Municipal durante a pandemia do SARS-CoV-2

Desde o início da pandemia, a GCM de Niterói esteve junto da população para manter a ordem pública e orientar o cumprimento das medidas de proteção à vida, o uso da máscara, a prática do distanciamento nos espaços públicos, garantindo a convivência pacífica e o cumprimento das medidas restritivas. O trabalho da Guarda Civil Municipal também demonstrou seu caráter educativo, principalmente nas barreiras sanitárias (no acesso às praias e a outras áreas

de convivência e de lazer, durante os períodos de alta transmissibilidade do novo coronavírus), seja medindo a temperatura e oferecendo máscaras no acesso a Niterói ou encaminhando os que apresentavam febre ou outros sintomas às unidades de saúde do município.

O engajamento da sociedade nos espaços de convivência, no Plano Municipal pela Primeira Infância e na Rede Peace in our Cities

Viver em ambientes organizados e planejados propicia a convivência harmônica, a sensação de segurança e estimula o sentimento de pertencimento. Nesse cenário, o cidadão passa a frequentar e a preservar as áreas públicas, como vem acontecendo em Niterói, cuja prefeitura investe em melhorias de espaços gratuitos, em diversas regiões, e de fácil acesso: Horto Florestal, do Fonseca; Complexo Esportivo, do Caramujo; Complexo Esportivo, do Barreto; Parque Palmir Silva (Horto do Barreto); Caminho Niemeyer; Parque da Cidade de Niterói; Skatepark Carlos Alberto Parizzi; Parque Rural de Niterói; Campo de São Bento; ampliação da malha cicloviária; e incentivo da prática de trilhas nas áreas verdes, com a publicação do Guia de Trilhas de Niterói.

O PNCV participou da formulação do Plano Municipal pela Primeira Infância, da Rede Brasileira Urban95, que preconiza o acesso de crianças de 0 a 3 anos aos espaços da cidade, adaptados a elas e a seus cuidadores, com propostas educativas e inclusivas por meio da arte e da diversidade cultural. O Pacto também está presente na Rede Peace in our Cities que trata do planejamento, do diagnóstico da violência e da formação de líderes, também, da sociedade civil organizada para projetos de inclusão social, proporcionando intercâmbio com cidades do mundo que tenham políticas bem-sucedidas de prevenção à violência.



Crianças da Rede Municipal de Educação em ação no projeto Rotas Caminháveis, da Rede Brasileira Urban95

Considerações finais

O Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos, no âmbito do PNCV, assegura a Niterói uma política pública que favorece uma convivência respeitosa, harmoniosa e pacífica, com respeito às diversidades. Seja pela mediação como política de resolução pacífica de conflitos seja pelo fortalecimento da GCM reduz-se os comportamentos contrários ao bem viver, promove-se a cidadania e difunde-se a cultura da paz, a valorização da vida e a cidadania plena.

Referências bibliográficas

- BRASIL. IBGE. *Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>.
- ISP-RJ. Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. OSPNIT, Observatório de Segurança Pública de Niterói, 2018.
- NITERÓI-RJ, Câmara Municipal de. Lei nº 3369, de 22 de agosto de 2018.
- NITERÓI-RJ, Prefeitura Municipal de. Decreto Municipal nº13036, de 22 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.niteroi.rj.gov.br>>.
- _____. Decreto nº 13.380, de 9 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.niteroi.rj.gov.br>>.
- _____. Caput do Decreto nº 13.380, de 9 de novembro de 2019 e art. 3º. Disponível em: <<https://www.niteroi.rj.gov.br>>.
- _____. Programa Rede Mediar. Pacto Niterói Contra a Violência. Disponível em: <<https://www.pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br>>.
- _____. Decreto nº 13.380, de 9 de novembro de 2019, artigo 5º, inciso II. Disponível em: <<https://www.niteroi.rj.gov.br>>.
- _____. Programa Rede Mediar. Relatório de Atividades Desenvolvidas pela Rede Mediar de Niterói, de 2018 a março de 2021. Coordenação do Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos. Coordenação Geral Executiva do Pacto Niterói Contra a Violência, 2021.
- _____. Decreto nº 13.380, de 9 de novembro de 2019, artigo 5º, inciso I. Disponível em: <<https://www.niteroi.rj.gov.br>>.
- _____. Decreto nº 13.380, de 9 de novembro de 2019, parágrafo 1º, inciso IV. Disponível em: <<https://www.niteroi.rj.gov.br>>.
- _____. Fundação Municipal de Saúde. *Hospital Oceânico: uma trincheira contra a covid-19*. Organização, texto e entrevistas de Ronaldo Lapa e PH de Noronha. Niterói: Eduff Institucional, 2021.
- _____. Programa Desatando Nós. Programa Rede Mediar. Pacto Niterói Contra a Violência. Disponível em: <<https://www.pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br>>.

- _____. Estatuto da Guarda Civil Municipal. Lei nº 2838\2011. Disponível em: <<http://www.niteroi.gov.br>>.
- _____. O Plano Decenal da Guarda Civil Municipal de Niterói: 2020-2030. Disponível em: <<https://www.pactocontra-violencia.niteroi.rj.gov.br>>.
- _____. Escritório de Gestão de Projetos (EGP). Disponível em: <<http://www.niteroi.rj.gov.br/>>.

8

**Comunicação Social
– Transparência e
informação de qualidade**

AUTORES

Leonardo Caldeira

Patrícia Assed Pereira

Introdução

A Comunicação Social é o campo de conhecimento que desenvolve técnicas e formatos para divulgação de atos e fatos, com profissionalismo, estratégia, ética, transparência e qualidade da informação. No caso da Comunicação Institucional, que assessora empresas e órgãos públicos para que as informações sejam transmitidas às mídias, são usadas diferentes áreas: jornalismo, publicidade, criação, redes sociais e relações públicas. A Comunicação é essencial em estruturas privadas e públicas para informar e prestar conta aos cidadãos e, mais recentemente, combater a desinformação e a disseminação de notícias falsas, conhecidas pelo termo em inglês *fake news*.

Para construir uma imagem sólida e se comunicar em duas vertentes, corporativa e pública, a Comunicação Institucional ou Corporativa atua em duas frentes: interna (endomarketing) e externa (assessoria de imprensa, redes sociais e publicidade). A Comunicação interna (endomarketing) é desenvolvida por profissionais da área de comunicação e, em alguns casos, em conjunto com o RH da empresa, compreendendo ações direcionadas a empregados, servidores e funcionários da corporação. Essa prática é fundamental para se uniformizar as informações, evitar ruídos de comunicação e promover a integração da equipe, de forma estratégica, a partir de diagnósticos e objetivos a serem atingidos. Nesse campo, usualmente são usadas ferramentas de comunicação dirigidas, como informes e/ou boletins, campanhas institucionais, informativas ou motivacionais, eventos de integração, aplicativos de mensagens diretas aos funcionários e colaboradores, entre outros.

No âmbito externo, a Comunicação Institucional tem a função de consolidar positivamente a imagem da empresa junto ao seu público-alvo ou à população de um modo geral, de acordo com a natureza do serviço prestado, além de promover informação transparente, prestação de contas e de utilidade pública. Esse contato externo é feito por meio da assessoria

com foco nas mídias convencionais, mídias digitais e peças de divulgação e publicidade. Essa assessoria também se encarrega de monitorar a imagem da instituição, quando necessário, por meio de pesquisas de opinião, redes sociais e clipping (monitoramento do que é publicado na mídia sobre a instituição).

Desde a concepção do PNCV, em 2018, a Coordenadoria Geral de Comunicação Social (CGCOM) estabeleceu uma comunicação direta com os formadores de opinião, apresentando à sociedade civil o diagnóstico de violência no município e realizando uma escuta para os caminhos que reduziriam a violência. Desde então, o diálogo tornou-se permanente com as diversas instâncias representativas da sociedade civil organizada, como a Federação de Associações de Moradores de Niterói (FamNit), instituições religiosas, órgãos do Judiciário, conselhos comunitários e municipais, autoridades de segurança pública, membros do legislativo, instituições de ensino, entre outras.

O PNCV sempre contou, desde a sua concepção, com o apoio e o acompanhamento da CGCOM em suas várias frentes, seja com a criação de artes, logos e conceitos para os programas e ações, como na divulgação externa junto aos veículos da mídia e redes sociais. Em 2019, com o desafio de criar um portal digital com as informações sobre o PNCV, estabeleceu-se uma equipe de Coordenação de Comunicação do Pacto. Além de ser responsável por monitorar e atualizar o site, a Coordenação de Comunicação também realiza a integração entre a CGCOM e as equipes dos programas do Pacto e organiza os eventos de devolutivas com a sociedade civil.

A comunicação social no âmbito do Pacto Niterói Contra a Violência

Antes do lançamento oficial, realizado em agosto de 2018, a CGCOM trabalhou para a implantação do Pacto, criando a sua logomarca, produzindo material para divulgação dos programas, das metas e da mudança cultural sobre o conceito de segurança pública no município. Coube à equipe da CGCOM, juntamente à coordenação do Pacto, gestores e gerentes, a construção da imagem de todos os projetos sob sua tutela, atendendo às características pecu-

liares de cada um e cuidando para que todos remetessem à matriz inicial, ou seja, à identidade-mãe.



Assim, nasceram as marcas, hoje conhecidas e reconhecidas da Escola da Família, Escola da Paz, Poupança Escola, Niterói Jovem EcoSocial, Rede Mediar e Rede Acolher. As marcas dos Programas Espaço Nova Geração e Banco de Oportunidades foram desenvolvidas pelas próprias equipes dos programas. Desde o lançamento do PNCV, as ações da comunicação institucional foram centrais para a construção da identidade e dos mecanismos de difusão de informações, fortalecimento dos projetos e fomento às práticas de transparência de sua gestão.

*Identidade
visual do Pacto
Niterói Contra
a Violência*

As ações da coordenação de Comunicação junto aos projetos e programas do Pacto Niterói Contra a Violência

Os anos de 2018 e 2019 foram marcados pelos lançamentos de diversos programas do PNCV, e o papel da Comunicação foi essencial na divulgação das informações de todas as atividades junto à imprensa, na criação de logos e peças de divulgação e na organização dos eventos. Em agosto de 2018, foi publicada a Lei nº 3369 que obriga a divulgação do Disque Denúncia de Niterói em ônibus, táxis municipais, veículos de aplicativos e estabelecimentos comerciais, assim como assinado o termo de fomento entre o município e o Instituto MovRio. Para contribuir

com o cumprimento da lei e aumentar o engajamento da sociedade civil, a CGCOM produziu cartazes com o número do Disque Denúncia e o telefone celular do aplicativo de mensagem instantânea exclusivo de Niterói e os distribuiu para as instituições.

Em agosto de 2019, a Rede Mediar realizou o I Encontro sobre Mediação de Conflitos, no Museu de Arte Contemporânea (MAC), que teve a identidade visual do evento e o material de divulgação executados pela Comunicação. Para a aula inaugural do Niterói Jovem EcoSocial, em outubro de 2019, na Sala Nelson Pereira dos Santos, a CGCOM distribuiu camisetas e folders sobre o programa. Nesse mesmo ano, em outubro e novembro, foram inaugurados os Espaços Nova Geração, no Fonseca e no Cantagalo, cuja divulgação das atividades e matrículas também contou com material desenvolvido pela CGCOM, como cartazes, folders, releases e imagens para a imprensa.

Publicação em rede social da PMN sobre Aprendizagem Socioemocional e sobre o projeto Jovem EcoSocial



Já o lançamento do Poupança Escola, no Teatro Popular Oscar Niemeyer, em novembro de 2019, contou com material de apoio para divulgação mais vasto, com a formatação de apresentação sobre o programa, folders e identidade visual para aplicação em camisetas, *pen drive*, bloco e copo ecológico, além de apoio na criação do site do programa e divulgação na imprensa. O apoio da CGCOM também se fez presente, em julho de 2021, no lançamento do Escritório Social da Rede Acolher, no Teatro Popular Oscar Niemeyer, com a produção dos convites, contato com a imprensa e apresentação sobre o programa.

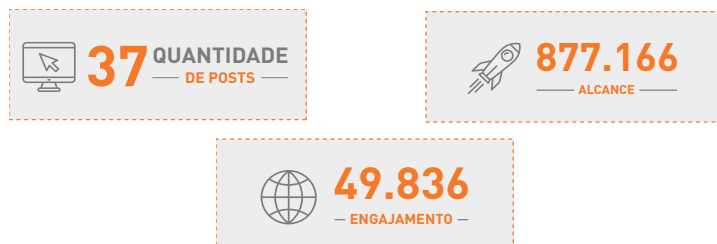


Publicação em rede social da PMN sobre Poupança Escola teve 132.073 de alcance e 2335 de engajamento

O site do Pacto Niterói Contra a Violência: um portal de contato direto com a população

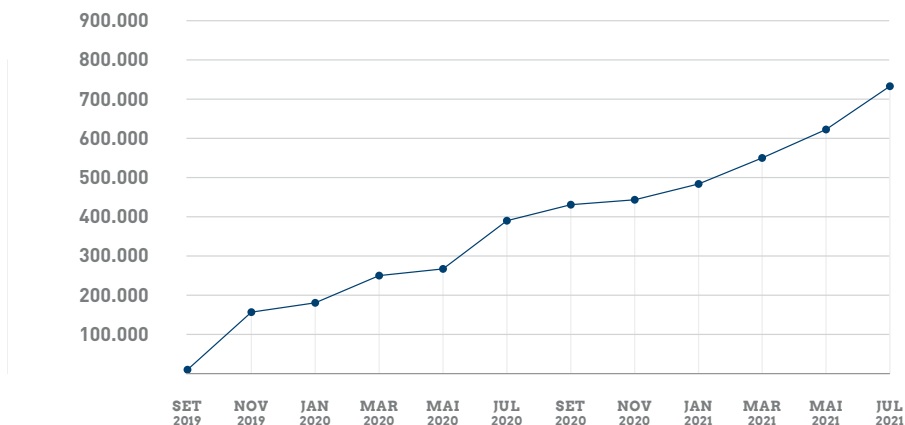
Uma das missões da Coordenadoria Geral de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Niterói é a criação e o gerenciamento de campanhas de divulgação veiculadas em diversas formas de mídias, entre elas, as redes sociais oficiais da administração municipal como Instagram, Facebook e Youtube. O Pacto, desde o seu lançamento, esteve sempre presente nas redes da prefeitura, com transmissões ao vivo, séries de artes e conteúdos que buscaram aumentar a compreensão e o envolvimento do público em geral com a proposta. Além do Pacto em si, seus programas e ações também são temas frequentes em postagens nas redes oficiais da prefeitura. Como resultado desse trabalho, o alcance e o engajamento dos cidadãos foram muito relevantes nos últimos anos, como se vê nos dados abaixo.

QUANTITATIVO DE PUBLICAÇÕES, ALCANCE E ENGAJAMENTO NAS REDES SOCIAIS DA PMN REFERENTE AOS CONTEÚDOS DO PNCV



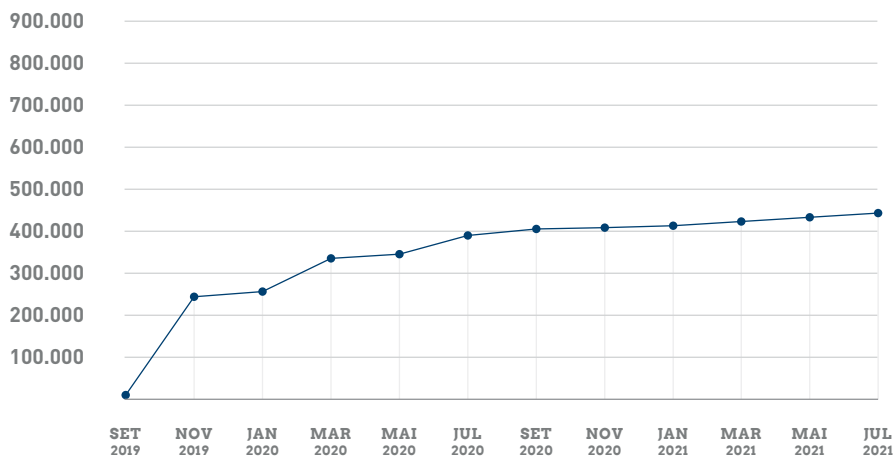
Fonte: CGCOM/Mídias Sociais.

ALCANÇE ACUMULADO EM FUNÇÃO DO TEMPO



Fonte: CGCOM/Mídias Sociais.

ENGAJAMENTO ACUMULADO EM FUNÇÃO DO TEMPO



Fonte: CGCOM/Mídias Sociais.

A CGCOM também atua na orientação de conteúdo para a montagem de sites nos diversos setores da administração municipal, como aconteceu com a Coordenação de Comunicação Social do Pacto quando da montagem do site oficial do PNCV, canal para dar publicidade aos programas, notícias, indicadores do Instituto de Segurança Pública, metas e missões. A criação do site foi coletiva. A coordenação de Comunicação do Pacto, alinhada com as diretrizes da coordenação

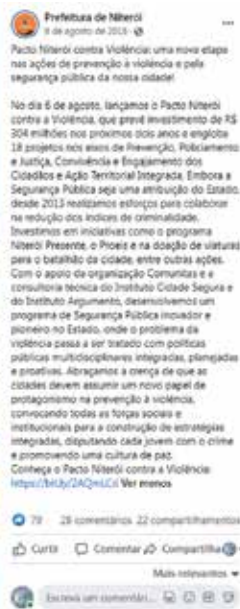
geral executiva e com o comitê gestor, solicitou a cada gerente o envio das informações sobre os programas, em textos e fotos, que foram revisados, primeiramente, pela coordenação de monitoramento e avaliação do Pacto e pela assessoria técnica da Secretaria Executiva (Sexec). Posteriormente, foi feita uma avaliação pela CGCOM e, por fim, aprovada pela coordenação geral executiva e pelo comitê gestor do PNCV.

O site engajou-se no enfrentamento da pandemia da covid-19, divulgando ações da Prefeitura de Niterói e publicando, quinzenalmente, vídeos e textos do projeto Desatando Nós, da Rede Mediar. Os vídeos eram enviados por moradores com demandas sobre como lidar com os conflitos familiares e de vizinhança que se intensificaram com o isolamento social. Todos os vídeos recebidos foram respondidos pela gerência da Rede Mediar. As dificuldades de acesso à internet por moradores sem familiaridade com os recursos digitais foram contornadas com a publicação de textos sobre Mediação de Conflitos escritos por convidados da Rede Mediar.

O PNCV na mídia

O trabalho da equipe de Assessoria de Imprensa da Coordenação Geral de Comunicação Social é mais um exemplo do compromisso em manter a cidade informada sobre as iniciativas municipais de segurança pública. Entre agosto de 2018 e junho de 2021, houve mais de 500 inserções espontâneas nas mídias de Niterói, do estado do Rio de Janeiro e de outros estados. Todo o conteúdo jornalístico relacionado ao PNCV foi organizado em um arquivo e por meio do clipping realizado pela CGCOM.

A divulgação ampla reforça a importância do trabalho integrado, sedimentando o compromisso estabelecido entre população e poder público com essa aliança pela promoção de políticas de prevenção à violência e segurança pública. Apesar dos impactos trazidos pela pandemia de covid-19, a interlocução direta com a população nos mais variados canais e iniciativas da comunicação institucional garantiu o acesso à informação e a transposição das atividades presenciais para ambientes digitais, culminando na manutenção das ações do PNCV.



Publicação em rede social da PMN sobre a Apresentação geral do projeto do Pacto Niterói Contra a Violência

Os encontros com a sociedade civil e a pactuação pelo fim da violência

Em 2018, foram realizadas 92 reuniões com a sociedade civil para estreitar os laços entre o governo e os moradores do município. As demandas e propostas elencadas nesses encontros foram transformadas em um plano municipal para a construção de políticas públicas de segurança e prevenção à violência. Em 6 de agosto do mesmo ano, o palco centenário do Theatro Municipal João Caetano recepcionou o lançamento do PNCV, que tem em seu cerne o constante diálogo entre o poder público, a sociedade civil organizada e os niteroienses. Essa parceria possibilitou, também, o diálogo com os líderes religiosos, culminando na 1ª Caminhada Luminosa da Paz.

Em 2019, a equipe do Pacto reuniu-se com os conselhos municipais de promoção de direitos e controle social: da Saúde; dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Comunitário de Segurança; e de Educação. Contribuímos, ainda, com a organização da 2ª Caminhada Luminosa da Paz. Em 2020, já adotados os protocolos de segurança, a CGCOM fez parte de reuniões da rede municipal de atendimento e enfrentamento à violência contra a mulher, no Con-

selho Municipal de Políticas para as Mulheres e dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; da Transparência e Controle Social; e Conselho Comunitário de Segurança, no formato online.

Em 2021, realizamos, entre março e abril, nove Encontros Governo e Sociedade Civil para apresentar o desenvolvimento e resultados dos programas do PNCV, tirar dúvidas e acolher as sugestões dos cidadãos. O impedimento de reuniões presenciais nos fez criar alternativas, convidando a sociedade civil para encontros virtuais, com duração de duas horas cada, que contaram, em média, com 60 participantes. Os convites foram feitos aos representantes da sociedade civil por aplicativo de mensagens instantâneas e correio eletrônico e publicado nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Niterói. A Comunicação produziu um relatório síntese sobre os Encontros para acompanhar os encaminhamentos.

Publicação em rede social da PMN divulgando encontro entre Governo e Sociedade Civil

ENCONTRO GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL
Programas desenvolvidos no âmbito do Pacto Niterói Contra Violência

09MAR terça-feira | 14h | Link: meet.google.com/pvj-nyha-nak

PALESTRANTE
Bárbara Siqueira - Gerente Espaço Nova Geração

PALESTRANTE
Márcia Rocha - Coordenadora Geral Nova Rê - Espaço Nova Geração

PALESTRANTE CONVIDADA
Miriam Abramovay - Doutora em Ciências da Educação e Coordenadora da Área de Juventude e Políticas da FJASOD-Brasil

TEMA: A Integralização das Políticas Públicas Como Estratégia de Prevenção à Violência e de Fortalecimento das Relações Interpessoais no Contexto Escolar

PALESTRANTE
Ronald Quietaniha - Gerente Escola da Paz

MODERADORES:
María das Graças Silva Raphael
Paulo Henrique Azevedo de Moraes
Coordenação Geral do Pacto Niterói Contra Violência

Inscrições abertas!
Organização:
Pacto Niterói Contra Violência
E-mail: pacto@niteroi.rj.gov.br
Tel: 3193-3277

Logos: PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA, NOVA GERAÇÃO, PMN, NITERÓI

Prefeitura de Niterói
7 de março de 2021 · 1h

As inscrições para os encontros do Pacto Niterói Contra a Violência estão abertas. Contamos com sua participação!

No próximo encontro, dia 9 de março, serão apresentados à sociedade, o desenvolvimento dos programas Espaço Nova Geração e Escola da Paz. Também será abordada a sociedade civil e discutido o assunto da integralização das políticas públicas como estratégia de prevenção à violência e fortalecimento das relações interpessoais no meio escolar não deve de participar. Se inscreva em: pacto@niteroi.rj.gov.br (nome / instituição ou representante / e-mail / telefone). No próximo terça, às 14h, acesse: <https://meet.google.com/pvj-nyha-nak> mais

Compartilhe: 0 comentários · 0 compartilhamentos

Opções de interação: Curtir, Comentar, Compartilhar

No Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) as ações em Comunicação Social foram e são fundamentais para o incremento e consolidação dos programas, com o objetivo de

proporcionar transparência sobre as ações de segurança pública no âmbito municipal, principalmente, de prevenção à violência. Essas ações estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborados pela Organização das Nações Unidas na Agenda 2030, que é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Dos 17 objetivos, a Comunicação se relaciona com o ODS 16, que representa Paz, Justiça e Instituições Eficazes, na promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, com acesso universal à justiça e a construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. No plano municipal Niterói Que Queremos (NQQ), a Comunicação se relaciona com uma cidade eficiente e comprometida.

9

**A participação da
sociedade na construção
do Pacto Niterói Contra
a Violência**

Entrevistas

Metodologia do Instituto Cidade Segura cria ações estruturantes para o policiamento e a prevenção da violência — Entrevista com o Instituto Cidade Segura

Foi ainda na década de 70 do século passado, diante das taxas de criminalidade urbana crescentes, que a Organização das Nações Unidas (ONU) orientou os países-membros a criar bases de dados a partir de evidências científicas que subsidiassem políticas de segurança pública. Com capacidade financeira e pessoal qualificado, Niterói vinha realizando uma série de ações de combate à violência. Entre elas, estava a criação do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), em Piratininga, inaugurado em 2015.

A estrutura conta hoje com 22 câmeras e outras 70 de inteligência artificial, que até o início de 2021, já haviam alcançado a marca de 100 mil atendimentos à população. O poder público também aumentou o efetivo da Guarda Civil Municipal (GCM), na última década, de 300 para 700 guardas – desses, 75 formados em 2021. Mas faltavam justamente essas fontes de estudos quantitativos e qualitativos sistematizados para que os resultados fossem ainda mais satisfatórios, robustos, permanentes e se mantivessem na tendência de queda.

Novas tecnologias e a união de esforços eram necessárias para que a aparente e real sensação de insegurança fosse debelada das ruas. Diante desse contexto, o Instituto Cidade Segura (ICS) foi uma importante engrenagem na elaboração do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), em 2018. A organização da sociedade civil, fundada em 2017, em Porto Alegre, foi a responsável pelo diagnóstico de dados estatísticos sobre a criminalidade, pesquisa de opinião com munícipes e pela metodologia para a elaboração de um plano de ações estruturantes da prefeitura visando ao policiamento e à prevenção social à violência.

Com a aliança dos agentes envolvidos, o projeto começou a ganhar forma e os resultados não demoraram a aparecer.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que analisou as 120 cidades que tinham a maior taxa de homicídios do país em 2017, Niterói se destacava entre as três cidades do país com a maior queda de homicídios.



Apresentação de Pesquisa de Vitimização que originou o Pacto Niterói Contra a Violência, no Teatro Municipal João Caetano

Entre 2017 e 2020, houve uma redução de crimes letais violentos intencionais em 70,9%. “Nosso trabalho trouxe a oportunidade de aumentar a efetividade do que já estava sendo feito. Antes, as ações eram pontuais e fragmentadas”, explica o advogado Alberto Kopittke, diretor-executivo do Instituto Cidade Segura. “O Pacto desenhou o todo, com uma política de prevenção à violência de forma ampla, buscando compreender não só os fatos como suas origens”, explica o diretor-executivo, que conduziu o projeto durante um ano de imersão no município. Para isso, Kopittke, doutor em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e sua equipe mergulharam em análises de informações, reuniões com gestores e visitas de aproximação para entender as dinâmicas, os pontos críticos, as fortalezas e as demandas da população e da administração municipal em relação aos temas criminalidade e violência urbanas.

O PNCV teve como base experiências de sucesso em cidades em que as questões de segurança pública pareciam insolúveis, como a rica Nova York – cuja taxa de homicídio na década de 1990, do século XX, era de 30,7 por 100 mil pessoas, muito diferente dos 3,4 por 100 mil pessoas de 2017¹ –,

¹ Disponível em: www.bbc.com/portuguese/internacional-42741088. Acesso em: 21 de agosto de 2021.

ou Bogotá e Medellín, metrópoles colombianas associadas ao cartel de drogas comandado pelo traficante Pablo Escobar, nos anos 1990. O Instituto trouxe ainda na bagagem seu próprio caso de sucesso desenvolvido em Pelotas, no Rio Grande do Sul, em que, depois de quatro anos de implantação, em 2017, o município comemorou uma queda de cerca de 90% nos índices de homicídio.

De cada lugar veio uma parcela de contribuição. Na gigante americana, homicídios e roubos foram resolvidos com mais policiais nas ruas – um aumento do efetivo em torno de 35%, entre 1990 e 2000 – somados à tecnologia e ao trabalho de inteligência de Segurança Pública, segundo dados oficiais. Na Colômbia, investir na polícia e no desenvolvimento de índices sociais, por meio da promoção da Educação, por exemplo, foi fundamental². “Fomos atrás das experiências exitosas e fizemos uma mistura delas. Apesar de todas as adversidades, mostramos ser possível colocá-las em prática. Niterói tem toda a potencialidade, profissional e de recursos, para que seja um farol para o estado do Rio de Janeiro”, pondera o especialista, que trabalha na área desde 2007, quando esteve vinculado à Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça. A partir dessa experiência, ele mergulhou fundo no tema e, antes de integrar o ICS, foi secretário de Segurança Pública, em Canoas, Região da Grande Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, seu estado natal.

Uma das principais frentes de atuação do ICS no Pacto foi a elaboração de ações de prevenção e da aplicação da legislação. A proposta foi fortalecer a integração entre as instituições envolvidas, como a Polícia Civil e a Guarda Civil Municipal, com o objetivo de coletar informações sobre os pontos e horários críticos das ações de criminosos. O resultado prático foi a im-

Fomos atrás das experiências exitosas e fizemos uma mistura delas. Apesar de todas as adversidades, mostramos ser possível colocá-las em prática. Niterói tem toda a potencialidade, profissional e de recursos, para que seja um farol para o estado do Rio de Janeiro

² Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/menos-violenta-e-mais-prospera>. Acesso em: 21 de agosto de 2021.

plantação do cercamento eletrônico, equipamento tecnológico que vai além de identificar as placas de carros roubados.

Trata-se de um sistema de videomonitoramento, que por meio de tecnologia inteligente identifica veículos que circulam pela cidade e pelas rodovias. Dessa forma, ele consegue cruzar informações de ocorrências policiais, em entradas e saídas do município, e estabelecer padrões a partir desse grande volume de dados e indicar de forma segura quais veículos, mesmo aqueles que estão legalizados, estariam envolvidos em operações de apoio a roubos de carga, por exemplo.

Um alerta é acionado, e as equipes de segurança mais próximas partem para o atendimento da ocorrência. “Quando a cerca eletrônica foi ativada, ganhamos a cereja do bolo. O sistema nos dá inteligência proativa”, comemora o advogado. “No geral, o problema da segurança é que as equipes são limitadas. Por isso, precisamos que a tecnologia nos traga essa informação mastigada”, explica.

Outro elemento fundamental para embasar as ações do Pacto, a Pesquisa de Vitimização trouxe essa metodologia, que abandona o autor do delito e centra-se na descrição do perfil das vítimas e de grupos de risco. Bastante usada desde os anos 1970, a metodologia promove a coleta de informações a respeito dos fatores que favoreceram a denúncia de crimes; da receptividade dos agentes de segurança em acatar essas denúncias; e de que modo ocorreu o delito.

Essa metodologia lança luz sobre o próprio conceito de violência: não apenas a chamada “delinquência oculta”, aquela fora dos registros policiais, mas a considerada de menor periculosidade, tratada de forma discricionária pelos agentes de segurança e de justiça, promovendo uma espécie de filtro desses comportamentos desviantes e engordando o sub-registro da criminalidade.

A Pesquisa de Vitimização ajudou a expor a subnotificação de crimes em determinadas áreas geográficas. Além disso, ela jogou luzes sobre a violência contra a mulher, assim como descortinou a que faz parte das relações pessoais e não chegam ao conhecimento oficial. Geralmente, as brigas, por exemplo, não recebem a mesma atenção da segurança pública diante de um contexto em que crimes

mais graves assolam a população. Porém, é um dado que não deve ser ignorado. “Isso mostra que essa epidemia de violência está impregnada no tecido social. O fuzil é só a ponta do iceberg. Disso resultou todo o programa de mediação com essa visão mais ampla”, detalha. Do ponto de vista de Kopittke, o poder público também tem papel fundamental. Afinal, são os gestores públicos que decidem os rumos que a segurança tomará, quais as políticas públicas que vão impactar nos resultados a curto, médio e longo prazo. Por isso, investir nos jovens das comunidades carentes é visto como prioritário.

Com a elaboração e implementação do PNCV, Niterói segue o caminho oposto ao que, de forma geral, ocorre na cidade do Rio de Janeiro, em que predominam ações reativas, pontuais e violentas nas comunidades. O especialista identifica que faltam planos efetivos de prevenção. “O combate da polícia é sempre feito a partir dos crimes que se apresentam. Essas operações são uma tragédia: aumentam o medo, afastam a polícia da comunidade e não resolvem estruturalmente nada. É como jogar gasolina no incêndio”, exemplifica.

Apesar dos indicativos satisfatórios na cidade a partir da implementação do PNCV, ele passa por reavaliações periódicas. É importante que haja sempre espaço para renovações e mudanças que se mostrem necessárias. A reabilitação de jovens violentos, aponta o estudioso, é uma frente que pode e deve ser aprimorada. “Penso que dá para ir mais fundo na questão de como prevenir na infância e adolescência e como reabilitar, na prevenção terciária, aqueles que foram para o crime”, acredita Kopittke. Com todas as adversidades encontradas, Niterói mostra que, com planejamento e inteligência, é possível reverter ou ao menos amenizar uma violência tão entranhada – em muitos casos, até naturalizada – na vida da população.

O combate da polícia é sempre feito a partir dos crimes que se apresentam. Essas operações são uma tragédia: aumentam o medo, afastam a polícia da comunidade e não resolvem estruturalmente nada. É como jogar gasolina no incêndio

Produção e análise de dados tornam a UFF um farol para debates e estratégias de Segurança Pública — Entrevista com representantes da Universidade Federal Fluminense

Antes de ser denominado Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), os envolvidos nas ações para a melhoria da segurança pública na cidade ainda estavam presos à ideia de pacificação. Entre os estudiosos da área, o conceito traz uma problematização: pensar em paz se refere à compreensão da existência de uma guerra, ou seja, um conflito armado contra um inimigo externo. E uma ação efetiva para combater o conflito depende da imposição da ordem por parte do Estado, independentemente do ponto de vista dos envolvidos, em especial os mais vulneráveis.

Nesse contexto, a Universidade Federal Fluminense (UFF) propôs a construção de uma designação de uma aliança adequada para o município e demais órgãos envolvidos, a partir de um diálogo amplo com a sociedade. “A Universidade participa do processo desde o início e em diferentes frentes, como educação, saúde, além do trabalho com dados, seja na área da computação ou na da matemática”, define o antropólogo Lenin Pires, professor do Departamento de Segurança Pública e diretor do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da UFF (InEAC/UFF). “Diversos professores estiveram em debates com as secretarias envolvidas. A UFF participa e pensa ativamente a cidade”, conta o antropólogo, que acompanhou a iniciativa desde o começo, como representante destacado pelo reitor Antonio Claudio Lucas da Nóbrega para ser o elo entre a academia e o poder público.

A sinergia entre a cidade e a instituição de ensino superior federal se faz provar no Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados – iniciativa travada entre a UFF e a Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional (FEC), em conjunto com a Prefeitura de Niterói –, que está investindo R\$ 25 milhões em pesquisas e extensão alinhadas com objetivos estratégicos para o município. “O recurso foi colocado à disposição em mais de 100 projetos de pesquisa em diferentes áreas: Computação, Medicina, Direito, entre outras. Todos aplicados em benefício da cidade, gerando emprego, assim

como inserindo os estudantes das comunidades mais carentes”, detalha Pires.

A visão do professor só reafirma a essência do Pacto, que aponta que a melhoria dos indicadores sociais e o maior acesso à educação são as principais armas contra a violência. “Tenho orgulho de dizer que trabalho em Niterói, especialmente pela forma que a população é tratada. O Pacto aponta para um horizonte que deveria servir de referência para outras cidades e universidades.”

Na análise do estudioso, a relação da sociedade com a administração pública segue de forma orgânica, o que permite que as melhorias correspondam às expectativas da população. Um exemplo foi a reprovação da proposta de armamento da Guarda Municipal de Niterói em uma consulta pública, em 2017. A votação, que não era obrigatória, contou com a adesão de 18.991 eleitores, dos quais 28,86% votaram a favor do projeto, enquanto 70,97% foram contrários.

Para o pesquisador, a resposta demonstra a diversidade de visões. “A decisão em escutar o povo trouxe uma grande contribuição para o debate sobre a violência. A discussão ocorreu de forma muito positiva porque possibilitou falar sobre os riscos de armar a Guarda Civil Municipal, que foi estabelecida basicamente para mediar conflitos. Há muitos riscos envolvidos, como um aumento na vulnerabilidade dos agentes, além da possibilidade de mais acidentes com armas provocar incapacidades nos agentes, que, em última instância, atinge até mesmo a previdência municipal”, problematiza.

Parte relevante do trabalho da Universidade é a produção e análise de dados relativos à violência que não constam nos relatórios oficiais. O Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI-UFF) se aprofunda na investigação das informações relativas às mortes provenientes de crimes. “Há um número de casos que nem sequer são registrados, como o aparecimento de ossadas.

Tenho orgulho de dizer que trabalho em Niterói, especialmente pela forma que a população é tratada. O Pacto aponta para um horizonte que deveria servir de referência para outras cidades e universidades”

É uma ação muito positiva, porque é uma oferta do poder público para o exercício dos direitos humanos. Isso representa uma mudança da prefeitura em seu olhar para organizar a sociedade e como intervir em situações de violência

Essa linha de investigação quer compreender as dinâmicas, se refinar na obtenção de dados, além de identificar o perfil das vítimas e dos possíveis agressores. Ou seja, compreender cada morte na sua complexidade”, explica Pires.

Entre as linhas de pesquisa do grupo, que envolvem diagnósticos de diferentes áreas de conhecimento, está a expansão das milícias, a análise sobre as ações policiais e o mapeamento dos grupos armados. Os levantamentos buscam esmiuçar os chamados mercados informais e ilegais, e suas formas de controle social, assim como os coletivos criminais,

suas relações com as práticas de poder, disputas e territorialidades. E também as políticas de segurança pública e os dados sobre prisão e encarceramento.

A partir de um olhar crítico, o pesquisador entende que Niterói apresenta avanços muito profundos no combate à violência. Especialmente por criar estruturas capazes de enxergar o tema em sua complexidade. A principal ferramenta do processo é o Centro de Cidadania de Niterói (Cecid) – órgão da Secretaria Municipal de Direitos Humanos –, que reúne profissionais que dão orientação jurídica, psicológica e social gratuitamente. O serviço atende às vítimas de violações de grupos vulneráveis e minorias, como mulheres, negros, população LGBTQIA+. “É uma ação muito positiva, porque é uma oferta do poder público para o exercício dos direitos humanos. Isso representa uma mudança da prefeitura em seu olhar para organizar a sociedade e como

intervir em situações de violência”, elogia Pires.

A perspectiva das ações do PNCV aponta para uma qualificação dos jovens e um avanço da cidade como um polo tecnológico. “O futuro envolve a digitalização da vida social, o que irá permitir a inserção dos mais variados grupos da população. A UFF vem debatendo modelos de governança digital, em que as secretarias estejam integradas e oferecendo seus serviços para a sociedade. Nessa linha, o reitor Antonio

Claudio Lucas da Nóbrega tem se empenhado em promover tal diálogo com o município”, explica Pires. “Tudo elaborado através de trabalho de geógrafos, especialistas das ciências sociais e da tecnologia. Um trabalho que direcione as pessoas para que tenham entendimento de seus direitos e assim possam garanti-los”, conclui.

Comunitas cria soluções integradas para a gestão pública e parcerias sustentáveis — Entrevista com a Comunitas

Quando se trata de um tema complexo como Segurança Pública, nada mais eficaz que a união de esforços de diferentes segmentos na busca por soluções. Embora seja uma área sob a responsabilidade dos estados e da União, a Prefeitura Municipal de Niterói decidiu agir, dentro das suas limitações municipais, em prol de sua população, que vinha sofrendo com a escalada da violência. Nesse contexto, o trabalho em conjunto com a Comunitas se mostrou essencial.

A organização da sociedade civil, especializada em parcerias sustentáveis entre os setores público e privado, foi procurada pela gestão de Rodrigo Neves, então prefeito da cidade, para prover o apoio financeiro para o desenvolvimento e implementação do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), em 2018. “Acreditamos que a mudança não faz parte de uma área somente”, defende Regina Esteves, diretora-presidente da Comunitas, há mais de 20 anos. “É preciso um conjunto de soluções integradas que permeiem toda a gestão pública, além de toda a população aderindo ao objetivo. E, em Niterói, vimos essa oportunidade de mobilizar a população e alcançarmos resultados eficientes e perenes”, conta a executiva que, com vasta experiência no âmbito social, acumula passagens pelo Governo Federal, ensino superior e iniciativa privada.

Ex-integrante do Conselho da Comunidade Solidária, da Presidência da República, Esteves participou da criação do

É preciso um conjunto de soluções integradas que permeiem toda a gestão pública, além de toda a população aderindo ao objetivo. E, em Niterói, vimos essa oportunidade de mobilizar a população e alcançarmos resultados eficientes e perenes

Nossa convicção é de que as empresas brasileiras podem contribuir para a superação dos problemas de ordem econômica e social em diferentes regiões do país

Programa Nacional Alfabetização Solidária, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (1997-2002), num modelo de terceirização de políticas educacionais de alfabetização de jovens e adultos; e da fundação da Associação Alfabetização Solidária (AlfaSol), uma organização da sociedade civil volta-

da a práticas educativas, em funcionamento desde 1996. “Assim enveredei pela área social, junto com a antropóloga Ruth Cardoso, então primeira-dama, e aqui estou, como presidente da Comunitas, organização que atua pelo desenvolvimento social e econômico do país”, detalha.

A participação da Comunitas no PNCV extrapola a esfera financeira. Baseada em São Paulo e fundada há 21 anos, a organização promove uma governança compartilhada ao dividir seus conhecimentos com o setor público. A Comunitas traz na sua bagagem uma equipe de Gestão Pública e Gerenciamento

de Projetos e conta com a contratação de consultores e mentores especializados nos mais diversos temas que envolvem a administração pública no Brasil. O que garante mais efetividade às ações realizadas e, conseqüentemente, coopera para o desenvolvimento local. “Nossa convicção é de que as empresas brasileiras podem contribuir para a superação dos problemas de ordem econômica e social em diferentes regiões do país”, explica Esteves, administradora que atuou como Pró-reitora Comunitária e Pró-reitora Financeira na Universidade São Marcos, em São Paulo, e como diretora de Projetos Especiais do Gabinete do Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, no governo Fernando Henrique Cardoso.

Existe uma preocupação de que os projetos sejam sustentáveis, ou seja, em manter o governo engajado nos objetivos e resultados das iniciativas apoiadas pela organização. “Sempre nos preocupamos em deixar um legado que tenha continuidade, mesmo após o término da consultoria”, explica Esteves, que, em 2020, foi uma das vencedoras do prêmio Empreendedor Social, oferecido pelo jornal *Folha de S. Paulo*, e considerada uma das Mulheres de Sucesso pela edição bra-

sileira da revista *Forbes*. “Fazemos um grande esforço para que os servidores se apropriem das metodologias oferecidas e, com esse aprendizado, eles consigam avançar sozinhos, após o término da consultoria”, detalha.

Mesmo após o fim dessa parceria, a equipe de projetos da Comunitas continua monitorando os resultados e oferecendo a troca de experiências entre os membros da rede. O mesmo ocorre com o Pacto, em Niterói. Por isso, de tempos em tempos, acontecem reuniões entre a rede de governança da Comunitas e a prefeitura da cidade. “Assim, buscamos a manutenção de uma relação próxima com o município de Niterói, tanto na frente de segurança pública como em outras áreas da gestão do Poder Executivo”, explica.

Um dos pontos da cidade fluminense que chamaram a atenção da Comunitas foi o fato de sua administração reconhecer a importância de um acordo coletivo para avançar nas políticas públicas e trazer melhorias para o município, principalmente em relação ao desafio imposto pela violência. “É o que também acreditamos, então, enquanto houver compromisso e disposição para aprimorarmos ações sustentáveis e colaborativas, estaremos juntos”, afirma Esteves. Para a Comunitas, o combate à violência não deve se limitar a reprimir e punir crimes que já aconteceram.

O trabalho preventivo precisa percorrer toda a máquina pública. Nesse sentido, investimentos em educação fazem toda a diferença para a sociedade e trazem consequências positivas, não só imediatas, como também a médio e longo prazo. “Com essa atenção dada efetivamente, o impacto é sentido no desenvolvimento local, pois na educação está a chave para o avanço, seja de um município, estado ou nação”, defende.

Com o conceito de prevenção no centro do planejamento estratégico, o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) conseguiu alcançar resultados exitosos. Foi a abordagem inovadora sobre a criminalidade que permitiu essa estratégia preventiva. Basta observar alguns dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) para entender sua relevância para a cidade.

De 2013 a 2017, diante do agravamento da violência, a prefeitura promoveu uma série de medidas na área de seguran-

ça. Entre elas, o aumento do efetivo da Guarda Civil Municipal (GCM), o investimento em tecnologia e inteligência, além do fortalecimento de várias frentes de parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. O aporte de recursos na área teve um incremento de 360% em quatro anos: de R\$ 19,1 milhões, em 2014, para R\$ 70,5 milhões, em 2018. E, desde então, os índices de violência se agravaram menos do que em outras cidades do estado.

Atualmente, Niterói apresenta a menor taxa de mortes violentas da região metropolitana, com um crescimento de 7,14%, enquanto na capital fluminense houve um aumento de 34,69%, em 2018, em comparação com 2017. Já em relação a roubos de rua, no mesmo período, Niterói teve uma redução de 3,51%, enquanto os roubos de veículos diminuíram em 17,06%. “O pacto teve sucesso por ter sido pensado com envolvimento da sociedade civil e por resultar em uma estratégia ampla, composta por uma rede de ações e projetos, com capacidade de impactar diferentes camadas sociais e com níveis de complexidade diversos para enfrentar o desafio de reduzir a violência”, avalia Regina Esteves.

Presente em várias cidades e estados como Goiás, Espírito Santo e Sergipe, entre outros, a Comunitas é considerada um caso de sucesso internacional, sendo reconhecida pela Universidade de Columbia, em Nova York. Por onde quer que passe, a organização preza por soluções que mexam na estrutura dos problemas de forma sustentável. E investe em projetos de Estado e não de governos, para que os resultados sejam duradouros. Para isso, tem uma governança de líderes empresariais, que financiam transversalmente os projetos da organização. Não há financiamento direto para projetos específicos. “Acreditamos que foi exatamente esse o espírito público que estimulamos e conseguimos imprimir, que também existe unindo toda a sociedade por uma causa: o combate à violência”, destaca a executiva, que considera que o caso de Niterói seja replicado em outros municípios. “E isso já está acontecendo. Afinal, o Pacto Niterói Contra a Violência foi inspirado no Pacto Pelotas pela Paz, também desenvolvido com nosso apoio e replicado para Caruaru, Paraty e Araguaína. Vemos uma grande coalizão de combate à

criminalidade sendo formada e, aos poucos, influenciando e impactando cada vez mais locais”, conclui.

Câmara de Vereadores se torna o parceiro decisivo na virada das políticas públicas de segurança — Entrevista com Paulo Bagueira

A data para o lançamento oficial do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) foi o dia 6 de agosto de 2018. O cenário escolhido para a cerimônia, a Sala de Espetáculos do Theatro João Caetano, o Theatro Municipal de Niterói. Cerca de 400 pessoas, entre autoridades e representantes da sociedade civil, lotaram as galerias e plateia, motivadas por um interesse em comum: uma virada na lógica das políticas públicas de segurança. No evento, ficava selado, pelo então prefeito Rodrigo Neves, no primeiro ano de seu segundo mandato, uma coalização de forças, entre o poder público e a sociedade civil, para uma reorientação da concepção tradicional de Segurança Pública: o município abandonava o antigo enfrentamento da violência, a de reparação de danos, de crises já instauradas, para a chamada Segurança Pública Baseada em Evidências, que concentra uma ampla gama de métodos, técnicas e instrumentos na prevenção das várias formas de violência e vulnerabilidade social.

Os projetos do PNCV se dividem em quatro eixos de atuação, que atendem cada um a uma dimensão relacionada às manifestações da violência: Prevenção, Policiamento e Justiça, Convivência e Engajamento e Ação Territorial Integrada. Eles são resultado de um trabalho progressivo e coletivo, que sempre foi objeto de debates da administração municipal, como atesta o vice-prefeito Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal: “Isso começou quando eu assumi meu primeiro mandato como vereador, em 1992. Era um assunto que discutíamos muito na Câmara, toda semana”, lembra Bagueira, que presidiu a Câmara de Vereadores entre 2009 e 2019 e que, ao longo desses 10 anos, acompanhou a articulação do Pacto, desde o nascimento até sua implementação. “O vereador Renato Cariello, capitão da Polícia Militar, nos ajudou nos debates. Porém, a discussão sempre girava em torno da autoridade do estado”, lembra o vice-prefeito, que também participou ati-

vamente desse processo ao protagonizar debates em prol da integração das polícias e da municipalização da Segurança Pública.



*Sessão da
Câmara
Municipal de
Niterói*

A possibilidade de trazer a Segurança também para o campo do município foi muito bem acolhida na Câmara

A partir de janeiro de 2013, segundo Bagueira, surgiram as condições necessárias na administração municipal para que se pusesse em prática o que vinha sendo pautado nas reuniões na Câmara de Vereadores. “A possibilidade de trazer a Segurança também para o campo do município foi muito bem acolhida na Câmara. Assim, levamos adiante a ideia de que deveria haver uma integração entre as Polícias Civil e Polícia Militar, para que as demandas de mais setores fossem ouvidas,

como a assistência social, a Secretaria de Educação e outros. Isso criou um diálogo que antes não existia entre a polícia administrativa e a polícia ostensiva, e viabilizou o processo investigatório graças ao qual começou a funcionar o trabalho preventivo”, conta.

A relação entre integração e prevenção foi central para a gestão pública a partir de 2013, quando um aumento exponencial nos índices de criminalidade alarmou o Rio de Janeiro, incluindo Niterói. À época, o Instituto de Segurança Pública (ISP) registrou uma elevação, por exemplo, no núme-

ro de homicídios dolosos, 48% maior que em 2012. Frente a isso, uma série de iniciativas, em alguma medida, sinalizava a emergência – e a urgência – do Pacto. Algumas delas são: a fundação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), em 2013, para garantir aos territórios do município uma análise constante e sistemática dos indicadores criminais, executada por policiais federais, civis, militares, além de agentes de órgãos municipais; e a ampliação do Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis), também em 2013, um convênio entre o município e o Governo do Estado do Rio de Janeiro que reforça o policiamento na cidade por meio de gratificação, dada pela Prefeitura de Niterói, a policiais de outras áreas que dediquem suas horas de folga ao trabalho na cidade.

Outras iniciativas foram a implantação, em 2014, da Delegacia de Homicídios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí no Centro da cidade; além da criação do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), em 2015, que conta com guardas municipais treinados para o monitoramento eletrônico do espaço público, por meio de mais de 500 câmeras, e orientação de ações executadas por policiais militares em qualquer ocorrência registrada.

Além dessas medidas, a Guarda Civil Municipal recebeu mais investimentos em sua infraestrutura, bem como o Niterói Presente, que, em 2017, passou a receber R\$ 25 milhões por ano, para manter o policiamento de proximidade e o patrulhamento com um efetivo de 300 agentes. Os resultados não demoraram a aparecer: chegou-se a mais baixa taxa de roubos a transeuntes e de veículos em 20 anos – principais ocorrências, dentre as mais de 2.700 atendidas pelos agentes que, com sua presença nas ruas, conseguiram reduzir em 80% os marcadores.

“O Programa Niterói Presente foi custeado exclusivamente pelo governo municipal. O convênio bancava 297 policiais

“Isso criou um diálogo que antes não existia entre a polícia administrativa e a polícia ostensiva, e viabilizou o processo investigatório graças ao qual começou a funcionar o trabalho preventivo”

patrulhando as ruas, com um investimento anual de R\$ 30 milhões, e que derrubou os índices de violência onde foi implantado”, calcula o vice-prefeito. “Precisaríamos que o governo estadual usasse os recursos, que pretende injetar no seu novo programa, na ampliação do efetivo do 12º Batalhão da Polícia Militar, que há anos o niteroiense deseja, influenciando assim, no combate à violência em outros bairros onde o Niterói Presente não havia ainda chegado”, sugere. “Como deputado estadual, atuei em 2019 na ampliação e renovação desse convênio. Só não conseguimos ampliá-lo mais, à época, por falta de recursos humanos do governo estadual”, expõe.

A Prefeitura de Niterói tem como prioridade a segurança da população e afirmou que fará investimento para a otimização de projetos inovadores, agrupados no Eixo Policiamento e Justiça, que não se atém ao reforço policial, mas vai além, explorando trabalho de inteligência. No Pacto, os projetos de Cercamento Eletrônico e Reconhecimento Facial, ainda em fase de produção, visam a utilizar a tecnologia como complemento ao trabalho do CISP.

Lá, as chamadas câmeras inteligentes, juntamente com as outras 500, cujas imagens são monitoradas manualmente pelos agentes, auxiliam no reconhecimento das situações e na tomada de decisões mais adequadas à solução dos problemas, o que demonstra a importância do fator humano. Isso é enfatizado em outro projeto do mesmo Eixo, o Observatório Municipal de Segurança Pública (OSPNit), criado em 2018, que opera na coleta e no tratamento de dados. Essas informações, vindas de fontes públicas e privada, promovem a análise e o desenvolvimento de conhecimentos sobre o estado da segurança pública em suas várias instâncias. O que se traduz na produção mensal de relatórios sobre ações policiais, indicadores de criminalidade e dinâmica criminal.

O vice-prefeito relata que os problemas solucionados por esses esforços não se resumem a crimes, mas se estendem a vários outros tipos de desordem. “Esse projeto cresceu tanto, que, hoje, contribui para manutenção de muitos serviços da cidade. Às vezes, um engarrafamento, causado por um carro que furou um pneu, ou um acidente leve. Com isso, eles já identificam o problema e rapidamente fazem contato com

NitTrans, com a Zeladoria”, exemplifica. “O trabalho de segurança está em constante avanço. Até pequenos delitos puderam ser resolvidos, como, por exemplo, o furto de tampões de bueiros, que acontecia com certa frequência. Conseguimos identificar quem furtava e quem comprava os tampões. Desde a prevenção de pequenos e grandes delitos, até a melhoria do sistema viário e do serviço de manutenção e conservação do espaço público, esse projeto contribui para a harmonia da cidade como um todo”, conclui.

A aproximação gradativa da sociedade civil teve início em março de 2013, quando o prefeito Rodrigo Neves convocou uma reunião com representantes para agregar suporte às ações da prefeitura, em favor do Pacto Niterói Pela Paz, rebatizado de Pacto Niterói Contra a Violência, que tornou mais abrangente o sentido de Segurança Pública. O vice-prefeito Paulo Bagueira explica que essa abrangência surgiu muito cedo, em razão da quantidade de informações levantadas, que conduziram a temática da violência a outros patamares e despertaram no poder público a necessidade de abraçar outros setores da sociedade.

“Inicialmente, quando conseguimos diminuir os índices de registro de violência na cidade, começamos a ampliar a discussão, nos perguntando o que mais envolveria esse campo. Com isso, passamos pela educação, pela saúde, pelas questões de assistência social”, enumera. “O simbolismo da cultura da paz representa justamente isso, o crescimento dos resultados, que trouxeram outros setores da sociedade, de um modo geral, para o campo da segurança. A recepção disso no parlamento foi muito boa. Todos os projetos passaram pela Câmara com larga adesão”, recorda Bagueira. Isso explica as motivações do OSPNit em se debruçar também sobre indicadores como frequência, abandono e evasão escolar, assim como registros de violência contra crianças e adolescentes que acontecem dentro e fora desse

Inicialmente, quando conseguimos diminuir os índices de registro de violência na cidade, começamos a ampliar a discussão, nos perguntando o que mais envolveria esse campo. Com isso, passamos pela educação, pela saúde, pelas questões de assistência social

âmbito, como no doméstico. Ou seja, ultrapassa as fronteiras do Eixo Policiamento e Justiça para o da Prevenção, pois colabora diretamente com as bases de dados de projetos como o Programa Poupança Escola (PPE), verificando a elegibilidade do público a ser beneficiado com o incentivo financeiro destinado ao fomento da conclusão do Ensino Médio, no caso, alunos cursando a partir do 9º ano do Ensino Fundamental.

Outro projeto que passa pelo observatório é o Banco de Oportunidades, que busca facilitar a inserção de jovens entre 15 e 29 anos, ou mesmo o recém-egresso do Ensino Médio, no mercado de trabalho. Fechando esse conjunto de pontes, os outros projetos que recebem suporte do observatório são dois: o Escola da Paz, que promove discussões e atividades pautadas pelo desenvolvimento dos aspectos emocionais e sociais nos espaços escolares, visando a prevenção da violência; e o Escola da Família, que atua na prevenção da violência intrafamiliar por meio de grupos educativos, sem excluir os que se encontram em situação de rua.

O projeto Rede Acolher apoia as famílias e ressocializa egressos do sistema prisional a fim de facilitar seu acesso a serviços básicos, que vão desde saúde a cultura. A busca do projeto Espaço Nova Geração é, além da revitalização de CIEPs, oferecer aos alunos atividades no contraturno escolar, como esportes, teatro e capacitação para trabalhos manuais, como reaproveitamento de materiais recicláveis. No Eixo Ação Territorial Integrada, o Projeto Niterói Jovem EcoSocial, resultado da parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Social da Indústria (Sesi), desenvolve competências técnicas de jovens para o mercado de trabalho e promove ações sustentáveis para o meio ambiente na cidade.

Como parte do Eixo Convivência e Engajamento, o projeto Rede Mediar trabalha na inserção da mediação de conflitos como parte das políticas públicas de segurança, o que coloca Niterói entre as cidades pioneiras nesse empreendimento. Outro projeto que coloca Niterói em posição de destaque é o Disque Denúncia, parceria com o Instituto

MovRio³, que a consagrou como a primeira cidade da Região Metropolitana do estado a dedicar uma estação específica para o seu território. Além do número convencional, o serviço também disponibiliza um número de aplicativo de mensagem instantânea, por meio do qual se pode fazer a denúncia anônima.

A Entrega Voluntária de Armas é um projeto que se destaca no Eixo Policiamento e Justiça para incentivar cidadãos e agentes de segurança, que executam apreensão de armas de fogo, com gratificações em dinheiro. A efetividade desse projeto é confirmada pelo vice-prefeito, que atribui o sucesso ao comprometimento do município em tratar a segurança como um bem a ser preservado, sobretudo em momentos críticos.

“A compra de armas apreendidas e o pagamento de gratificação aos agentes de segurança sempre que os índices de violência caem é uma forma de estímulo. O plebiscito em que o niteroiense disse ‘não’ ao porte de armas para a Guarda Civil Municipal e o exponencial crescimento do efetivo de nossa corporação são alguns dos exemplos. O pagamento emergencial da gratificação de Natal às forças de segurança quando o estado colapsou em 2017, também foi fruto dessa política municipal”, observa, deixando claro que a administração pública do município continuará aberta ao diálogo e empenhada no investimento em programas pela paz e prosperidade da população niteroiense.

Conselho Comunitário de Segurança atua como fórum de debate e propostas para a gestão de segurança pública — Entrevista com Conselho Comunitário de Segurança

O Conselho Comunitário de Segurança (CCS) de Niterói, com toda a experiência acumulada ao longo dos anos, teve papel crucial na criação do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV). “Desde o início, recebemos o Pacto com bons olhos. Entendemos como um avanço um gestor público ter a feliz ideia de chamar diferentes atores para desenvolver um projeto tão amplo para a segurança pública”, afirma o comerciante Francis Leonardo Ferreira Silva, presidente do conselho ni-

3 Movimento Rio de Combate ao Crime (MovRio).

Sociedade Civil atuando na fiscalização do processo de consulta pública sobre o armamento da Guarda Municipal de Niterói

teroiense, eleito para o biênio 2021-2023, depois de ocupar outras funções na entidade, desde sua entrada em 2010.

O processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento das políticas de segurança pública busca gradativamente uma maior participação da sociedade civil. Essa proximidade é promovida pelo próprio poder público desde a criação do Instituto de Segurança Pública (ISP), em 1999, uma autarquia vinculada diretamente à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro. O órgão tem como papel produzir informações e disseminar pesquisas e análises que subsidiem a gestão de segurança pública estadual e propiciem o debate sobre o tema – parte do trabalho é feito por voluntários de Conselhos Comunitários de Segurança (CCS). Os conselhos foram instituídos como parte do Plano Estadual de Segurança, Justiça e Cidadania⁴, numa campanha do governo de reestruturação da política de segurança pública.



4 Resolução SSP 263, de 26 de julho de 1999.

Segundo dados do Relatório dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado do Rio de Janeiro⁵, há 65 conselhos ativos espalhados em 45 municípios fluminenses, com o papel de não só servir de canais de comunicação entre a população e as secretarias de estado de Polícia Civil e de Polícia Militar, mas também de estreitar o contato e resgatar a confiança e credibilidade dessas forças de segurança diante da opinião pública.

Em reuniões mensais com os principais responsáveis pela Área Integrada de Segurança Pública (AISP) – região específica de atuação das polícias, que em Niterói é a 12ª –, o conselho está aberto para toda a população. Na mesma mesa, se sentam os membros natos (assim chamados os agentes da Polícia Militar e da Polícia Civil, o comandante do Batalhão de Polícia Militar e delegados titulares, respectivamente), os efetivos (representantes da comunidade eleitos para funções administrativas do CCS) e os participantes, ou seja, quaisquer interessados no tema, o que inclui também representantes do legislativo municipal. “Há moradores, empresários e pessoas ligadas às associações de moradores. Formamos um fórum em que são apresentados os índices de criminalidade consolidados dos meses anteriores. Observamos a mancha criminal e apresentamos os problemas e as propostas de solução”, descreve Silva, morador do Centro de Niterói. A adesão dos membros efetivos, muitas vezes, é uma reação a algum episódio de violência ou de ordenamento urbano. “Busquei a instituição para resolver um problema no meu negócio e acabei tomando gosto pelo trabalho feito”, explica o presidente da entidade que surgiu formalmente em 1999, juntamente com o ISP.

Há moradores, empresários e pessoas ligadas às associações de moradores. Formamos um fórum em que são apresentados os índices de criminalidade consolidados dos meses anteriores. Observamos a mancha criminal e apresentamos os problemas e as propostas de solução

5 Relatório dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2015. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/RelatorioCCS2015.pdf. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

Com o trabalho do Pacto, Niterói vem se tornando uma vitrine. Estamos sendo exemplo para outros municípios de como fazer segurança na transversalidade: na ponta atua o policial, mas os projetos sociais completam o trabalho ”

No mesmo sentido que o PNCV, as reuniões do Conselho Comunitário de Segurança de Niterói extrapolam os limites de atuação das instituições policiais. Todos os membros do CCS (presidente, vice-presidente, diretor de assuntos comunitários, primeiro e segundo secretários) são eleitos e passam por uma pesquisa de antecedentes criminais pelas forças estaduais e federais. A compreensão de seus membros é de que agir sobre problemas sociais, como o saneamento

básico, a ocupação do espaço urbano, o cumprimento das posturas municipais e da prestação de serviços públicos de boa qualidade, é uma forma de combate à violência.

Tal perspectiva trouxe resultados efetivos para a população em geral. “Com o trabalho do Pacto, Niterói vem se tornando uma vitrine. Estamos sendo exemplo para outros municípios de como fazer segurança na transversalidade: na ponta atua o policial, mas os projetos sociais completam o trabalho”, elogia o pedagogo Moacyr Chagas, membro do Conselho de Ética do CCS. “O resultado é um efeito cascata, o que conseguimos agora, com uma sensação de segurança e melhoria nos índices de violência”, comemora Chagas, que é morador do Barreto. Com longa experiência no tema, o ex-presidente do CCS acompanha os trabalhos desde 2011, ocupando ainda o posto de

secretário. Ele ainda integra o Conselho de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, estrutura do poder estadual em que se promove a discussão de políticas públicas.

A participação do CCS de Niterói nas questões da segurança pública tem caráter consultivo e mostra a relevância desse instrumento de comunicação entre o poder público e a sociedade civil. Segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2019, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2014 e 2019, a criação de Conselhos Comunitários de Segurança teve um crescimento de 190,4% no país, passando de 480

para 1.394 entidades⁶. Por isso, as observações, críticas, sugestões e propostas são consideradas pelos representantes das forças de segurança uma contribuição importante para a melhor tomada de decisão.

É exatamente nesse sentido que os integrantes veem a necessidade de discutir a elaboração de um organismo municipal com papel deliberativo. “O ideal seria que a prefeitura elaborasse um Conselho Municipal de Segurança Pública em que as diretrizes para o setor pudessem ser debatidas e encaminhadas pelo poder municipal, com um colegiado com integrantes de diferentes áreas”, sugere Chagas. “Há modelos semelhantes em outras áreas e cidades. Esse formato seria um enorme avanço e uma ferramenta estratégica para o Pacto”, avalia Chagas.

Contribuir para o desenvolvimento da sociedade é a principal finalidade dos voluntários que integram o Conselho Comunitário de Segurança de Niterói, composto pelos membros natos e outros cinco integrantes fixos, o que não impede a criação de outros postos. O grupo acredita que pode ser uma ferramenta para ampliar a participação da sociedade no combate à violência. “Seria interessante podermos fazer visitas às escolas, elaborar conteúdo de vídeo e *podscast* para a internet. Agora buscamos levar o conselho para reuniões nos bairros para entender as demandas de cada região. Há trabalho a fazer”, afirma Chagas. “Niterói chegou a um patamar que não pode mais recuar. Com recursos e muito empenho da sociedade civil, a transformação pode ser duradoura”, encerra.

Federação das Associações de Moradores: “O trabalho tem a nossa digital” — Entrevista com representantes das Associações de Moradores

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, são direitos fundamentais de todo cidadão “educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança”, entre outros. Para assegurar essas metas às camadas mais vulneráveis, o traba-

⁶ Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. p. 90. Disponível em: [liv101770.pdf \(ibge.gov.br\)](http://liv101770.pdf(ibge.gov.br)). Acesso em: 22 de agosto de 2021.

lho das organizações da sociedade civil em conjunto com o poder público é fundamental. Essa é a função da Federação das Associações de Moradores do Município de Niterói (FamNit), atuante na cidade há 38 anos.

A instituição reúne 113 associações que abrangem todo o município e que participam ativamente com a prefeitura dos diversos fóruns de debate para a criação de políticas

Desde o princípio, ainda quando se falava em política de pacificação pela Secretaria de Segurança Pública, nós alertávamos para que o trabalho fosse além do policiamento. Depois, fomos contrários ao armamento da Guarda Civil Municipal, até que novas perspectivas surgiram. Encher a cidade de armas expõe ainda mais o povo

públicas. Por essa razão, a FamNit não ficou à parte do processo de elaboração, assim como do cotidiano das ações, do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV). “O trabalho tem a nossa digital”, descreve Manuel Amâncio, presidente da diretoria da entidade. O exemplo é a recuperação do Complexo do Viradouro, com investimentos de R\$ 50 milhões para obras de infraestrutura, pavimentação de vias, drenagem, obras de contenção de encostas e construção de áreas de lazer. “Hoje, a comunidade é um sonho para se viver e um exemplo do que pode melhorar na vida das pessoas para conter a entrada dos jovens no mundo do crime”, descreve Amâncio, membro da federação desde 2003.

Originário da Associação de Moradores de Maria Paula, Amâncio empenha suas energias no trabalho comunitário desde 1979, em paralelo com sua formação de técnico em Contabilidade. O fortalecimento das organizações de bairro coincide com a redemocratização do país e da promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Gradativamente, os grupos foram ganhando espaço

de debate com o poder municipal.

Mas, do ponto de vista do presidente da FamNit, a grande virada foi em 2013. “Desde o princípio, ainda quando se falava em política de pacificação pela Secretaria de Segurança Pública, nós alertávamos para que o trabalho fosse além do policiamento. Depois, fomos contrários ao armamento da Guarda Civil Municipal, até que novas perspectivas surgi-

ram. Encher a cidade de armas expõe ainda mais o povo”, pontua o representante da FamNit.

Para o líder comunitário, a transformação da política de segurança pública só foi possível a partir da compreensão e da prática de que seria necessário elaborar um trabalho mais amplo que atuasse com inteligência e prevenção – ambas as áreas contempladas pelo PNCV. “A gestão municipal de Niterói passou a ser focada em segurança. Há um acompanhamento mensal com os secretários envolvidos, com metas estabelecidas. Se elas não são atingidas, outros secretários são chamados para atuar de forma multidisciplinar. Isso vem funcionando”, comemora.

Reunião de integração entre gerentes dos projetos e programas do Pacto Niterói Contra a Violência com a participação da FamNit



As mudanças, segundo o ativista, já podem ser sentidas por todo o município. “Chegamos a um ponto em que os bares de Icaraí não podiam abrir de forma segura. Isso não existe mais. Temos segurança, com câmeras para todos os lados. No Centro Integrado de Segurança Pública, um painel permite que toda a cidade seja vigiada e cuidada. Hoje, a cidade é diferente”, afirma.

Algumas das iniciativas do PNCV mais exitosas, a partir do ponto de vista da FamNit, são as que dizem respeito à educação. Entre elas, a revitalização dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) do Fonseca e do Cantagalo, onde

Chegamos a um ponto em que os bares de Icaraí não podiam abrir de forma segura. Isso não existe mais. Temos segurança, com câmeras para todos os lados. No Centro Integrado de Segurança Pública, um painel permite que toda a cidade seja vigiada e cuidada. Hoje, a cidade é diferente

1.205 alunos têm aulas e atividades como esportes, música, multimídia, arte e literatura – durante a pandemia, inclusive, as aulas foram mantidas de forma online. Além disso, os jovens se conectam com a questão ambiental por meio do Niterói Jovem EcoSocial, uma parceria da prefeitura com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

No projeto, os estudantes recebem capacitação profissional, com aulas teóricas e práticas. Existem ainda atividades complementares, como as visitas à Estação de Tratamento das Águas de Niterói, aos mudários da Companhia de Limpeza Urbana de Niterói (Clin) e ao Horto do Fonseca. O replantio do Córrego dos Colibris, no bairro Peixoto, foi uma das atividades práticas. “Os jovens cuidam do reflorestamento da área degradada e ganham uma bolsa para fazer um curso, em contrapartida”, destaca. “A prefeitura ainda instituiu uma premiação a policiais militares por apreensão de armas de fogo na cidade, desde que não haja registro de morte em confronto ou de lesão corporal grave no ato. Uma medida que valoriza os agentes”, segundo Amâncio.

Diante da crise provocada pela covid-19, a FamNit distribuiu cestas de higiene e máscaras de proteção para os mais carentes e trabalhou com afinco em prol de projetos que gerassem renda para a população carente enfrentar a crise. Por isso, a entidade mediou reuniões com a prefeitura para, além de reforçar a importância das medidas sanitárias em territórios vulneráveis, apoiar a prorrogação de benefícios como a Renda Básica Temporária – que distribuiu, desde março de 2020 até setembro de 2021, R\$ 500 mensais às famílias mais necessitadas na cidade inscritas no CadÚnico e às famílias de estudantes da rede municipal de ensino que não estão cadastradas no CadÚnico –, o Busca Ativa e o Programa Empresa Cidadã que dão suporte financeiro a trabalhadores informais, micro e pequenas empresas, respectivamente. Com isso, a Prefeitura Municipal de

Niterói vai investir mais de R\$ 1 bilhão para atenuar os impactos da pandemia – até o mês de setembro, o valor médio gasto por habitante com o Renda Básica Temporária havia sido de R\$ 797,57⁷. “No início da pandemia, a tensão foi muito grande. Na época, o município investiu nas comunidades, incentivando o comércio local e beneficiando os mais carentes com um cartão de R\$ 500”, lembra Amâncio.

Mas a intenção é que esses programas migrem para um sistema permanente, garantindo um futuro ainda mais igualitário e mais distante da violência. Isso será possível com a implementação da Moeda Social Arariboia⁸, proposta ao Legislativo em junho, e que pretende distribuir R\$ 90 por pessoa, sendo R\$ 540 o valor máximo para cada família – o auxílio deverá ser concedido a aproximadamente 27 mil famílias. Com a moeda social, a ideia é fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades e estabelecer meios para atingir a erradicação da pobreza, além de gerar emprego e renda para as camadas mais carentes do município.

Consultoria de comissões da OAB Niterói garante a segurança jurídica — Entrevista com representantes da OAB Niterói

O noticiário traduzia um cenário inaceitável. A escalada dos índices oficiais evidenciava a sensação de violência percebida pela população. Havia o sentimento de emergência de que novas diretrizes precisavam ser traçadas para enfrentar a crise na segurança para além da atuação repressiva policial. Criado com essa finalidade, o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) contou com colaborações fundamentais que se somaram ao esforço da prefeitura. Convidada de primeira hora, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Niterói, ofereceu a *expertise* de seus membros e suas diversas comissões para análise das propostas a serem elaboradas.

Desde 2018, a instituição deu consultoria a mais de uma centena de projetos para o programa municipal. “A grande

⁷ Disponível em: <http://www.niteroi.rj.gov.br/2021/09/13/prefeitura-de-niteroi-propoe-prorrogacao-do-renda-basica-temporaria-e-do-busca-ativa-ate-dezembro/>. Acesso em: 21 de outubro de 2021.

⁸ Disponível em: <http://www.niteroi.rj.gov.br/2021/06/17/prefeitura-de-niteroi-apresenta-projeto-para-criacao-da-moeda-social-arariboia/>. Acesso em: 21 de outubro de 2021.

qualidade do Pacto é que ele ataca os problemas em várias frentes. É um trabalho inovador no Brasil, exatamente por não tratar a violência com a visão da repressão”, afirma Claudio Vianna, presidente da OAB Niterói. “Há o planejamento e o trabalho em diversas áreas, em especial, a educação, tema fundamental na tentativa de extirpar a violência”, avalia o advogado.

A grande qualidade do Pacto é que ele ataca os problemas em várias frentes. É um trabalho inovador no Brasil, exatamente por não tratar a violência com a visão da repressão

A entidade responsável pela regulamentação da advocacia oferece, de forma técnica, um apoio imprescindível para a elaboração dessas políticas públicas desde seu processo inicial. Mas mesmo antes da instituição do PNCV, essa parceria já rendia frutos, como o plano delineado para a consulta pública, em 2017, referente ao porte de armas de fogo dos agentes da Guarda Civil Municipal (GCM). A demanda é apresentada à OAB Niterói, que encaminha o tema a uma de suas comissões. E no caso do armamento, o plebiscito recebeu o veto de mais de 70% dos eleitores.

Os temas propostos, muitas vezes, são desdobrados em novas ideias. “É um trabalho que ocorre em mão dupla. Quando se inicia um debate, normalmente surgem novas demandas que passam a ser analisadas de forma disciplinar. Toda estrutura do Pacto conta com profissionais muito competentes, que fazem com que os projetos executados tenham êxito”, ressalta Vianna.

O assassinato da aposentada Maria Alcina Queiroz Gil, em Icaraí, em 2017, cometido por um jovem de 17 anos, morador do Morro do Preventório, em Charitas, foi o alerta vermelho para uma série de trabalhos educacionais que o Pacto passou a promover com o apoio da OAB Niterói. “O adolescente já havia apresentado muitos problemas na comunidade escolar. Ficou claro que toda a prevenção precisa ser feita com a educação, com o acompanhamento dos educadores, para conhecer as famílias”, esclarece Raffaella Loureiro Cupello, presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB Niterói.

Assim, projetos como Escola da Família – desenhado para prestar assistência pré-natal a gestantes em situação de rua a fim de prevenir a violência intrafamiliar por meio da formação educativa parental, que inclui grávidas, pais e cuidadores – e Escola da Paz – concebido para lidar e prevenir situações de violência nas escolas públicas municipais e endereçado a estudantes e professoras(es) – receberam o acompanhamento da instituição. “Esta é uma ação de longo prazo, talvez com resultados sólidos ao longo de 20 anos”, projeta a advogada.

O diálogo entre os diferentes envolvidos da sociedade civil, em suas diversas frentes, com os entes governamentais, incluindo as forças policiais, vem produzindo uma consistente rotina de avanços na identificação de pontos sensíveis para a melhoria da segurança. Há um esforço contínuo para que os índices da criminalidade continuem em trajetória de queda e sendo percebidos nas ruas e refletidos nos relatórios oficiais. “Há uma real integração”, explica Cupello. “As pessoas envolvidas se falam, o que permite que o trabalho de todos seja mais fácil. O comandante do batalhão conversa com o prefeito. Eles falam com a OAB, com o Conselho Municipal de Segurança. Essa atuação promove ações efetivas”, comemora.

O desafio do combate à violência ficou ainda maior com o surgimento da pandemia do novo coronavírus. Apesar do bom desempenho de Niterói no enfrentamento à doença, os impactos sociais e econômicos se refletiram em todo o país. Na visão da OAB Niterói, que é a maior seção em membros associados do país, tais reflexos serão acompanhados minuciosamente pelo Pacto para que sejam minimizados.

Os porta-vozes da instituição relembram que, mesmo para atender os próprios advogados, uma série de medidas precisaram ser elaboradas para mitigar os prejuízos aos profissionais. “Está claro que as partes envolvidas no Pacto precisarão fazer ajustes e mudanças de rota. No caso da Educação, houve uma alteração significativa na rotina. Mas temos total confiança nos técnicos da área, assim como nos da segurança pública. Haverá agora uma recuperação e não podemos vestir a camisa da derrota, os problemas sempre existirão”, diz Vianna, com otimismo.

Para resultados melhores das ações de segurança pública, é preciso pensar nesse tema complexo de forma ampla. Nesse sentido, a OAB Niterói atua como um porta-voz da iniciativa com as demais seccionais da entidade. A ideia corresponde exatamente à essência do Pacto Niterói Contra a Violência, com ações múltiplas e multidisciplinares. “Nosso município precisa ter a consciência de que não é uma ilha. É fundamental olhar todo o entorno para conseguirmos o fortalecimento da região. Não é possível deixar de entender os problemas de São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e do próprio Rio de Janeiro. A experiência que adquirimos é uma bela oportunidade para replicar a iniciativa”, conclui Vianna.

Sagrada Família tem fé na superação das distâncias entre asfalto e comunidades — Entrevista com representantes da Sagrada Família

Atender às necessidades dos mais carentes, promover ações que impactam positivamente em um ambiente deteriorado e incentivar valores éticos e cristãos em sua es-

A entidade sempre teve uma relação e interação muito próxima, com cumplicidade e empatia, no envolvimento e bem-querer institucional e comunitário

sência. Esses são alguns dos propósitos da Sociedade Beneficente da Sagrada Família. Dedicada a amparar os mais pobres – o que a faz conhecer profundamente as necessidades dessa população –, a instituição presta assistência social, educacional, cultural e de saúde. Por conta disso, a entidade religiosa se envolveu desde o princípio na criação do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), sendo um elo primordial para os bons resultados do projeto. “A entidade sempre teve uma relação e interação muito próxima, com cumplicidade e empatia, no envolvimento e bem-querer institucional e comunitário”, avalia a Irmã Irenita de Me-

deiros, presidente da instituição e graduada em Pedagogia e Teologia.

Ao longo de quase seis décadas, a instituição fundada pela Madre Mary Marcelline, em 14 de agosto de 1965, com

o nome canônico Irmãs Missionárias da Sagrada Família, acumulou uma significativa experiência no atendimento das causas sociais e, durante o desenvolvimento do PNCV, se fez presente em diversas etapas. Participou da elaboração e execução de alguns programas e projetos, além de reuniões com profissionais que compartilharam experiências bem-sucedidas de práticas de mediação, tão fundamentais para o rompimento do ciclo da violência. “Esses encontros foram extremamente ricos em conteúdo e envolvimento dos participantes”, lembra a irmã Irenita.

Localizada no Fonseca, a entidade, que sobrevive graças à ajuda de parceiros e colaboradores, também contribuiu na divulgação do Pacto junto a outras organizações da sociedade civil e à comunidade da Vila Ipiranga, que reúne mais de 15 mil moradores, no bairro Fonseca, na Zona Norte de Niterói, e adjacências. “Principalmente, com relação ao Espaço Nova Geração, do Fonseca, e Projeto Niterói Jovem EcoSocial, disponibilizando a área física para reunir os moradores e explicar as ações e facilitar a inscrição nesse programa”, completa. O Jovem EcoSocial capacita jovens em situação de vulnerabilidade social para o mercado de

*Lideranças
Religiosas*



trabalho e oferece bolsa-auxílio de até R\$ 1.300, a partir da parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Irmã Irenita, radicada na cidade desde sua chegada ao Instituto das Irmãs Missionárias da Sagrada Família, vinda da sua cidade natal, Patos de Minas, há 48 anos, destaca dois momentos cruciais de mobilização da comunidade católica desde a instalação do Pacto, ambos organizados pela Arquidiocese de Niterói. O primeiro foram as Caminhadas pela Paz, realizadas nos anos 2018 e 2019. “A atividade envolveu os líderes religiosos das diversas paróquias da Arquidiocese e deu visibilidade ao Pacto como proposta de enfrentamento da violência”, avalia. O segundo foi a caminhada ecumênica, na Praia de Icaraí, em 2019, que promoveu a tolerância religiosa e, conseqüentemente, a paz. “Nossa Instituição participou com o Projeto Banda Musical Sagrada Família abrindo o evento”, orgulha-se.

Entre os projetos que a Sociedade Beneficente da Sagrada Família desenvolve junto à comunidade niteroiense estão a Creche Comunitária Madre Mary Marcelline, que atende 200 crianças; Projeto Escola de Informática e Cidadania (EIC), que oferece aulas de informática a crianças, jovens e adultos; e o Projeto Grupo de Convivência para a Terceira Idade, com atendimento a 30 idosos. Além desses, o Projeto Banda Musical Sagrada Família (Bamus) atrai 100 crianças e adolescentes em torno do aprendizado de música e apoio pedagógico. Todos os projetos são implementados a partir da percepção das potencialidades e necessidades da comunidade. Uma vez implementados, há um acompanhamento constante dos resultados obtidos. “Tem sido um trabalho feito ao longo de meio século de atuação social e educativa, motivo de muita alegria e certeza do dever cumprido”, celebra a freira.

A comunidade do Viradouro também foi alvo de trabalhos da Sociedade Beneficente da Sagrada Família, como parte do Pacto. A instituição se envolveu ativamente ao longo do processo de intervenções urbanísticas feitas na região. Articulou diálogos com o então prefeito de Niterói, Rodrigo Neves, participou de reuniões com a comunidade

local e colocou à disposição espaço físico para a construção da quadra poliesportiva, entre outras ações.

Conforme a entidade, a implantação dos complexos esportivos e urbanísticos nas comunidades empobrecidas ajudou a construir também um sentimento de autoestima e pertencimento na população daquela região. “A superação da violência pede comprometimento e ações que envolvem a sociedade civil, os membros das igrejas, e os poderes constituídos, a fim de que não só os direitos humanos, mas também a cultura da paz sejam assegurados pela formulação de políticas públicas emancipatórias”, ressalta a freira.

Desde a elaboração do PNCV, a percepção da Sociedade Beneficente da Sagrada Família é de que as ações preventivas são as que trazem os impactos positivos mais evidentes. Nesse sentido, merecem destaque os projetos que trabalham com crianças e jovens de comunidades vulneráveis. “São ações inclusivas que trazem novas perspectivas de vida e esperança”, pondera. Concebido a partir de uma colaboração coletiva, por meio do diálogo e da escuta como premissas para a criação de ações de prevenção e direitos humanos, o PNCV mantém seu desafio de transformação social profunda. “A entidade enxerga, nos diversos programas e projetos efetivados, esperança e convicções de que a paz é possível e de que é preciso torná-la possível.

A violência será superada mediante ações que construam novas relações e novos horizontes”, acredita a missionária que ajudou a organizar, em 1993, a primeira eleição para Conselheiros Tutelares do I Conselho Tutelar da cidade de Niterói.

Em tempos de crise sanitária sem precedentes trazida pela pandemia de covid-19, a desigualdade social se acir-

A superação da violência pede comprometimento e ações que envolvem a sociedade civil, os membros das igrejas, e os poderes constituídos, a fim de que não só os direitos humanos, mas também a cultura da paz sejam assegurados pela formulação de políticas públicas emancipatórias”

rou. Por isso, a Sociedade Beneficente da Sagrada Família espera que o Pacto continue como agente de redução das injustiças sociais, aprimorando os programas e projetos já existentes. “O que se espera do Pacto é que sejam diminuídas as distâncias entre o asfalto e as comunidades. E que todos e todas tenham a oportunidade de igualdade de direitos e de cidadania”, avalia.

Sobre os autores

Ana Lúcia Tarouquella Schilke — Pedagoga e professora do quadro permanente da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME), integrante da equipe de assessoria técnica do Eixo Prevenção, de agosto de 2018 até dezembro de 2020. Especialista em alfabetização das classes populares (UFF) e Educação e Saúde pela ENSP/FIOCRUZ. Mestre em Educação (Unesa) e doutora em Educação (UFF).

Anderson Pipico — Advogado, membro do Comitê Gestor do Pacto. Gerente da Rede Acolher e do Projeto Niterói Jovem EcoSocial (2018-2020) e secretário de Participação Social.

Bira Marques — Gestor do Eixo Prevenção, sociólogo (UFF) e especialista em Teoria Política e Processo Legislativo. Atualmente é Secretário Municipal de Educação e Presidente da Fundação Municipal de Educação. Atuou como secretário de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói (2013 a 2015), Vereador (2015 e 2017) e secretário de Governo de Niterói (2018). Exerceu, ainda, a função de presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas) e vice-presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas).

Daniel Segalot — Estagiário da Secretaria de Obras e Infraestrutura de Niterói (SMO).

Ezequiel Oliveira de Mendonça — Subsecretário Operacional da Secretaria de Ordem Pública.

Fátima Elizabeth Scanoni de Oliveira — Assessora do Gabinete da Secretaria de Ordem Pública e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança (PPGJS) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Felipe Lichsnering Mendes — Mestrando em Justiça e Segurança pelo Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense (PPGJS-UFF).

Hernande Flores — Assessor técnico da Secretaria de Obras e Infraestrutura de Niterói (SMO).

José Antonio Fortuna Nogueira Barroco — Sociólogo, jornalista da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Comitê Gestor do Pacto (2018-2021).

Lauane Baroncelli Nunes — Psicóloga do quadro permanente da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME), integrante da equipe de assessoria técnica do Eixo Prevenção, de agosto de 2018 até dezembro de 2020. Psicóloga (UFRJ), mestre em Psicossociologia (UFRJ) e doutora em Sociologia pela University College Cork (UCC).

Leonardo Caldeira — Jornalista e coordenador geral de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Niterói.

Luciano dos Santos Avelar — Especialista em Monitoramento e Avaliação (Cesgranrio).

Luisa Vianna Assumpção — Pós-graduanda em Mediação de Conflitos com Ênfase em Família na (AVM/UCAM), advogada (UFF). Mediadora de Conflitos (Equilibre, 2019), gerente da Rede Mediar (2018-2021) e idealizadora do Desatando Nós. Assessora técnica do PNCV e representante/PNCV na Rede Piece in our Cities (2021). Atualmente é Coordenadora da Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude.

Maria das Graças Silva Raphael — Professora, Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Comitê Gestor do Pacto PNCV 2018-2023, coordenadora do Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos e Coordenadora-geral Executiva do Pacto PCNV.

Maurício Santos de Moraes — Subsecretário executivo do Gabinete de Gestão Integrada.

Nilson Luiz Cardoso Cunha — Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação pela Faculdade de Informática e Administração Paulista (FIAP). Diretor do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP) e inspetor da Guarda Civil Municipal de Niterói.

Patrícia Assed Pereira — Jornalista e coordenadora de Comunicação do Pacto Niterói Contra a Violência.

Paulo Henrique de Moraes — Secretário de Ordem Pública e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança (PPGJS) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Rachel Carmoniz de Macena — Assessora do Gabinete de Gestão Integrada Municipal.

Rúbia Secundino — Bióloga, membro do Comitê Gestor do Pacto (2019-2021), secretária municipal de Governo de Niterói.

Sérgio Renato Cajado Santarém — Pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e bacharel em Engenharia de Produção pela Universidade Salgado de Oliveira (Univer-so). Guarda civil municipal de Niterói.

Vicente Augusto Temperini Marins — Secretário de Obras e Infraestrutura de Niterói (SMO).

Agradecimentos

No momento em que registramos nesse livro nossa trajetória de implantação do Plano Municipal de Prevenção à Violência e de Segurança Pública no Município de Niterói-RJ, denominado inicialmente Pacto Niterói pela Paz e posteriormente Pacto Niterói Contra a Violência, somos movidos e movidas por um sentimento intenso de gratidão a todos e todas, cidadãos e cidadãs, gestores públicos e da sociedade civil organizada, os quais contribuíram com empatia, solidariedade e espírito público elevado em prol do bem comum, para a implantação dessa fundamental política pública de proteção da vida e de promoção da cultura da paz na sociedade de Niterói.

Agradecemos a toda sociedade de Niterói — cidade educadora, pois seus cidadãos, cidadãs, sociedade civil organizada e gestores públicos ao assumirem essa posição política de exercício da democracia, do cuidado com a proteção da vida e dos direitos humanos, e comprometendo-se com a construção da paz, participam da construção coletiva do Pacto Niterói Contra a Violência, em prol da proteção social, da defesa e garantia da vida e da promoção permanente da Cultura da Paz!

Agradecemos imensamente ao Comitê Científico, composto por professores e pesquisadores de renomadas universidades e institutos, que esteve conosco de forma voluntária no processo de organização dessa publicação e que muito contribuiu sendo os primeiros leitores e revisores dos textos.

Apêndice

Organizações que participaram diretamente da construção coletiva dos projetos e programas do Pacto Niterói Contra a Violência entre 2019 e 2022

Arquidiocese de Niterói

Associação de Moradores Benjamin Constant

Associação de Moradores Cavalão

Associação de Moradores do Beltrão

Associação de Moradores do Martins Torres

Associação de Moradores Entorno da Lagoa – AMORBELA

Associação de Moradores Jardim Icaraí

Associação de Moradores Tenente Jardim

Associação de Professores Inativos da UFF – ASPI/UFF

Associação Niteroiense de Advogados Criminalistas – ANACRIN

Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos – ANDEF

Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL

Câmara de Segurança Região Oceânica

Câmara de Vereadores de Niterói

Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente – Criaad

Centro Juvenil Oratório Mamãe Margarida - CEJOMM

Cerimonial da Prefeitura

Comunitas

Conselho Comunitário de Segurança Pública de Niterói

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Conselho Municipal de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – CMDCA

Conselho Municipal de Saúde

Coordenação Geral de Comunicação – COGECOM/PMN

Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres – CODIM/PMN

Coordenadoria de Políticas Públicas para Juventude – CPPJ/PMN

Departamento Geral de Ações Socioeducativas – Degase

Editora Niterói Livros - FAN/PMN

Federação das Associações de Moradores de Niterói – FAMNIT

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan

Fórum DCA

Fundação de Artes de Niterói – FAN

Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC

Fundação Estatal de Saúde – FeSaúde/PMN

Gabinete de Gestão Integrada – GGIM

Gabinete do Prefeito

Instituto Argumento

Instituto Cidade Segura

Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos – IAC-UFF

Instituto de Segurança Pública RJ – ISP/RJ

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos – INCT-InEAC/UFF

Instituto Moleque Mateiro

Instituto Rumo Náutico

Mediati Soluções de Conflitos

Moleque Mateiro

MOV Rio

Movimento Interreligioso

Niterói Empresa de Lazer e Turismo – NELTUR

Niterói Mais Humana

Niterói Transporte e Trânsito – NITTRANS/PMN

Núcleo Permanente Mediação de Conflitos do Tribunal de
Justiça-RJ – NUPEMEC/TJRJ

Observatório de Segurança Pública de Niterói – OSPNit

Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Niterói

Pastorais Sociais- Arquidiocese de Niterói

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro – SEEDUC-RJ

Secretaria Municipal das Culturas – SMC

Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária
– SMASES

Secretaria Municipal de Conservação – Seconser

Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH

Secretaria Municipal de Educação – SME

Secretaria Municipal de Governo – SEMUG

Secretaria Municipal de Obras – SMO

Secretaria Municipal de Ordem Pública – Seop

Secretaria Municipal de Participação Social – SEMPAS

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e
Modernização da Gestão – Seplag

Secretaria Municipal de Saúde – SMS

Secretaria Municipal Executiva – Sexec

Secretarias Regionais da Prefeitura de Niterói

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai

Sindicato Bancários de Niterói

Sindicato das Escolas Particulares do Estado do Rio de Janeiro
– Sinepe

Sindicato dos Empregados de Edifícios de Niterói – SEEN

Sindicato Metalúrgicos de Niterói

Sociedade Beneficente da Sagrada Família – SBSF

Universidade Federal Fluminense – UFF

Viração

Viva Rio

Nossos mais sinceros agradecimentos!

Seguimos juntos construindo a cultura
da paz e promovendo uma
sociedade mais inclusiva e sem violência.

Pacto Niterói Contra a Violência

Niterói, 2023

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM:

DIN 10/14

Capa em papel Supremo 250g.

Miolo em papel Couché 115g.

16 cm de largura x 23 cm de altura



PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA

Em 2023, o Pacto Niterói Contra a Violência completa cinco anos de existência. Com o intuito de celebrar e refletir sobre a sua trajetória, seus participantes produziram textos que demonstram como as ideias que o conceberam estão sendo colocadas em prática. Neste primeiro volume, buscamos apresentar os processos de fraternidade política e a articulação das organizações do setor público e privado e com a sociedade civil que têm colaborado para a implementação de políticas públicas de proteção social, segurança pública, prevenção à violência e cultura da paz. Os relatos, entrevistas e artigos resgatam a memória institucional de sua gênese, apresentando os percursos dessa jornada denominada de cogovernança, provocada a partir do objetivo comum: tornar Niterói a melhor cidade para viver e ser feliz.

REALIZAÇÃO



APOIO

PEACE
IN OUR CITIES

ISBN: 978-65-992086-7-6





PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA

Experiências de políticas
públicas para prevenção
à violência e promoção
da cultura da paz



PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA

Experiências de políticas públicas
para prevenção à violência e
promoção da cultura da paz

VOLUME II

1ª Edição

2023

REALIZAÇÃO



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

450
Anos



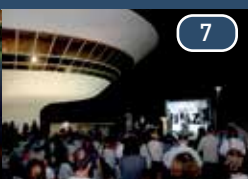
1

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...”

Paulo Freire



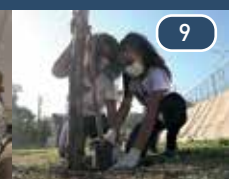
6



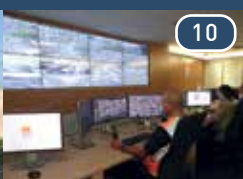
7



8



9



10



- 1- Caminhada Luminosa Pela Paz, promovida pela Sociedade Civil.
- 2- Reunião entre gestores para definição orçamentária para implementação dos projetos PNCV (2019).
- 3- Roda de Capoeira no Espaço Nova Geração (ENG) em atividade de integração comunitária e prevenção a violência.
- 4- Guarda Civil Municipal atua em campanha pelo fim da violência contra as mulheres e prevenção à violência doméstica.
- 5- Vista da comunidade Viradouro refletida na janela da Plataforma Urbana Digital.
- 6- Apuração da consulta pública sobre o armamento da Guarda Civil Municipal.
- 7- Lideranças Comunitárias realizam a apresentação da importância da Paz como pauta para o desenvolvimento da cidade, realizado no MAC após a Caminhada pela Paz.
- 8- Reunião entre pesquisadores e gestores da Prefeitura de Niterói para realização da Pesquisa de Vitimização.
- 9- Jovens do programa Niterói Jovem Eco Social realizam plantio de mudas.
- 10- Agentes de segurança pública e ordenamento urbano realizam o monitoramento através das câmeras do CISP.
- 11- Jovens fazem apresentação de dança no lançamento do projeto Poupança Escola.
- 12- Agentes do Niterói Presente realizam atividade de policiamento no Centro da cidade.
- 13- Encontro com lideranças pela erradicação da violência e da intolerância religiosa.
- 14- Guarda Civil Municipal recebe bicicletas para desenvolver atividades de prevenção à violência.
- 15- Crianças da Rede Municipal de Educação participam do projeto Rotas Caminháveis da Urban95.



PREFEITO

Axel Schmidt Grael

VICE-PREFEITO

Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rodrigo Neves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DAS CULTURAS

Julia Corrêa Pacheco Gitsin

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI

Fernando Brandão

**SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO
DA FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI**

Ivan Macedo

DIRETORA DA NITERÓI LIVROS

Chris Fuscaldo

COORDENADOR DA NITERÓI LIVROS

Jordão Pablo de Pão

COORDENAÇÃO GERAL DO PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA

Axel Schmidt Graef

COMITÊ GESTOR (2018-2023)

Rodrigo Neves

Maria das Graças Silva Raphael

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Nadine Monteiro Borges

Vicente Augusto Temperini Marins

Anderson Rodrigues Pipico

Bira Marques

José Antonio Fortuna Nogueira Barroco

Rúbia Cristina Costa Bomfim Secundino

COORDENAÇÃO GERAL EXECUTIVA

Maria das Graças Silva Raphael

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Assessoria Executiva

Hernande Flores

José Leandro Rangel de Carvalho

José Henrique Antunes

COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Karina de Paula

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Patrícia Assed Pereira

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Alessandro de Oliveira Lemos

Marcela de Souza Cabral da Silva

GERENTE DE PROJETOS E PROGRAMAS

Ana Carolina Vitória de Medeiros Silva

Banco de Oportunidades

Luísa Vianna Assumpção

Rede Acolher - Escritório Social

Carlos Mário da Silva Neto

Escola da Família

Maria José Soares Pereira

Escola da Paz

Ronald dos Santos Quintanilha

Espaço Nova Geração

Bárbara da Silva Siqueira

Poupança Escola

Ana Maria Machado Vieira

Território da Juventude

Danielle Murtha

Rede Mais Proteção

Miriam Ribeiro

Premiação por apreensão de arma de fogo

Ezequiel Oliveira de Mendonça

Cercamento Eletrônico

Nilson Luiz Cardoso Cunha

Observatório de Segurança Pública

Luciano dos Santos Avelar

Entrega Voluntária de armas

Ezequiel Oliveira de Mendonça

Reforço no Policiamento

Mauricio Santos de Moraes

Disque Denúncia

Francisco Lima Torres

Niterói Jovem EcoSocial

Octávio Ribeiro Santos

Ação Territorial Integrada

Guilherme Pessanha Ribeiro

Intervenções Urbanísticas

Vicente Augusto Temperini Marins

Rede Mediar

Joana Tânia Pereira Dos Anjos Raphael

Fortalecimento da Guarda Municipal

Paulo Roberto Britto Júnior

ComVivências para a Cultura da Paz

Marcela de Souza Cabral da Silva

Equipe Pacto Niterói Contra a Violência

Adriana de Oliveira

Eliane Rodrigues da Costa

Flávia Chagas Marques

Gustavo dos Santos Vieira

Renata Lúcia Ribeiro

Victor Pacheco da Silva

Thiago Almeida Santos de Sena

FICHA TÉCNICA DO LIVRO

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Maria Machado Vieira

Karina de Paula

Maria das Graças Silva Raphael

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

COMISSÃO CIENTÍFICA

André Luis Azevedo Guedes - Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM

Elizabete Ribeiro Albernaz - Witwatersrand University (WITS), em Joanesburgo / África do Sul

Flávia Monteiro de Barros Araújo - Faculdade de Educação - UFF

Lenin ados Santos Pires - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos - UFF

Luciane Patrício Barbosa Martins - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos - UFF

Márcia Maria de Jesus Pessanha - Faculdade de Educação - UFF

Mônica de Castro Maia Senna - Escola de Serviço Social - UFF

Paula Land Curi - Instituto de Psicologia - UFF

Paulo de Martino Jannuzzi - Escola Nacional de Ciências Estatísticas - IBGE

Coordenação editorial

Karina de Paula

Assessoria editorial

Amanda Jevaux da Silva

Juliana Pereira de Aguiar

José Henrique Antunes

Apoio

Niterói Livros

Fotografia

Acervo PNCV; Acervo dos projetos e programas; Acervo CGCOM/PMN:

Berg Silva, Bruno Eduardo Alves, David Andrade, Douglas Macedo, Letícia Pitta,

Luciana Carneiro, Leo Zulluh, Páprica Fotografia, Rodrigo Smiderli, Thainá Nunes.

As opiniões e análises que integram a presente obra são de responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, as opiniões da Prefeitura de Niterói ou das organizações parceiras.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Prefeitura, Niterói (RJ).

Pacto Niterói contra a violência : volume II : experiências de políticas públicas para prevenção à violência e promoção da cultura da paz / Prefeitura do município de Niterói ; organização Maria das Graças Silva Raphael...[et al.]. -- Niterói, RJ : Fundação de Arte de Niterói | Niterói Livros, 2023.

Outros organizadores: Karina de Paula, Ana Maria Machado Vieira, Paulo Henrique Azevedo de Moraes
Bibliografia.

ISBN 978-65-992086-8-3

1. Administração municipal - Niterói (RJ)
2. Ciências políticas 3. Políticas públicas - Niterói (RJ) 4. Proteção social 5. Segurança pública 6. Violência 7. Violência urbana - Niterói (RJ) I. Raphael, Maria das Graças Silva. II. Paula, Karina de. III. Vieira, Paula, Ana Maria Machado. IV. Moraes, Paulo Henrique Azevedo de. V. Título

23-151607

CDD-320.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas : Ciência política 320.6

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Sumário

Prefácio	13
Apresentação	15
Os Eixos Estruturantes do Pacto Niterói Contra a Violência	19
Capítulo 1 – Pacto Niterói Contra a Violência: do nacional ao local, entre avanços e desafios	23
Capítulo 2 – Banco de Oportunidades: perspectivas para a juventude niteroiense	35
Capítulo 3 – Projeto Niterói Jovem Eco Social.....	43
Capítulo 4 – Espaço Nova Geração.....	55
Capítulo 5 – Programa Poupança Escola: a experiência do Grupo de Trabalho Intersectorial de Busca Ativa	69
Capítulo 6 – Por uma Escola da Paz: Contribuições do Pacto Niterói Contra a Violência para a Difusão da Cultura de Paz nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação	89
Capítulo 7 – Implementação do Projeto Escola da Família: desafios e perspectivas	105
Capítulo 8 – Modos de vida e de existência de Mulheres Gestantes em situação de Rua: Promoção do Cuidado e Proteção Social através do Consultório na Rua e do Programa Escola da Família	127
Capítulo 9 – Acolhimento e Reinserção Social.....	145
Capítulo 10 – Complexo do Viradouro: os Desafios de Políticas Públicas e seus Impactos na Inclusão Social	155
Capítulo 11 – Disque-Denúncia.....	169
Capítulo 12 – Plano de Fortalecimento da Guarda Civil Municipal de Niterói	179
Capítulo 13 – A mediação de conflitos como via estruturante para a cultura da paz na construção de cidades inteligentes	193
Sobre os Autores	205
Agradecimentos	211
Anexos	
Anexo I – Marco Legal do Pacto Niterói Contra a Violência.....	213
Anexo II – Memorial do Pacto Niterói Contra a Violência (2018-2022)	216

Prefácio

Estratégia a serviço da Segurança Pública

“Se os governantes não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios”. A frase do saudoso Darcy Ribeiro sobre a importância da educação para o enfrentamento à violência nos serve de inspiração para a Segurança Pública. Não à toa, Niterói tem reduzido de forma expressiva os níveis de criminalidade. O resultado é fruto de um trabalho baseado em ações estratégicas que vão muito além da ação policial. O Pacto Niterói Contra a Violência, elaborado com ampla participação popular, traduz a orientação da Prefeitura de Niterói para o planejamento e assertividade.

Este livro é um convite à reflexão acerca das políticas públicas capazes de reverter a dura realidade de violência que assola cidades em todo o mundo. Aqui, o leitor encontrará a bem sucedida experiência de uma cidade que, apesar de inserida em uma complexa Região Metropolitana, conseguiu resultados importantes. Prioridade para os niteroienses, a Segurança Pública se mantém como prioridade para a Prefeitura de Niterói, apesar de esta ser uma atribuição constitucional do Governo do Estado.

Trabalho de inteligência, programas sociais e a utilização de ferramentas tecnológicas se somaram aos esforços do município para garantir o policiamento. Nestes últimos anos, Niterói implantou o Centro Integrado de Segurança Pública (Cisp), o Cercamento Eletrônico e o programa Niterói Presente. Todas as ações foram traçadas a partir de dados coletados pelo Observatório de Segurança Pública, imprescindível para o mapeamento, definição de prioridades e estratégia.

A Guarda Municipal também teve atenção especial. Com a implantação da Cidade da Ordem Pública, a corporação foi re-

Niterói tem reduzido de forma expressiva os níveis de criminalidade. O resultado é fruto de um trabalho baseado em ações estratégicas além da ação policial.

estruturada, passou por aumento do efetivo através de concurso público, valorização profissional e foco na qualificação.

O Pacto Niterói Contra a Violência também foi responsável por políticas públicas inovadoras, como o Niterói Jovem EcoSocial. O programa, uma parceria com a Firjan, já beneficiou 400 jovens de 11 comunidades em situação de vulnerabilidade e ganhou uma segunda edição em 2023, contemplando 500 alunos, moradores de 24 localidades. O EcoSocial oferece aos jovens bolsa-auxílio para fazer cursos de formação profissional e para trabalhar em ações ambientais promovidas no município.

“ Não restam dúvidas de que violência não se enfrenta com mais violência. Violência se enfrenta com oportunidades, dignidade e igualdade social. ”

A Mediação de Conflitos foi levada às comunidades, como forma de prevenção de crimes, em especial os de lesão corporal e ameaças. Já o Programa Escola da Família, foi criado para fortalecer o vínculo afetivo da gestante com o bebê e com seus familiares. Com o Poupança Escola, os Espaços Nova Geração e a ampliação do horário integral, a Prefeitura de Niterói abriu poderosas frentes de enfrentamento à evasão. As ações contra o abandono escolar, que ganham contornos ainda mais graves com a pandemia, incluem a implantação de novas metodologias pedagógicas, atividades socioemocionais e inclusão digital.

O resultado de tantas ações integradas está claro nas estatísticas, no reconhecimento dos cidadãos e cidadãs, no desenvolvimento sustentável de uma cidade cada vez mais humanizada e solidária. Não restam dúvidas de que violência não se enfrenta com mais violência. Violência se enfrenta com oportunidades, dignidade e igualdade social.

Em Niterói, a inclusão social é um caminho sem volta. Boa Leitura!

Boa Leitura!

Axel Graef
PREFEITO DE NITERÓI

Apresentação

Em 2023, o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) completa cinco anos e, como forma de resgatar e registrar a memória de sua implementação, desenvolvemos uma coletânea em dois volumes com textos escritos pelos gestores, gerentes, parceiros e colaboradores durante o ano de 2021.

O primeiro volume resgatou a memória institucional da gênese do PNCV, focando nos processos de reflexão e análise que culminaram na construção de uma cogovernança, desenvolvida entre o poder público e a sociedade civil organizada, como estratégia para promover a segurança pública e a prevenção à violência. Nossa proposta foi promover reflexões e debates sobre como a fraternidade política e a articulação em âmbito municipal convergem para a construção de iniciativas de intervenção direta ao que pode ser denominado como “problemas de segurança pública e violência urbana”, mesmo com as limitações constitucionais impostas a atuação dos municípios nesse âmbito.

O volume 2 apresenta as estratégias e os desafios enfrentados pelos gestores e gerentes para implementar os projetos e programas com foco na prevenção à violência, ação territorial integrada e engajamento dos cidadãos, referentes ao Plano Municipal de Prevenção à Violência (PMPV), estabelecido pelo Decreto nº 13.378/2019, e a Rede Mediar, estabelecida pelo Decreto nº 13.380/2019. Os capítulos relatam os processos de implementação de políticas públicas a partir da compreensão da violência como fenômeno humano-social, relacional, multicausal e polissêmico, com concepções e tipologias das mais diversas, executados de forma transversal e intersetorial, contexto que complexifica o desenvolvimento de ações para a garantia de direitos.

Os textos encontram-se organizados por um fio condutor que parte de reflexões sobre a garantia de direitos para a juventude, levando à apresentação de características geográficas e populacionais do município. Pela juventude, aden-

tramos às iniciativas que abarcam adolescentes e crianças desde a gestação e, por conseguinte, suas famílias e comunidades. Por fim, apresentamos como o engajamento e a proximidade com a população têm sido elementos essenciais para a construção de uma cultura de paz e para a concepção de políticas públicas de segurança pública e prevenção à violência em âmbito municipal.

A riqueza do conteúdo apresentado neste volume é resultado direto das diretrizes para produção textual elaboradas no âmbito da comissão científica, do qual damos destaque para as fontes de pesquisa, primárias e secundárias, cujos levantamentos foram realizados pelos autores junto aos bancos de dados, arquivos, pessoas e uma gama de memória institucional. Outro destaque consiste na descrição de como os projetos e programas foram desenvolvidos durante a pandemia da covid-19. Tais projetos e programas, em 2020, estavam em pleno processo inicial de desenvolvimento e tiveram suas atividades suspensas ou modificadas em razão das medidas de prevenção à proliferação do vírus Sars-Cov-2.

Em 2021, quando os textos foram produzidos, os projetos e programas encontravam-se em processo de retomada e readequação para o retorno das atividades presenciais, realizados de forma gradual e com acompanhamento direto dos indicadores de contágio e mortalidade pelo vírus e monitorados pelo Gabinete de Crise, criado em março de 2020 pela Prefeitura Municipal de Niterói em atendimento às demandas da pandemia. Mais do que relatar os processos de implementação, os textos abordam os desafios e as estratégias alçadas para que fossem rapidamente ajustados ao cenário, num momento em que a única certeza era a de que prevenir a violência e promover a segurança pública passavam, também, por compreender a mudança do cenário e agir de forma rápida, criativa e inovadora.

Esse contexto evidencia as limitações, pessoais e infraestruturais, dos agentes e suas organizações, para lidarem com as ferramentas digitais e o ambiente online, algo não obstante das dificuldades dos públicos atendidos no âmbito dos projetos e programas. Tal fato nos alerta para os novos desafios da gestão pública para a garantia de direitos nos processos

de transformação digital. São questões que podem por reduzir, estreitar ou ampliar as desigualdades e o acesso aos dispositivos de cidadania e que podem ser sanadas antes que afetem o desenvolvimento da cidade e reforcem violências.

Esperamos, com essa iniciativa, apresentar à sociedade os resultados parciais dos projetos e programas de prevenção à violência e segurança pública, norteados pelo compromisso de promover a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse contexto, a relação intersetorial e transversal das ações desenvolvidas com o objetivo de promover “Paz, Justiça e Instituições Eficazes” (ODS16) impactam e são impactadas por ações que dialogam e colaboram diretamente com os demais ODS, podendo ser caracterizada como ODS16+, segundo a rede Peace in Our Cities.

Este é um primeiro passo para que possamos compreender os desafios, avaliar o percurso e resgatar os aprendizados do processo de implementação dos projetos e programas vinculados ao Pacto Niterói Contra a Violência, com vistas a materialização das metas do Plano Niterói Que Queremos (NQQ), rumo ao objetivo comum de tornar Niterói a melhor cidade para viver e ser feliz, com inclusão social, segurança pública, desenvolvimento sustentável e vivência da cultura da paz.

Comissão Organizadora

Os Eixos Estruturantes do Pacto Niterói Contra a Violência

O Pacto Niterói Contra Violência foi estruturado em quatro eixos que se articulam e se complementam no enfrentamento e prevenção à violência e promoção da cultura da paz. São eles:

O eixo **Convivência e Engajamento dos Cidadãos** constitui-se de ações integradas para redução de comportamentos contrários ao bem viver, difusão da cultura da paz, incentivo a comportamentos que previnam a violência e o crime, e estímulo da ocupação dos espaços públicos pela cidadania. São projetos e programas vinculados à esse eixo:

- **Rede Mediar:** implementação da mediação de conflitos como política pública que visa reduzir os registros de ameaça e lesão corporal dolosa, através da criação da Câmara Pública de Mediação de Conflitos, de Núcleos de Mediação Comunitária para o atendimento à população e de atividades de mediação de conflitos.
- **Fortalecimento da Guarda Civil Municipal:** promover a qualificação das ações da Guarda Civil Municipal e a ampliação da sua capacidade de atuação no campo da ordem pública e a promoção da convivência harmônica na cidade. Encontra-se centrado na implementação do Plano Decenal de Fortalecimento da Guarda Civil Municipal 2020-2030.

O eixo **Policimento e Justiça** constitui-se de ações integradas permanentes de policiamento e justiça realizadas entre as forças de segurança federais, estaduais e municipais, o Poder Judiciário e o Ministério Público. São projetos e programas vinculados à esse eixo:



- **Observatório de Segurança Pública (OSPNit):** vinculado ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), tem por objetivo realizar a coleta e sistematização dos dados sobre violência e ocorrências criminais no município, a partir de fontes públicas e sociais, fornecendo padrões visuais e informações para a tomada de decisão, planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas de segurança pública e prevenção à violência no âmbito municipal.
- **Disque Denúncia:** programa por meio do qual os cidadãos e cidadãs fazem denúncias anônimas através de telefone sobre situações de violência, crimes e outras demandas sociais, participando ativamente no combate à violência e práticas ilegais.
- **Cercamento Eletrônico:** sistema de inteligência artificial que utiliza câmeras OCR nas vias públicas da cidade, permitindo uma ação mais efetiva no monitoramento de veículos em tempo real. É operado em conjunto com o sistema integrado de monitoramento por câmeras e central 153 do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP).
- **Reforço de Policiamento:** programa que fomenta a contratação de policiais por intermédio do Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis) visando à ampliação da quantidade de agentes em circulação no território e a melhoria dos equipamentos utilizados por estes (como viaturas) objetivando a redução de manchas criminais e a melhoria da sensação de segurança.
- **Premiação por Apreensão:** estabelece uma premiação especial por apreensão de armas de fogo, desde que da atuação não decorra letalidade, a ser paga aos policiais e guardas municipais responsáveis por cada arma apreendida na cidade.
- **Entrega Voluntária de Armas:** programa de incentivo ao desarmamento de munícipes, visa a reduzir os índices de homicídios e de lesões ocasionadas por armas de fogo.

O eixo **Ação Territorial Integrada** constitui-se de ações de urbanismo, serviços sociais e prevenção secundária para jovens, com foco em territórios vulneráveis.

• **Niterói Jovem Eco Social:** oferece oportunidades de formação, qualificação profissional e para o trabalho para jovens, de 16 a 24 anos, em situação de vulnerabilidade social, visando o desenvolvimento de habilidades sociais e competências profissionais que elevem o potencial de empregabilidade. Em paralelo, os jovens participantes do projeto desenvolvem atividades de sustentabilidade urbana e preservação ambiental, melhorando a qualidade de vida em seus territórios de moradia e em toda a cidade.

• **Intervenções Urbanísticas:** realização de obras de infraestrutura e de implantação de equipamentos públicos nos territórios de maior vulnerabilidade social com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos nesses territórios;

• **Ação Territorial Integrada:** desenvolve ações de participação da população e gestores públicos das propostas, do planejamento e da tomada de decisões nos territórios onde são implantadas as intervenções urbanísticas. De forma integrada, democrática e participativa, elevando-se a prática da cidadania a partir da construção de comitês territoriais.

O eixo **Prevenção** constitui-se de ações intersetoriais integradas dirigidas à intensificação dos fatores de proteção e à redução dos fatores de risco à violência que atingem crianças, adolescentes, jovens e famílias residentes em Niterói, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade social. São projetos e programas vinculados à este eixo:

• **Escola da Família:** tem por objetivo contribuir para a redução e prevenção da violência intrafamiliar, através de grupos educativos com participação de gestantes, pais e cuidadores, residentes em ambientes domésticos ou em situação de rua sobre práticas parentais com afeto e sem violência.

• **Poupança Escola:** tem por objetivo incentivar os estudantes em situação de vulnerabilidade social, integrantes de famílias do Programa Bolsa Família, residentes no município de Niterói, a iniciarem e concluírem (não evadir) o Ensino Fundamental e Médio na rede pública a partir do pagamento de incentivo financeiro e do fomento





à participação de atividades extracurriculares no contraturno de aula.

- **Escola da Paz:** objetiva fortalecer a prevenção às violências no contexto escolar das escolas públicas municipais de Niterói, por meio do desenvolvimento das habilidades socioemocionais de estudantes e de professoras(es).

- **Espaço Nova Geração:** tem por objetivo a promoção de projetos de vida significativos para crianças, adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade social, garantindo a sua cidadania. Acontecem no horário do contraturno das escolas, com atividades de reforço escolar, cursos de formação profissional, atividades culturais, esportivas, de lazer e educacionais.

- **Banco de Oportunidades:** visa reforçar a política de empregabilidade e o fomento ao empreendedorismo para a juventude, oferecendo um conjunto de ferramentas online que podem ser utilizadas por jovens residentes em Niterói para o acesso a oportunidades de trabalho.

- **Escritório Social da Rede Acolher:** desenvolvido em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, oferece atendimento psicossocial e jurídico aos egressos do sistema penal e seus familiares, visando a reinserção familiar e social e a redução da reincidência de práticas delituosas.

- **Territórios da Juventude:** por meio de atuação intersetorial integrada e territorializada, busca identificar fatores de risco à violência, desenvolvendo um conjunto de ações de proteção social com foco na adolescência e na juventude a fim de prevenir o agravamento do risco e ampliar a rede de apoio a estes sujeitos.

- **Rede + Proteção:** fomentar intervenções de prevenção ao uso abusivo e prejudicial de drogas, lícitas e ilícitas, em territórios de elevada vulnerabilidade social do município.



**Pacto Niterói Contra a
Violência: do nacional
ao local, entre avanços
e desafios**

AUTORA

Severine Carmem Macedo

O objetivo deste artigo é discutir alguns desafios que se colocam ao enfrentamento da violência, em especial aquela que atinge jovens negros e pobres das periferias urbanas. A partir do primeiro ciclo do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) e da reorganização necessária nesse segundo ciclo, discutiremos as evidências raciais, de renda e etárias que marcam o ciclo de desigualdades e violência no país, no estado do Rio de Janeiro, em geral, e na cidade de Niterói, em particular.

O monitoramento da primeira fase de implantação do Pacto, de agosto de 2018 a dezembro de 2020, foi centrado na estruturação, no acompanhamento e na aceleração dos Projetos, pois toda área de Prevenção, Ação Territorial Integrada e Engajamento e Convivência estavam em processo de elaboração e início de implantação, diferentemente de uma parte considerável das ações que compunham o eixo de Policiamento e Justiça¹. Em parceria permanente com a Assessoria Técnica do Eixo Prevenção, foi desenhado coletivamente o processo de monitoramento e de assessoramento aos gerentes e iniciado, em 2020, o debate acerca da avaliação dos Projetos em conjunto com o Observatório de Segurança Pública (OSPNit).



*Lançamento
do Programa
Poupança
Escola*

¹ Para conhecer melhor os eixos e programas que compõem o Pacto, ver <http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/>

Na segunda fase do Pacto (2021/2024), um dos desafios é a avaliação sistêmica, no sentido apontado por Januzzi (2016), envolvendo não só projetos, mas a estratégia global que impacta em suas metas. Este artigo pretende refletir também sobre os desafios relacionados aos recortes de juventude e raça para subsidiar o debate acerca das desigualdades geracionais e étnicas. Ao realizar um leque amplo de políticas, programas e ações nos quatro eixos que compõem o PNCV – Prevenção; Policiamento e Justiça; Convivência e Engajamento e Ação Territorial Integrada — é possível afirmar que essa política pública dialoga com a perspectiva de que a violência é multicausal, assim como são várias suas concepções e tipologias. O que indica a necessidade de respostas amplas, robustas e integradas.

Longe de querer esgotar esse debate, destacamos a concepção que compreende esse fenômeno como um problema de saúde pública e recuperamos algumas noções que ampliam essa visão:

A violência é compreendida como um problema de saúde pública e pode ser definida como Minayo e Souza (1998) o fizeram: qualquer ação intencional, perpetrada por indivíduo, grupo, instituição, classes ou nações dirigidas a outrem, que cause prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos e (ou) espirituais. Já para Santos (1996) a violência configura-se como um dispositivo de controle aberto e contínuo, ou seja, a relação social caracterizada pelo uso real ou virtual da coerção, que impede o reconhecimento do outro, pessoa, classe, gênero ou raça, mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea. (COELHO *et al*, 2014, p.12.)

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência é definida como:

O uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibi-

lidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG *et al*, 2002)

Isso aponta, portanto, para uma relação clara entre a intenção do indivíduo que apresenta ou se envolve num comportamento violento e o ato ou a ação praticada (apud COELHO *et al*, 2014). Sobre as tipologias de violência, Coelho *et al* (2014) recupera as propostas pela OMS e por Minayo e sinaliza que, longe de serem universalmente aceitas, essas tipologias fornecem uma estrutura útil para se compreender os complexos padrões de violência que ocorrem no mundo, bem como aquela na vida diária das pessoas, das famílias e das comunidades. São elas: a violência coletiva, a autoinfligida, a interpessoal e, para Minayo, a estrutural.

Os esforços da administração pública de Niterói ao priorizar o tema da violência no planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, por meio do Niterói que Queremos (NQQ), do Plano Plurianual e do Plano de Metas Anual, são um feito inédito. A gestão municipal, que assumiu uma responsabilidade que constitucionalmente é dos estados, resultou na melhora concreta e robusta nos indicadores de violência na cidade, em especial nos indicadores de roubo (de rua, de carro, a transeunte e estabelecimentos comerciais) e furto². Esses resultados foram alcançados pelo Programa Niterói Presente, pelo Programa de Cercamento Eletrônico e pelas ações de inteligência, vinculados à criação do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP).

Por suas características territoriais — uma cidade com pouco mais de 515 mil habitantes, cercada por cidades-dormitório e de grande porte — fortemente impactadas pelo domínio de facções e crime organizado, Niterói sofre as mazelas que atingem a realidade das grandes e médias cidades brasileiras onde pouco avançam os indicadores de redução dos homicídios ou da letalidade violenta. Como consequência, os óbitos causados por agressão e também por intervenção policial, reunidos nos dados do DATASUS³ — tendo a

² Para mais informações ver: <https://planoniteroiquequeremos.com.br/> e <http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/policiamento-e-justica/observatorio-de-seguranca-publica/>

³ “O Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) surgiu em 1991 [...], tem como responsabilidade prover os órgãos do SUS de sistemas de informação e suporte de informática, necessários ao processo de planejamento, operação e controle”. Disponível em: <DATASUS – DATASUS (saude.gov.br)>. Acesso em: 4 de out de 2021.

mesma referência usada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁴ no Atlas da Violência⁵ — comprovavam que a tendência em Niterói era de piora.

Quando nos referimos à violência letal, veremos que segmentos populacionais e territórios específicos são os mais atingidos. São especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos os atingidos pela violência no Brasil, no Rio de Janeiro e em Niterói. Dados do Atlas da Violência 2017⁶ (IPEA, FBSP) mostram que mais da metade das 59.080 pessoas mortas por homicídios em 2015 eram jovens (54,1%), das quais 71% negras (pretas e pardas) e 92% do sexo masculino.

No Brasil em 2017, 35.783 jovens foram assassinados. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos. Os homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos. (Atlas da Violência, 2019, p.5 e 6).

Ao analisar os dados de 2017 do Atlas da Violência (2019), o IPEA chama atenção para o fato de que os homicídios foram a principal causa de mortes entre os jovens brasileiros (entre 15 e 29 anos) em 2017: “Esse recorde nos índices da juventude perdida se dá exatamente no momento em que o país passa pela maior transição demográfica de sua história, rumo ao envelhecimento, o que impõe maior gravidade ao fenômeno”.

No atual cenário, enquanto está em curso a mais profunda transição demográfica de nossa história, rumo ao envelhecimento da população, a alta letalidade de jovens gera fortes implicações, inclusive sobre o desenvolvimento econômico e social. De fato, a falta de oportunidades, que levava 23% dos jovens no país a não estarem estudando nem trabalhando em 2017, aliada à mortalidade precoce da juventude em conse-

4 “O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros”. Disponível em: <SOBRE O IPEA - Quem Somos>. Acesso em: 4 de out de 2021.

5 “O Atlas da Violência é um portal que reúne, organiza e disponibiliza informações sobre violência no Brasil, bem como reúne publicações do Ipea sobre violência e segurança pública. Foi criado em 2016 e é gerido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com a colaboração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)”. Disponível em: <Ipea - Atlas da Violência v.2.7 - Sobre>. Acesso em: 4 de out de 2021.

6 O Atlas 2017 utiliza dados de 2015.

quência da violência, impõem severas consequências sobre o futuro da nação. Para além da questão da juventude, os dados descritos nesse relatório trazem algumas evidências de um processo extremamente preocupante nos últimos anos: o aumento da violência letal contra públicos específicos, incluindo negros, população LGBTI, e mulheres, nos casos de feminicídio. A morte prematura de jovens por homicídio é um fenômeno que tem crescido no Brasil desde a década de 1980. Além da tragédia humana, os homicídios de jovens geram consequências sobre o desenvolvimento econômico e redundam em substanciais custos para o país. Conforme mostraram Cerqueira e Moura (2013), as mortes violentas de jovens custaram ao Brasil cerca de 1,5% do PIB nacional em 2010. (IPEA, 2019, p 6.)

Segundo o Atlas da Violência 2019, em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram pessoas negras (definidas aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo Sistema de Informações de Mortalidade), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos. Outro destaque é que houve uma piora na desigualdade de letalidade racial no Brasil. No período de uma década (2007 a 2017), a taxa de negros cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%. Analisando apenas a variação no último ano, enquanto a taxa de mortes de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de 0,3%, a de negros cresceu 7,2%.

Ou seja, a prevalência de jovens negros entre as vítimas de assassinatos em comparação com jovens brancos é uma tendência nacional: em média, jovens negros têm 2,71 mais chances de morrerem por homicídio do que jovens brancos no país. A desigualdade racial é um fator fundamental para entendermos a forma como a violência se manifesta no Brasil, já que a taxa de mortalidade de jovens negros no mesmo ano foi de 86,34 para cada

100 mil jovens negros na população, contra 31,89 para jovens brancos. (Atlas da violência, 2019, p. 49)

Em relação às desigualdades sociais, vemos que os dados que impactam a população negra vão além da violência:

Essa desigualdade se manifesta ao longo de toda a vida e em diversos indicadores socioeconômicos, em uma combinação perversa de vulnerabilidade social e racismo que os acompanha durante toda a vida. Não à toa, negros e negras ainda sofrem com enormes disparidades salariais no mercado de trabalho: dados recentes divulgados pelo IBGE mostram que negros ganham 59% dos rendimentos de brancos (2016). Negros representam 70% da população que vive em situação de extrema pobreza, concentram maiores taxas de analfabetismo do que brancos — 11% entre negros e 5% entre brancos – (PNAD, 2016), além de constituírem mais de 61% da população encarcerada (DEPEN, 2014), embora representem 54% da população (IBGE). (IVJ, 2017)

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) aponta que, no quesito desigualdade na violência letal, a região Sudeste fica em terceiro lugar, atrás das regiões Nordeste e Norte. Enquanto a taxa de homicídios de jovens brancos foi de 22,8 por 100 mil, entre jovens negros foi de 57,9, mais do que o dobro (IVJ, 2017).

Segundo dados do DATASUS, a taxa de homicídios de Niterói aumentou entre 2018 e 2019. As vítimas de homicídios em 2019 eram em sua maioria homens (95,8%), negros ou pardos (75,2%) e jovens (71,5%). Quase metade dos homicídios ocorridos nesse mesmo ano (49,7%) envolveu uso de arma de fogo. No que tange o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência⁷ (IVJ), que classifica os 304 municípios com mais de 100 mil habitantes em quatro dimensões, a “violência entre os jovens, frequência à escola e situação de em-

7 O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ) 2017 é um indicador desenvolvido pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e apoio da UNESCO, que agrega dados relativos às dimensões consideradas chave na determinação da vulnerabilidade dos jovens à violência, tais como taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por homicídios e por acidentes de trânsito (FBSP 2018, p.15).

prego, pobreza no município e desigualdade”⁸, Niterói estava em 2017 entre aqueles que configuravam vulnerabilidade média⁹ assumindo naquele ano o 128º lugar num ranking de 304 municípios brasileiros.

Sem abrir e problematizar as médias e a amplitude de indicadores sintéticos, é injusto fazer afirmações finalísticas, mas essas informações do IVJ e do Atlas ajudam a compreender as tendências e demonstram que, apesar de todos os esforços, Niterói tem ainda muitos problemas desafiadores, pois é impactada pela realidade brasileira, pelo estado do Rio de Janeiro e pelo contexto metropolitano.

O Pacto inova por adentrar em um terreno que não é de responsabilidade dos municípios no pacto federativo e demonstra o compromisso da prefeitura em enfrentar o problema que figura entre as maiores preocupações dos brasileiros e dos niteroienses, que é segurança pública¹⁰. Relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2014) situa o Brasil entre as nações mais violentas do mundo, por isso, para além de implantar políticas públicas, ampliar a discussão sobre o tema, a violência e o racismo estruturais, leva à evidência de que enfrentar esses fenômenos é tarefa coletiva.

O desafio da segunda fase do Pacto é fortalecer as ações de prevenção e de intervenção territorial integrada. Diminuir os homicídios no município a despeito da efetiva cooperação do estado e da União¹¹ localmente torna o câmbio profundo nesses indicadores uma tarefa difícil.

8 Importante destaque precisa ser feito à faixa etária dos índices desta edição: todas as demais edições consideraram a faixa etária de 12 a 29 anos de idade, mas, a partir de 2013, com a aprovação do Estatuto da Juventude, este segmento populacional foi definido como todos os indivíduos entre 15 a 29 anos e, por esta razão, os índices atuais foram ajustados para coincidir com a definição legal de juventude.

9 O índice - Violência Vulnerabilidade (IVJ) define que até 0,300 é vulnerabilidade baixa; mais de 0,300 a 0,370 média-baixa; mais de 0,370 a 0,450 média; mais de 0,450 a 0,500 alta; mais de 0,500 muito alta. Fonte: Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

10 Consulta Participativa aberta pela PMN com foco na construção do PPA 2022/2025 teve como a prioridade central eleita pela população, o enfrentamento a violência na cidade. Para mais informações, acessar www.seplag.niteroi.rj.gov.br.

11 O que vemos em âmbito nacional é a contramão disso com a flexibilização do porte de armas e o desmonte das políticas de defesa e promoção dos direitos humanos, dos direitos das juventudes e da igualdade racial.



*Aula de
Robótica no
Espaço Nova
Geração*

No entanto, “pensar globalmente e agir localmente” é uma marca das iniciativas da Prefeitura Municipal de Niterói que precisa se tornar cada vez mais robusta. Portanto, o fortalecimento das políticas para as juventudes mais expostas à vulnerabilidade, para as periferias e com recorte racial é o grande desafio que temos pela frente, “pois além de grave violação aos direitos humanos, a violência impede que parte significativa dos jovens brasileiros tenha uma vida plena e revela uma inesgotável fonte de perda de talentos para o desenvolvimento do país” (IPEA, 2019).

Neste sentido, segue correta a estratégia de ampliar o direito à segurança pública de forma universal, mas por outro lado, é evidente que elas avancem na garantia de direitos aos mais expostos pelas desigualdades e levem em conta a diversidade e a focalização¹². Ao seguir essa linha, o Pacto também firma diálogo com o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), que na Seção XI, Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça afirma:

Art. 37. Todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua

¹² No sentido proposto por Almeida (2011).

incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social.

Art. 38. As políticas de segurança pública voltadas para os jovens deverão articular ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e ações não governamentais, tendo por diretrizes: I — a integração com as demais políticas voltadas à juventude; II — a prevenção e enfrentamento da violência; III — a promoção de estudos e pesquisas e a obtenção de estatísticas e informações relevantes para subsidiar as ações de segurança pública e permitir a avaliação periódica dos impactos das políticas públicas quanto às causas, às consequências e à frequência da violência contra os jovens; IV — a priorização de ações voltadas para os jovens em situação de risco, vulnerabilidade social e egressos do sistema penitenciário nacional; V — a promoção do acesso efetivo dos jovens à Defensoria Pública, considerando as especificidades da condição juvenil; e VI — a promoção do efetivo acesso dos jovens com deficiência à justiça em igualdade de condições com as demais pessoas, inclusive mediante a provisão de adaptações processuais adequadas a sua idade. (Estatuto da Juventude, 2013, pp.37 e 38)

O Estatuto nos aponta que todo jovem tem direito a ter direitos e reforça a noção da promoção da autonomia, emancipação e não das políticas de “contenção” para os jovens. No entanto, para que essas diretrizes se consolidem como agenda concreta, é necessário também ampliar as redes de apoio a fim de quebrar o ciclo da violência dentro e fora dos seus territórios.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, L. C. *Políticas sociais: focalizadas ou universalistas. É esta a questão?* Revista espaço acadêmico, nº 123, agosto de 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade*

- racial, municípios com mais de 100 mil habitantes*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. 87 p. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/indice-de-vulnerabilidade-juvenil-a-violencia-2017-desigualdade-racial-e-municipios-com-mais-de-100-mil-habitantes/>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. 2013. *Estatuto da Juventude*. Disponível em: <<http://unfpa.org.br/Arquivos/estatutoda-juventude.pdf>>. Acesso em: 22 ago. de 2021
- COELHO, Elza B. Salema; SILVA, Anne Caroline Luz Grüdtner; LINDNER, Sheila Rubia. *Violência: definições e tipologias*. Florianópolis, UFSC. 2014. Disponível em <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/1862/1/Definicoes_Tipologias.pdf>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.
- IPEA. *Atlas da Violência 2019*. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acesso em: 22 de ago de 2021.
- JANUZZI, Paulo, Martino. *Indicadores para avaliação sistêmica de programas sociais: o caso Pronatec*. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 27, n. 66, p. 624-661, set./dez. 2016. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/4168/3268>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI . Site do Pacto Niterói Contra a Violência. Disponível em: <<http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/o-pacto/historia-do-pacto-niteroi-contra-violencia/>>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.
- _____. SEPLAG. Resultado da Consulta Pública PPA 2022/2025. Disponível em <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiY2M0Y-TE10Tct0DRh0S00MGZkLThmZGEtNjZiOWZmNzI5MzljliwidCI6ImRiM2MxYzY5LWUyOGMtNDNkNy04ZTFhLTk1ODNIOWU50-GE1MSJ9&pageName=ReportSection2ef32241636b2172b2c9>>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.
- RODRIGUES, André. WILLADINO, Raquel (orgs). *Vidas adolescentes interrompidas: um estudo sobre mortes violentas no Rio de Janeiro*. ISER e Observatório de Favelas. Rio de Janeiro: UNICEF, 2021. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/media/12181/file/sumario-estudo-vidas-adolescentes-interrompidas.pdf>>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.

2 Banco de Oportunidades: perspectivas para a juventude niteroiense

AUTORES

Camila Gonçalves

Juliano Coelho Figueiredo

Luiz Felipe Ourives Belmont

Wesley Eduardo dos Santos Oliveira

Introdução

Niterói é um município de médio porte, pertencente à Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. De acordo com o Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população é de 487.562 habitantes, espalhados por uma área territorial de 134km². O município divide-se em 52 bairros, distribuídos administrativamente em 5 regiões de planejamento: Praias da Baía, Norte, Pendotiba, Leste e Oceânica. Niterói tem o quarto maior produto interno bruto (PIB) do estado do Rio de Janeiro e reúne indicadores promissores nos setores de educação, renda e longevidade, além de ser um dos principais centros financeiros, comerciais e industriais de todo o estado.

Porém, esses índices de desenvolvimento não ocultam a desigualdade social, que pode ser facilmente percebida ao circularmos pela cidade e revelada também pelos indicadores demográficos, como o número de favelas que totaliza 78. Ainda segundo o IBGE, cerca de 23,3% da população é composta por jovens entre 15 e 29 anos, dos quais 21.116 moram nesses aglomerados subnormais, construídos em áreas com restrição à ocupação e carentes de serviços públicos essenciais.

Os dados gerados a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013 e do Censo 2010 do IBGE sobre a taxa de desocupação não representam o atual cenário do município e do país, de uma forma geral, já que não consideram o impacto da pandemia do Sars-CoV-2. Segundo o atlas, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada passou de 13,43%, em

*Logo do
Programa
Banco de
Oportunidades*



2000, para 6,40% em 2010. De acordo com o Censo 2010 do IBGE, 74.102 jovens declararam que não exerciam atividades economicamente ativas. Dados que, mesmo desatualizados, ainda servem como indicadores para a realização de políticas públicas.

Essa defasagem de dados atualizados mostra a importância da consulta a pesquisas diversas, tais como a da Frente Papa Goiaba, de 2018, com apoio da Universidade Federal Fluminense, que apontou que 32,7% dos jovens niteroienses estão desempregados. Daqueles entre 15 e 24 anos, 4,73% não estudavam nem trabalhavam e estavam expostos a formas de vulnerabilidade social e econômica.

Ainda segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013, Niterói é a primeira cidade do Estado do Rio de Janeiro e a sétima do país com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No entanto, o município caminhou na direção contrária do desenvolvimento humano do país. Em 2000, Niterói ocupava o 5º lugar entre os municípios com maior IDH do país e, em 2010, caiu para a 6ª posição.

O município tem 9.824 pessoas que ainda vivem em situação de extrema pobreza, e 25.951 ganham menos de R\$ 140 por mês. A taxa bruta de mortalidade (8,68 por mil habitantes) a coloca como a 112ª cidade do país com o maior número de homicídios de jovens negros. Segundo o Mapa da Violência 2010, 36,85% dos homicídios ocorridos no município vitimaram jovens, sendo 66,30% negros e pardos.

Políticas Públicas de Juventude

Niterói tornou-se parceiro importante na luta nacional para a promoção dos direitos da juventude por meio das políticas públicas. Acreditamos que o caminho para a mudança é pela educação, conjugando a oportunidade real de trabalho e a de formação profissional, através de um projeto de inclusão produtiva.

QUADRO 1. DIAGNÓSTICO



Fonte: Confeção dos autores

A situação da juventude em relação à empregabilidade é a principal vulnerabilidade social observada pelos estudos, influenciando a falta de perspectiva de vida e orientação. É nesse cenário que surge o Projeto Banco de Oportunidades, integrado ao Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), cuja meta é captar, divulgar e ampliar as chances de trabalho e renda para esse extrato que é vítima da falta de capacitação e experiência, dificultando sua inclusão no mercado. O Banco de Oportunidades se iniciou em 2019 com a inclusão produtiva e qualificação de currículo, ampliando a chance de inserção laboral.

Sobre o Banco de Oportunidades

O lançamento do Banco de Oportunidades é um dos indicadores do compromisso da Prefeitura Municipal de Niterói, por meio da Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude.

de, de melhorar os índices de desemprego e reduzir os números da vulnerabilidade juvenil. Além de facilitar a conexão entre o empregador e o jovem, o projeto também o prepara para o mercado de trabalho, oferecendo vagas e estruturando iniciativas que facilitem o acesso ao primeiro emprego, ao estágio e ao programa Jovem Aprendiz.

Assim, com a mobilização do setor produtivo, o Banco de Oportunidades busca oferecer formas de incentivo ao empreendedorismo, além de prevenir a evasão escolar e incentivar o acesso ao ensino superior. O programa atende, de forma geral, todos os jovens niteroienses entre 15 e 29 anos e aqueles que sejam, comprovadamente, menos favorecidos social e/ou economicamente, têm prioridade nos processos seletivos.

Ao buscar reduzir o índice de desemprego da juventude niteroiense, estima-se que o Banco de Oportunidades, conseqüentemente, contribua para que diminuam os índices de violência e de mortes violentas, em especial de jovens negros e moradores da periferia, vítimas de marginalização e racialização da pobreza. Além de beneficiar diretamente os jovens, essa política pública apoia também o empregador, oferecendo-lhe profissionais qualificados, assim como auxilia no desenvolvimento da economia da cidade, aumentando o poder de consumo e a circulação de renda.

Foto de divulgação do projeto Banco de Oportunidades



Para garantir, de fato, à nossa juventude o desenvolvimento pleno, com educação de qualidade, oportunidades de emprego e seu reconhecimento como sujeito de direitos faz-se essencial a elaboração de políticas públicas efetivas que atendam as demandas específicas desta parcela da população. Destacamos algumas demandas e projetos em discussão, no âmbito municipal, que buscam superar esses desafios e aprimorar as políticas públicas para a juventude niteroiense:

- A regulamentação da Lei do Primeiro Emprego (Lei nº 3.620/2021) para que o poder público possa conceder incentivos às empresas para a contratação de jovens que não tenham experiência profissional;
- A criação e regulamentação da Lei do Jovem Aprendiz Municipal, beneficiando jovens com idade entre 15 a 24 anos, garantindo sua capacitação profissional em parceria com entidades do setor;
- Disponibilizar, por ano, bolsas de estudo para jovens em curso pré-vestibular, sobretudo na modalidade online, pelo Aprova Jovem, projeto elaborado pela Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude em parceria com a plataforma Descomplica;
- Disponibilizar, por ano, na plataforma Banco de Oportunidades 500 vagas de estágio;
- Realizar o Projeto Diagnóstico da Juventude, que atualize os dados da juventude no município de Niterói.

Além da plataforma digital para acesso às oportunidades profissionais, a Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude, através do projeto Banco de Oportunidades, estuda desenvolver novas atividades, a serem implementadas nas próximas etapas de implementação, tais como:

- Criação de um sistema de correio eletrônico, serviço de mensagens curtas e aplicativo de mensagens instantâneas para que os jovens possam se informar sobre as vagas existentes.
- Criação de feiras de estágio e emprego que contemplem os jovens, em Niterói.

- Organização de palestras, seminários e/ou oficinas de orientação vocacional, gestão de tempo, gestão financeira, elaboração de currículos, entre outros temas.
- Orientação sobre cursos disponíveis na cidade e região que possam qualificar os jovens para sua inserção no mercado de trabalho.

Considerações finais

Dois meses depois do lançamento, o Banco de Oportunidades já conta com mais de 500 currículos cadastrados, 56 vagas divulgadas e preenchidas por meio da plataforma e 20 empresas diretamente cadastradas. O Banco de Oportunidades foi lançado em agosto de 2021 e pode ser acessado pelo link www.bancodeoportunidades.niteroi.rj.gov.br. Por ser recente, ainda não é possível registrar dados que apontem o desempenho do projeto, que serão compartilhados em futuras publicações. O que propomos aqui é a urgência de garantir a capacitação e inserção no mercado de trabalho desse estrato social por meio de políticas públicas efetivas, articuladas a partir de projetos como o Banco de Oportunidades.

Referências bibliográficas

- BRASIL, Atlas. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. www.atlasbrasil.org.br/2013, v. 2, n. 3, p. 2015, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
- SANTANA, Edvan Miranda; DE OLIVEIRA, Rubens Teixeira. A Frente Papa Goiaba: Um movimento de promoção aos direitos da juventude negra em Niterói e São Gonçalo. Revista Enfil, n. 14, p. 210-227, 2021.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil. Instituto Sangari, 2010.

3

**Projeto Niterói Jovem
Eco Social**

AUTORES

Débora Targino

Gustavo Rodrigues

Introdução

O presente artigo se propõe a refletir uma política pública de segurança com foco na prevenção e atuação social, a partir da implementação e desenvolvimento da primeira edição do Projeto Niterói Jovem Eco Social, no município de Niterói, que foi concebido e desenvolvido com a implantação do Pacto Niterói Contra Violência (PNCV), em 2018. Nosso projeto faz parte das ações do eixo de Ação Territorial Integrada, que trabalha ações de urbanismo, serviços sociais e prevenção secundária para jovens, com foco em territórios vulneráveis. A proposta, cujo principal objetivo é a inclusão social por meio da educação, prepara jovens periféricos de Niterói para se inserir no mercado de trabalho após uma formação integrada dividida em três eixos, com duração de 17 meses.

O Projeto Niterói Jovem Eco Social foi idealizado pela Prefeitura Municipal de Niterói e executado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e Instituto Moleque Mateiro. A meta é traçar caminhos possíveis e alinhados ao plano de ação Agenda 2030 e seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que também fazem parte do Plano Estratégico Niterói que Queremos (NQQ 2013-2033).

O Niterói Jovem Eco Social proporciona formação profissional, promove o retorno e/ou permanência na escola, desenvolve competências socioemocionais para a vida e estimula a sustentabilidade em territórios deflagrados, por meio da recuperação e manutenção do ecossistema, oferecendo benefícios e renda para evitar o abandono pelos participantes.

O atendimento é direcionado a jovens, de 16 a 24 anos. A primeira edição do programa contemplou moradores de



*Logo do
Projeto Niterói
Jovem Eco
Social*

11 territórios: Morro do Holofote, Morro do Estado, Morro da Souza Soares, Vital Brazil, Morro do Estado, Morro do Arroz, Morro do Cavalão, Vila Ipiranga, Morro do Céu, Morro do São José e Morro do Preventório. A escolha da prefeitura por esses locais observou o perfil de vulnerabilidade e possibilidade de trabalho de campo voltado ao meio ambiente.

Sobre os eixos

O eixo Qualificação, desenvolvido pela Firjan Senai, reúne 11 cursos de qualificação profissional. A estrutura permite uma capacitação reconhecida no mercado de trabalho, preparando esse aluno para o primeiro emprego e a geração de renda. O programa tem carga horária de 540h, incluindo teoria e prática. O conteúdo, que soma uma carga horária de 340h e o módulo de nivelamento de 200h, habilita os alunos nas competências básicas requeridas para o desenvolvimento da parte tecnológica. Há várias áreas de qualificação – como automotiva, administrativa, moda e elétrica –, o que amplia as chances de adesão dos estudantes por afinidade. Os cursos destinam-se aos concluintes do ensino fundamental e médio, mas também aos egressos que ainda não tenham se inserido no mercado.

O eixo Acompanhamento para o Desenvolvimento Humano, desenvolvido por equipes formadas por assistentes sociais da Firjan Sesi, orienta os participantes seja em grupo – em oficinas semanais em sala de aula durante 17 meses, trabalhando e desenvolvendo competências socioemocionais a partir de temas transversais para a formação humana –; seja de forma individual – com intervenções, mediações e encaminhamentos para a rede pública, quando necessário –, além de apoiar participação e presenças nas atividades, para controlar evasões e atestar a evolução dos inscritos.

O terceiro eixo do projeto, o Trabalho de Campo, desenvolvido pela Firjan Sesi e pelo Instituto Moleque Mateiro, realiza atividades de educação ambiental *in loco* nos 11 territórios contemplados. Ele se divide em duas etapas: atividades de educação ambiental e mapeamento participativo. A primeira se propõe a desenvolver os eixos: águas, defesa civil, parques, reflorestamento e resíduos. Já a segunda faz uma análise dos

territórios a partir do olhar dos alunos. A cartografia participativa, apoiada na tecnologia, torna-se uma importante ferramenta de análise, e o projeto inova nessa construção conjunta.

O mapeamento *in loco* integrado ao trabalho de educação ambiental foi feito com dinâmicas em sala de aula para nivelamento de todos os alunos sobre a temática e uso do software ArcGis (também usado pela Prefeitura Municipal de Niterói) para integrar as informações, reunindo as discussões de Desenvolvimento Humano e aprendizado.



Conceituando o projeto

Para a elaboração do Niterói Jovem Eco Social, um plano tão complexo quanto abrangente, foram realizadas pesquisas bibliográficas, sobre boas práticas na elaboração e execução de projetos e temas relevantes. O desenvolvimento social e a redução da desigualdade exigem ações urgentes e alternativas que possam melhorar gradativamente os indicadores sociais. As ações propostas também estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujos objetivos são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental, assim como também se propõe o Niterói Jovem Eco Social.

Turma de montador e reparador de computadores, no Firjan Senai

Como principais diferenciais, trouxemos a adesão do projeto ao ODS 4, Educação de Qualidade, garantindo uma formação integrada a jovens periféricos em vulnerabilidade em busca de melhores oportunidades de desenvolvimento e, especificamente, os itens 4.4 e 4.7; e com o ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação, por meio da parceria público-privada firmada entre a prefeitura e a Firjan, que vem somando esforços e *expertises* para o desenvolvimento integral dos jovens do município, contribuindo também para a meta 17.17.

Compreendemos que somente a qualificação técnica não é o suficiente para transformar a realidade e a condição dos indivíduos e da sociedade. Por isso, o projeto promove a articulação do aperfeiçoamento das habilidades técnicas com desenvolvimento integral com atividades que contribuem para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, influenciando na mudança de comportamentos e na reflexão crítica dos seus participantes.

Na construção deste artigo, examinamos os relatórios enviados periodicamente à gerência do projeto, tanto pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) quanto pelo Instituto Moleque Mateiro. Pretende-se refletir acerca da sua implantação e, desta forma, avaliar os dados e relatos de sua implementação e da práxis cotidiana dos autores.

Dentre as medidas propostas pela Prefeitura de Niterói para ação territorial integrada no âmbito do Pacto Niterói contra a Violência (PNCV), anunciadas no início do segundo semestre de 2017, estava a criação de um projeto de inclusão produtiva, o Projeto Niterói Jovem Eco Social. A iniciativa tinha como foco jovens dos territórios socialmente vulneráveis da cidade, evadidos do ambiente escolar e sem trabalho, identificados na literatura contemporânea como jovens “nem-nem”.

Como caminho metodológico, empregamos as seguintes categorias voltadas à educação e pensadas a partir de um olhar para as realidades dos territórios e dos participantes.

Educação ao longo da vida: A Educação ao Longo da Vida, entendida sob o ponto de vista da Educação Popular, valoriza exatamente o tema da “vida” como pilar da educação. Portanto, entende a educação não como

um processo formal, burocrático, cartorial, mas ligado essencialmente à vida cotidiana, ao trabalho, à cultura, valorizando processos formais e não formais. Trata-se de uma educação como um processo ligado à vida, ao bem viver das pessoas, à cidadania. Não é um processo ligado apenas às Secretarias de Educação, ao MEC, mas aos movimentos sociais, populares, sindicais, às ONGs etc., reafirmando a educação, a aprendizagem como uma necessidade vital para todos e todas, um processo que dura a vida inteira. (GADOTTI, 2016, p. 7)

Desenvolvimento Humano : Nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades.(PNUD, 2021)

Pertencimento Territorial: A sensação de ‘pertencimento’ significa que precisamos nos sentir como pertencentes a tal lugar e ao mesmo tempo sentir que esse lugar nos pertence e que assim acreditamos que podemos interferir e, mais que tudo, que vale à pena interferir na rotina e nos rumos desse tal lugar. (AMARAL, 2006)

Dois dos principais problemas públicos que visávamos a enfrentar eram o expressivo cenário de desemprego e a baixa escolaridade entre os jovens dos 11 territórios socialmente vulneráveis, bem como a degradação ambiental, aliada à baixa adesão dos moradores dessas regiões em ações de mitigação de danos ambientais. A concepção do plano baseou-se em dados e estatísticas sobre emprego juvenil do IBGE, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e observação empírica.

As atividades profissionalizantes foram iniciadas em outubro de 2019, sob a coordenação da Secretaria Executiva da Prefeitura de Niterói, em estreita parceria com a Firjan Senai e Firjan Sesi. Neste mesmo período, a gerência do Niterói

Jovem Eco Social inicia uma metodologia para conhecer em qual eixo do trabalho de campo os inscritos desejariam atuar.

Com parcerias firmadas com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade; a Secretaria Municipal de Defesa Civil e Geotecnia; a Companhia de Limpeza de Niterói e; a Companhia Águas de Niterói, tiveram início, em novembro de 2019, as primeiras atividades de formação profissional preparatórias para o trabalho de campo. Em março de 2020, com a assinatura do contrato com o Instituto Moleque Mateiro, iniciaram-se as atividades propriamente no campo, em cada um dos 11 territórios.

Plantio de mudas realizada pelos jovens do projeto Niterói Jovem Eco Social no território



Análise preliminar, metas e indicadores de resultados

Dividido em eixos, o Projeto Niterói Jovem Eco Social se compromete a contribuir para que todos os jovens em risco social moradores de Niterói tenham suas habilidades técnicas e socioemocionais desenvolvidas e aprimoradas. Conforme demonstrado na tabela, os indicadores são participação, certificação e autoavaliação de habilidades desenvolvidas. Antes de abordarmos os resultados, detalhamos os seus marcos temporais até o momento da edição deste guia.

TABELA DE INDICADORES DE MONITORAMENTO DO PROJETO.

OBJETIVO GERAL: CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI.			
OBJETIVO ESPECÍFICO	META	INDICADOR	MEIO DE VERIFICAÇÃO
Contribuir/promover a reintegração dos jovens à educação	100% dos participantes matriculados e/ou oriundos da Rede Pública de Ensino ou bolsista de escola particular	% de participantes matriculados ou oriundos da rede pública/bolsista da rede particular	Comprovante/declaração de escolaridade
Realizar cursos de qualificação profissional para 400 jovens	Certificar 80% dos jovens participantes	% de jovens certificados	Lista de presença Número de participantes certificados
Contribuir para aprimoramento das competências pessoais dos participantes	90% de participantes com suas habilidades aprimoradas	% de participantes que declararam ter aprimorado suas competências pessoais	Questionário de autoavaliação Relatórios

Os trabalhos iniciaram-se em outubro de 2019 e estavam previstos para terminar em março de 2021, no entanto, devido à pandemia de covid-19, as atividades foram suspensas em março de 2020 e/ou realizadas de forma remota durante seis meses do ano de 2020. As atividades de formação profissional foram suspensas por cinco meses, só retornando em outubro de 2020; e as atividades de campo e desenvolvimento humano foram mantidas em formato remoto, durante todo o período.

Apesar do cenário pandêmico que impactou esses territórios fortemente, os resultados até agosto de 2021 são relevantes e positivos: iniciado com 400 inscritos, tivemos apenas 7% de evasão em quase dois anos. Essas evasões foram motivadas por trabalho, estudo, aprovação em concursos públicos e outras situações sociais.

Os avanços socioeconômicos merecem ser reconhecidos e replicados. Estratégias como os benefícios de vale-transporte, vale-refeição e bolsa auxílio ajudaram os matriculados a permanecer na formação integrada, durante os dois anos, dando a segurança econômica de que eles precisavam para se dedicarem aos estudos. Também é importante sublinhar o acompanhamento constante que evitou as evasões. Os benefícios aos jovens e suas famílias foram excelentes formas de retenção dos participantes.

Já são nítidas as mudanças de comportamentos e das atitudes dos jovens em relação ao início dessa caminhada: estão mais maduros e confiantes nas suas escolhas. O desenvolvimento de competências socioemocionais e o acompanhamento social individual são diferenciais de uma política pública que deu certo e os resultados são visíveis.

Resultados e considerações finais

Os trabalhos estão na reta final. Já foi concluída a carga horária do Itinerário Formativo de Desenvolvimento Humano, as atividades de educação ambiental também estão se encerrando, assim como o mapeamento participativo e a qualificação profissional no Senai, que, apesar de terem sido interrompidas na pandemia, têm a previsão de finalização até dezembro de 2021. No entanto, a depender da turma e do curso, teremos finalizações em meses distintos para cumprimento da carga horária registrada no curso para certificação pelo Ministério da Educação.

Neste momento, há um esforço para a formação desses estudantes, cumprindo as metas estabelecidas, fechando o ciclo de capacitação dos jovens: direcioná-los para o mercado profissional é de suma importância para um novo ciclo de vida. Para isso, a equipe de Desenvolvimento Humano em parceria com a prefeitura e a Firjan estão desenhando um

plano de empregabilidade com inúmeras empresas para o ingresso dos recém-formados no mercado profissional.

O Projeto Niterói Jovem Eco Social é transformador, não somente pelo seu impacto social, mas pela sua abrangência e metas. Tem sido um grande desafio para a equipe de gestão fomentar e medir a evolução de sua execução e complexidade. No período de dois anos, foi possível e se tornou imprescindível criar vínculos com os jovens e suas famílias. Eles cresceram e muitos atingiram a maior idade, concluíram estudos e planejam um futuro promissor, construído a partir do que viveram. O ciclo de formação chega ao fim com a transformação desses 400 novos profissionais que tiveram a oportunidade de se desenvolverem com apoio pedagógico e social, além de todos os benefícios econômicos proporcionados para eles e suas famílias.

*Turma de
Padaria e
Confeitaria, no
Firjan Senai*



Referências bibliográficas

- AMARAL, Ana Lúcia. Dicionário de Direitos Humanos (Ministério Público da União), 2006. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=pertencimento>>. Acesso em: 15 de out. de 2021.
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica de Assistência Social (Loas).
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da; ANDRÉ, Simone. Educação para o desenvolvimento humano. São Paulo. Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2004.
- GADOTTI, Moacir. Educação Popular e Educação ao longo da Vida. Memorial Virtual Paulo Freire. Publicado em 15 de janeiro de 2016. Disponível em: <Educação Popular e Educação ao longo da vida (paulofreire.org) >. Acesso em: 15 de out. de 2021.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, 2021. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: ago. de 2021.
- _____. Os objetivos do desenvolvimento sustentável. Site das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, 2021. Disponível em: <<http://https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>>. Acesso em: set. de 2021.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Serviço Social da Indústria (Sesi). Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/sesi/>>. Acesso em: ago. de 2021.

4

Espaço Nova Geração

AUTORES

Analice de Cól

Paula Cunha Pereira

Bárbara da Silva Siqueira

Introdução

“Posto que as guerras nascem na mente dos homens, é na mente dos homens onde devem erigir-se os baluartes da paz.”

(ONU)

O Espaço Nova Geração (ENG) é um projeto social que articula uma proposta de ações educativas - ou seja, atividades complementares àquelas dos componentes curriculares, oferecidas durante o contraturno escolar - a um atendimento psicossocial. O trabalho pedagógico mantém a sinergia com o projeto educacional de Darcy Ribeiro¹, o qual se assemelha à proposta original dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP).² Ser referência para a juventude e as famílias das comunidades atendidas é a ambição desse projeto, que contempla desde crianças de 6 anos até jovens de 29 anos. O ENG também oferta atividades estruturadas para a comunidade ampla, sobretudo com ações de empreendedorismo e de inserção no mercado de trabalho.

Localizadas em regiões com os maiores índices de vulnerabilidade na cidade, as unidades do Espaço Nova Geração estão instaladas em Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) que foram municipalizados: o CIEP Professor Anísio



*Logo do
Projeto Espaço
Nova Geração*

1 Antropólogo, educador e romancista, Darcy Ribeiro participou com Anísio Teixeira da defesa da escola pública no Brasil. Em conjunto com Leonel Brizola, foi eleito vice-governador do Rio de Janeiro, em 1982. Além disso, foi secretário de estado da Cultura e coordenador do Programa Especial de Educação, implementado 500 CIEPs no Estado do Rio de Janeiro.

2 Instituições idealizadas por Darcy Ribeiro na década de 80, os CIEPs proporcionaram uma experiência de escolarização em tempo integral voltada para crianças das classes populares do estado do Rio de Janeiro. Seu objetivo consistia em proporcionar educação, esporte, assistência médica, alimentação e atividades culturais variadas, seguindo um projeto pedagógico único e uma organização escolar padronizada - com o intuito de evitar uma diferença de qualidade entre as escolas.

Teixeira (Fonseca) e o CIEP Esther Botelho Orestes (Cantagalo). Essas estruturas encontravam-se em estado de abandono pelo poder público estadual e foram reformadas e reinauguradas pela Prefeitura de Niterói. O ENG, que compõe o eixo Prevenção do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), desenvolve dinâmicas que apoiam e orientam os alunos para lidar com os impactos psicoemocionais de suas realidades territoriais e adjacências.

Desse modo, esses equipamentos levam lazer, educação, cultura, formação técnica e práticas esportivas, além de incluir a mão de obra disponível nesses bairros em plataformas de recursos humanos. Assim, o ENG contribui para o eixo Niterói Escolarizada e Inovadora, do Plano Estratégico Niterói Que Queremos (NQQ), ao ampliar a cobertura da Educação, oferecendo formação de excelência e fomentando a inovação. Além disso, o ENG relaciona-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e 10, da Agenda 2030³, da Organização das Nações Unidas (ONU): Educação de Qualidade e Redução das Desigualdades, respectivamente.

Em consonância com essas metas, estabelece-se a Educação como o pilar central na construção de garantias de direitos, em especial para a população mais exposta à violência, e espera-se que o projeto ENG seja uma ponte de retorno à vida escolar ao resgatar os vínculos com o ambiente institucional.

Alunos de robótica no Espaço Nova Geração



³ Disponível em: Plataforma Agenda 2030. Acesso em: 4 de out. de 2021.

Metodologia

Para a elaboração deste documento, usamos os Relatórios Trimestrais desenvolvidos entre os anos de 2019 e 2021 pela equipe técnica e pedagógica do Espaço Nova Geração e o Relatório anual de 2020, assim como o Plano de Trabalho apresentado pela Organização Social Viva Rio para a Prefeitura Municipal de Niterói, no edital de janeiro de 2018. Ademais, foram consultados os canais oficiais de comunicação da Prefeitura Municipal de Niterói, como o sítio eletrônico do PNCV, em que coletamos informações acerca do processo de municipalização e reforma dos CIEPs, entre outros dados. Além de entrevistas formais e informais com agentes da administração pública na época do lançamento do projeto.

Problema e justificativa do projeto

As ações do projeto têm como norte a especificidade do público a que se destinam e as diretrizes que fundamentaram a idealização do PNCV e, em especial, do eixo Prevenção. Assim, as estratégias de diagnóstico socioterritorial antecederam a implementação do Espaço Nova Geração. Em razão do agravamento dos índices de violência no estado, desde 2013, a Prefeitura de Niterói decidiu adotar uma série de medidas e iniciou um realinhamento estratégico pautado na concepção conhecida como Segurança Pública baseada em evidências, que é um conjunto de políticas públicas multidisciplinares integradas, planejadas e proativas.

O Diagnóstico da Violência tornou possível identificar os extratos da população e territórios que mais sofriam com a violência e marginalização no município. Ademais, na interação direta com a comunidade, por meio de rodas de conversas e ações sociais – como a distribuição de kits pedagógicos e cestas básicas – foram identificadas as principais expectativas em relação ao projeto. A participação fundamenta e orienta o planejamento das ações pedagógicas, de forma conjunta com a equipe multidisciplinar, para potencializar o engajamento da população e realizar articulações territoriais. O que atende as demandas da população por espaços de aprendizado e desenvolvimento para crianças e jovens, além de fortalecer a rede de atendimento e serviços essenciais à garantia de direitos.

Metodologia do projeto

O projeto de desenvolvimento social consolida-se como uma proposta de educação fundamentada nos princípios e valores estabelecidos na Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz,⁴ da Assembleia Geral da ONU de 1999. A promoção de ações e estratégias que respondam às reais necessidades e aos anseios da comunidade é vista como essencial pelos pesquisadores e colaboradores da cultura de paz para que seja efetiva. As atividades do ENG se organizam através de quatro eixos: Esporte e Movimento; Cultura e Lazer; Educação e Empreendedorismo e Atenção Social. É em torno desse último eixo que se organizam, por exemplo, a distribuição de cestas básicas, o teleatendimento em saúde mental, a formação de rede e articulação territorial, além de estímulo e apoio ao empreendedorismo comunitário.

Nos demais eixos, uma equipe multidisciplinar articula e promove cerca de 20 oficinas em cada unidade: teatro, artes, trabalhos manuais, desenho, judô, capoeira de Angola e regional, muay-thai, vôlei, basquete, handebol, futebol e tênis de mesa. Há também zumba, danças urbanas, hip hop, roda de rima, balé, treinamento funcional, alongamento e ainda reforço escolar, sala multipedagógica, oficina Perdendo a Timidez – que desenvolve habilidades para o mercado de trabalho –, grupo Jovem de Empreendimento em crochê, informática e inovação tecnológica. Cada unidade conta com uma equipe técnica de dois psicólogos, dois assistentes sociais e um assistente pedagógico, os quais desenvolvem atendimentos e elaboram estratégias singulares para os alunos e grupos familiares, planos de atendimento nas oficinas e articulações de rede para questões individuais ou coletivas.

As oficinas trabalham temas geradores consonantes com os valores da cultura da paz, de forma interdisciplinar, de maneira a suprir necessidades cognitivas, emocionais e projetivas dos

4 “Construir uma cultura da paz envolve dotar as crianças e os adultos de uma compreensão dos princípios e respeito pela liberdade, justiça, democracia, direitos humanos, tolerância, igualdade e solidariedade. Implica uma rejeição, individual e coletiva, da violência que tem sido parte integrante de qualquer sociedade, em seus mais variados contextos. A cultura da paz pode ser uma resposta a diversos tratados, mas tem de procurar soluções que advenham de dentro da(s) sociedade(s) e não impostas do exterior. [...] Em sua concepção positiva, a paz não é o contrário da guerra, mas a prática da não-violência para resolver conflitos, a prática do diálogo na relação entre pessoas, a postura democrática frente à vida, que pressupõe a dinâmica da cooperação planejada e o movimento constante da instalação de justiça.” (DUPRET, 2010)

inscritos. Elas visam a práticas pedagógicas preconizadas pela professora Laurinda Barbosa, conselheira da Fundação Darcy Ribeiro e que participou da implementação dos CIEPs na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro:

Toda a proposta curricular visava à educação integral. O homem na sua integralidade, de sentimentos, afetos e cognição. Procura-se também a integração dos conhecimentos. Havia uma parte da grade voltada para artes e esportes, além de estudo dirigido, para que alunos que tivessem dificuldades as vençassem. Todos eram acompanhados. A ideia era dar estrutura para essas crianças. Todos tinham direitos. (Carta Capital, 2015)

Para cada época do ano são organizadas apresentações de conteúdo, reuniões e um planejamento integrado para aprofundar os temas, buscando uma abordagem que verdadeiramente ultrapasse meras festividades, por meio de debate e dinâmicas que contribuam com a superação de preconceitos, fobias sociais, além de outras formas e expressões de violência. As oficinas, atividades e dinâmicas são estruturadas em torno de demandas, anseios e particularidades de cada comunidade, resultado da escuta ativa e sensível da equipe pedagógica e técnica de alunos e tutores, tanto no cotidiano quanto em encontros e eventos.

Alunos do Espaço Nova Geração Cantagalo participam da celebração do Dia Mundial da Água, em março de 2020



Histórico de implementação

A unidade do Fonseca foi inaugurada em outubro de 2019, seguida da unidade do Cantagalo, um mês depois. A partir daí, houve contratação de colaboradores, serviços de terceiros, aquisições de material permanente e de consumo. Ao mesmo tempo, os equipamentos passaram por adequação e manutenção para receber as atividades educacionais, esportivas, culturais e de atenção social.

O início das oficinas foi publicizada nos meios de comunicação e também no território para divulgar os espaços, suas atividades e iniciar a pré-matrícula. As atividades começaram com a elaboração das listas de alunos inscritos e as chamadas, processo que passou por diferentes desafios nos dois espaços e que exigiam a ampliação das equipes para alcançar soluções eficientes.

Com a chegada dos novos colaboradores houve um esforço coletivo de organização e digitalização das fichas de pré-matrículas a fim de identificar e sanar eventuais erros, duplicidade ou sobreposição de horário das oficinas. As inscrições eram realizadas por livre demanda, sem qualquer limite, atentando apenas para não haver confronto de horário, assim apostando na liberdade de escolha, na possibilidade de experimentação e na potência que o vínculo com o espaço poderia alcançar.

As férias trouxeram obstáculos para a frequência dos alunos nas oficinas, tais como: a extinção do vale-transporte entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, alunos em situação de guarda compartilhada e alguns responsáveis impossibilitados de levar o aluno até o ENG. Assim, a equipe concentrou-se em procurar resolver o absenteísmo.

A pandemia trouxe novos e complexos desafios, especialmente para a população mais vulnerável, evidenciando o crescimento de expedientes emergenciais para a subsistência. Dessa forma, o ENG manteve a interação para o diagnóstico socioterritorial, organizando propostas eficazes e adequadas à urgência do momento: como a distribuição de cestas básicas, material pedagógico e atividades por meio de plataforma virtual. Mesmo no momento mais agudo do isolamento, o atendimento social às famílias se manteve, assimi-

lando as percepções decorrentes da crise.

Para manter as oficinas em meio à pandemia do novo coronavírus, ampliar a comunicação e organizar uma memória que fosse acessada a qualquer momento, investimos na comunicação. Foi criado um blog online, com distribuição de conteúdo diário, estimulando o contato com alunos, tutores e nossa comunidade. Criamos um perfil em redes sociais (Instagram e Youtube) a fim de reforçar o vínculo no dia a dia da equipe, dos alunos e de seus familiares, alcançando também outros públicos e sublinhando a importância do projeto para as comunidades locais. Inspirada na arquitetura dos CIEPs, a equipe desenvolveu também a identidade e projeto visual do ENG, a partir de uma nuvem de palavras criada de forma conjunta com a coordenação e as equipes pedagógicas e no estudo do material pré-existente, como a logo do projeto.

Para o retorno presencial gradual, as equipes técnica e pedagógica planejaram oficinas adaptadas e simularam a vivência de protocolos sanitários para ajudar os alunos a ancorar o corpo e a mente aos novos hábitos essenciais. A equipe de Comunicação e o Grupo de Trabalho de Protocolos criaram a campanha #CoronaSaiPraLáAssim para chamar a atenção de alunos, responsáveis e funcionários para a pandemia e estimular os cuidados de prevenção a covid-19. A campanha, que observou critérios de representatividade territorial, seguiu as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

No momento de elaboração deste capítulo, ainda em meio à pandemia, cada aluno pode se inscrever em no máximo quatro oficinas, as quais contam com um limite de 3 a 10 alunos por turma para manter o distanciamento social adequado. As equipes técnica e pedagógica acompanham os casos de maior complexidade para ampliar o tempo de atendimento.

Metas e indicadores de resultados

O projeto, que tem como fundamento a cultura da paz, entende que ações de diagnóstico socioterritorial são premissas essenciais para atingir os objetivos e as metas estipuladas. Em março de 2020 foi implementada uma pesquisa de satisfação para ampliar o intercâmbio com as comunidades e estabelecer processos avaliativos. Entretanto, o isolamento

social interrompeu o processo e a participação foi reduzida. Assim, os dados coletados não podem ser considerados representativos. Segue abaixo quadro com as metas e seus resultados ao final do ano de 2020

TABELA: METAS E RESULTADOS DO PROJETO EM DEZEMBRO DE 2020

NOME	META	SITUAÇÃO DA META
Satisfação dos participantes com os equipamentos e atendimentos dos Espaços Nova Geração.	Atingir 85% da satisfação dos participantes com os equipamentos e atendimentos dos Espaços Nova Geração.	Ao avaliarem o ENG em uma escala de 1 a 4, as atividades virtuais do ENG foram avaliadas como 48,9% Excelente; 19,6% Muito Bom, 24,7% Satisfatório, 2,1% Como razoável. 4,7% não souberam responder.
Cumprimento de atividades oferecidas de acordo com a especificação do Termo de Referência para cada região.	Cumprir 100% do número de atividades oferecidas de acordo com a especificação do Termo de Referência para cada região.	ENG CIEP Professor Anísio Teixeira: 166% ENG CIEP Esther Botelho Orestes: 165%
Matrículas de alunos nos Espaços Nova Geração.	Manter 500 alunos matriculados nos Espaços Nova Geração.	ENG CIEP Professor Anísio Teixeira: 701 inscritos ENG CIEP Esther Botelho Orestes: 613 inscritos
Vagas no Espaço Nova Geração do Fonseca.	Oferecer no mínimo 800 vagas no Espaço Nova Geração Fonseca.	1.822 vagas ofertadas
Vagas no Espaço Nova Geração do Cantagalo.	Oferecer no mínimo 400 vagas no Espaço Nova Geração Cantagalo.	1.758 vagas ofertadas
Cumprimento de horários e atividades oferecidas.	Cumprir 90% dos horários e atividades oferecidas.	Todas as atividades constantes no quadro de atividades por eixo foram cumpridas.

Pesquisa de avaliação e monitoramento do projeto ENG realizada em 2020. Confeção dos autores.



Adolescentes participam de oficinas de artes marciais.

Considerações finais

Ao longo de 2021, o projeto trabalhou com a estrutura de calendário de temas, uma prática consagrada para estimular o debate e a reflexão com alunos e a comunidade em geral, sobre Gênero e Questão Racial, em consonância com o Dia da Mulher e os 21 dias de ativismo contra o racismo; As Questões e Desafios que Atravessam os Povos Indígenas, reverenciando a sabedoria dos povos originários no cultivo da terra e preservação da natureza; e a Superexploração dos Recursos Ambientais pela Indústria da Moda. Tivemos ainda o Mês do Orgulho LGBTQIA+; o Enaltecimento da Cultura Nordestina, estudando a influência dessa na comunidade do Cantagalo; Jogos Cooperativos e a Ética nos Esportes; Direitos Humanos; Acessibilidade e, por fim, Setembro Amarelo, em que a conversa centrou-se na saúde mental e nos impactos cognitivos e emocionais da pandemia.

Nesse trabalho, o ENG contou com múltiplos parceiros, como a Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres (Codim), a Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói (CLIN), o Centro de Cidadania LGBT Paulo Gustavo, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Alguns tópicos passam a integrar o cotidiano do projeto e sua grade de oferta para alunos e tutores como o consumo ético e sustentável e a Horta Comunitária, impulsionados pela #GeraçãoSustentável. O Bazar do Bem, por exemplo, atende a diferentes demandas da comunidade de forma criativa, encorajando a sustentabilidade e tornando o ENG uma instituição de referência para receber doações.

Para os próximos anos, pretendemos aprofundar as discussões sobre gênero, raça e a diversidade desses territórios, promovendo o respeito às diferentes tradições e aos credos de cada comunidade em relação às tradicionais confraternizações e festas de fim de ano. Isso fomenta a cultura de paz e seus fundamentos e permite que a comunidade elabore questões de seus cotidianos a partir de novas perspectivas. Também atendendo às suas expectativas e necessidades, o que vai ao encontro dos objetivos de incrementar a qualidade de vida, a integração comunitária, a construção da cidadania e de projetos de vida significativos.

Alunos do Espaço Nova Geração Cantagalo participam do cabo de guerra na celebração do Dia Mundial da Água, em março de 2020



Referências bibliográficas

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Academia*, S/A. Darcy Ribeiro. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/darcy-ribeiro/biografia>>. Acesso em: 22 de set. de 2021.
- CIEPS completam 30 anos. *CartaCapital*, 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/criados-por-darcy-ribeiro-cieps-completam-30-anos/>>. Acesso em: 17 de ago. de 2021.
- Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, 1999. *Comitê da Cultura de Paz*. Documentos Internacionais. Disponível em: <<http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf>>. Acesso em: 18 de ago. de 2021.
- DUPRET, Leila. *Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea*. Scielo Brasil, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/qN7S-bH7nMvtdmg7qvtcJLL/?lang=>>>. Acesso em: 22, set. de 2021.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de. *Verbetes CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública)*. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/cieps-centros-integrados-de-educacao-publica/>>. Acesso em 22 set 2021.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. *Pacto Contra a Violência*, 2018. História do Pacto Niterói Contra a Violência. Disponível em: <<http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/o-pacto/historia-do-pacto-niteroi-contra-violencia/>>. Acesso em: 18 de ago. de 2021.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. *Pacto Contra a Violência*, 2019. Espaço Nova Geração. Disponível em: <<http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/projetos-de-prevencao/espaco-nova-geracao/>>. Acesso em: 18 de ago. de 2021.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. *Plano Niterói que Queremos*, 2020. Escolarizada e Inovadora. Disponível em:

<<https://planoniteroquequeremos.com.br/escolarizada-e-inovadora/>>. Acesso em: 17 de ago. de 2021.

Organização das Nações Unidas. *Plataforma Agenda 2030*, 2015. Os ODS. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/os_ods/>. Acesso em: 17 de ago. de 2021.

5

**Programa
Poupança Escola:
a experiência
do Grupo
de Trabalho
Intersectorial de
Busca Ativa**

AUTORES

Ana Vieira

Rubia Secundino

Maria José Pereira

Rodrigo Oliveira

Solange Tubino

Vinicius Wu

Thayana Miller

Vilde Dorian

Introdução

A criação de programas de incentivo educacional, particularmente como mecanismo indutor para a conclusão do ensino médio, pode ser observada em diferentes governos da esfera municipal e estadual, assim como em alguns países. Com o intuito de lidar com o grave problema da evasão escolar, diferentes governos desenvolveram programas de incentivo, como o Poupança Jovem, em Minas Gerais; o Renda Melhor Jovem, no Rio de Janeiro; e o Bolsa Futuro Jovem, em Rondônia.

Estudos realizados apontam que programas de incentivo à conclusão do ensino médio podem aumentar as taxas de aprovação e reduzir as de evasão escolar. Pereira (2016) realizou estudo sobre o Renda Melhor Jovem e identificou fortes evidências sobre o impacto desse programa. Ao comparar o resultado educacional de escolas com diferentes taxas de participação, identificou que para cada aumento de ponto percentual na proporção de alunos elegíveis foi estimado um ganho de 0,095 pp na aprovação e uma diminuição de 0,056 pp nas taxas de evasão. Identificou ainda que ser elegível para receber o incentivo diminuiu as taxas de evasão em 37% e aumentou as de aprovação em 14%.

Em 2018, o panorama na rede pública de Educação, em Niterói, apresentava um cenário preocupante, especialmente no que se refere às taxas de reprovação e abandono no 9º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio, conforme pode ser observado a seguir.



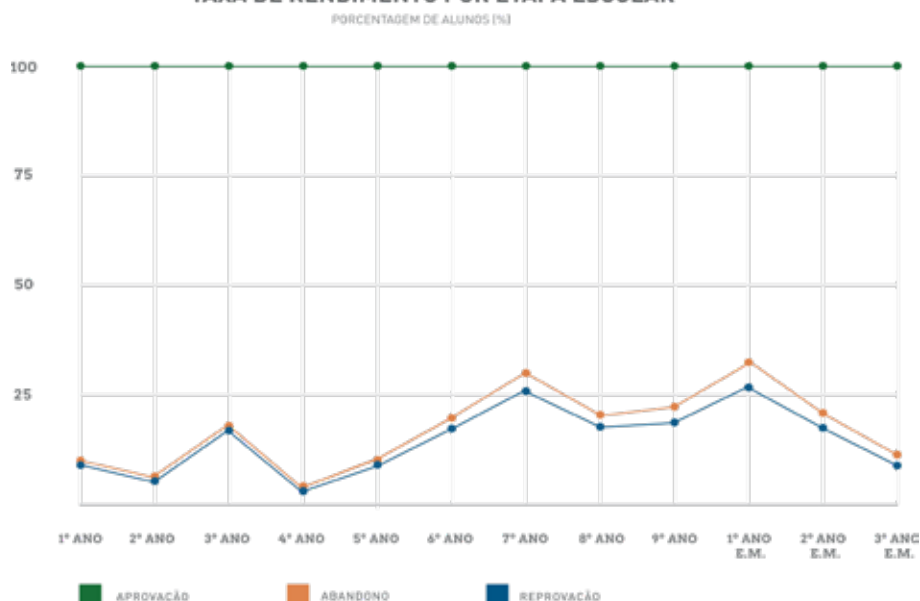
*Logo do
Programa
Poupança
Escola*

QUADRO 1: TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO – NITERÓI - 2018

ANO	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO
	%	%	%
8º ano EF	3,5	0,8	95,7
9º ano EF	13,8	3,6	82,6
1º ano EM	27,4	6,6	66,0
2º ano EM	17,6	3,8	78,6
3º ano EM	9,7	2,3	88,0

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Inep (2018)

TAXA DE RENDIMENTO POR ETAPA ESCOLAR



Taxas de Rendimento da Rede Pública – Niterói - 2018 / Fonte: QEdu.org.br. Dados do Inep (2018).

Diante do cenário crítico nos indicadores da Educação e a direta relação existente entre a reprovação, abandono escolar e o aumento da pobreza e da criminalidade, conforme apontado no estudo “Políticas públicas para a redução do abandono e evasão escolar de jovens” (Barros, 2017), o então prefeito, Rodrigo Neves, solicitou à Secretaria de Planejamento e Gestão Governamental (Seplag) a elaboração de estudos para a formulação de um programa de incentivo educacional, tendo por base experiências de outros governos e estudos sobre a efetividade desses programas.

Cabe assinalar que o referido prefeito, no período de

2011 a 2012, coordenou o Plano Rio Sem Miséria¹, alinhado ao plano nacional de combate à pobreza e pobreza extrema, tendo como um dos componentes o Programa Renda Melhor Jovem, cujo objetivo era incentivar a permanência e a conclusão do ensino médio dos jovens de famílias beneficiárias do Programa Renda Melhor/Programa Bolsa Família (Vieira e Campos Filho, 2013). Certamente a experiência no governo do Rio de Janeiro, constituiu-se como fonte inspiradora para a decisão de implantar, com recursos provenientes dos royalties oriundos da exploração e produção de petróleo e gás natural, um programa municipal que tem por objetivo investir na educação e combater a evasão escolar.

Como resultado, em fevereiro de 2018, foi enviado à Câmara Municipal o Projeto de Lei do programa Poupança Escola, aprovado e publicado como Lei nº 3363, em 21 de julho de 2018.

O presente artigo é um relato de experiência que aborda a formação e a atuação do Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) de Busca Ativa, realizado no período de agosto a dezembro de 2020, com o intuito de localizar 46 alunos que foram aprovados no ano letivo 2019, mas que não concluíram o processo de adesão e abertura da conta poupança, inviabilizando o depósito do valor do incentivo a que fizeram jus.

O artigo está estruturado em três seções, além da introdução e considerações finais. A primeira seção apresenta os critérios de elegibilidade e as características do Programa Poupança Escola. A segunda seção apresenta como surgiu a proposição da Busca Ativa, a metodologia usada e o planejamento das atividades. A última seção descreve como se deu a implementação da Busca Ativa, abordando as ações inerentes à implementação de uma ação intersetorial, no contexto da pandemia, e os resultados obtidos.

Sobre o Programa Poupança Escola

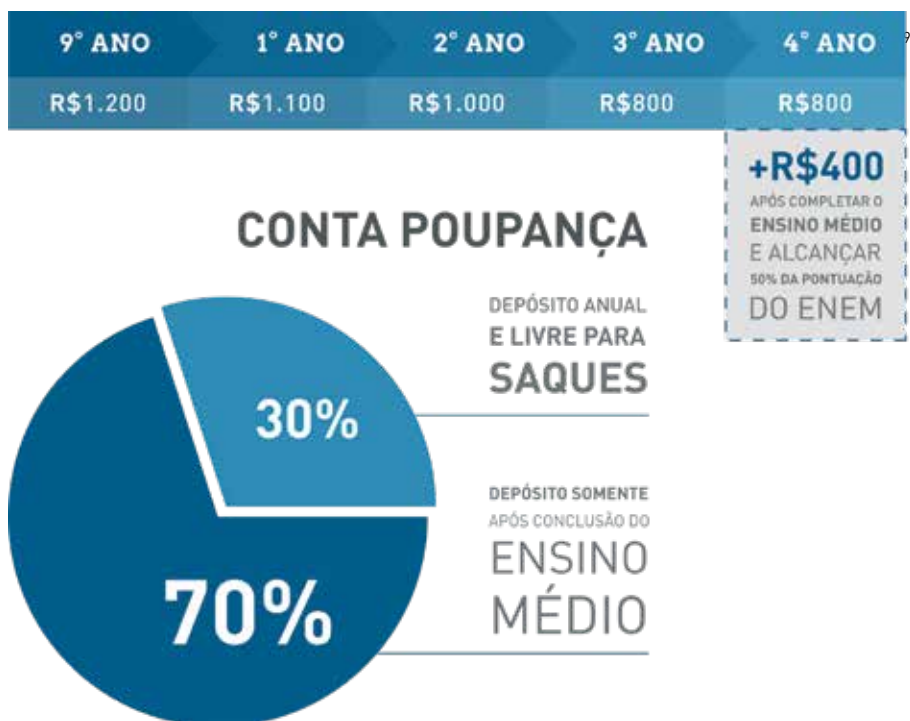
O Programa Poupança Escola (PPE), atualmente sob gestão da Secretaria de Governo, integra o Eixo Prevenção do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), e tem como finali-

¹ O Plano Rio Sem Miséria, criado pela lei estadual nº 6.088 de 25/11/2011 e suspenso pelo Decreto nº 45.684 de 08/06/2016 em decorrência da crise fiscal do Governo do Rio de Janeiro, chegou a beneficiar 270 mil famílias e tinha como premissa a articulação federativa e o alinhamento à meta presidencial do Plano Brasil Sem Miséria.

dade incentivar o jovem, integrante de família beneficiária do Programa Bolsa Família, morador de Niterói (por no mínimo um ano) e que esteja matriculado e cursando o 9º ano do ensino fundamental – ou em qualquer ano do ensino médio ou profissionalizante integrado –, a concluir o ensino fundamental e ensino médio na rede pública do município.

O aluno elegível faz jus a um incentivo financeiro por cada ano concluído, com aprovação, definido conforme critérios que variam com o alcance das metas de escolaridade, podendo receber de R\$ 800,00 a R\$ 1.200,00. Além de um benefício adicional, concedido ao concluinte que tenha alcançado 50% da pontuação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A prefeitura deposita, no ano subsequente ao da aprovação, 30% do benefício anual. Somente após a conclusão, o aluno poderá receber a integralidade do benefício relativo ao último ano do ensino médio e, também, os 70% restantes dos valores referentes a cada ano cursado.

ESCALA PROGRESSIVA DE PAGAMENTO DOS INCENTIVOS FINANCEIROS DO POUPANÇA ESCOLA.



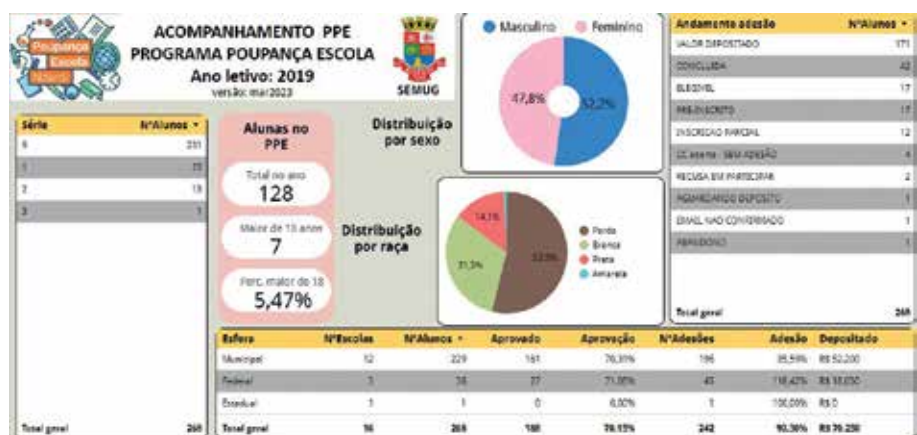
Fonte: Confeção dos autores

Além da aprovação anual sem dependência, frequência anual de no mínimo 75% e cumprimento do Regimento Escolar, o aluno deve participar de atividades extracurriculares oferecidas pelo município ou pela rede pública federal, estadual e municipal, tais como cursos e/ou oficinas sobre educação financeira, empreendedorismo, preparação para o mercado de trabalho, educação em saúde, serviços dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), atividades de caráter cultural e esportivo e outros temas relevantes para o público do Programa.

Para acompanhar a execução e o desempenho do PPE, foi instituída a Comissão de Fiscalização e Gestão do Poupansa Escola (CFGPE), presidida pela então Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) e com representação das secretarias municipais de Educação, Planejamento e Fazenda, além da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e os Conselhos municipais de Assistência Social e Educação.

Na figura a seguir é possível observar, dentre outras informações monitoradas pelo programa, o perfil dos alunos vinculados ao PPE, segundo a distribuição por sexo e raça/cor.

PAINEL GERENCIAL DO PROGRAMA POUPANÇA ESCOLA – ANO LETIVO 2019



Fonte: Painel Gerencial do Sistema de Gestão do Programa Poupansa Escola

Para exemplificar o funcionamento do programa, o contexto no qual foi concebido, seus principais componentes e resultados esperados, apresentamos o Mapa de Processos e Resultados, que se constitui como um importante instrumento para tornar claro os processos críticos e a complexidade de um programa social, cujo público-alvo são famílias em situação de pobreza e pobreza extrema no município (JANNUZZI, 2016).

O programa foi lançado em 5 novembro de 2019 e pagou até o ano de 2020 o incentivo financeiro, relativo ao ano letivo 2019, para 171 alunos das 12 escolas da rede municipal e três da rede federal, sediadas no município.

Concepção e planejamento

Em 21 de março de 2020, a prefeitura de Niterói decretou quarentena total na cidade para reduzir a circulação de pessoas e conter o avanço da covid-19. Assim, as escolas da rede pública municipal e federal tiveram as aulas suspensas e diversas ações da prefeitura previstas para esse ano foram interrompidas, incluindo as relacionadas ao Programa Poupança Escola. Desse modo, as orientações aos alunos para a abertura da conta poupança na Caixa Econômica Federal (CAIXA) foram paralisadas.

A prefeitura de Niterói, em maio de 2020, retomou, de forma gradativa, algumas das atividades do PPE, como a análise sobre os 46 alunos que não haviam concluído a adesão ao programa no ano anterior. Nesse sentido, e como resultado dos encaminhamentos da reunião de integração do Pacto realizada em 31 de julho de 2020, foi proposto e acordado que seria realizada uma ação intersetorial de busca ativa em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (SEMECT) e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) para realizar a busca ativa.

No início de agosto de 2020, mediante tratativas realizadas com a Caixa, foi acordada a retomada da abertura das contas poupança dos alunos, mediante agendamento prévio a ser realizado pela Gestão do Programa Poupança Escola

MAPA DE PROCESSOS E RESULTADOS DO PROGRAMA POUPANÇA ESCOLA

<p>PROGRAMA POUPANÇA ESCOLA NITERÓI — LEI 3363/2018 — EIXO PREVENÇÃO DO PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA</p>	<p>OBJETIVOS</p> <p>Inventivar os estudantes residentes no município de niterói em situação de vulnerabilidade a iniciarem e concluírem o ensino médio fundamental e médio na rede pública.</p> <p>Melhorar o desempenho e rendimento escolar dos estudantes.</p> <p>Estimular a frequência regular para um melhor processo de ensino aprendizagem e redução do abandono escolar.</p> <p>Reduzir a evasão escolar e os seus efeitos intergeracionais na reprodução da pobreza.</p> <p>Aumentar os fatores de proteção e reduzir os fatores de riscos que influenciam os índices de criminalidade na juventude.</p> <p>Incentivar a autonomia do jovem na tomada de decisão sobre o seu futuro.</p>	
<p>CONTEXTO</p> <p>Altas taxas de evasão e abandono escolar em 2018.</p> <p>Participação de jovens em delitos criminais.</p>	<p>PÚBLICO-ALVO</p> <p>Alunos integrantes de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família que residem há um ano em Niterói e estão matriculados e cursando o 9º ano do ensino fundamental e/ou qualquer um dos anos do ensino médio regular/profissionalizante integrado na rede pública de ensino - Municipal, Estadual e Federal - localizada em Niterói. (Lei 3363/2018 - Decretos 13.267/2019, 13.428/2019 e 13.922/21)</p>	
<p>RECURSOS</p>	<p>Orçamento - fonte 138 (recompensação financeira pela exploração de petróleo, gás natural).</p> <p>Comissão de fiscalização e gestão do programa - (Dec 13.377/2019).</p> <p>Parceria com o ospnit/pmnn.</p> <p>Parcerias com o proderj, caixa, escolas públicas, secretarias municipais de assistência social, Educação e saúde, seeduc, conselho municipal de assistência social e de educação.</p> <p>Parcerias para ofertas de atividades extracurriculares.</p>	
<p>AÇÕES</p>	<p>Assinatura de convênios interfederativos com a escola da rede federal e com a rede estadual.</p> <p>Identificação dos alunos elegíveis.</p> <p>Realizações de reuniões na escola com alunos/pais.</p> <p>Realização da pré-inscrição do aluno.</p> <p>Abertura conta poupança do aluno.</p> <p>Acompanhamento e cumprimento dos requisitos para recebimento do incentivo financeiro.</p> <p>Oferta de atividades extracurriculares.</p> <p>Busca ativa intersensorial dos alunos aprovados e que não aderiram.</p>	
<p>PRODUTOS</p>	<p>Adesão dos alunos.</p> <p>Contas poupanças abertas.</p> <p>Engajamento nas atividades extracurriculares.</p>	<p>PRESSUPOSTOS</p> <p>Engajamento da rede estadual (seeduc, ciência e tecnologia/faetec, escola da pm).</p> <p>Normalização dos serviços públicos pós período pandêmico (COVID-19)</p> <p>Engajamento das escolas (Direção/professores) e famílias.</p> <p>Acesso aos serviços de identificação civil.</p> <p>Condições de comprovação de residência, em conformidade com as exigências da instituição bancária.</p>
<p>RESULTADOS</p>	<p>Redução da infrequência.</p> <p>Redução da evasão e abandono.</p> <p>Depósito anual do incentivo na poupança e possibilidade de saque e utilização de parte do incentivo (30%).</p> <p>Educação financeira.</p> <p>Inclusão bancária.</p>	
<p>IMPACTOS</p>	<p>Aumento das taxas de conclusão do ensino fundamental e médio.</p> <p>Melhora nas taxas de desempenho do aluno.</p> <p>Aumento da autonomia e do protagonismo do jovem.</p> <p>Aumento na participação do enem.</p> <p>Ingresso no ensino superior.</p>	

Fonte: elaborado pelo Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI), composto por Ana Vieira, Lucas Rangel, Luciano Santos, Felipe Mendes e Marco Konopacki, no âmbito do curso Introdução à Avaliação de Políticas Públicas realizado pela Escola de Governo e Gestão (EGG)/Prefeitura Municipal de Niterói em parceria com a UFF (2021).

diretamente com a Agência nº 0174, localizada no centro de Niterói. Em que pese o grande fluxo de atendimento em decorrência do pagamento do Auxílio Emergencial do Governo Federal, mesmo assim o banco concordou em atender por agendamento até quatro alunos por dia, em horários intercalados.

Tendo em vista o período pandêmico, a metodologia de trabalho adotada foi centrada no uso de ferramentas digitais, como o telefone celular, e-mail, aplicativo para videoconferência e de mensagens instantâneas WhatsApp.

Em 07 de agosto de 2020, em uma reunião por videoconferência com os representantes da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), da Fundação Municipal de Educação (FME/SEMECT), da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH) e do Projeto Escola da Família, definiu-se a estratégia e os procedimentos operacionais relacionados à busca ativa.

Foi estabelecida uma rotina de reuniões remotas, quinzenais, e a criação de um grupo no aplicativo de mensagens instantâneas denominado “GT Busca Ativa 46 PPE”, que dinamizou as discussões e os compartilhamentos de arquivos. Inicialmente, as equipes das secretarias recuperaram dados telefônicos e fizeram contato preliminar para informar aos responsáveis e alunos que a equipe do PPE manteria contato para orientar sobre a conclusão da adesão ao Programa.

No entanto, 16 estudantes não haviam feito sequer a pré-inscrição no site. Então, houve uma etapa prévia, a do atendimento presencial, a exemplo do que foi feito em 2019 em parceria com as 12 escolas municipais, para a pré-inscrição e coleta da assinatura do responsável e do aluno no Termo de Adesão ao PPE e na autodeclaração de residência em Niterói.

A Gerência do Projeto Escola da Família, instalada na Policlínica Especializada Sílvia Picanço (PESP), colocou à disposição equipamentos e infraestrutura para os atendimentos presenciais. Foi uma excelente opção do ponto de vista logístico, porque a PESP, localizada na Avenida Amaral Peixoto, fica a cerca de 400 metros da agência da CAIXA, o que facilitou o acesso de alunos e responsáveis. Em 1º de

setembro de 2020, foi realizada reunião presencial com a diretora da PESP, com o objetivo de apresentar o PPE e organizar o acesso de alunos, familiares e equipe de gestão às instalações.



Para organizar os agendamentos e atendimentos que seriam realizados na sala do Projeto Escola da Família e na CAIXA foram criados quatro instrumentos:

Reunião do GT com a Diretora da PESP realizada em 1º de setembro de 2020.

TABELA: INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA

INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO
1- Controle de Agendamentos/ Atendimento aos Alunos	Informar à coordenação administrativa da PESP os atendimentos que seriam realizados, no período de 10h às 15h, e controlar a entrada no prédio.
2 – Protocolo de Atendimento aos alunos	Prover roteiro com todos os procedimentos a serem observados, incluindo os protocolos sanitários, abrangendo desde o setor da portaria da PESP até a equipe responsável pelo atendimento aos alunos e responsáveis na sala do Projeto Escola da Família.
3 – Ficha de Atendimento ao Aluno	Organizar e agilizar os procedimentos de atendimento e orientação ao aluno para a realização da pré-inscrição no site do programa.
4 Controle de Agendamentos na CAIXA	Informar à CAIXA os dados dos alunos agendados, no período de 9h às 12h, para a abertura da conta poupança, servindo também para o controle e autorização de acesso prioritário à Agência 0174.

Os atendimentos presenciais foram realizados pela equipe de Gestão do Poupança Escola com o apoio da Coordenação de Gestão da Fundação Municipal de Educação – FME-SME, que já fazia o acompanhamento do programa e a mediação com as escolas da rede municipal de educação.

Foi acordado, ainda, com a PESP que a lista com os agendamentos (Instrumento 1) seria enviada por endereço eletrônico até às 12h do dia imediatamente anterior ao do dia de atendimento do aluno. No caso da Caixa, foi solicitado o envio dos agendamentos (Instrumento 4) por endereço eletrônico, com, no mínimo, 2 dias de antecedência do dia de atendimento do aluno.

A implementação da Busca Ativa

Conforme planejado, o Departamento de Supervisão Técnico-Metodológica (Desum) da VIPACAF/FMS-SMS e a Subsecretaria de Assistência Social da SASDH realizaram o mapeamento e atualização dos endereços dos 46 alunos. A partir de uma planilha gerada para cada um dos seus respectivos equipamentos (Atenção Básica à Saúde e Proteção Social Básica), foi feito o contato preliminar com as famílias.

Do total de 46 alunos, 12 foram localizados por meio de

contato telefônico. Para os 34 alunos restantes, o Departamento de Supervisão Técnico-Metodológica/FMS-SMS elaborou duas listagens, considerando o endereço de residência. A primeira com 14 alunos foi encaminhada para as Policlínicas e Unidades Básicas e outra listagem com 20 alunos, para a Coordenação do Programa Médico de Família (PMF).

A relação dos 46 alunos foi redistribuída pela Subsecretaria de Assistência para os dez Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Foram solicitadas as informações sobre o possível acompanhamento do aluno e da família pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família (PAEF), com o objetivo de ser estabelecido o contato com o aluno e a família. Essas informações eram periodicamente atualizadas e compartilhadas no grupo.

A equipe de Gestão do PPE reiniciou os contatos, por telefone ou WhatsApp, sendo essa segunda opção a que logrou maior êxito. Após as apresentações e explicações sobre o programa, era realizada uma prospecção, normalmente com o responsável pelo aluno, para entender o motivo de a adesão não ter sido realizada. Os alunos já pré-inscritos eram orientados sobre a disponibilidade dos documentos obrigatórios – comprovante de residência e RG do aluno e também do responsável, no caso de aluno menor de 18 anos – para a abertura da conta poupança. Em seguida, era feito o agendamento para comparecer à agência bancária.

Para os casos de estudantes ainda sem a pré-inscrição, eram feitos dois agendamentos para o mesmo dia, em horários compatíveis. Ou seja, primeiro o aluno era atendido na PESP para a inscrição e assinatura dos documentos e, na sequência, encaminhado à CAIXA. Após os contatos, era encaminhado um texto padrão com as orientações sobre as etapas descritas e a solicitação de envio da confirmação do comparecimento.

Os agendamentos na PESP e na CAIXA tiveram início em 08 de setembro de 2020 e foram finalizados até 03 de dezembro de 2020, tendo em vista o prazo limite para os trâmites do pagamento do incentivo, ainda no exercício financeiro de 2020.

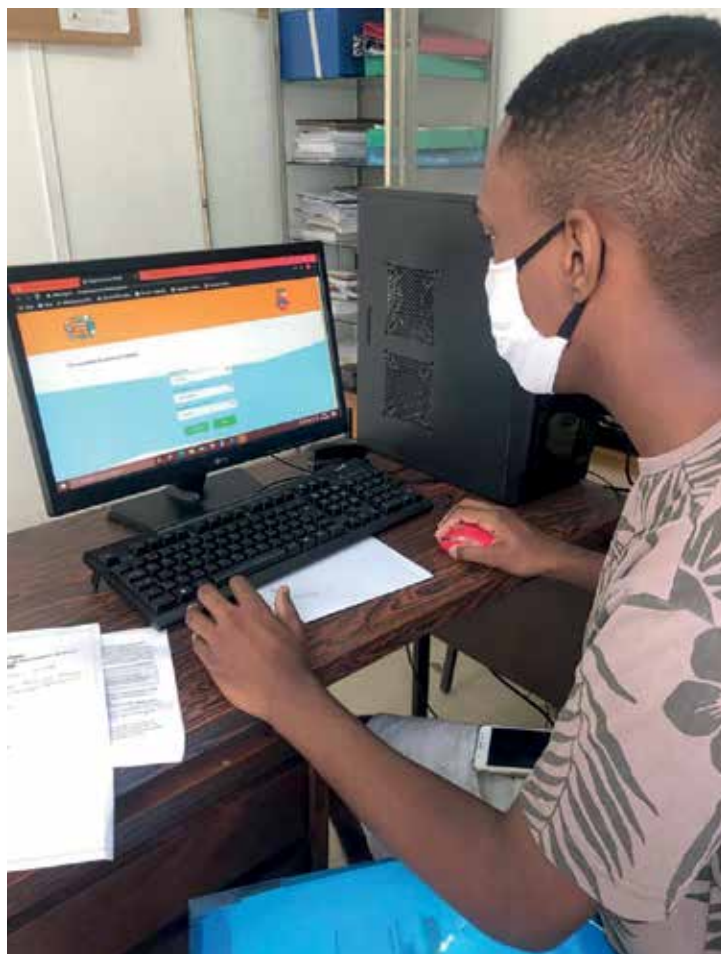
Durante quase três meses, as discussões, avaliações e reflexões do GTI foram intensas. Foram realizadas 24 visitas do-

miciliares pela Subsecretaria de Assistência Social e 22 pelas Equipes do PMF. Durante as reuniões quinzenais, discutiram-se casos emblemáticos, como o de uma aluna impossibilitada de sair de casa por problema de saúde. Após visita domiciliar da equipe do PMF, outras ações no âmbito da atenção à Saúde foram planejadas. Ou, ainda, situações de conflito familiar, mediados por assistente social do PAIF, que esclareceu a um pai que o PPE de fato existia, já que ele suspeitava de fraude, e que era essencial acompanhar o filho à CAIXA.

A parceria estabelecida com a Diretoria Administrativa da Regional Baixadas Litorâneas da Secretaria Estadual de Educação (Seeduc) foi fundamental para a emissão do Registro Geral (RG) de alunos e responsáveis dos alunos, via agendamento no site do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (Detran). A dificuldade de uso de ferramentas e soluções tecnológicas e de acesso à internet ainda são uma barreira para a maioria da população em vulnerabilidade social. Estudos do Instituto de Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS) apontam que 55% dos filhos de pais sem instrução não têm acesso à internet. O percentual cai para 4,9%, quando os pais têm curso superior. Cinco carteiras de identidade foram emitidas, de um total de nove alunos/responsáveis sem RG, graças ao apoio da Regional Seeduc, que viabilizou, quando necessário, o transporte do aluno até o posto do Detran, de outro município, permitindo que esses jovens concluíssem a adesão ao PPE.

O aluno acompanhado do responsável ao chegar à PESP era encaminhado à sala do Projeto Escola da Família, onde o atendimento era realizado em duas etapas e quase sempre em paralelo: o aluno recebia a orientação para acessar o site e realizar a pré-inscrição, enquanto a (o) responsável assinava os documentos da adesão. O que a princípio poderia ser um atendimento rápido, invariavelmente, levava um tempo maior em virtude da dificuldade que os alunos, objeto da busca ativa, tinham na utilização de recursos tecnológicos, que não sejam os comumente utilizados nas redes sociais. Nesse momento, também era possível identificar se havia algum obstáculo em relação à documentação obrigatória para a abertura da conta poupança. Situação identificada em al-

guns casos, nos quais a identidade do aluno estava fora da validade ou o comprovante de residência não existia ou estava fora da validade. Os casos sem pendências eram orientados a dirigir-se e identificar-se na agência, de modo a não enfrentar a longa fila do pagamento do Auxílio Emergencial do Governo Federal. O colaborador da CAIXA ajudava o aluno com a senha e o local de abertura da conta poupança.



Atendimento presencial do aluno para inscrição no site.

A seguir, apresentamos alguns casos que expressam a complexidade da questão social identificada durante os atendimentos. No primeiro caso temos V.A.C., 17 anos, moradora do Caramujo e aluna egressa da Escola Municipal Paulo Freire. A mãe da aluna, que trabalha como babá, teve dificuldades de ser liberada pela

empregadora. O contato com a mãe foi iniciado em 3 de setembro de 2020 e, depois de diversas tentativas e reagendamentos, em 11 de dezembro ela acompanhou a filha ao banco. A prefeitura depositou o pagamento no último fluxo, em 16 de dezembro de 2020.

Dentre os desafios e obstáculos enfrentados pelos alunos e responsáveis, destacamos a abertura da conta poupança, pois é necessário superar desde a intimidação do ambiente nas agências até as dificuldades que as famílias de baixa renda têm para obter o documento de identidade do aluno/responsável e o comprovante de residência. Grande parte dessas famílias, moram em “aglomerados subnormais” e não possuem os comprovantes de residência normalmente exigidos pelas instituições bancárias, como contas de luz e telefone, sendo necessário nesses casos solicitar às Associações de Moradores uma declaração de residência.

Outro grande obstáculo está relacionado ao conhecimento necessário para saber como usar os recursos tecnológicos e da escrita no meio digital. A maioria dos jovens e seus responsáveis utilizam, com certa facilidade, o telefone celular, o aplicativo WhatsApp e as redes sociais, mas quando é necessário utilizar aplicações web que demandem ações ainda que básicas, por parte do usuário, como o acesso por senha e o preenchimento e confirmação de informações, as dificuldades são grandes e, via de regra, acabam desistindo. Em decorrência da pandemia, essas questões tornaram-se ainda mais graves, pois a grande maioria dos serviços passou a ser disponibilizados exclusivamente de forma digital.

Como resultado da ação intersetorial, 31 alunos (67,43%) completaram a inclusão ao PPE. Do total de 16 alunos sem pré-inscrição, nove concluíram o processo e assinaram o Termo de Adesão e a Autodeclaração de Residência. Até o momento da elaboração deste artigo, 15 alunos ainda estão fora do programa, por diferentes motivos, sendo que apenas seis não foram localizados. Os demais nove alunos, apesar dos contatos e agendamentos realizados, não compareceram e estão com a inclusão pendente.

O quadro a seguir apresenta a situação em dezembro de 2020 sobre a busca ativa.

QUADRO 2: STATUS DA DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS

SITUAÇÃO	QUANT. DE ALUNOS	%
Adesão concluída e valor depositado	31	67,43
Elegível	4	8,69
Inscrição parcial	4	8,69
Pré-inscrito	7	15,22
Total	46	100

Fonte: Equipe de gestão e gerenciamento do PPE. 2020

O pagamento do incentivo aos 31 alunos ocorreu em dois fluxos de pagamento: o primeiro em 2 de outubro de 2020, no qual dos 44 alunos aptos ao pagamento, 19 estavam na busca ativa; e o segundo e último do ano, em 16 de dezembro de 2020, para 12 alunos, todos integrantes da busca ativa.

Considerações finais

A efetiva implantação de políticas públicas de enfrentamento às desigualdades sociais exige a operacionalização de programas na área social, cujos princípios basilares sejam a operação em rede e a intersetorialidade, por meio de parcerias interfederativas e interinstitucionais, como é a experiência em curso no município de Niterói. Há consenso na literatura que o maior desafio da gestão pública é a materialização na prática da intersetorialidade, principalmente, porque demanda mudanças no modelo da estrutura governamental historicamente setorializada.

Segundo Junqueira e Inojosa (1997), “a intersetorialidade consiste na articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social”. Em outras palavras, a transição do discurso para a implementação da intersetorialidade na prática, impõe uma engenharia institucional inovadora.

Mesmo considerando as dificuldades inerentes a um aparato governamental tradicionalmente hierárquico e horizontal, desde 2013, a prefeitura de Niterói tem a seu favor

o planejamento estratégico, de curto, médio e longo prazos, denominado Niterói Que Queremos (NQQ). O que foi reforçado pela criação do Pacto Niterói contra a Violência (PNCV), em 2018, e a regulamentação da Política Municipal de Prevenção à Violência, em 2019, que implementaram um processo participativo e mobilizador intrainstitucional e com a sociedade civil.

No entanto, permanece o desafio de construir e aprimorar os mecanismos e as engrenagens para que a prática intersetorial deixe de ser uma ação episódica e artesanal e passe a ser contínua e institucionalizada. A implementação dessa intersetorialidade demanda não somente um novo modelo de gestão, mas, sobretudo, o investimento e a priorização da gestão da informação como forma de superar a fragmentação do conhecimento e viabilizar de forma sistêmica um modelo operativo. É necessário garantir o compartilhamento da informação para que as diferentes políticas setoriais enxerguem os cidadãos, em especial aquele em vulnerabilidade social, de forma integral. Nesse sentido, nos alinhamos com a perspectiva de Inojosa que afirma:

Sabemos que a vida em sociedade é a expressão do axioma de que a vida está tecida em conjunto. As necessidades e expectativas das pessoas e dos grupos sociais referentes à qualidade de vida são integradas. Não adianta prover escola para uma criança se ela não estiver bem alimentada e saudável. Sem um conjunto de necessidades atendidas, ela não conseguirá realizar seu aprendizado e desenvolver-se. (2001, p.103)

O trabalho desenvolvido pelo GTI foi tecido em conjunto, no qual cada secretaria contribuiu para que a trama tomasse forma. Para além do objetivo inicialmente definido de localizar os alunos, constatamos na prática que o maior aprendizado foi a importância da articulação de saberes, experiências e competências para a superação da exclusão social. É importante sublinhar, ainda, que a experiência da Busca Ativa evidenciou, de forma clara e inequívoca, a prioridade

que deve ser dada, no âmbito das atividades extracurriculares, para a educação financeira e o letramento digital.

Por fim, destaca-se a virtuosa e imprescindível parceria intersetorial e interinstitucional, que contou com a governança do PNCV, e cujo trabalho coletivo e sinérgico, permitiu a localização e o acolhimento de diversas famílias e, principalmente, a resolução de questões nas dimensões da saúde, assistência social e acesso à documentação básica, que impediam ou limitavam o acesso a direitos e benefícios.

Referências bibliográficas

- BARROS, Ricardo Paes de. Políticas públicas para a redução do abandono e evasão escolar de jovens. INSPER, 2017. Disponível em: <<http://gesta.org.br/tema/engajamento-escolar/#bibliografia>>. Acesso em: 15 de out. de 2021.
- INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento com intersetorialidade. Cadernos FUNDAÇÃO, nº 22, p. 102-110, 2001.
- INSTITUTO MOBILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Sem computador e internet, jovens mais pobres têm menos oportunidades. Disponível em: <<https://imdsbrasil.org/em-pauta/materias>>. Acesso em: 15 de out. de 2021.
- JANNUZZI, Paulo; MONTAGNER, Paula. Mapa de Processos e Resultados como instrumento de especificação de pesquisas de avaliação e sistemas de indicadores de monitoramento de programas. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, 27:42-54, 2016. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/cadernos-de-estudos-desenvolvimento-social-em-debate-n-27-sintese-das-pesquisas-de-avaliacao-de-programas-sociais-do-mds-2015-2016/>>. Acesso em: 15 de out. de 2021.
- JUNQUEIRA, Luciano A. Prates; INOJOSA, Rose Marie. Desenvolvimento social e intersetorialidade: a cidade solidária. São Paulo: FUNDAÇÃO, 1997.
- NITERÓI (Município). Lei Municipal nº 3363, de 16 de julho de 2018, que dispõe sobre o Programa Poupança Escola no âmbito do município de Niterói e dá outras providências.
- NITERÓI (Município). Decreto nº 13.267/2019, de 26 de junho de 2019, que regulamenta a lei nº 3.363.

- NITERÓI (Município). Decreto nº 13.377/2019, de 6 de novembro de 2019, que nomeia os membros da comissão de fiscalização e gestão do programa, instituída pelo artigo 13 da Lei nº 3.363.
- NITERÓI (Município). Decreto nº 13.378/2019, de 6 de novembro de 2019, que cria a Política Municipal de Prevenção à Violência de Niterói (PMPV).
- NITERÓI (Município). Decreto nº 13.428/2019, de 19 de dezembro de 2019, que altera o decreto nº 13.267.
- NITERÓI (Município). Decreto nº 13.922, de 23 de março de 2021, que altera os decretos 13.267/2019 e 13.428/2019, delegando à Secretaria de Governo a coordenação e operacionalização do Programa Poupança Escola.
- PEREIRA, Vítor Azevedo. Paying Students to Graduate from High School: Evidence from Brazil. Rio de Janeiro: PUC, 2016.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 46.984 de 20 de março de 2020, que estabelece o estado de calamidade pública no estado do Rio de Janeiro.
- VIEIRA, Ana Maria Machado; CAMPOS FILHO, Antônio Claret. Portal de Informações Gerenciais: a Inteligência Informacional como Instrumento de Governança do Plano Rio Sem Miséria. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, nº 6, jul/dez/2013. Disponível em: <https://issuu.com/sagi_mds/docs/_rbma_6>. Acesso em: 15 de out. de 2021.

6

**Por uma Escola da Paz:
contribuições do Pacto
Niterói Contra a Violência
para a difusão da cultura de
paz nas unidades escolares
da Rede Municipal de
Educação**

AUTOR

Ronald dos Santos Quintanilha

Introdução

Esse estudo tem por objetivo apresentar a proposta do projeto Escola da Paz e suas contribuições para a promoção da cultura de paz nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Educação de Niterói. As ideias apresentadas no texto buscam situar o contexto da realidade vivida por algumas escolas com as questões de violências em seu cotidiano, tendo o referido projeto como uma política pública de contrapartida às demandas escolares dessa natureza.

O Projeto Escola da Paz integra o Eixo Prevenção do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) e colabora não apenas para a redução dos indicadores de violências no contexto escolar, mas principalmente contribui para a promoção de uma cultura de paz, por meio de ações coletivas envolvendo toda a comunidade. É desenvolvido na rede pública municipal de Educação do município e tem por principal finalidade o desenvolvimento das habilidades socioemocionais de estudantes e profissionais da Educação.

Sua implementação no município de Niterói é um importante marco na história das políticas públicas transversais da cidade, por estabelecer mudanças de paradigmas no trato do fenômeno da violência escolar. Ao focar na prevenção, o projeto contribui para a ruptura de práticas históricas e culturalmente instituídas escolas, sendo essas práticas geralmente representadas por ações de enfrentamento à violência de forma repressora, reguladora e autoritária, sem levar em consideração os processos preventivos que podem dirimir ou mesmo impedir a sua manifestação no interior da dessas unidades. Entretanto, cumpre ressaltar que tais práticas ocorrem de forma isolada na rede de educação municipal, não



*Logo do
Projeto Escola
da Paz*

representando a realidade de todas as Unidades Escolares.

A escola é um importante espaço de fala, escuta e reflexões, em que as habilidades como autoconhecimento, autonomia, pensamento crítico, sociabilidade, respeito às diferenças, valorização da diversidade e tomada de decisão responsável, dentre outras, são tematizadas e, mais ainda, experienciadas nas linguagens da arte, da cultura e do corpo.

Assim sendo, a escola assume uma função social importante ao incorporar em suas práticas pedagógicas projetos interdisciplinares que auxiliam na produção de conhecimento sobre a cultura de paz e na consolidação de novas práticas de sociabilidade, que visam o desenvolvimento da inteligência emocional em sua comunidade. O Projeto Escola da Paz é uma importante política pública para promover, nas escolas da rede municipal de Niterói, uma nova realidade num cenário de violências que só pode ser ressignificado com o conhecimento e com formação permanente.

A proposição de novas estratégias de prevenção e de intervenção, a partir da construção coletiva e do compartilhamento de saberes, é uma forma de contribuir para esse processo. Esse movimento reflexivo aponta para práticas curriculares que colaboram para tornar a instituição de ensino um lugar de novos sentidos e de novas possibilidades de paz nos territórios. Sendo assim, os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) podem ser revisitados e reelaborados a partir de tal premissa, de forma a estabelecerem um diálogo mais próximo com os objetivos do projeto macro.

Na esteira do debate sobre prevenção à violência e difusão da cultura de paz, algumas ações vêm sendo realizadas pelos governos nas diferentes esferas e pela Sociedade Civil Organizada, com foco na implementação de projetos que privilegiam as dimensões dos Direitos Humanos. No âmbito dessas ações, o Programa Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) é uma das referências. Institucionalizado pela Prefeitura do Município de Niterói (RJ), é definido como “uma política pública de segurança e prevenção à violência por meio do estímulo e do fortalecimento da cultura da paz, da valorização da vida, do potencial do ser humano e da participação conjunta do poder público e da sociedade civil” (Boletim do PNCV, s/d). A violência é um complexo fenômeno histórico e social, portanto,

refletir sobre ela num sentido mais amplo é não naturalizá-la e sim, compreendê-la, problematizá-la, preveni-la e enfrentá-la com ações inteligentes e estratégicas, integradas entre o poder público e a Sociedade Civil Organizada.

Metodologia

A pesquisa é fundamentada em estudos bibliográficos e busca estabelecer duas propostas metodológicas. A primeira se pauta em estudos teóricos, ainda que apresentada de maneira objetiva para o propósito deste artigo. O resgate de informações sobre o processo inicial de elaboração do projeto Escola da Paz e do Pacto por meio das fontes disponibilizadas por suas assessorias também compõem parte da estrutura metodológica do texto. Outra proposta da estrutura consiste na entrevista com dois profissionais da Educação contemplados pela formação realizada no âmbito do projeto. As narrativas buscam dialogar com a pesquisa e apresentar relatos de experiências desses profissionais sobre as contribuições que o projeto apresenta em suas formações e experiências profissionais no contexto escolar, com base nas metodologias adotadas pela instituição formadora.

Problema e justificativa do projeto

No debate sobre a Educação na perspectiva dos Direitos Humanos, dentre os temas que integram suas diversas pautas, destacamos as questões relacionadas à violência social e sua relação com o contexto da Educação formal. Esse debate assume relevância porque contribui para as reflexões necessárias sobre os fatores determinantes da violência escolar e exige de toda a sociedade a criação de alternativas para a sua superação no contexto social.

Neste sentido, indaga-se como as questões da violência social impactam o cotidiano das escolas públicas do município de Niterói e produzem um cenário em que as relações humanas são profundamente afetadas pela dimensão dos conflitos interpessoais caracterizados, mais especificamente, por meio da violência psicológica, física e simbólica. Com base nas experiências do autor com o acompanhamento das situações de violência escolar na rede municipal, constata-se que, entre os

anos de 2016 e 2019, ocorreu uma complexa dinâmica sobre as distintas expressões de violência no interior de algumas Unidades Escolares. As maiores incidências envolveram os alunos adolescentes, na condição de agentes violadores e de sujeitos com direitos violados. Tal realidade justifica a implementação do Projeto Escola da Paz na rede de Educação.

Diante de tais argumentos, destaca-se sobre este projeto que:

Sua implementação deriva de uma nova concepção de Segurança Pública, na qual o problema da violência passa a ser tratado por meio de “políticas multidisciplinares integradas, planejadas e proativas”, em que o gasto público adota também uma forma preventiva, baseada em conhecimentos científicos sobre os diversos fatores que envolvem a questão da violência. Nesta perspectiva, as “forças sociais e institucionais” são convocadas para a construção de estratégias integradas que promovam a “reconstrução do tecido social e da cultura de paz”, com enfoque especial nas ações de prevenção. (Boletim do PNCV, s/d).

Ao refletir sobre o conjunto de alternativas para a prevenção e para o enfrentamento da violência na escola, pode-se mencionar a implementação de projetos estratégicos de natureza interdisciplinar como ferramenta a ser utilizada, principalmente, pela comunidade escolar. O trato da temática precisa assumir bases pedagógicas, pois tanto as reflexões quanto as ações desenvolvidas pela instituição de ensino partem de concepções educativas. Assim, a concepção do objeto neste estudo parte desta premissa e o lugar que demarca a posição assumida neste texto é o da Educação. O olhar da Educação sobre a violência deve assumir uma concepção de natureza pedagógica, contudo, em constante diálogo com outras áreas do conhecimento.

Projeto Escola da Paz: por uma Niterói acolhedora

A cidade de Niterói, por meio dos projetos desenvolvidos no âmbito do Pacto, tem avançado na implementação das políticas de segurança pública para prevenir e enfrentar a violência, com ações transversais no território envolvendo o go-

verno e a sociedade civil organizada. Nesse sentido, tomando por referência a integralização das políticas, destaca-se o Projeto Escola da Paz, como uma das ações que integram o Eixo Prevenção do Pacto Niterói Contra a Violência.



Para a realização do citado projeto, a Prefeitura de Niterói estabeleceu parceria com a Organização da Sociedade Civil (OSC) Viração Educomunicação. Por meio de chamada pública, a empresa propõe, no âmbito do Programa de Aprendizagem Socioemocional, o desenvolvimento de um trabalho focado no processo formativo coordenado por profissionais especializados, utilizando-se de recursos teóricos e pedagógicos para contribuir com os estudos sobre violência nas escolas. O processo participativo no projeto envolve toda a comunidade escolar – estudantes, profissionais das escolas e famílias – na melhoria da convivência escolar.

Como já destacado, o projeto integra uma linha de ação pactuada pelo princípio da transversalidade e da integração entre as diferentes áreas do governo da Prefeitura Municipal de Niterói/RJ. O mesmo se articula com a área do Niterói Que Queremos (NQQ), sob as diretrizes do eixo Niterói Inclusiva, já que as ações de prevenção à violência colaboram para superar práticas de exclusão ocasionadas pela manifestação do fenômeno no ambiente da escola. Nesse sentido, o projeto

*Alunos
da Escola
Municipal
Anísio Teixeira*

também se articula com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especificamente com o objetivo de número 16, o qual busca “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.

O projeto Escola da Paz se assenta na premissa que concebe o município de Niterói como cidade educadora que, dessa forma, inova ao promover uma política pública, cuja disseminação da cultura de paz é o fio condutor que eleva o Pacto como uma macropolítica no território. Ele abarca todas as Unidades Escolares públicas da rede municipal e tem um avanço considerável em sua proposta, quer seja a inclusão não apenas de professores nas formações que oferece, mas também privilegia a participação de outros sujeitos no processo, como as famílias e operadores de direitos que integram a rede de atenção integral à criança e ao adolescente da cidade. A execução do projeto está prevista para ocorrer num período de dois anos, entre 2020 e 2022.

Inicialmente, no primeiro semestre do ano de 2021, 11 Unidades Escolares aderiram ao projeto. Foram 75 profissionais inscritos, todavia, apenas 36 concluíram o curso no primeiro ciclo formativo, estando habilitados para a certificação. Os impactos provocados pela pandemia da covid-19 foram fatores que trouxeram entraves no desenvolvimento das ações do projeto no primeiro semestre de 2021. A formação inicial contou ainda com a participação de profissionais do quadro técnico da Fundação Municipal de Educação, das áreas de Psicologia e de Serviço Social, atuantes em frentes de trabalho voltadas aos Direitos Humanos dos alunos da rede. A constituição dos novos ciclos formativos integra a proposta de formação dos três ciclos, cada qual com cerca de 32 Unidades Escolares.

O cenário educacional no território municipal: algumas considerações

Ressalta-se que a violência escolar não é uma realidade recorrente em todas as escolas da Rede Municipal de Educação de Niterói, apesar de ser reconhecida como um fenômeno histórico e complexo, presente em todas as estruturas sociais.

Seria um equívoco afirmar que não existe escola que não vivencia de alguma forma experiências de manifestação da violência em seu recinto. Nesse sentido, é preciso levar em consideração as distintas experiências que retratam tal realidade nas Unidades Escolares.

O município de Niterói atualmente é constituído por uma Rede Municipal de Educação composta por 94 Unidades Escolares, sendo a maioria delas Unidades Municipais de Educação infantil (UMEIS). Cada uma dessas 94 unidades vivencia de maneira diferente essa relação com as expressões de violências em seus recintos, aspecto que será abordado mais adiante. A Rede se apresenta da seguinte forma: UMEIS (creche e pré-escola); Escolas de Ensino Fundamental (primeiro e segundo segmentos) e escolas de Educação de Jovens e Adultos.

Tomando por referência os dados apurados por meio de equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação que atua com esse tema na rede, dentre os casos envolvendo práticas de violência no contexto escolar entre os anos de 2016 e 2019, destacam-se a violência física, violência psicológica, violência simbólica, violência de gênero e violência institucional. Boa parte dos episódios identificados ocorreu no interior de algumas U.E. e envolveu práticas entre alunos e alunos e alunos e professores. Em alguns casos, discentes atuaram como agentes violadores das regras institucionais, em outros foram considerados vítimas das violações perpetradas por seus pares (outros alunos), ou mesmo por seus professores. A referência aludida à violência institucional pode ser traduzida pelas práticas exercidas pela escola, de um modo mais sutil, em situações como classificação e hierarquização dos alunos, autoritarismo e outras práticas inseridas em sua cultura. Essas ações geralmente se enquadram no conceito de violência simbólica, que segundo Bourdieu se define como:

violência simbólica toda coerção que só se institui por intermédio da adesão que o dominado acorda ao dominante (portanto à dominação) quando, para pensar e se pensar ou para pensar sua relação com ele, dispõe apenas de instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominante e que faz com que essa rela-

ção pareça natural.(1997, p. 204).

Dentre as ações, destacam-se algumas: práticas de agressão física entre alunos e entre professor e aluno; práticas excludentes das U.E. por meio de sucessivas suspensões, abuso de autoridade docente e falta de manejo profissional com questões no âmbito das condutas indisciplinadas. Da parte discente ocorreram uso de armas brancas por alunos adolescentes; exposição em redes sociais sem autorização e de forma abusiva (entre alunos, envolvendo violência de gênero); ameaças de alunos contra professores.

Ressalta-se que a Secretaria Municipal de Educação, atenta a tais desafios, apresenta um trabalho pedagógico preventivo para dirimir as situações de violência no contexto escolar, buscando incorporar tal estratégia por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das Unidades Escolares, assim como por meio do trabalho de suas assessorias técnico-pedagógicas, as quais acompanham regularmente as U.E. e realizam encontros formativos para atualização e desenvolvimento profissional e rodas de conversa com os alunos sobre temas relacionados ao convívio social.

Diante da realidade que apresenta a questão da violência como um fenômeno social que afeta o cotidiano da escola, a Secretaria Municipal de Educação também desenvolve ações transversais junto a outras secretarias municipais, como a Secretaria de Saúde (Programa Saúde na Escola e Saúde Mental Infanto-Juvenil) e a Secretaria Municipal de Ordem Pública, sendo essa, por meio de ações articuladas com a Patrulha Escolar, vinculada à Guarda Municipal. As parcerias entre escola e esses setores se firmaram com ações estratégicas de regime de colaboração, desenvolvidas ao longo do tempo como forma de mitigar as situações de violência no contexto escolar, envolvendo práticas educativas, como formações, palestras, fóruns, projetos transversais interdisciplinares, oficinas e outras.

Com o início do Projeto Escola da Paz na rede no primeiro semestre do ano de 2021, em contexto de pandemia, foi necessário ajustar suas atividades para o formato remoto para atender as medidas de segurança sanitária. Sua concepção inicial se voltava para as atividades presenciais, porém o projeto bus-

cou se adequar a realidade imposta pelo atual contexto pandêmico. A formação desenvolvida pela OSC Viração Educomunicação ocorreu entre os meses de abril e maio de 2021. A proposta do projeto é envolver toda a rede nos ciclos formativos, sendo previsto aproximadamente 32 unidades escolares por ciclo.

Do total de 72 profissionais inscritos no primeiro ciclo, entre professores e pedagogos, 40 participaram dos encontros formativos. Com base nas narrativas que serão apresentadas no texto, constatou-se que o acúmulo de conhecimento desses profissionais agregou considerável valor à sua formação, não apenas como servidores públicos, mas também, como cidadãos que têm compromisso com o projeto de pacificação do território, vislumbrando uma escola e uma cidade permeadas pela cultura de paz.

*Alunos
da Rede
Municipal de
Educação*



Experiências e Narrativas: Impactos do Projeto Escola da Paz na Formação dos Profissionais da Educação de Niterói

Como forma de retratar objetivamente as experiências concretas com o projeto, serão apresentadas narrativas que expressam as vivências e as percepções de duas profissionais participantes das formações no primeiro ciclo formativo. Para efeito de aproximações com um projeto que se encontra em fase inicial, como experimento piloto, contemplou-se na pesquisa duas servidoras, sendo uma delas professora, com formação em psicologia, lotada na gestão da SME, e a outra

servidora com formação em pedagogia lotada em uma Unidade Escolar. Com esses dados é possível compreender os intercruzamentos entre as percepções das profissionais que, apesar de ocuparem distintos lugares, atuam coletivamente na defesa por uma escola pública de paz. Essas narrativas demonstram as percepções sobre o projeto a médio e a longo prazos, a partir de quem assessora e acompanha a escola, além de quem está na instituição de ensino, em contato direto com o seu cotidiano, com suas vivências.

O envolvimento de todos os profissionais da Educação nos processos formativos é sublinhado na literatura (campo da formação de professores) como um ato de produção coletiva do conhecimento. Nas análises de André (2016), uma escola reflexiva é aquela que envolve todos os seus membros na construção coletiva de novos ideais, de novos horizontes com vistas à instauração de um clima favorável em seu recinto.

Ao destacar a importância da formação para refletir sobre o cotidiano da escola no macro contexto social, há autores que afirmam “em outras palavras, por conta de seu potencial indutor de mudanças, a escola precisa conhecer seu ‘clima escolar’ e o ‘perfil de seu conflito’ e de sua violência para fazer escolhas maduras no que diz respeito à implantação ou não da mediação”. (CHRISPINO e CHRISPINO, 2011: p. 68).

Narrativas em análise: relatos de experiências sobre o processo formativo

A seguir, serão apresentadas, de forma breve, algumas narrativas de profissionais envolvidas na formação, as quais refletem a importância do projeto com base em suas avaliações.

Narrativa 1

“O Curso como formação para os professores da Rede Municipal de Niterói, bem como, para os professores lotados na Gestão da Secretaria mostrou sua importância na qualidade dos profissionais da Ong Viração-Edu. A metodologia adotada não se baseou apenas na projeção de slides, mas em narrativas de experiências de campo, referências bibliográficas, dinâmicas e uma escuta atenta e sensível às falas dos cursistas. O as-

sunto de relevância, que diz respeito à prevenção das violências e vulnerabilidades existentes nos cotidianos da vida em si, apresentou – se o tempo todo no curso, de forma a compreender cada território das escolas que ali estavam representadas. Entendo como uma necessidade contínua a Formação de professores, onde obtemos a oportunidade de (re)ver o ofício. Professores apresentaram uma didática esclarecedora e organizada, o que facilita a compreensão de novos conceitos e discussão dos já existentes”.

(Professora lotada na Sede da SME, que atua em frentes de Direitos Humanos de Crianças, Adolescentes e de Mulheres)

Narrativa 2

“A proposta do curso é ousada e muito oportuna. Nunca como antes, necessitamos refletir, discutir e buscar estratégias para uma aprendizagem socioemocional. Os temas foram extremamente relevantes. Fizemos um percurso instigante que passou por temáticas circundantes da família e da violência. Suas marcas históricas e desafiantes. Da função social da escola e as mudanças necessárias em um tempo marcado pela efemeridade e dos modelos que colocam a economia acima da vida acirrando a desigualdade brutal. Tivemos acesso a conceitos atuais, como a Edocomunicação, novo *modus comunicandi*, bem como uma gama de autores que discutem as temáticas de outros lugares, nos obrigando a sair do conforto dos conceitos e preconceitos já arraigados em nós. A metodologia buscou nos provocar e levar ao debate. Tivemos muitos clipes, músicas, dinâmicas variadas e estratégias provocantes como o mapeamento do entorno da escola e seus possíveis parceiros. A escuta foi boa, apenas o foco mais voltado ao conteúdo, extenso e necessário, nos limitou um pouco na troca das experiências também muito ricas. Enfim, minha avaliação foi positiva. Fui surpreendida pela qualidade e boa preparação dos professores, além da grata surpresa de partilhar saberes com professores trans, nunca antes vivido por mim,

mas totalmente coerente com a proposta de transgredir, no sentido da criação e provocação de novos lugares de escuta e fala, tão potentes e não vistos; muitas vezes, até mesmo silenciados.”

(Pedagoga da U.E. de Ensino Fundamental Primeiro e Segundo Segmentos e EJA)

A análise sobre ambas as narrativas comprova que o Projeto Escola da Paz é uma ação em potencial para a promoção da cultura de paz no contexto escolar. Ainda que tais depoimentos não expressem a avaliação da totalidade dos profissionais que participaram do Curso no primeiro grupo, eles nos aproximam de uma perspectiva que amplia as possibilidades de engajamento dos membros da comunidade escolar nas ações coletivas de prevenção e de enfrentamento à violência na escola.

A percepção em torno do tema ampliou a compreensão crítica das profissionais entrevistadas, levando-as a ressignificar conceitos, metodologias e, inclusive, o próprio lugar da escola neste debate. Para estudos posteriores sobre o tema, novas vozes serão incorporadas à pesquisa, como as dos alunos e dos responsáveis, os quais também são atores importantes que serão alcançados pelo projeto em breve e que poderão contribuir com suas experiências e com as suas percepções em relação a um tema tão afeto a toda sociedade.

Considerações finais

As ações do projeto Escola da Paz encontram-se na fase inicial do processo e representam um marco no curso da evolução da estrutura das políticas públicas do município de Niterói. Espera-se aprofundar esse estudo posteriormente, ampliando as reflexões e estabelecendo apontamentos críticos que possam ser desenvolvidos a partir das experiências que se consolidarão nas formações com os profissionais da Educação e público-alvo da proposta. A partir de seus objetivos, no âmbito do que propõe o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), a cidade de Niterói fortalece a difusão da cultura de paz, da Educação em Direitos Humanos, a favor dos direitos de cidadania e da promoção da vida.

Considera-se a partir desse estudo que o Projeto Escola da

Paz tem sua relevância na agenda das políticas públicas, por inserir as habilidades socioemocionais como estratégia metodológica que prioriza, por meio das ações educativas, a prevenção da violência na escola. Ao contemplar os aspectos relacionais e emocionais, contribui para uma cultura da comunicação não violenta, da gestão dos conflitos, do convívio social saudável e da ressignificação do espaço escolar como um lugar possível de disseminação da paz e de promoção da cidadania.

O projeto pode ser concebido como uma ação experimental, considerando que o processo inicial de sua consolidação ainda é recente no território municipal. Espera-se que as experiências de sua implementação possam resultar em práticas pedagógicas e sociais que logrem êxito na comunidade escolar, considerando as distintas experiências de cada unidade da Rede Municipal no território com o desenvolvimento de seus projetos pedagógicos instituintes.

As narrativas apresentadas neste texto conferem a importância do Projeto Escola da Paz para a comunidade escolar, principalmente porque avaliam o quanto a prática formativa é fundamental para se iniciar o processo de um grande trabalho preventivo na escola e que amplia a análise crítica dos profissionais em torno do tema central citado.

Sobre as narrativas dos participantes do projeto, espera-se que num próximo estudo complementar, mais dados possam subsidiar a pesquisa, de forma a melhor compreender a avaliação do público-alvo sobre a sua importância e eficácia para o efetivo trabalho de disseminação da cultura de paz no cotidiano escolar.

Referências bibliográficas

ABED, Anita Lilian Zuppo. O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica. Construção psicopedagógica. São Paulo, v. 24, nº 25, p. 8-27, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542016000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

ABRAMOVAY, Mírian. CUNHA, Ana Lúcia. CALAF, Priscila Pinto. Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convi-

- vência nas escolas. 2. ed. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana-RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (Seedef, 2010).
- ANDRÉ, Marli. "Formar Professor Pesquisador Para um Novo Desenvolvimento Profissional". In: Práticas Inovadoras na Formação de Professores. ANDRE, Marli (Org.). Campinas: Papirus, 2016. [Prática Pedagógica].
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 7-16.
- _____. Meditations pascaliennes. Paris: Seuil, 1997.
- CHRISPINO, Álvaro e CHRISPINI, Raquel. S. P. A Mediação do Conflito Escolar. São Paulo: Biruta, 2011. CROCHIK, José Leon. Fatores Psicológicos e Sociais Associados ao Bullying. Psicologia Política. Vol. 12. nº 24, pp. 211-229, maio-junho, 2012.
- FILHO, Gérson Pereira e BRAGA, Maria Helena. "Sobre Violência e Educação: de um olhar filosófico a uma ação pedagógica". In: Violência e Educação: a sociedade criando alternativas. Luísa Elena I. Ribeiro do Valle e Maria José Viana Marinho de Mattos (Org.). Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- QUEIROZ, Letícia Dias. O papel da educação na prevenção à violência: A construção do projeto Escola da Paz no município de Niterói/RJ. Klarissa Almeida Silva Platero, orientadora. Niterói, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Segurança Pública e Social), Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, UFF. Niterói, 2020.
- Programa Pacto Niterói Contra a Violência e Projeto Escola da Paz. Disponível em: <<http://www.educacao.niteroi.com.br/wp-content/uploads/2021/Boletim-Pacto-Niteroi-Contravio-lencia-pdf>> e <<http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/>>. Acesso em: 30 de jun. de 2021.
- CENÁRIO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL 2020. Fundação Abrinq. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: <<http://www.agenda2020.org.br>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

7

**Implementação do Projeto
Escola da Família: desafios
e perspectivas**

AUTORES

Alexandre Teixeira Trino

Ana Eppinghaus

Claudia Marcia Osório Xavier de Almeida

Jaime Everardo Platner Cezario

Kátia Regina de O. A. Rocha

Luciano dos Santos Avelar

Maria Célia Vasconcellos

Maria José Soares Pereira

Mariana Ramos G. F. de Almeida

Myrian Coelho C.da Cruz

Odila Curi

Rodrigo Alves T. Oliveira

Rosidaili dos Santos Santana

Introdução

“As crianças, quando bem cuidadas, são uma semente de paz e esperança”

(Zilda Arns Neumann)

No contexto da Saúde Pública, a violência tem se constituído em um grave problema que acarreta danos em várias áreas do desenvolvimento humano e precisa ser enfrentado com políticas públicas integradas e preventivas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como: “O uso intencional da força ou do poder físico, de fato ou como ameaça, contra si mesmo, outra pessoa, ou um grupo ou comunidade, que cause ou tenha muitas probabilidades de causar lesões, morte, danos psicológicos, transtornos do desenvolvimento ou privações” (OMS, 2002, p.27). Esses três grandes grupos estão divididos sob a perspectiva do autor da violência: violência contra si mesmo (autoprovocada ou auto infligida); violência interpessoal (intrafamiliar/doméstica e comunitária); e violência coletiva (grupos políticos, organizações terroristas, milícias).

Para o presente artigo, destaca-se o conceito de violência intrafamiliar por tratar-se de um problema de saúde pública relevante para o Sistema Único de Saúde (SUS), materializado na reprodução do ciclo de violência. Enquanto estratégia para a política municipal de Segurança Pública, o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) intervém sobre essa situação por meio de projetos e programas, de forma inovadora, ao incorporar as ações de prevenção à violência. Nesse sentido, dialoga com as orientações do Ministério da Saúde sobre violência intrafamiliar, que compreende:

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito



**ESCOLA
DA FAMÍLIA
NITERÓI**

*Logo do
Projeto Escola
da Família*

ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. (BRASIL, 2002, p. 15)

Coube à Secretaria Municipal de Saúde/Fundação Municipal de Saúde de Niterói (SMS/FMS) implementar o Projeto Escola da Família: promovendo práticas parentais com afeto, sem violência, em consonância com a Política Municipal de Prevenção à Violência de Niterói (PMPV), situado no campo da Prevenção Primária em estreita correspondência com o pilar de Promoção da Saúde, do Plano Municipal de Saúde.

O público-alvo são as gestantes munícipes de Niterói, em acompanhamento no pré-natal da rede pública municipal da Atenção Primária à Saúde (APS), pais e cuidadores. O Projeto Escola da Família (PEF) integra as áreas do Planejamento Estratégico Niterói Que Queremos (NQQ), com vinculação à área Niterói Saudável. Enquanto integrante do PNCV, o PEF relaciona-se à área Niterói Organizada e Segura, compondo as ações universais de caráter preventivo, com foco nos fatores de proteção para crianças e adolescentes da cidade.

O PEF articula-se ainda com a Rede Cegonha, estratégia do Governo Federal, com vistas à qualificação das condutas relacionadas à gestação, ao parto, ao pós-parto e ao desenvolvimento da criança até os 2 anos. O que possibilita o provimento de atenção contínua, integral, de qualidade, responsável e humanizada, bem como incrementa o desempenho do SUS em termos de acesso, equidade, eficácia clínica e sanitária e eficiência econômica das ações de atenção à saúde materna e infantil.

A meta do PEF é enfrentar a violência intrafamiliar como fenômeno complexo e multicausal, um problema de Saúde Pública, potencializado por outras formas de violência, em ambientes domésticos e em situação de rua. Essas relações são vinculares (homens e mulheres, pais e filhos, entre irmãos, adultos e crianças, gestantes, idosos pessoas com deficiência, cuidadores), intergeracionais e de gênero.

Estudos desenvolvidos nas áreas de prevenção à violência confirmam que os cuidados físicos, estímulos cognitivos e aspectos emocionais na primeira infância, desde a concepção, estão na gênese do bem-estar psicológico, social e biológico dos adultos, enquanto que carências de cuidado nesses domínios – e ainda mais acentuadamente, o abandono e os maus-tratos – podem deflagrar uma situação de “estresse tóxico precoce infantil”, com efeitos duradouros, fenômeno interpretado por alguns autores como a “gênese da violência na primeira infância” (FILHO, 2016). Durante o acompanhamento do pré-natal, o PEF promove a qualificação de dinâmicas educativas e intersetoriais de formação parental para a redução e prevenção da violência intrafamiliar, agregando valor às ações de promoção da saúde e prevenção de violências em curso na Rede de APS.

Pretende-se com este artigo relatar a implementação do PEF, considerando seus componentes de base e, sob um olhar crítico-reflexivo, demonstrar os fatores facilitadores e críticos do seu desenvolvimento, assim como os desafios e as perspectivas para o seu seguimento. Este artigo inclui a introdução, os componentes estruturantes do PEF, os desafios e resultados da implementação e a conclusão. Para realizar este trabalho, realizamos pesquisa bibliográfica e documental, incluindo legislações, relatórios gerenciais do projeto, relatórios de monitoramento do PNCV e questionário aplicado às gestantes.

Ao longo de seus três anos, o PNCV vem ganhando materialidade por meio de seus programas e projetos sociais, com gestores e profissionais empenhados em sistematizar as condutas em curso, garantindo a tomada de decisão para a melhoria dos processos, a produção de evidências na área e, sobretudo, devolvendo à sociedade os resultados dessa política pública inovadora de prevenção à violência.

Componentes estruturantes do Projeto Escola da Família Estrutura de Governança

Em 2018, a Fundação Municipal de Saúde de Niterói (FMS) instituiu a Gerência do Projeto Escola da Família, criada para elaborar e implantar o Projeto Escola da Família. Formou-

*Reunião
do Grupo
Educativo de
Formação
Parental.
Projeto Piloto.
2019*

-se, então, o grupo de trabalho (GT) de gestão, denominado GT Escola da Família, que aprovou as etapas de construção e definição das estratégias de implementação do PEF, numa gestão compartilhada, observadas as diretrizes da Gestão na área da Saúde e da Coordenação do PNCV. Foram realizadas reuniões periódicas do GT com vistas à elaboração do PEF, que contou com a participação de representantes da Assessoria Técnica da Coordenação do Eixo Prevenção do PNCV e da Assessoria do Instituto Comunitas.



Contexto epidemiológico

O GT reconhece que ações estratégicas devem ser pautadas em informações e evidências. Nesse sentido, a Vigilância das Doenças e Agravos Não Transmissíveis da Coordenação de Vigilância em Saúde de Niterói (VIGDANT/COVIG) disponibilizou dados sobre o comportamento epidemiológico da violência em Niterói, reunidos pelo Sistema de Informação de Agravos e Notificação (Sinan). Os dados revelaram um contexto em que predomina uma perversa realidade de violência intrafamiliar, que vitima crianças das mais diversas formas, o que motivou a implantação do Projeto Escola da Família.

Segundo o perfil de Violência Interpessoal/Autoprovocada fornecido pela VIGDANT/COVIG de Niterói, a partir de dados extraídos do Sinan, no período de 2010 a 2020, foram notifica-

dos 964 (18,68%) episódios de agressão contra crianças de 0 a 9 anos, residentes em Niterói (Tabela 1). Dessas, 52,59% são do sexo feminino e 47,10% do sexo masculino.

PERFIL VIOLÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA, EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA POR CICLO DE VIDA DA VÍTIMA NO PERÍODO DE 2010 A 2020.													
CICLO DE VIDA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL	%TOTAL
CRIANÇA (0 A 9 ANOS)	122	91	74	66	38	53	82	99	137	82	120	964	18,68
ADOLESCENTE (10 A 19 ANOS)	66	71	46	93	103	206	159	226	226	248	218	1479	32,55
ADULTO (20 A 59 ANOS)	4	25	30	53	115	218	164	195	195	355	558	2130	41,29
IDOSO (60 ANOS OU MAIS)	0	2	12	6	4	34	32	80	40	58	80	306	7,48
TOTAL	192	189	182	218	242	511	437	580	580	798	814	5159	100

Fonte: Sinan/COVIG/VIPACAF/FMS-Niterói / atualizados em 20/04/2021

Quanto ao tipo da violência que afeta crianças (0 a 9 anos), predomina a negligência (53,08%), seguida pela violência física (18,92%) e sexual (15,50%). O maior número de casos registrados de violência sexual atinge crianças. Referente aos autores das agressões, de forma geral, os principais responsáveis foram mães (48,75%) e pais (28,05%); e o local de maior ocorrência (55,39%) é a residência (NITERÓI, 2021).

Os dados demonstram a multiplicidade de situações que envolvem a violência intrafamiliar, sobretudo contra a criança, em espaços onde ela deveria estar protegida. Contudo, cabe aprofundar o debate sobre como a violência perpetrada contra a criança por refletir as consequências da produção e reprodução do ciclo de violência social, em suas diversas formas, atingindo de forma significativa os grupos mais vulneráveis, incluindo mulheres gestantes.

No período de 2010 a 2020, o Sinan reuniu 245 notificações de gestantes vítimas de violência residentes em Niterói. De 2010 a 2020, houve um aumento das notificações, o que pode ser explicado pela intensificação da notificação por parte das instituições ou pelo aumento de casos ocorridos (NITERÓI, 2021). A partir da análise dos dados do Sinan sobre a violência nos diferentes ciclos de vida, evidenciou-se que apesar de as mães serem as principais autoras das agressões contra crianças de 0 a 9 anos, elas também eram vítimas, mesmo em período gestacional. Portanto, tornou-se fundamental refletir sobre a violência contra a mulher, sob a ótica da não estigmatização.

Desenho operacional do Projeto Escola da Família

A partir da imersão de temáticas relacionados à violência e à primeira infância na literatura, nas legislações vigentes, nos dados disponíveis, em planos, programas e protocolos, elaboramos o desenho operacional do PEF e seus principais elementos estruturantes com base no Mapa de Processos e Resultados – MaPR que “remete à ideia de representar um programa a partir de seus componentes internos e efeitos esperados” (JANNUZZI, 2016).

A sistematização do MaPR do PEF Perfil Violência Interpessoal/Autoprovocada contou também com a contribuição das reflexões da equipe do Observatório Segurança Pública (OSPNit) e dos alunos integrantes do GT formado no Curso de Avaliação de Políticas Públicas Promovido pela Escola de Governo e Gestão da Prefeitura de Niterói, conforme quadro a seguir:

MaPR - Mapa de Processos e Resultados do Projeto Escola da Família

O PEF foi pactuado em todas as instâncias gestoras, reunindo as condições para sua implementação, em um contexto, até então favorável, marcando a fase de implantação do Projeto.

MAPA DE PROCESSOS E RESULTADOS DO PROJETO ESCOLA DA FAMÍLIA

<p>CONTEXTO</p> <p>Alto índice de violência contra as crianças de 0 à 2 anos, cometidas no âmbito intrafamiliar, tendo os pais como principais perpetradores.</p>	<p>RECURSOS</p> <p>Recursos financeiros: Contratação de OSC especializada; Incentivo pecuniário ao Pré-Natal Seguro.</p> <p>Recursos humanos: Profissionais da Rede Primária de Atenção à Saúde. Parceria com órgãos internos da Prefeitura.</p> <p>Infraestrutura: estrutura das UBS; estrutura de TI (internet, conectividade, rede lógica); equipamentos (audiovisuais, multimídia, informática)</p> <p>Recursos normativos: leis, decretos, portarias;</p> <p>Material educativo e institucional.</p>
<p>ATIVIDADES</p> <p>Atualização do Projeto Escola da Família; Elaboração da Lei e Decreto do Incentivo ao Pré-Natal Seguro e Portarias;</p> <p>Inclusão do projeto nos instrumentos de Planejamento da Saúde e da Gestão municipal com abertura de orçamento;</p> <p>Contratação de OSC por Termo de Parceria por Chamamento Público;</p> <p>Formação parental dos profissionais de Saúde;</p> <p>Sensibilização de gestores das UBS, policlínicas e PMF/MMF;</p> <p>Mobilização e cadastro das gestantes;</p> <p>Cadastro das Unidades com mapeamento dos</p>	<p>territórios por Regional de Saúde;</p> <p>Cadastro de Rede de Colaboradores;</p> <p>Implementação do Ciclo de Práticas Educativas de Formação Parental;</p> <p>Divulgação do programa Escola da Família (Unidades de saúde, territórios e sociedade civil);</p> <p>Elaboração de material educativo e instrucional;</p> <p>Elaboração de indicadores;</p> <p>Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação;</p> <p>Publicação de artigos e congêneres;</p> <p>Articulação Intersetorial com programas e órgãos da Prefeitura.</p>
<p>PRODUTOS</p> <p>Projetos atualizados e inseridos na PAS, PMS, LOA, LDO, PPA;</p> <p>Projeto aprovado no CMS e instâncias gestoras do PNCV;</p> <p>Leis, decretos e portarias instituídas, publicadas e atualizadas;</p> <p>Orçamentos abertos;</p> <p>OSC contratada por meio de Termo de Cooperação;</p> <p>Documentos operacionais elaborados;</p> <p>Pesquisa de opinião das gestantes concluintes do ciclo de práticas;</p> <p>Oficinas de Formação Parental realizadas;</p> <p>Gestores das Unidades de Saúde sensibilizados;</p>	<p>Unidades de saúde cadastradas com territórios regionais mapeados;</p> <p>Gestantes cadastradas - Ciclo de Práticas Educativas de Formação Parental;</p> <p>Habilitação das gestantes;</p> <p>Divulgação realizada através de material educativo;</p> <p>Base de indicadores elaborada;</p> <p>Equipe de gestão qualificada com participação em eventos;</p> <p>Parcerias intersetoriais no PNCV e na Prefeitura estabelecidas.</p>
<p>RESULTADOS</p> <p>Gestantes concluintes dos círculos de práticas educativas de formação parental;</p> <p>Gestantes beneficiárias do Incentivo Pré-Natal;</p> <p>Profissionais capacitados nos domínios da parentalidade;</p> <p>Acesso das gestantes e familiares à rede de Proteção, aos programas do PNCV e da Prefeitura efetivado;</p> <p>Sensibilização sobre as questões de parentalidade difundida no âmbito do público-alvo; entre gestores, gerentes, técnicos e parceiros;</p>	<p>IMPACTOS</p> <p>Melhora na percepção de violência (gestantes e sua família) atendidos;</p> <p>Laços e vínculos fortalecidos;</p> <p>Prevenção, redução e rompimento do ciclo de violência intrafamiliar.</p> <p>PRESSUPOSTOS - PRODUTOS</p> <p>Arcação técnico-jurídico;</p> <p>Projeto, leis e orçamento;</p> <p>Parceria e Convênio estabelecidos com OSC.</p> <p>PRESSUPOSTOS - RESULTADOS</p> <p>Engajamento da rede de Saúde;</p> <p>Engajamento dos parceiros intersetoriais;</p> <p>Recurso financeiro-orçamentário.</p>
<p>PÚBLICO-ALVO</p> <p>Gestantes residentes ou em situação de ruas no município de Niterói, em acompanhamento no Pré-Natal da rede pública municipal de saúde.</p>	<p>OBJETIVO</p> <p>Promover a qualificação, durante o acompanhamento do Pré-Natal, das práticas parentais com afeto, sem violência, através da implementação de práticas educativas e intersetoriais de formação parental, com vistas à redução e prevenção da violência intrafamiliar, agregando valor às ações de promoção da saúde e prevenção de violências em curso na Rede Primária de Atenção à Saúde.</p>

Dimensões da implementação

A operacionalização do projeto foi organizada em três dimensões com as respectivas metas e ações estratégicas (Quadro 2), a saber:

QUADRO 2 - DEMONSTRATIVO DE DIMENSÕES, METAS E ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

DIMENSÕES	METAS	ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO
Dimensão (Educativa) – Formação Parental	500 profissionais da Rede de Atenção Primária à Saúde (APS) capacitados	Contratação de organização da sociedade civil (OSC) para realizar a formação parental dos profissionais de Saúde do Município de Niterói, assim como monitorar e acompanhar a aplicação da metodologia formativa para execução do “Projeto Escola da Família, promovendo práticas parentais com afeto, sem violência”, como estratégia de prevenção à violência, por meio de termo de colaboração com a Prefeitura Municipal de Niterói.
Dimensão do Cuidado Integral no contexto da Prevenção Primária (disparadores de processos)	4.570 gestantes (Público-alvo: gestantes em acompanhamento no pré-natal da APS - residentes em Niterói)	Grupos Educativos de Formação Parental com mulheres gestantes, pais e cuidadores composto por oito encontros com profissionais da APS para gestantes, pais e cuidadores 1ª fase - Piloto - gestantes em situação rua; 2ª fase - gestantes de toda Rede de APS, após capacitação dos profissionais.
Dimensão Monitoramento, acompanhamento e avaliação	8 equipes de Atores Regionais	A- Acompanhamento e avaliação do processo formativo dos profissionais por Atores Regionais mediante visita in loco, reuniões de supervisão e acompanhamento remoto. B- Monitoramento dos indicadores de implementação do PEF, em conjunto com as equipes de atores regionais, equipe de Gestão Local do Projeto, equipe de Monitoramento do PNCV e Observatório de Segurança Pública de Niterói.

Fonte: Elaboração dos autores

O Núcleo de Gestão da Informação (NGI) e a área técnica de Saúde da Mulher subsidiaram PEF com informações técnicas para dimensionar o quantitativo de gestantes a serem contempladas pelo projeto. A área técnica de violência do Departamento de Supervisão Metodológica (Desum) subsidiou e forneceu informações técnicas sobre ações de prevenção à violência no município. A estimativa total de contempladas no PEF, no período de novembro de 2019 a novembro de 2021 (24 meses), foi de 4.570 gestantes, cadastradas no pré-natal da Rede de APS, contemplando oito Policlínicas Regionais, quatro UBS, a Policlínica de Especialidades em Atenção à Saúde da Mulher Malu Sampaio (PESM) e 43 unidades do PMF, incluindo um Consultório na Rua, com duas equipes.

Dinâmica processual das atividades educativas de formação parental

Os grupos Educativos de Formação Parental são desenvolvidos pelos profissionais das unidades de Saúde da APS (Policlínicas Regionais de Saúde, UBSs, PMF) junto às gestantes municipais (em acompanhamento do pré-natal), pais e cuidadores, em oito encontros sobre temáticas previstas para todas as unidades de Saúde, de acordo também com as demandas das gestantes.

Temáticas para Grupos Educativos de Formação Parental - Ressignificando relações:

- Encontro introdutório de sensibilização: parentalidade e violência;
- O lugar social da mulher gestante, pais e cuidadores;
- Gestação, parto, nascimento e puerpério com afeto, sem violência;
- Ciclo de desenvolvimento infantil até os 2 anos com enfoque nas necessidades de cuidado físico, emocional e cognitivo a partir da gestação e as relações com a prevenção da violência;
- Estilos e condutas parentais e a relação com os tipos de violência, durante os primeiros 1.000 dias (da gestação ao final do segundo ano de vida);
- A vigilância das violências e a rede de proteção familiar, comunitária e social;

- Alimentação saudável e as relações com a proteção infantil, familiar e comunitária – banco de alimentos na comunidade, reaproveitamento de alimentos, cozinha experimental;
- Superando as vulnerabilidades e rompendo com o ciclo da violência – empoderamento de gestante, pais e cuidadores por meio de acesso a qualificação, geração de renda etc.

As atividades educativas constituem-se em disparadores de processos e demandas para o cuidado e “práticas parentais com afeto, sem violência” que deverão contar com o suporte da Rede Intersetorial de Proteção e Prevenção à Violência. Não constituem fim em si mesmo, mas uma estratégia de incorporação sistemática de intervenções relacionadas à prevenção à violência no cotidiano das rotinas de cuidado durante o pré-natal de acordo com as diretrizes da Rede Cego-nha e a Rede Prevenção à Violência.

Incentivo ao Pré-Natal Seguro

O Incentivo ao Pré-Natal Seguro, parte integrante do PEF, consiste em transferência de renda de R\$ 1.000,00 para a gestante apta a receber o benefício, ou seja, ter participado e concluído as atividades do Grupo Educativo de Formação Parental, além do cumprimento das demais exigências previstas. O objetivo é incentivar a participação da gestante, pais, cuidadores e familiares nas Atividades Educativas de Formação Parental, sem onerar as famílias.

No período de votação do Projeto de Lei referente ao incentivo, o debate foi intenso e polêmico envolvendo diversas interpretações, tanto de ordem depreciativa como de valorização da iniciativa na perspectiva do estímulo à participação nas ações educativas de prevenção à violência e ao fortalecimento do cuidado no pré-natal e ênfase na prevenção da sífilis congênita. O incentivo não se destina a remunerar a gestante pelo pré-natal nem pela gravidez. Trata-se de uma estratégia de adesão para que elas e seus familiares participem da qualificação das relações parentais, a fim de prevenir a violência desde a gestação.

Indicadores para o monitoramento do projeto

O debate sobre a formulação dos indicadores envolveu a equipe do GT Escola da Família, a Assessoria Técnica da Coordenação do Eixo Prevenção do PNCV, a equipe do Observatório de Segurança Pública e a Coordenação do Pacto. O consenso para elaboração dos indicadores apontou para priorizar aqueles que refletissem o processo de implementação, sendo os indicadores abaixo discriminados os mais factíveis para a etapa atual do projeto:

- Proporção de Profissionais concluintes da Oficina de Formação Parental
- Proporção de Gestantes participantes do Projeto Escola da Família
- Proporção de gestantes cadastradas no Projeto Escola da Família
- Proporção de gestantes com Adesão ao Ciclo de Práticas Educativas de Formação Parental
- Proporção de gestantes concluintes do Ciclo de Práticas Educativas de Formação Parental
- Proporção de Gestantes beneficiárias do Incentivo ao Pré-Natal Seguro
- Proporção de Gestantes referenciadas para acesso a Rede Intersetorial de Proteção e Prevenção à violência
- Proporção de Unidades de Atenção Primária em Saúde com o Projeto Escola da Família implementado.

Reunião do GT do Projeto Escola da Família e da equipe do OSPNit.



Os desafios e resultados da implementação

O projeto-piloto

O início do projeto-piloto aconteceu, em novembro de 2019, com a criação do Grupo Educativo de Formação Parental junto às gestantes cadastradas no pré-natal do Consultório na Rua, a partir da expertise de agentes para o manejo educativo com as gestantes em situação de rua, sem necessidade de capacitação prévia. A equipe de Gerência do PEF deu suporte operacional e administrativo às atividades educativas de formação parental, que abordaram temas sensíveis, usando dinâmicas dialógicas e participativas.

Os principais componentes do projeto, como o Incentivo ao Pré-Natal Seguro, concedido às gestantes concluintes, foram fundamentais para garantir as condições de operacionalização do projeto-piloto, estimulando a participação dessas mulheres e dando apoio financeiro para aquisição do enxoval do bebê, para o autocuidado e para a reestruturação familiar.

Das sete gestantes inscritas no Projeto Piloto desenvolvido pelo Consultório na Rua, quatro atenderam às condições em conformidade com a Lei do Incentivo ao Pré-Natal Seguro se tornando beneficiárias, enquanto as outras três grávidas não conseguiram chegar à etapa final em virtude da interrupção das atividades educativas em março de 2020 em decorrência da pandemia de covid-19.

O desenho do projeto com seus componentes (fundamentos, contexto, recursos humanos e financeiros, normativas legais e de planejamento) contribuiu para que o piloto do PEF fosse desenvolvido pela equipe do Consultório na Rua contemplando as gestante em acompanhamento no pré-natal, orientando a ação em direção aos objetivos do PEF.

Foi possível dimensionar o alcance do projeto para as gestantes a partir de seus depoimentos expressos no questionário respondido ao término das atividades educativas pelas quatro gestantes concluintes. Os resultados relacionados ao fortalecimento de vínculos afetivos foram muito significativos viabilizando o retorno para o contexto familiar. Entre os depoimentos cabe destacar alguns fragmentos textuais significativos, a saber:

“Através do grupo aprendi a me expressar melhor, a me proteger mais da violência nas ruas.”

(T.C.S.)

“A minha vida mudou depois que conheci o projeto. Tive uma relação bem melhor com minha mãe.”

(B.)

Estes resultados preliminares, a partir do piloto, foram fundamentais para reconduzir o PEF, interrompido precocemente com a pandemia de covid-19. Os resultados obtidos “foram além do esperado” (TREINO, 2020). Durante a pandemia, uma pequena luz vinda dos depoimentos das gestantes em situação de rua, que participaram dessa experiência inovadora, num contexto de extrema vulnerabilidade, deixou claro o quanto foi significativo para suas vidas. Esse foi um dos principais estímulos para a retomada e reorientação do PEF, que tem como valores a dignidade humana, a justiça social e a cultura da paz.



*Reunião
do Grupo
Educativo de
Formação
Parental -
Gestantes do
Consultório na
Rua*

O atravessamento da pandemia e seus impactos

O advento da pandemia de covid-19 que assolou o mundo provocou mudanças estruturais na sociedade, alterando o curso da vida privada e da vida pública, provocando descon continuidades e rupturas nos processos em curso na sociedade, com evidentes impactos econômicos, sociais e culturais. No contexto das Políticas Públicas, alterou sensivelmente o curso das prioridades e a capacidade de financiamento das ações e dos projetos que estavam sendo desenvolvidos. Além disso, modificou condições operacionais, fluxos e os processos de trabalho nas unidades de Saúde.

Não menos importante foi o impacto no âmbito das relações intrafamiliares, com aumento significativo da violência. Estudos recentes têm evidenciado o impacto da pandemia Covid-19 no estado de saúde mental da população, tanto no plano individual quanto coletivo. Este fenômeno que assola o mundo implicou em mudanças estruturais nos contextos familiares, que reforçam cada vez mais a necessidade de intervenções preventivas de combate à violência.

A incerteza da sobrevivência e do futuro, dificuldades socioeconômicas e mudanças na rotina das famílias são processos estressantes que podem ter consequências na saúde física e mental dos membros, bem como favorecer um ambiente familiar violento.

O isolamento social imposto pela pandemia pode ser um disparador e/ou potencializador de processos de violência intrafamiliar, que por ocorrer na esfera privada, já é difícil de ser desvendada, comumente silenciada pela insegurança da vítima em denunciar o agressor.

No contexto pandêmico, a casa torna-se o ambiente seguro para proteção contra a contaminação da covid-19, porém, pode passar a ser o local mais inseguro para as vítimas de violência, sobretudo, mulheres, crianças e adolescente. Em lares violentos, o isolamento pode ampliar a manipulação do agressor sobre a vítima, considerando a restrição de acesso das vítimas aos familiares e/ou rede de apoio.

O PEF não passou imune pela pandemia de covid-19 e teve o fluxo de desenvolvimento alterado. Em março de 2020, as atividades Educativas do projeto-piloto foram interrompidas,

e o edital de contratação da OSC, suspenso. Assim, o início da ampliação das demais unidades de saúde foi adiado e os prazos estabelecidos inicialmente para a segunda fase na Rede de APS sofreram reajustes.

A retomada do PEF com o Plano de Retomada Gradual

As atividades do PEF, suspensas em março de 2020, foram reiniciadas em julho do mesmo ano, seguindo as orientações do Plano de Retomada Gradual ao Novo Normal do município de Niterói, mas ainda com restrição às aglomerações e conseqüentemente para as atividades em grupo. A Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Secretaria de Planejamento (Seplag), a Secretaria Executiva (Sexec) e a Coordenação Executiva do PNCV vêm tomando as providências para sanar os dilemas orçamentários e financeiros relacionados às ações do PEF, incluindo a contratação da OSC selecionada e o Incentivo ao Pré-Natal Seguro.

O piloto do PEF, inicialmente desenvolvido pelo Consultório na Rua, foi reativado com ampliação de seu escopo, invertendo a lógica da dinâmica processual. O grupo presencial deixou de ser o fio condutor da implementação. Foi implantado o cadastro das gestantes, que inclui entrevista socioparental, detalhando o tipo de violência sofrida, praticada ou percebida; e a identificação de demandas para intervenções intersetoriais relacionadas à prevenção à violência intrafamiliar e outras formas de violência.

Nessa nova configuração, as atividades de prevenção à violência ampliaram suas possibilidades, incluindo o atendimento virtual e/ou presencial com abordagem individual. O Grupo Educativo de Formação Parental foi reconfigurado como Ciclo de Práticas Educativas de Formação Parental. O ciclo trata de temáticas do Projeto e ações para o fortalecimento da rede intersetorial de proteção e prevenção à violência, cujas dinâmicas tiveram que lançar mão de recursos e ferramentas digitais. O PEF foi se reorganizando e, ao mesmo tempo, apoiando as iniciativas locais.

O aumento da violência intrafamiliar no período pandêmico foi outro fator que impulsionou a retomada e ampliação da cobertura. Isso foi possível graças ao aumento da imunização

da população e exigiu um olhar atento às mudanças sociais, já que os “programas não são processos estáticos, mas dinâmicos, e sua capacidade de se adaptar ao contexto é aspecto desejável para aderência à realidade social” (JANNUZZI, 2015-216).

Para essa tarefa complexa foi preciso dialogar com os diversos atores - gestores, profissionais, parceiros - e, sobretudo, os beneficiários dos serviços públicos. Todos os componentes do projeto foram revistos, incluindo o contexto político-institucional, os recursos orçamentários, financeiros, passando pelos recursos humanos e informacionais até o desenho do projeto e os arranjos de implementação. As questões de financiamento estão sendo examinadas pela macrogestão para viabilizar as ações previstas. A confecção do folder para subsidiar as atividades educativas foi concluída. A revisão da Lei do Incentivo ao Pré-Natal Seguro com vistas à adequação ao contexto atual está em andamento. A continuidade das atividades com ampliação do escopo se constituiu em novas possibilidades para a segunda fase do projeto, possibilitando novas e importantes mudanças de rota com perspectivas positivas e os seguintes resultados preliminares:

- Implantação do PEF em cinco Unidades Básicas de Saúde: Policlínica Regional Dr. Guilherme Taylor March (PR GTM); UBS de Santa Bárbara; UBS da Engenhoca; Módulo Médico de Família (MMF) Teixeira de Freitas; e MMF do Viradouro. Foram realizadas visitas técnicas às unidades para elaborar estratégias conjuntas, como a implantação do cadastro informatizado de gestantes, com realização de entrevistas presenciais e atendimento remoto pela equipe da UBS. Assim, foi possível criar um banco de dados, com informações de identificação, gestação, perfil socioparental, identificação de demandas e intervenções junto à rede intersetorial. Essa estratégia foi solidificada na PR GTM pela equipe do PEF e está sendo disseminada para as demais unidades.
- As 37 gestantes atualmente cadastradas no PEF da PR GTM foram encaminhadas ao CRAS para acompanhamento familiar, para a inclusão no cadastro no CADÚnico e a participação no Mutirão para regularização de documentos. Vinte

receberam o kit bebê pelo Instituto Dr. March, em parceria com a PR GTM e o Grupo de Artesãs Teart. Três foram encaminhadas ao ambulatório de Saúde Mental. Vinte e cinco integram um grupo de aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas, que compartilha informações e orientações (gestação, amamentação, práticas parentais), dirimindo dúvidas e auxiliando nas demandas das gestantes. O MMF do Viradouro, o PMF Teixeira de Freitas, a UBS Engenhoca e a UBS Santa Bárbara seguiram com as atividades de implantação do Projeto. O Consultório na Rua segue com a implementação do projeto na medida em que tenham gestantes em acompanhamento no Pré-Natal.

- As parcerias foram fortalecidas com a Coordenadoria de Políticas do Direito das Mulheres (Codim), Educação, Assistência Social, Direitos Humanos, com indicações de propostas para desdobramento no âmbito do território.
- A Rede Urban 95, com a qual mantemos importantes intercâmbios e diálogo permanente, vem apoiando as ações de Atenção à Primeira Infância no município. Entre os projetos em parceria está o Pré-Natal no Trânsito, sob a condução da Niterói Transporte e Trânsito (Nittrans).

Apesar da alteração no escopo do projeto com mudanças na forma de execução das atividades educativas de Formação Parental, incluindo a modalidade virtual pela PRGTM, a essência do projeto não mudou. Ou seja, os enfrentamentos à violência intrafamiliar no contexto das rotinas de cuidado durante o pré-natal permanecem. As intervenções pelo Consultório na Rua e pela PRGTM foram igualmente importantes. Cabe ressaltar que não se trata de substituir os cuidados no pré-natal, mas introduzir sistematicamente as intervenções de prevenção à violência no cotidiano de forma participativa e dialógica, para a ressignificação das relações socioparentais.

Revisitando a trajetória do processo de implementação do PEF, percebe-se a dimensão do esforço, do tempo despendido e do investimento empreendido para conceber e colocá-lo em prática, o que nunca é uma tarefa simples. Segundo Worthern et al. (2004), "Programas e projetos sociais são empre-

endimentos complexos, seja em termos de contexto político-institucional, escala, arranjos de implementação e pessoal técnico” (*apud* JANNUZZI, 2014, p. 31).

Considerações finais

O percurso trilhado prova o caráter inovador dessa política pública de prevenção à violência que é o PNCV. Todos os componentes que constituem sua base estruturante - o que inclui o contexto, os recursos orçamentários, humanos, tecnológicos, as informações e as legislações - foram fundamentais para sua elaboração e execução. Mesmo o piloto demonstrou resultados significativos. No entanto, o seu curso de implementação foi impactado pela pandemia de covid-19. Isso exigiu uma reavaliação para recompor o que não era mais adequado, o que seria mantido, o que seria incorporado e o que seria necessário resolver para colocar o projeto novamente em ação.

A readequação e a ampliação do escopo tornou possível retomar o caminho. O que incluiu ouvir as gestantes que participaram do piloto pelo Consultório na Rua, dialogar com as unidades de saúde - que também tiveram que se reinventar para atender a população no território -, recorrer à tecnologia, introduzir o cadastro informatizado com o levantamento do perfil social e parental e fortalecer as parcerias governamentais e da sociedade civil.

O primeiro desafio foi recolocar o projeto em andamento, o que já foi executado com êxito, juntamente com a competência da nossa equipe e a incorporação de novos atores, que não mediram esforços para resolver as pendências no âmbito da macrogestão. Ainda são inúmeros os desafios a vencer, como finalizar o novo desenho do projeto com a revisão da legislação do Incentivo ao Pré-Natal Seguro, adequações orçamentárias e financeiras, melhor delineamento das ações estratégicas educativas de Formação Parental junto às gestantes, pais e cuidadores, e a realização da capacitação de Formação Parental dos Profissionais.

Colocar em prática programas e projetos sociais de uma política pública inovadora representa uma tarefa complexa, exige uma engenharia também complexa e o constante diálogo com todos os atores governamentais e não governa-

mentais. Eles devem estar alinhados com a realidade social para que os propósitos sejam atingidos e o público-alvo seja atendido em suas necessidades.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Rede Nacional de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e Cultura de Paz. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Secretaria de Vigilância à Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/downloads>. Brasília: 2018. Acesso em:

_____. Gabinete do Ministro. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 de out. de 2017, p. 61.

_____. Portaria nº 1.459 que institui a Rede Cegonha, 2011.

_____. Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Criança, adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências, 2010.

_____. Lei nº13.257. Marco Legal da Primeira Infância, 2016.

FILHO, José Martins. A Primeira Infância e os Desafios do Milênio, sob o olhar do Pediatra. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/programas/primeira-infancia/maisartigos/a-primeira-infancia-e-os-desafios-do-milenio-sob-o-olhar-do-pediatra-jose-martins-filho-2016>. Acesso em:

JANUZZI, P .M. Avaliação de Programas Sociais: conceitos e referências de quem a realiza. Tema em destaque. Est. Aval. Educ. São Paulo. V. 25. nº 58. p. 22-42. Maio/agosto, 2014.

_____. Mapa de Processos e Resultados de Programa Sociais como Instrumento para Especificação de Pesquisas de Avaliação e Sistemas de Indicadores de Monitoramento. Cadernos Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, 27: 42-54, 2015-2016.

KRUG, E. G. et. al. eds. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, 2002.

NEUMANN, Z. A. Pastoral da Criança – Último discurso. Revista Eclesiástica Brasileira, v. 70, n. 277, p. 205-214, 27 de fev. de 2010.

NITERÓI. Lei nº 13.378 cria a Política Municipal de Prevenção à Violência de Niterói. PMN, 2019.

_____. NITERÓI, Câmara Municipal de Niterói. Lei nº 3437: dispõe sobre o Incentivo ao Pré-Natal Seguro no âmbito do Município de Niterói e dá outras providências, em 2019. Disponível em: <http://leismunicipa.is/hxrqu>

_____. Decreto nº 13.475. Regulamenta a Lei 3.437 que cria o Incentivo ao Pré-Natal Seguro. PMN, 2020.

_____. DECRETO Nº 13.521. Dispõe sobre novas medidas para o enfrentamento e combate da disseminação do coronavírus (COVID 19) no Município de Niterói e dá outras providências. PMN, 2020.

8

**Modos de vida e de existência
de mulheres gestantes em
situação de rua:
promoção do cuidado e
proteção social através
do Consultório na Rua e do
Programa Escola da Família**

AUTORES

Alexandre Teixeira Trino

Fabíola Rodrigues de Miranda

Laurimar Auxiliadora Lopes

Maria José Soares Pereira

Maria Martins de Almeida

Philippe Rocha Silva

Raimundo Nonato Nascimento

Introdução

A mulher em situação de rua está sujeita a diversas vulnerabilidades, condições de violência e abandono que se repercutem em riscos à sua saúde. Tendo essa realidade em vista, este artigo procura fazer um relato da experiência do Consultório na Rua do Município de Niterói envolvido na execução do *Projeto Escola da Família: promovendo práticas parentais com afeto, sem violência*. O projeto Escola da Família tem como objetivo contribuir para qualificação das práticas parentais exercidas por gestantes, pais e/ou cuidadores, com afeto, sem violência, por meio de atividades educativas, acolhimento e construção de vínculos com a gestante e seu grupo familiar.

Tendo em vista a necessidade de enfrentamento a grave situação relacionada à violência, em 2014 a Prefeitura de Niterói construiu uma estratégia municipal de Segurança Pública, denominada Pacto Niterói contra a Violência, estruturada de forma participativa, com base numa visão inovadora de Segurança Pública, que permeia diversos setores e secretarias, nos seguintes eixos de ação: Prevenção, Policiamento e Justiça, Convivência e Engajamento dos Cidadãos e Ação Territorial Integrada. Assim, coube à Fundação Municipal de Saúde de Niterói o *Projeto Escola da Família: promovendo práticas parentais como afeto, sem violência*, vinculado ao eixo dos Projetos de Prevenção.

Os estudos têm demonstrado que práticas parentais autoritárias ou negligentes comprometem o desenvolvimento infantil e se constituem em fatores de risco para a violência, no sentido oposto, práticas parentais positivas e participativas contribuem para o desenvolvimento infantil saudável formando crianças seguras e resilientes à violência. O principal problema a ser enfrentado compreende a “violência intrafamiliar” como fenômeno complexo e multicausal e um grave problema de Saúde Pública, potencializado por outras formas de violência, em ambientes domésticos e em situação de rua, envol-

vendo relações vinculares (homens e mulheres, pais e filhos, entre irmãos, adultos e crianças, gestantes, idosos pessoas com deficiência, cuidadores) intergeracionais e de gênero.

Os Consultórios na Rua integram a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e desenvolvem ações de Atenção Básica, devendo seguir os fundamentos e as diretrizes definidos na Política Nacional de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Atuam frente aos diferentes problemas e necessidades de saúde da população em situação de rua, inclusive na busca ativa e cuidado aos usuários de álcool, crack e outras drogas, atuando também na promoção do cuidado junto a gestantes em vulnerabilidade social e em situação de rua (BRASIL, 2011).

Os Consultórios na Rua do Município de Niterói são formados por 2 equipes multiprofissionais, modalidade 3, compostas cada equipe por 4 profissionais de nível superior (1 Médico, 1 Enfermeiro, 1 Psicólogo, 1 Assistente Social) e 2 profissionais de nível médio (1 Técnico de enfermagem e 1 Agente Redutor de Danos). Prestam atenção integral à saúde da população em situação de rua *in loco*, mas também na Unidade Básica de Saúde (UBS) onde está lotada integram o conjunto ações da Secretaria Municipal de Saúde/FMS/VIPACAF/PMF.

O Projeto Escola da Família: promovendo práticas parentais com afeto, e sem violência, em interface e interações com o Consultório na Rua contribui, de forma significativa, para potencializar as ações do Plano Municipal de Prevenção à Violência (PMPV), instituído pelo Decreto nº13.378/2019, consubstanciado na ODS 16 que versa sobre Paz, Justiça e Instituições Eficazes e no Planejamento Estratégico – Niterói Que Queremos, área Niterói Saudável e Niterói Segura e Organizada.

Modos de vida e de existência de mulheres gestantes em situação de rua

A rua é assim, tal como uma “sereia”, seduz e atraiçoa. (RIBEIRO, 2003, p. 623)

Abordaremos aqui a importância de se conhecer as características e especificidades das mulheres em situação de rua, chamando a atenção do leitor sobre eleição de critérios prioritários de cuidado e atenção à saúde de mulheres em condição de ex-

trema pobreza e cercadas de alta vulnerabilidade, que suscitam um amplo espectro de demandas e necessidades no campo do cuidado. Importante levar em consideração o direcionamento de ações em saúde para esse público específico, conhecer melhor sua complexidade e promover estratégias que fortaleçam a atenção integral à saúde da mulher em situação de rua.

A maioria dos censos de população em situação de rua realizados nas principais cidades brasileiras detecta a predominância do sexo masculino em detrimento do sexo feminino, em uma razão de 70 a 80 % de homens para 20 a 30% de mulheres. A presença predominantemente masculina nas ruas pode ser um fator que aumenta ainda mais o grau de invisibilidade das demandas e necessidades da mulher.

Via de regra, as pessoas em situação de rua, com quadros de sofrimento psíquico e/ou em uso de álcool e/ou outras drogas, são consideradas “vulneráveis”. Nessas ocasiões, o papel do Estado deveria se direcionar a promover ações para o fortalecimento desses sujeitos, agindo a partir de demandas e especificidades que apresentam. Contudo, assistimos a relatos de frequentes violações dos direitos humanos e desrespeito ao arcabouço legal que determinam os direitos da criança e da família, fenômeno paradoxal, uma vez que tem sido respaldado por instituições que deveriam ser as guardiãs da justiça. Vê-se que este é um campo de permanentes disputas em que entram em cena o sistema judicial, o sistema de proteção social e o sistema de saúde, operando uns sobre os outros (BARROS DE SOUZA, 2018).

A vida nas ruas faz com que a mulher enfrente uma série de dificuldades, cotidianamente passando por violências de toda ordem, alimentação incerta e em baixas condições de higiene, água de baixa qualidade e pouco disponível, privação de sono, privação de afeto, variações climáticas, falta de tempo para buscar atendimento para o cuidado da saúde, vergonha por sua situação, entre outras situações de vulnerabilidade extrema.

Essas especificidades exigem dos profissionais de saúde uma maior atenção na construção da anamnese, na promoção de estratégias de autocuidado e na construção de propostas de adesão ao tratamento e acompanhamento. Além disso, cabe destacar o papel dos trabalhadores da saúde na produção de pontes de acesso dessa população.

As situações de rua em lugares insalubres e a falta de higiene favorecem a suscetibilidade a doenças infectocontagiosas, sendo as principais morbidades que acometem pessoas em situações de rua: tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, hepatites virais, doenças de pele, feridas nos pés e pernas, gravidez de alto risco, bem como sofrimentos psíquicos, transtornos mentais severos e uso abusivo de álcool, crack e outras drogas. Além disso, as mulheres são vítimas de fortes rótulos e estigmas, consequência de preconceitos, permeados por altos índices de violência moral e física, desigualdades de gênero e de direitos sociais.

A prática do acolhimento ao usuário de drogas ainda não está livre de preconceitos por parte dos profissionais, e não é diferente com a mulher e menos ainda com a gestante usuária de drogas, uma vez que a conduta é considerada incompatível com o que a sociedade e a cultura estabeleceu como papel feminino, principalmente em relação à maternidade (CHAGAS & ABRAÃO, 2018).

As mulheres em situação de rua lidam com circunstâncias que envolvem muitas questões de gênero e subjetividades com seu corpo, sua sexualidade, relações sociais na rua e muitas delas ainda se deparam com os desafios de cuidar dos filhos que também estão em situação de rua ou do drama de serem separadas de seus filhos, no momento imediato ao parto, sendo muitas vezes excluídas de serem mães.

Nesse sentido, cabe aos profissionais de saúde, em especial aos da Atenção Básica, acompanhar as mulheres grávidas, mesmo nas ruas, oportunizando todos os cuidados e atenção necessária, para que a gestação possa se constituir em um processo onde laços sejam realizados. Laços entre a mãe e a criança, entre a gestante e a equipe de saúde, entre mulheres e companheiros, entre mulher e maternidade, enfim, entre tantos outros.

Existem muitos casos de mulheres em situações de rua que sofrem violência obstétrica através de ofensas verbais ou físicas desde o pré-natal até o puerpério, em estabelecimentos hospitalares, postos de saúde, unidades básicas de saúde e consultórios médicos especializados no atendimento da saúde da mulher grávida. Muitas dessas ocorrências se dão

de forma agressiva, grosseira, zombeteira por piadas sarcásticas que recriminam a mulher grávida ou parida por qualquer comportamento como gritar, chorar e ter medo, vergonha ou dúvidas. Tais situações acontecem com maior frequência com mulheres grávidas que vivem na rua, criminalizando-as, ignorando suas queixas e dúvidas, tratando-as de forma inferior, dando-lhe comandos e nomes infantilizados e diminutivos, e tratando-as como incapazes, sobretudo as que têm história de vida pregressa de uso abusivo de álcool e outras drogas.

A problemática vivenciada pelas gestantes usuárias de drogas nos desafia para uma necessária e urgente quebra de paradigmas na reversão da lógica discriminatória e excludente presentes, inclusive, na rede de proteção. Uma mudança cultural abrangente se faz necessária, pois mesmo diante dos novos arranjos familiares, o modelo nuclear burguês é ainda a referência e, apesar de avanços no que diz respeito às relações de gênero, subsiste a representação feminina circunscrita ao ambiente doméstico e como principal provedora do cuidado dos filhos. Desta forma, a mulher acaba sendo responsabilizada por suas fragilidades e culpabilizada por possíveis falhas na proteção de sua família. Revela-se a necessidade de um árduo trabalho coletivo e conjunto dos diferentes atores que compõem o universo do cuidado e proteção às mulheres usuárias de drogas em situação de rua e/ou vulnerabilidade social: os trabalhadores das equipes da saúde, da assistência, os operadores do direito e mesmo os gestores que planejam a política, para que a possibilidade da garantia do exercício da maternidade se desenhe no horizonte destas mulheres. (BELLOC, et al., 2018)

Em muitos casos, ocorre a esterilização de mulheres em situação de rua no momento do parto, com laqueadura compulsória de trompas, sem o consentimento da usuária, com finalidades de conter a natalidade, o que incide em grave violação de sua condição de sujeito de direitos, contrariando frontalmente o artigo 2º, parágrafo único, e artigo 12 da lei 9263/1996, que proíbe a realização dos procedimentos previstos na lei de Planejamento Familiar com a finalidade de exercer controle demográfico, bem como é vedada a indução individual ou coletiva à prática da esterilização cirúrgica. (BRASIL, 1996)

Trabalho em Rede

O trabalho em rede e as estratégias de cuidado e proteção social para pessoas em situações de rua estão sempre demarcados por modelos em disputa. Os paradigmas da proteção integral e das práticas de cuidado em liberdade são atravessados por modelos interventivos e tutelares que nem sempre produzem autonomia e emancipação. Por outro lado deve haver esforço constante para que os sujeitos não sejam mais de intervenção e tutela, mas sim sujeitos de direitos e deveres, com contratualidades de acolhimento e vínculo com o objetivo de individualização e singularização da vida com qualificação da ação intersetorial e experiências territoriais.

Reitera-se aqui a necessidade do acompanhamento da mulher em situação de rua em sua gestação, na tentativa de não tornar o parto um procedimento sem história, sem a participação e envolvimento de diversas pessoas e instituições, coresponsáveis nesse processo de cuidado e proteção social. Assim, outras redes intersetoriais como os serviços municipais da Assistência Social (CRAS, CREAS, CentroPOP¹, abrigos, dentre outros) são dispositivos importantes para proteção e reinserção social e que podem ser articulados no período gestacional caso seja do interesse da mulher.

Dentre os diversos pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Município, destaca-se o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) como uma opção de cuidado. Em muitos casos em que a gestante é usuária de drogas, esse ponto de atenção, na sua modalidade Álcool e Drogas (AD), atua com estratégias de redução e danos para atenuar as consequências do uso abusivo de álcool, crack e outras drogas e nos casos de mulheres gestantes com quadros psiquiátricos, os CAPS modalidade 2 ou 3 são indicados para a atenção psicossocial da usuária.

Outro ponto importante é assegurar acesso à água e à alimentação adequada a essa mulher através da garantia prioritária de acesso no restaurante popular do município e outras instâncias da rede de saúde e ou intersetorial que forneçam esta alimentação. Essa articulação vem se dando pela equipe

¹ Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua da Prefeitura de Niterói.

do Consultório na Rua, mas também pode ser realizada por qualquer outro ponto de atenção da rede que esteja na coordenação do cuidado e da proteção social da usuária.

Muitos serviços da rede fazem a mulher grávida acreditar que precisa de uma cirurgia cesariana quando não há real necessidade, utilizando-se de riscos imaginários ou hipotéticos não comprovados e sem a devida explicação dos riscos que alcançam a parturiente e o recém-nascido. Mais que isso, em muitos casos retiram da mulher parida, após o parto, o direito de ter seu filho ou filha ao seu lado na enfermaria coletiva e de amamentar em livre demanda.

Faz-se necessário capacitar os hospitais e maternidades para o acolhimento da mulher em situação de rua e do seu bebê recém-nascido, bem como de sua própria família, no sentido de sempre tentar viabilizar com que essa mãe permaneça com seu bebê mesmo que em abrigos, ou através de reinserção social e familiar, assegurando a ela a possibilidade de sua maternagem. Qualificar a maternidade na ampliação do acesso ao banco de leite, para bebês que estão impedidos de serem amamentados por prevenção à transmissão do HIV pela mãe e também acesso às principais vacinas para proteção deste bebê.

Os efeitos das vulnerabilidades sociais de mulheres em situação de rua e gestantes, como a exposição pré-natal ao uso abusivo de álcool, crack e outras drogas, requerem promoção de cuidado e proteção social por parte de serviços do SUS como as equipes de Consultórios na Rua, Unidades Básicas de Saúde com a Estratégia de Saúde da Família, visando o fortalecimento do acesso a serviços da atenção básica com ações efetivas de redução de danos junto a mulheres em alta vulnerabilidade social.

No que diz respeito à atenção prestada às mulheres, é fundamental que essas tenham acesso aos cuidados nas UBS, tendo em vista que existe uma série de procedimentos e exames do campo da saúde da mulher que necessitam da densidade tecnológica das unidades. Seja por conta do caráter asséptico exigido, ou pela necessidade de momentos mais reservados para a consulta ginecológica, ou mesmo na perspectiva de garantir o direito de acesso ao SUS. O equilíbrio entre a atenção prestada nas ruas e o cuidado que acontece dentro da UBS realizado pelo próprio Consultório na Rua ou

Equipe de Saúde da Família, torna-se ainda mais importante no que se refere à atenção.

Os itinerários terapêuticos que se desdobram pela coordenação e compartilhamento de cuidados mãe /bebê em situação de rua devem ser protagonizados pela equipe do Consultório na Rua e por toda a Rede Cegonha. Dessa forma, garante-se a legitimidade desse ponto de atenção da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a partir das diretrizes basilares que regem a atenção integral à população em situação de rua e, sobretudo, dos desafios da complexidade de cuidar de mulheres gestantes em alta vulnerabilidade social e em situação de rua que fazem uso abusivo de drogas.

Esta estratégia recomenda maior qualificação de toda a rede SUS, cabendo destaque aqui para as estratégias de Educação Permanente que os Consultórios na Rua devem promover junto à rede local, enfatizando o cuidado materno infantil, qualificando os demais serviços para que o acesso, a continuidade do acompanhamento seja oferecida em tempo oportuno, de forma articulada e de maneira resolutiva.

Importante sinalizar a necessidade de formulação de linhas-guia de cuidado com vistas a tornar os itinerários terapêuticos e seus fluxos mais sinérgicos para o compartilhamento do cuidado e em rede, através do conceito de redução de danos, como uma ética de cuidado e assim considerar a relevância de dar mais concretude e operatividade a essas estratégias junto a mães e gestantes que fazem uso abusivo de drogas.

Desta forma, importante haver articulação da atenção básica e sua inserção na rede de atenção psicossocial com vistas a buscas ativas por parte dos pontos de atenção dessas redes que estão mais próximas dos territórios mais vulneráveis na cidade e com nichos de concentração de população em situação de rua, no sentido de detecção precoce de mulheres gestantes na rua. E assim, construir vínculos necessários ao início da realização de pré-natal que podem ser feitos por equipes de consultórios na rua, equipes de redução de danos e equipes da Estratégia de Saúde da Família.

Considerando a atenção integral à saúde da mulher, frente às questões de gênero e todos os rótulos sociais que giram em torno de mulheres e gestantes que fazem uso abusivo de

álcool, crack e outras drogas, em alta vulnerabilidade social e a relação disso com inúmeras barreiras de acesso na rede de atenção à saúde bem como a rede intersetorial, a qualificação de profissionais da rede SUS é de fundamental importância para a promoção do cuidado junto a esse público específico.

Assim, operar a potência das estratégias de cuidado dos consultórios na rua junto à população em situação de rua e a fundamental necessidade de articulações intersetoriais junto a instâncias da assistência social, conselho tutelar, órgãos da justiça, dentre outros, são de vital importância para a proteção social da mãe e do bebê sempre no sentido de evitar e prevenir a separação de ambos, no momento de pós-parto.

O projeto Escola da Família vem promovendo e induzindo essa perspectiva de integração de redes intra e intersetorial. A seguir, apresentamos a experiência do Consultório na Rua de Niterói nesse sentido.

Desenvolvimento da experiência

As ações do Projeto Escola da Família tiveram seu início em novembro de 2019 contemplando as gestantes em situação de rua que fazem acompanhamento do Pré-Natal pela equipe do Consultório na Rua. No sentido de incentivar a participação da gestante e seus familiares, foi instituído o Incentivo ao pré-natal seguro, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para cada gestante que participar do grupo educativo de formação parental, observando os critérios estabelecidos na Lei nº 3437 que institui o Incentivo ao Pré-Natal. (NITERÓI, 2019)

Desta forma, houve priorização inicial para a qualificação e acompanhamento das equipes do Consultório na Rua, contemplando assim especificidades na metodologia das atividades educativas planejadas em 8 oficinas temáticas, com vistas à contextualização da complexidade abordada no texto acima. Portanto, os Grupos Educativos de Formação Parental com foco nas “práticas parentais com afeto, sem violência” foram estruturados a partir de metodologias ativas de educação para a saúde, com vistas a potencializar o protagonismo dos participantes compondo as seguintes temáticas apresentadas no quadro a seguir:

TEMÁTICA	TEMA DO GRUPO	ASSUNTOS ABORDADOS
Encontro Introdutório de sensibilização: parentalidade e violência.	“A mulher em situação de Rua: reconhecimento de situações de violência no contexto da rua”.	- Drogas, Mulheres, estigmas e preconceitos; - Desigualdades de gênero e a situação de rua.
Conscientização da desmaternização da mulher em situação de rua.	“Garantias de direitos junto à mulher em situação de rua”.	- Fortalecimento de vínculos; - Pré-natal Seguro, maternagem e paternagem responsivos com ênfase na prevenção da Sífilis
Fortalecimento de laços afetivos e proteção social para gestantes em situação de rua.	“Encontro na Maternidade Alzira Reis sobre parto humanizado”.	- A importância da Puericultura com ênfase nos cuidados; - Cuidados responsivos de criação; - Gestação, parto, nascimento e puerpério humanizados, com afeto e sem violência.
Fortalecimento de laços afetivos e proteção social para gestantes em situação de rua.	“A relação mãe/pai/família – bebê e sua influência no desenvolvimento da criança”.	-Fortalecimento de vínculo; -Comunicação não violenta; - Estilos parentais participativo, autoritário, permissivo e negligente; -Práticas parentais negativas e positivas.
Estilos e práticas parentais – vigilância das violências e a rede proteção social familiar, comunitária e social.	“A relação mãe – bebê e sua influência no desenvolvimento da criança”.	- Promoção da Saúde e cultura da Paz; - Tipos de violência x práticas e estilos parentais; - Notificação de violência; - Ações intersetoriais.
Segurança Alimentar e Orientações sobre o incentivo ao pré-natal seguro.	“Alimentação Saudável e as relações com a Proteção infantil, familiar e comunitária”.	-Aleitamento materno e Alimentação Infantil -Alimentação da Nutriz; - Banco de alimentos, reaproveitamento de alimentos e cozinha experimental; - Como utilizar o incentivo ao pré-natal seguro.
Superando Vulnerabilidades e rompendo com o ciclo da violência.	“Culminância com encontro entre mães e círculo familiar mais próximo para fortalecimento de vínculos e laços afetivos”.	- Empoderamento da mulher gestante, pais e cuidadores; - Oportunidades de Qualificação; - Geração de renda, empregabilidade e economia solidária.

Fonte: Elaborado pelos autores

Cabe ressaltar que o desenho metodológico proposto e os temas abordados não constituem um fim em si mesmo mas devem ser compreendidos e trabalhados a partir de uma dinâmica processual que os considere como disparadores e ativadores de reflexão crítica acerca da realidade que se vive, para que assim, ganhe capilaridade no cotidiano das práticas desenvolvidas pelos profissionais de Saúde, no âmbito da Atenção Primária em Saúde, e produza sentidos para as mulheres participantes dos grupos.

Importante ressaltar que a metodologia desenvolvida deverá sempre considerar o contexto sociocultural do público-alvo do projeto, propondo estratégias qualificadas que garantam o envolvimento dos mesmos nas atividades da Escola da Família e a consequente efetividade do trabalho desenvolvido.

*Gestantes
e equipe do
Projeto Escola
da Família*



Para participar das atividades educativas de Formação Parental as gestantes formalizaram a adesão através de assinatura do termo de adesão, termo de autorização de imagem e voz, e assinatura de frequência de participação nos encontros.

No último encontro, foi previsto o preenchimento de um questionário de avaliação pelas gestantes com as seguintes

perguntas: Como você avalia até aqui o Projeto Escola da Família? De que forma os encontros em grupo lhe ajudaram? Depois que o projeto se iniciou, houve alguma mudança na sua vida? Quais as sugestões que você daria para o projeto?

Os documentos citados acima, denominados documentos comprobatórios, foram incluídos nos processos de pagamento de cada gestante com vistas à instrução dos referidos processos para que cada gestante recebesse o Incentivo ao Pré-Natal Seguro.

Resultados e impactos

Na primeira fase do projeto, 07 gestantes em situação de rua aderiram ao Projeto, sendo que, 04 gestantes cumpriram as condicionalidades em conformidade com a legislação vigente e 03 gestantes não cumpriram as condicionalidades em decorrência da suspensão das atividades educativas em face à emergência da pandemia.

Do total de gestantes inscritas, as 04 gestantes que cumpriram as condicionalidades receberam o Incentivo ao Pré-Natal Seguro que representa 100% das gestantes aptas.

Nessa primeira fase o número de gestantes participantes do projeto, ainda que bem reduzido em relação ao estimado para o total do projeto, foi bastante significativo pelo que representou para as gestantes e seus familiares.

Gestante participando de atividade do Projeto Escola da Família





Foi possível constatar que houve fortalecimento de vínculos e laços afetivos com aproximações e acolhimento pela família; escuta e acolhimento pela equipe do Consultório na Rua, possibilitando troca de vivências, apoio mútuo e espaço para diálogos.

Essas situações observadas foram expressas em alguns depoimentos das gestantes: *“Achei o projeto bem interessante pois eles nos escutaram”, “Me ajudou em relação a minha mãe, voltamos a nos falar normalmente”, “Poderia acontecer mais vezes, pois só aqui no projeto eu me abro, eu converso e eu escuto”, “através do grupo eu aprendi a me expressar melhor a me proteger mais da violência nas ruas”, “melhorou muito minha vida pois eu consegui encontrar com outras mulheres que também passaram pela violência nas ruas”.*

Desta forma os primeiros resultados demonstram que os encontros produziram desdobramentos importantes de resgate de vínculos familiares e maior consciência da importância de reconstituírem laços parentais para prevenção e proteção a saúde da mãe e do bebê.

Durante a pandemia, a equipe do Consultório na Rua manteve contato com as gestantes e com as mães que já tiveram

Gestantes participando de atividade do Projeto Escola da Família

os seus bebês realizando atividades de acolhimento e monitoramento com o objetivo de fortalecer as práticas parentais exercidas por gestantes, pais e/ou cuidadores. No início da pandemia, as participantes receberam kits de higiene e orientações sobre a prevenção à covid-19, como a importância do isolamento social. Nesse período, a equipe do consultório na Rua providenciou acolhimento para uma das gestantes do Projeto no Hotel Social², CRIADO PELA Prefeitura de Niterói com o objetivo de acolher pessoas em situação de rua e garantir as medidas preventivas (quarentena) frente à pandemia de covid-19.

Kit maternidade



² Projeto desenvolvido no âmbito da Prefeitura de Niterói e coordenado pela Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária - SMASES, consistiu no arrendamento de vagas/quartos em hotéis da cidade para acolher e hospedar provisoriamente pessoas em situação de vulnerabilidade e violência, sobretudo em situação de rua. O projeto garantia condições de repouso, banho, higiene pessoal, alimentação e acompanhamento de assistentes sociais e psicólogos.

Considerações finais

Os resultados iniciais obtidos a partir da implementação do Projeto no Consultório na Rua demonstraram que os encontros produziram desdobramentos importantes de resgate de vínculos familiares, maior consciência da importância de reconstituírem laços parentais para prevenção da violência intrafamiliar e a necessidade de oportunizar espaços de troca, escuta e apoio a essa população vitimada pelas diversas formas de violência.

Desta forma, cabe ressaltar a importância da sustentabilidade do *Projeto Escola da Família como política pública: promovendo práticas parentais com afeto, sem violência*. Nesse sentido, cabe aos profissionais de saúde, em especial aos da Atenção Básica e da RAPS, acompanhar as mulheres grávidas, mesmo nas ruas, oportunizando todos os cuidados e atenção necessária para que a gestação possa se constituir em um processo onde laços sejam realizados. Laços entre a mãe e a criança, entre a gestante e a equipe de saúde e a rede intersetorial, entre mulheres e seus companheiros, entre mulher e maternidade, entre tantos outros, com vistas à promoção da coesão social para a prevenção à violência e a proteção do binômio mãe-bebê.

A partir dos significativos resultados obtidos, tem sido possível contribuir para disseminação do conhecimento produzido caminhando em direção à produção de evidências e se constituindo em ferramenta potente para o processo de Educação Permanente.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Lei Nº 9.263: regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, 1996.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria 122. Diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saude-legis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html
- BARROS DE SOUZA, et al. Mães Órfãs: o direito à maternidade e a judicialização das vidas em situação de vulnerabilidade. 2018; 4(Supl.1):27-36. Disponível em: <https://doi.org/>

g/10.18310/2446-48132018v4n1suplem
CHAGAS; ABRAÃO. “Desobediência Civil na produção singular de cuidado em rede: outros olhares”. In: Saúde em Redes. 2018; 4(Supl.1):61-73. Disponível em: <https://doi.org/10.18310/2446-48132018v4n1suplem.1818g260.2018v4n>
BELLOC, et al. “A desmaternização das gestantes usuárias de drogas: violação de direitos e lacunas do cuidado”. In: Saúde em Redes. 2018; 4(Supl.1):37-49. Disponível em: <https://doi.org/10.18310/2446-48132018v4n1suplem.989g258>
NITERÓI, Câmara Municipal de Niterói. Lei nº 3437: dispõe sobre o Incentivo ao Pré-Natal Seguro no âmbito do Município de Niterói e dá outras providências, 2019. Disponível em: <http://leismunicipa.is/hxrqu>

9

**Acolhimento e
Reinserção Social**

AUTORES

Anderson Pipico Rodrigues

Carlos Mário Neto

Daiani Castanheiro

Maira Lacerda Santa Fé

Introdução

Desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa Justiça Presente foi lançado nacionalmente em janeiro de 2019, com apoio do Ministério de Justiça e Segurança Pública. Tem como objetivo aprimorar “as condições de cumprimento de penas e medidas socioeducativas, bem como ampliar as políticas a pessoas egressas no Brasil” (LANFREDI et al., 2020, p. 10 d).



**REDE
ACOLHER
NITERÓI**



ESCRITÓRIO SOCIAL
Concretizando direitos

Um dos eixos do Programa trata dos subsídios para a promoção da cidadania e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, e se dedica, dentre outras ações, à construção de uma política nacional de atenção às pessoas egressas do sistema prisional no bojo da qual se insere o fomento à instalação de escritórios sociais nas unidades federativas. (LANFREDI et al., 2020, p.10 a).

A Lei de Execuções Penais (LEP), Lei federal nº 7210/1984, teve um grande papel de redemocratização no país, compreendendo novas conexões na mudança social, estabelecendo diretrizes para a reinserção dos egressos do sistema penal. A definição de egresso encontra-se expresso em seu artigo 26, que caracterizado como “I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento; II - o liberado condicional, durante o período de prova”. E, a assistência a eles prevista, conforme o artigo 25 desta Lei, consiste “na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade” e na “concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabele-

*Logos dos
Projetos Rede
Acolher e
Escritório
Social.*

cimento adequado, pelo prazo de dois meses” (BRASIL, 1984).

Em Niterói, o programa foi iniciado a partir de um projeto voluntário em 2017, chamado Clínica da Justiça, implementado nas comunidades da cidade por alunos de direito e advogados em parceria com as associações de moradores, coordenado pelo Secretário Anderson Pipico Rodrigues. Os voluntários eram levavam informações sobre processo penal, funcionamento do serviço carcerário e serviços públicos aos familiares de egressos do sistema carcerário. Com a implantação do Pacto Niterói Contra a Violência, a Clínica da Justiça passou a fazer parte do Programa Rede Acolher, que é composto, também, pelos projetos Escritório Social e Recomeçar, todos relacionados à política de atenção aos egressos e seus familiares.

Em busca de mais informações e parcerias, foi articulado com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a implementação do Projeto Escritório Social no município. Neste sentido foi estabelecido um Termo de Cooperação da Prefeitura de Niterói com o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assinado em 29 de novembro de 2019.

A dimensão política do Escritório Social é estimular a pessoa em privação de liberdade em direção às opções que ele tem para a sua ressocialização:

(...) o Escritório Social se constitui como: Equipamento público de gestão compartilhada entre os Poderes Judiciário e Executivo, responsável por realizar o acolhimento e encaminhamento de pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares para a rede, articulando uma política intersetorial e interinstitucional de inclusão social que se correlaciona e demanda iniciativas de diferentes políticas públicas estaduais e municipais, sistema e atores da sociedade civil. Os princípios éticos para o trabalho dos escritórios sociais são: Adesão voluntária; Respeito às diversidades e combate às discriminações; Reconhecimento das determinações e consequências da prisão; Referência nos direitos de cidadania. (LANFREDI, 2020, p. 25 a)

Em 20 de abril, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou o lançamento do aplicativo Escritório Social Virtual. Em seu discurso no canal do conselho no Youtube, o ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do órgão, Luiz Fux, ressaltou a importância desses equipamentos “para que o egresso, aquela pessoa oriunda do sistema prisional, encontre a verdadeira liberdade cidadã”.

No mês de maio, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou um bate-papo online sobre a Instituição de Fundos Municipais para Políticas Penais. O evento marcou a assinatura da CNM e do CNJ de um Termo de Cooperação Técnica com a finalidade de apoiar tecnicamente os municípios na implantação de políticas e serviços penais. Um dos assuntos abordados foi a possibilidade de recebimento de recursos para desenvolver ações no âmbito das políticas penais.

Em 16 de julho de 2021, o Escritório Social de Niterói foi lançado pelo prefeito Axel Graef, no Teatro Popular, em cerimônia que contou com representantes do CNJ, Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, entre outras autoridades e convidados. O Escritório Social prevê uma equipe multidisciplinar (assistentes sociais, psicólogos, advogados e educadores sociais), que realiza o atendimento e mapeia as demandas individuais. Isto é, todo o processo visa à composição de um Plano Individual de Atendimento que identifica as necessidades de cada egresso. Posteriormente, a equipe realiza os devidos encaminhamentos para os serviços de saúde, educação e qualificação profissional, entre outros.

Origens do atendimento às pessoas egressas

A preocupação com o atendimento da pessoa egressa do sistema prisional é concomitante às primeiras discussões em torno do tema prisão e encarceramento. Os congressos penitenciários internacionais, que tiveram também repercussão no Brasil, foram realizados na Europa a partir da segunda metade do século XIX e reiteraram a cada edição a necessidade de existência de mecanismos públicos e privados para atendimento das pessoas no retorno à vida em liberdade. Nessa direção, em 1910, o Ministério da Justiça brasileiro

propôs a criação de um patronato de egressos das prisões, mas esse nunca entrou em funcionamento.

O Decreto nº 16.751/1924 regulamenta “o livramento condicional – estabelecido ainda pelo Código Penal de 1890 – e, com ele, a criação dos Conselhos Penitenciários” (LANFREDI et al., 2020, p. 26 a). Ali se reconheciam os patronatos públicos privados “como auxiliares do Conselho Penitenciário no amparo, na proteção e na vigilância dos liberados condicionais, estendendo-se essa qualidade aos Patronatos análogos nos Estados” (ALMEIDA, 1933, p. 167).

A Proposta dos patronatos foi recepcionada em 1984 pela Lei de Execução Penal¹, inclusive dispendo-os como um dos órgãos da execução penal (artigo 61) e ampliando suas funções para o acompanhamento de penas e medidas alternativas. “No entanto, nesse tempo de vigência da lei, poucos avanços foram verificados, tanto na quantidade de instituições criadas como na abrangência do trabalho realizado e em sua necessária atualização com os avanços advindos da Constituição de 1988.” (LANFREDI et al., 2020, p.17 b). Entre os anos 1924 e 1984, foram criadas leis penais com o objetivo de ajudar as pessoas condenadas pelo sistema de justiça para que tivessem seus direitos assegurados.

Apesar dos avanços constitucionais em matéria de direitos sociais, os egressos e seus familiares seguem fragilizados em relação à sua efetivação e/ou negados à grande parte da população. A isso se agrega o fato de que, nas últimas décadas, tivemos um aumento exponencial da população carcerária, que, assim como nos números da violência do Estado, mostra a vulnerabilidade dos jovens negros e pobres. No caso das pessoas egressas, as limitações impostas pela falta de acesso a direitos são potencializadas pelo histórico de violência no sistema de justiça criminal e da prisão, percursos esses que imprimem, além de estigmatização e preconceito, degradação física, social, psicológica, moral e intelectual, e que permanecem marcando a trajetória daqueles e daquelas que, já em liberdade, tentam seguir adiante.

¹ Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm>.



O escritório social de Niterói

As atividades desenvolvidas no âmbito do Escritório Social em Niterói dão-se através de parcerias. Além do atendimento multidisciplinar ao egresso e seus familiares, é realizado o auxílio ao egresso para emissão de documentos, entre outros. Segundo a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), em junho de 2019, 1.488 pessoas residentes em Niterói encontravam-se em situação de privação de liberdade e 680 pessoas estavam cumprindo penas alternativas.

Com o recrudescimento da pandemia de covid-19, em 2020, o processo de implantação do Escritório Social de Niterói, em consonância com o Programa Fazendo Justiça do CNJ e do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD)², foi adiado para 2021. Em 31 de março foi realizada uma reunião entre a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP-RJ) e a Secretaria Municipal de Participação Social (SEMPAS) objetivando a discussão do Termo de Cooperação e o Plano de Trabalho entre o Governo do Estado do RJ e a Prefeitura de Niterói. Esta parceria é de suma importância para que o Escritório Social acolha os pré-egressos, egressos e seus familiares, informando sobre o funcionamento e os serviços disponibilizados pelo Escritório.

A chegada do egresso ao espaço do Escritório Social de Ni-

*Reunião com
Representantes
do Programa
Fazendo Justiça
Conselho
Nacional de
Justiça – CNJ,
SEMPAS e
gerente do
projeto.*

² Esses órgãos contaram com as parcerias do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, SEAP RJ, OAB Niterói, Fundação Santa Cabrini e diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Niterói.

Lançamento da Rede Acolher e Inauguração do Escritório Social de Niterói no dia 16 de julho de 2021, no Teatro

terói, no Terminal Rodoviário de Niterói Presidente João Goulart, não está dissociada de outras experiências de escritórios sociais no Brasil, visto que chegam manifestamente desconfiados, cautelosos e com a marca dos estigmas do sistema prisional. A equipe técnica, constituída provisoriamente por profissionais de Serviço Social e do Direito, se encarrega do agendamento, da escuta ativa e da identificação das demandas e atuação, de acordo com os interesses e necessidades.

Por isso, são indiscutíveis a importância e a necessidade da ação proposta pelos escritórios sociais, buscando, ao mesmo tempo, criar possibilidade de acesso às políticas sociais existentes e constituir um espaço de reconhecimento identitário, de suas especificidades e das demandas de quem passou pela experiência prisional. E, inegavelmente, o reconhecimento identitário perpassa pela compreensão dos marcadores da diferença como categorias – historicamente – de seleção penal. (LANFREDI et al, 2020 p.11 b).



Os primeiros beneficiários são majoritariamente afrodescendente, com idade subdividida em duas faixas etárias distintas: 60% na faixa etária entre 24 e 28 anos e 40% na faixa etária entre 47 e 49 anos. O gênero se encontra equilibrado. As principais demandas se entrecruzam entre a inserção no mercado de trabalho e, no caso específico do pré-egresso,

são os que se encontram em liberdade seja de condicional ou por monitoração eletrônica (tornozeleira). O resultado do Acolhimento e Reinserção Social, que inclui o Escritório Social de Niterói, mostra sua importância ao contribuir para a redução dos índices da criminalidade na cidade. Suas atividades encontram-se relacionadas à ODS16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes, cuja meta estipulada para o Brasil consiste no fortalecimento do Estado de Direito e na garantia de acesso à justiça a todos, especialmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade (IPEA,s./d).

Considerações finais

O Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) materializa um realinhamento estratégico assumido pela Prefeitura Municipal de Niterói com uma concepção inovadora em segurança pública, que transcende o tratamento da violência limitado a ações relativas ao crime. Nesse sentido, o Escritório Social se insere em um conjunto de ações que visam ao enfrentamento da violência, objetivando o acolhimento, a inserção social e acompanhamento de apenados e seus familiares, contribuindo para a redução dos índices de criminalidade na cidade. “Trata-se de um esforço interinstitucional inédito, com alcance sem precedentes, que só se tornou possível graças à parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na execução dessa agenda em escala nacional.” (LANFREDI, 2020 d). O PNUD conta, ainda, com o apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na figura do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). O egresso sai do sistema prisional com muitas dificuldades de ser reinserido nos espaços promotores de cidadania. Por exemplo, para voltar para a escola, ele já tem alguns estigmas, então é fundamental o Escritório Social para facilitar o reingresso junto à Rede de Apoio.

Desde a inauguração do Escritório Social de Niterói em junho de 2021, foram atendidos cerca de 60 egressos do Sistema Prisional e seus familiares. É importante mobilizar a opinião pública para ações que colaborem com a reintegração social da pessoa egressa do sistema prisional. Nesse sentido, a ampliação da discussão com a população em geral, sobre

os preconceitos e discriminações que recaem sobre as pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, visa a fortalecer os direitos e favorecer a construção de uma sociedade mais tolerante e inclusiva.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Cândido Mendes de. Contribuição do Brasil: sessões e resoluções da conferência penal e penitenciária realizada no Rio de Janeiro em junho 1930. Imprensa: Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1933.

LANFREDI, Luís Geraldo Sant'Ana et al. Política nacional de atenção às pessoas egressas do sistema prisional / Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília : Conselho Nacional de Justiça, 2020 a.

_____. Caderno de gestão dos escritórios sociais III: Manual de gestão e funcionamento dos escritórios sociais / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Departamento Penitenciário Nacional. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020 b.

_____. Caderno de gestão dos escritórios sociais I: Guia para aplicação da metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Departamento Penitenciário Nacional. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020 c.

_____. Manual de gestão para as alternativas penais / Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020 d.

10

**Complexo do
Viradouro:
os Desafios
de Políticas
Públicas e seus
Impactos na
Inclusão Social**

AUTORES

Guilherme Ribeiro

Níneve Belangieri

Introdução

O Complexo do Viradouro situa-se na zona Sul do município de Niterói, entre os bairros de Santa Rosa, Ititioca e Largo da Batalha, abrangendo as comunidades do Viradouro, Morro da União, Alameda do Vale, Papagaio, Cruz, Africano e Travessa Santa Maria. Sua extensão é de, aproximadamente, 358,2 km² e corresponde à área de intervenção urbanística onde estão sendo implementadas as intervenções urbanísticas e as ações territoriais integradas vinculadas ao Pacto Niterói Contra a Violência. No território há uma população de 4.562 habitantes, a maioria de negros e pardos, correspondendo ao número total de 2.739 pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010. O seu nome se origina da linha de bonde de tração hidráulica, que operou entre 1904 e 1916 e fazia o retorno na atual Rua Mário Viana, em direção à região central.

Extensão do bairro de Santa Rosa, a comunidade se formou nos anos 1940 e 1950, época marcada pela expansão urbana do município. Sua origem remonta ao período em que José Lopes, dono de um armazém local, trocava as dívidas acumuladas dos fregueses pela posse de seus terrenos. Ao longo dos anos 1960 e 1970, com o crescimento populacional provocado por processos migratórios e pelo pós-guerra, quando muitos ex-combatentes sem renda se instalaram em espaços não valorizados pela urbanização formal, surgiram ali habitações precárias. Há no local uma forte presença da Igreja Católica, o que inclui obras de caridade até hoje em funcionamento, das quais se destaca a Creche Comunitária Cidade dos Menores, fundada pela madre Mary Marcelino. Os Vicentinos atendem aos mais necessitados distribuindo cestas básicas e roupas. A Associação de Moradores, fundada em 1970, e a Capela Nossa Senhora das Graças, construída em 1946 pelo padre salesiano Luiz Frás, demonstram até hoje as articulações dos moradores que se organizaram de

acordo com suas políticas de convivência.

A situação de vulnerabilidade socioeconômica e a falta de infraestrutura urbana básica, como água, luz e saneamento, são marcas deste aglomerado subnormal em que apenas 979 residências contam com abastecimento de água e esgoto, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, de 2010. À medida em que a população aumentava, as moradias construídas em áreas com restrição à ocupação, suscetíveis a desastres naturais, como encostas de morros e barrancos, se expandiram.

São diversos os problemas que dificultam a qualidade de vida dos moradores no Complexo do Viradouro. O crescimento desordenado, cujas construções ultrapassam as áreas edificantes, como taludes com risco iminente de desabamento, é o principal deles. As equipes da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e da Defesa Civil identificaram, inclusive, casas que usavam vegetação para apoio estrutural. Essa situação se agrava por não haver dados facilmente acessíveis sobre índices pluviométricos na cidade. A tragédia ocorrida em Niterói, no ano de 2010 em razão das fortes chuvas, ficou marcada na memória recente dos moradores da cidade por causa do Morro do Bumba, onde um deslizamento de terra matou 46 pessoas e deixou 267 desaparecidos. Porém, as fortes chuvas que duraram dias também afetaram diretamente outras comunidades da cidade. Entre elas, o Complexo da Viradouro e o Morro da União.

O levantamento das demandas do Complexo do Viradouro e Morro da União identificou a urgência da intervenção do poder público em obras de urbanização e saneamento básico para melhoria da infraestrutura. Outro fator de deterioração territorial é o tráfico de drogas promovido pelo crime organizado, que se instalou nos anos 1980, impondo um poder paralelo, transformando os moradores, na sua maioria trabalhadores sem ou com baixa qualificação profissional, em reféns do terror e da violência.

Os residentes mais antigos contam que, em frente ao Campo dos Padres, onde fica a obra para a implementação dos novos projetos de esporte, lazer e inclusão tecnológica, havia a Escola Municipal (EM) Padre Leonel Franca e uma clínica do Programa Médico de Família (PMF) - inspirado no modelo de Medicina de Cuba, depois da revolução socialis-

ta de 1959, que disponibiliza, a partir das diretrizes do SUS, serviços de saúde para famílias em risco social -, entretanto, ambas tiveram suas sedes removidas, segundo os agentes públicos que atuam no território, em razão do agravamento das situações de violência.

A EM Leonel Franca prestava atendimento exclusivo para crianças em situação de vulnerabilidade extrema. Os professores eram preparados pelo município para cuidar das crianças e de suas famílias - quando a vulnerabilidade social no Viradouro interferia no cotidiano escolar - e reforçar o ensino escolar, numa época em que começava o processo de informatização. A professora Regina Coeli de Azevedo Guedes se destacou por seu trabalho junto às crianças especiais. Segundo relatam os moradores, os servidores desses equipamentos se sentiram ameaçados pelo crime organizado, que abordava quem circulasse na Rua Nossa Senhora das Graças, principal via da comunidade, e onde se instalou o comércio ilegal de drogas. O medo, a insegurança e os tiroteios constantes provocaram o afastamento desses profissionais. Dessa forma, houve naturalmente um maior distanciamento entre a população local e os serviços públicos essenciais antes existentes.

Em agosto de 2020, a Prefeitura Municipal de Niterói formou um comitê gestor para manter reuniões frequentes com a sociedade civil e os órgãos da prefeitura com a finalidade de resgatar a cidadania e as políticas públicas no Complexo do Viradouro e Morro da União. A dinâmica realizou o mapeamento das demandas locais, como obras de infraestrutura, e apontou ações e atividades que pudessem aproximar a população dos serviços públicos. Porém, a pandemia afetou diretamente a mobilização dos participantes, prejudicando o planejamento de encontros presenciais, sendo realizado o diálogo através de grupos criados em plataformas digitais de troca de mensagem.

O processo de diagnóstico de território deu origem aos projetos que compõem o Eixo Ação Territorial Integrada do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), composto por projetos como a Intervenção Urbanística, que abarca obras e implantação de novos equipamentos públicos no território; e de Ações Territoriais Integradas, que articula o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida. Além das ações de educação

ambiental, que preveem parceria com a creche Cidade dos Menores e as comunidades para a criação de hortas comunitárias e reciclagem de lixo; e de educação, cultura, esporte e lazer, que visa implantar políticas públicas concebidas a partir das necessidades dos moradores. Todos esses projetos partem de uma nova concepção integrada e preventiva de Segurança Pública e Prevenção à Violência para o município de Niterói.



Obras da intervenção urbanística em andamento (2021)

Caminhos metodológicos

Ao realizarmos uma extensa pesquisa etnográfica, verificamos que informações estatísticas sobre o local - seja o índice de criminalidade, a taxa de crescimento ou o adensamento das moradias - eram inacessíveis ou sistematizadas de forma genérica. As reportagens e notícias publicadas apresentavam um território violento, conflituoso e vulnerável. O que reforçava os estereótipos sobre o território de seus habitantes, que eram vítimas da criminalidade e insegurança, sem apontar suas potencialidades. A favela como ethos de economia criativa, inovação e empreendedorismo social foi o ponto de partida basilar para escrevermos o presente trabalho.

A redução das desigualdades é o décimo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 10) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU), e subsidia o estudo para melhoria da localidade, inclusive pela implementação de projetos de sustentabili-

dade e de educação ambiental que visem a minimizar o aquecimento global. Esse compromisso foi adotado pelo município de Niterói para melhorar a qualidade de vida de sua população. Além dele, o Plano Estratégico Niterói que Queremos (NQQ) 2013-2033 também formula ações que contemplam a paz e a segurança percebidos a partir das intervenções na comunidade do Viradouro.



A pesquisa qualitativa foi nossa escolha metodológica. Usamos relatórios de campo elaborados pela equipe do Trabalho Técnico Social da Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento (Emusa) e de alunos de Serviço Social, Psicologia e Segurança Pública que realizavam estágio no local. A partir de visitas a projetos implementados em outros territórios da cidade - Plataforma Digital, na Engenhoça; e o Parque Esportivo e de Inclusão Social, no Caramujo -, buscamos conhecer seu funcionamento e traçar possíveis desdobramentos que as obras abertas na principal rua do bairro trarão ao entorno.

A observação e entrevistas informais com moradores nos aproximaram e ajudaram a compreender as mudanças ocorridas ao longo dos anos. Também mapeamos os projetos, os anseios latentes e as necessidades dos que trabalham e vivem nesse espaço. Conversamos com moradores, líderes comunitários, religiosas da Creche Comunitária Cidade dos

Obras da intervenção urbanística em andamento (2021)

Menores, agentes públicos, envolvidos no projeto, e com a equipe da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura que participam das intervenções urbanísticas em andamento, a fim de recuperar, a partir da memória coletiva, as percepções sobre as ações territoriais integradas.

Ações territoriais integradas

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE (2010), o índice de analfabetismo no Viradouro atinge 270 pessoas e aponta para o risco que representa equipamentos de educação de difícil acesso para a formação de crianças, adolescentes e jovens da comunidade e de Niterói. A distância das unidades que as atendem é um dos gargalos da evasão escolar e contraria o ODS 4, referente à Educação de Qualidade, um dos compromissos firmados pela prefeitura com a Agenda 2030, da ONU.

A ausência de equipamentos de educação soma-se à falta de lazer e acesso à informação, aumentando o risco social de crianças e adolescentes. Atualmente, a Creche Comunitária Cidade dos Menores é uma das poucas instituições que resistem ali, porém, sem escapar do impacto da evasão escolar. Segundo os relatos das religiosas, atualmente a creche tem 130 crianças matriculadas, mas já atendeu a mais de 300 crianças. A creche também oferecia serviços - como biblioteca, cursos de informática, costura industrial, bazar, carpintaria e consultório com psicólogo, dentista e enfermeiro - que estão temporariamente suspensos.

O grupo de gestores, composto por pessoas e entidades civis atuantes na comunidade, serviu como informante, como são definidos em ciências sociais os agentes facilitadores do trabalho de campo. Essas integrações entre os atores que representam diversos perfis de residentes são essenciais para o conhecimento do território, além de servirem como balizadores para a avaliação de nossa atuação e os respectivos resultados. A chegada ao território aconteceu em agosto de 2020, durante a pandemia de covid-19.

A aproximação foi inicialmente pacífica e a prefeitura realizou uma parceria com esses grupos para compreender a realidade no complexo e suas necessidades. Esse período

também ficou marcado pela ocupação realizada pela Polícia Militar, que delineou três fases para a operação de ocupação: a instalação de um ônibus na entrada da Estrada Francisco da Cruz Nunes; o patrulhamento e as rondas no bairro; e uma base avançada do 12º Batalhão de PM. E, a partir dessa ação da PM, a prefeitura decidiu agir para reaproximar os moradores do Complexo da Viradouro dos serviços e políticas públicas. Bem como, a presença do policiamento na comunidade também possibilitou a ampliação da circulação das pessoas no território, dentre elas, os trabalhadores e prestadores de serviços das obras que estão ocorrendo em toda sua extensão.

Apesar de necessário, a medida retardou algumas ações e o cronograma das obras. As reuniões com os líderes comunitários passaram a ser online e o planejamento das ações territoriais sofreu limitações. Para consolidar a presença do poder público para além das intervenções urbanísticas, foram acordadas estratégias de convivência e mediação de conflitos com os moradores a fim de solucionar e prevenir os problemas de segurança. O gerente do projeto, Guilherme Ribeiro, que atua na articulação local, conta uma história interessante: “Uma vez o secretário de ordem pública e gestor do Eixo Segurança e Justiça do PNCV, coronel Paulo Henrique de Moraes, me falou, ‘a sua função é melhorar a vida das pessoas, você tem que estar próximo a elas para ver como podemos atuar melhor’. Com essa diretriz, tenho trabalhado junto dos moradores”, conta.

As iniciativas do projeto de Ação Territorial Integrada consolidam a presença do poder público no Complexo do Viradouro, que foi negligenciado por décadas, ao mesmo tempo em que constroem redes de participação com a população, consolidando a cidadania plena. A gestão desse projeto alterou a lógica impositiva da intervenção estatal nesse espaço, não mais concebida de cima para baixo, mas, partindo da população para as instituições. Segundo o autor indiano C.K. Prahalad (2005), professor de Administração em Harvard, as verdadeiras oportunidades surgem da base da pirâmide.

O projeto do governo municipal favorece a atribuição da Emusa em prover uma Plataforma Digital e um Parque Esportivo e Social, além de canais de esgotamento sanitário,

para melhorar a rede de drenagem, rampas de acessibilidade, escadarias, contenção de encostas e outras demandas reunidas pela Defesa Civil de Niterói e pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Uma nova iluminação pública também está prevista, contribuindo para uma política pública inovadora de prevenção à violência e segurança pública no município de Niterói, que exige a inclusão e a transformação das comunidades.

Na primeira fase, o PNCV, centrou os investimentos nas localidades do Viradouro, da Estrada Francisco da Cruz Nunes (conhecida como Garganta) e do Morro da União; e na segunda fase, da Grota, do Morro Souza Soares e do Vital Brasil. As crianças, em pouco tempo, encontrarão na própria comunidade um ambiente de fácil acesso para se desenvolver, seja na Plataforma Digital - que oferecerá cursos de robótica, línguas, profissionalizantes, cinema ao ar livre, entre outros -, ou no Parque Esportivo e de Inclusão Social (PESC), que terá aulas de badminton, futebol, artes marciais e outras modalidades. As intervenções, como a construção de muros de contenção, a estabilização de encostas, a retirada de árvores e casas em risco de desabamento, estão em fluxo contínuo de trabalho.

Considerações finais

Em resumo, a escuta está sendo o grande aprendizado dessa implementação, pois ao pensar no projeto com um olhar de uma pessoa que não reside no local, as intenções de melhoria se tornam distantes da real necessidade dos moradores, principalmente na locomoção e nas facilidades do dia a dia. Assim, valorizamos o diálogo e a percepção de cada ocupante do complexo do Viradouro.

“Bom, para mim e para todos os moradores está sendo ótimo. Essa luta veio de muitos anos e Graças a Deus conseguimos, pois nunca esperei que fosse acontecer isso aqui. A gente sempre veio lutando, mas nunca esperei. Graças a Deus conseguimos e está aí. O que eu espero é que dê mais oportunidade para os moradores com trabalho porque eles estão precisando. Adoles-



Deslizamento parcial do terreno de uma residência e obras de recuperação



cente também precisa de trabalho, que possa abranger outros lugares também.”

(Leila Luiza Monteiro Ventura, moradora do Complexo do Viradouro)

“Só tenho a agradecer o que está acontecendo na nossa comunidade, dando dignidade às pessoas e o direito de elas saírem de casa sem sujar os pés que, antigamente, era uma coisa muito ruim. A gente tinha que sair com o saco de lixo na perna para não sujar e essas obras vêm trazendo muitas coisas boas para nós. Esse projeto da plataforma digital dar curso pode tirar as crianças das ruas.”

(Ubiratan Rubio, presidente da Associação de Moradores do Viradouro)

A meta atual é finalizar a reforma urbanística, o Parque Esportivo e Social e a Plataforma Digital, garantindo segurança e novas oportunidades para os moradores. Essas iniciativas têm como área de resultado o eixo Niterói Organizada e Segura do Plano Estratégico NQQ, além de contemplar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ligados principalmente à Saúde e Bem-Estar (ODS 3), Redução das Desigualdades (ODS 10), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Educação de Qualidade (ODS 4), além da Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9).

A conclusão das intervenções está prevista para 2022, porém, seus efeitos já podem ser vistos na nova rotina de coleta regular de lixo, na instalação dos canais de água - a Concessionária Águas de Niterói regularizou a tarifa social para as famílias de baixa renda - e nas vias reformadas com rampas de acessibilidade. A efetiva presença do poder público trouxe segurança para os moradores, trabalhadores e visitantes do Complexo do Viradouro. As aulas da Creche Cidade dos Menores foram retomadas, em setembro de 2021, deixando no passado a interferência do crime organizado. As aulas remotas, implantadas durante a pandemia do covid-19, estão sendo substituídas pelas presenciais, seguindo as recomendações da Secretaria Municipal de Saúde. Há ainda um novo espaço social construído, que conta com incentivos educacionais e diversas parcerias.

Por fim, a intervenção nessa área de extrema vulnerabilidade social a tornou mais segura, social e humana. Crianças, adolescentes, jovens e suas famílias têm à sua disposição diversos cursos de formação e inovação tecnológica e poderão usufruir da quadra poliesportiva, do espaço cultural, e de três praças de convivência, além da reforma da sede da Escola de Samba Folia do Viradouro.

Dessa forma, baseado no Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Niterói, o projeto Ação Territorial Integrada se torna valioso para avaliações posteriores para a orientação orçamentária de gastos relacionados a educação, segurança, inclusão social, saúde, dentre outros parâmetros, tornando o projeto Ação Territorial Integrada um marco de sinergia entre as diversas secretarias e atores da prefeitura.

Referências bibliográficas

- A Escola. Unidos do Viradouro. Disponível em: <https://unidosdoviradouro.com.br/historia/>. Acesso em: 2 de ago. de 2021.
- ALMEIDA, Emily. Deslizamento de terra no Morro do Bumba completa 10 anos. Band News, 2020. Disponível em: <https://bandnewsfmrio.com.br/editorias-detalhes/deslizamento-de-terra-no-morro-do-bumba-compl>. Acesso em: 3 de ago. de 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 1 de ago. de 2021.
- Capela Nossa Senhora das Graças. Capela Nossa Senhora das Graças. Disponível em: <https://capelansdasgracas.webnode.com.br/>. Acesso em: 2 de ago. de 2021.
- GUEDES, André Luis Azevedo; SOARES, Carlos Alberto Pereira; RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, Martius Vicente (Orgs). Smart Cities - Cidades Inteligentes nas Dimensões: Planejamento, Governança, Mobilidade, Educação e Saúde. 2021. Disponível em <http://www.smart.rio.br/e-book/> Acesso em: 8 de set. de 2021.
- MENDES, Carlos. Bondes no Brasil. Novo Milênio, 2011. Disponível em: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/bonden20.htm.>. Acesso em: 2 de ago. de 2021.
- PRAHALAD, Coimbatore Krishnarao. A riqueza na base da pirâmide: como erradicar a pobreza com o lucro. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- RIO DE JANEIRO. Manual de Elaboração do Plano Plurianual PPA 2022-2025. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão. Subsecretaria de Planejamento. Disponível em: <http://seplag.niteroi.rj.gov.br/Manual%20do%20PPA%202022-2025.pdf>. Acesso em: 18 de ago. de 2021.
- TEIXEIRA, Suely C. S; MONTEIRO, Valéria de O; MIRANDA, Verônica A.. Programa médico de família no município de Niterói. Rio de Janeiro, 1999.
- Tragédia do Morro do Bumba, em Niterói, completa 10 anos sem entrega de moradia às famílias. G1 Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/30/

tragedia-do-morro-do-bumba-em-niteroi-completa-10-anos-sem-entrega-de-moradias-as-familias.ghtml→. Acesso em: 3 de ago. de 2021.

Urbanização chegará às comunidades do Viradouro e Morro da União. Emusa, 2019. Disponível em: ←<https://emusa.niteroi.rj.gov.br/obras/urbanizacao-chegara-as-comunidades-do-viradouro-e-morro-da-uniao/>→. Acesso em: 5 de ago. de 2021.

VENTURA, Leila. Entrevista concedida a Níveve Belangieri. Complexo do Viradouro, 10 de ago. de 2021

Viradouro. Cultura Niterói. Disponível em: ← <http://www.cultura-niteroi.com.br/blog/?id=312>→. Acesso em: 2 de ago. de 2021.

11

Disque-Denúncia

AUTOR

Francisco Lima Torres

Introdução

O Disque-Denúncia é uma central de atendimento especializada em receber relatos da população sobre ações criminosas, testemunhadas ou sofridas. As denúncias são recebidas por ligações anônimas e, imediatamente, repassadas às autoridades responsáveis, segmentadas por tipo de ocorrência. O Disque-Denúncia não é um serviço governamental, mas de uma organização da sociedade civil, o Instituto MovRio, contratada por convênio. Em virtude dessa parceria, regularmente, são encaminhados relatórios diários e semanais pela MovRio à prefeitura e às forças policiais da cidade, com o objetivo de acelerar monitoramentos e investigações de ocorrências.



*Logo do
Projeto Disque
Denúncia*

Niterói saiu na frente de outras cidades e se destacou como o primeiro município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro a ter uma estação de trabalho específica dentro do Disque-Denúncia¹. Esta metodologia de trabalho² em segurança pública se reverteu em uma das ações do Pacto Niterói contra a Violência (PNCV). A Câmara Municipal de Niterói³ tornou compulsória a divulgação do Disque-Denúncia – telefone (21) 2253-1177 – em locais públicos e transportes urbanos, publicizando a comunicação de violações, com garantia de anonimato. A lei também fortaleceu o atendimento das chamadas em Niterói.

A implementação do programa, desenvolvida em consonância com os demais objetivos e projetos do PNCV, sensibilizou a população para a necessidade de participação e esforço coletivos para a queda dos índices de criminalidade. Quanto maior o número de denúncias, maior o êxito nas estratégias dos órgãos que operacionalizam a segurança e a ordem pública.

1 Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

2 O Termo de Fomento nº 001/2018 estabeleceu a parceria entre o município e o Instituto MovRio.

3 Lei nº 3.369, de 22 de agosto de 2018.



Assinatura do Convênio com a MovRio com Zeca Borges (in memmorian).

Além disso, inúmeras denúncias relacionadas à covid-19 chegaram às centrais telefônicas, informando sobre violações às normas de segurança sanitária e controle da pandemia. As mais recorrentes foram o descumprimento do isolamento e distanciamento social, orientado pelas autoridades de Saúde, preços abusivos e venda e/ou produção de itens adulterados, como álcool em gel e máscaras. Houve também relatos sobre ameaças de saques ao comércio e funcionários obrigados por seus empregadores a trabalhar sob risco de contágio.

Em reportagem realizada publicada pelo jornal O Fluminense⁴ em 31 de março de 2020, foram destacadas a importância do serviço para gestão das ações de ordem pública durante o período de isolamento social:

“A participação da população, por meio das denúncias, deixa muito claro o apoio às autoridades no combate à covid-19 e a confiança no serviço que já existe há quase 25 anos. Podemos muito pouco sem essas importantes informações”, afirmou, Zeca Borges, coordenador do Disque-Denúncia. O secretário municipal de Ordem Pública, Paulo Henrique Azevedo de Moraes, contextualizou que: “O Disque-Denúncia tem sido muito importante para ajudar na questão de segurança. E agora se mostrou um parceiro com o recebimento de denúncias que nos ajudam a elabo-

⁴ <https://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/2020/03/1137509-disque-denuncia-ajuda-niteroi-na-guerra-contra-o-coronavirus.html>

rar ações de Ordem Pública nas ruas com as equipes da Guarda Civil Municipal, agentes da SEOP e fiscais de posturas. Além disso, contribuiu para não ocorrer sobrecarga no número 153. Toda a ajuda é muito bem-vinda neste momento. A cada dia as pessoas vão se conscientizando mais. Mesmo assim não vamos relaxar nessa missão.”

A parceria firmada com a OSC MovRio possibilitou a instalação de uma estação de trabalho para receber, exclusivamente, denúncias de Niterói, acelerando o fluxo de envio das ocorrências para as instituições que atuam no município, além de divulgar melhor o serviço, que pode ser acionado também pelo aplicativo Disque-Denúncia RJ. Na área de segurança, as denúncias recebidas são repassadas para as instituições de segurança pública do Estado⁵. O presente texto foi confeccionado a partir do levantamento de documentos, notícias e reportagens e relatórios do convênio, assim como a memória dos processos de implementação a partir de entrevistas com agentes envolvidos em seu desenvolvimento.

O Disque-Denúncia Niterói

O Disque-Denúncia envolve um conjunto complexo de conhecimentos e ferramentas para auxiliar órgãos e poderes constituídos. Deve estar disponível à população, interagindo e compartilhando informações, além de fornecer conteúdo para a elaboração de políticas públicas pautadas em microdados e mapeamentos precisos. A eficácia e eficiência do serviço depende de visão estratégica, uma rede atuante e com objetivos em comum, que otimizem a gestão pública, permitindo decisões rápidas e de resultados imediatos e exitosos.

O aprimoramento do Programa Disque-Denúncia no município visa a construir um ambiente legal, jurídico e institucional saudável e com participação social ampla. Somente com a sociedade civil organizada e atuante, os objetivos da Agenda 2030 da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS)⁶ serão alcançados.

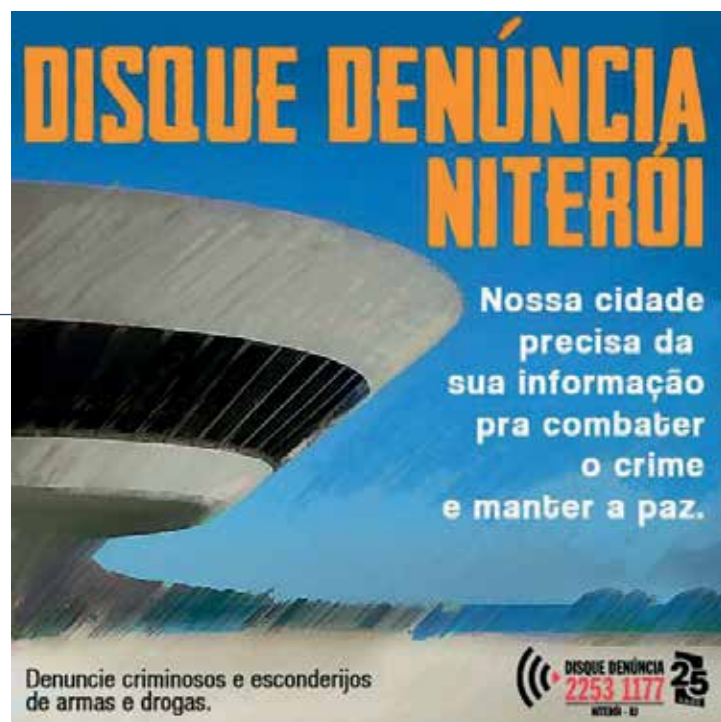
⁵ Através do Decreto nº 14.065, de 23 de junho de 2021, publicado no Diário Oficial (DO) do município, no dia 24 do mesmo mês e ano, a Gestão do Disque-Denúncia foi transferida da estrutura da Secretaria Executiva para a Secretaria Municipal de Ordem Pública.

⁶ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam

Responsável pela gestão de diversos programas e projetos no estado do Rio de Janeiro, desde 1995, o Instituto MovRio7 articula-se em torno da produção de conhecimento, comunicação, articulação e incidência. Em função da pluralidade de temas e programas, o instituto tem como objetivo principal incidir no fortalecimento da capacidade institucional da sociedade civil por meio da produção de conhecimento.

Os pilares estratégicos que tornam o serviço de denúncia efetivo se baseiam em trabalho em rede, mobilização social e a garantia do anonimato. Há uma cadeia de atividades criminosas que torna a repressão uma tarefa complexa, que envolve a dinâmica e a comunicação entre diversos atores. Por isso, o programa estabelece convênios para intercâmbio de informações e constrói rotinas de reuniões com agentes e instituições interessadas em participar da rede.

*Conteúdo
institucional
para divulgação
do programa*



desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil. Disponível em: <Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil>. Acesso em: 29 de set. de 2021.

7 Organização da Sociedade Civil que existe desde 1995 e atuou à frente do Programa Disque-Denúncia, Programa Procurados, Programa Desaparecidos, Direitos Humanos, Programa Linha Verde, Análise de Dados, Prêmio Tim Lopes e o Prêmio Destaque Policial. Disponível em: <www.morvio.org.br>.

O trabalho em rede permite ao programa conhecer novos casos e com isso oferecer apoio aos órgãos na elaboração de relatórios, cenários e dossiês; compartilhar informações sobre casos solucionados e para a solução de crimes; orientar, motivar e estimular a população a denunciar crimes; e gerar indicadores e padrões sobre temas que resultem em estratégias de prevenção e políticas públicas.

A mobilização social é a principal aliada das autoridades para conhecer as dinâmicas dos territórios e, assim, atuar e planejar o investimento de recursos, otimizando os resultados e agindo preventivamente. Nesse sentido, as campanhas de engajamento do cidadão reforçam a importância da participação social com informações e relatos sobre ações delituosas. E, por fim, pela garantia do anonimato, firmamos a credibilidade que foi conquistada ao longo de tantos anos, pois damos ao denunciante essa certeza, sendo ela a única forma do cidadão participar da segurança pública sem se colocar em risco.

A equipe de Comunicação, a partir da larga experiência com comunicação ativa, parcerias e foco no cidadão, coordena campanha com abordagens e com enfoque em ações de estímulo para o recebimento de denúncias anônimas da população, inclusive sobre temas de interesse do município. Sem esse trabalho, não é possível obter a participação de todos.

Nesse contexto, considera-se fundamental uma atuação voltada para a comunicação ativa com a população em geral utilizando mídias sociais e os mais diversos veículos de imprensa com os quais mantemos parceria constante. A divulgação de campanhas é parte do processo de contato, “diálogo” e escuta, expertise do Programa Disque-Denúncia há 25 anos, que compõe o conjunto de ações desenhadas a partir da realidade e da experiência do próprio morador local.

As campanhas promovidas pelo projeto apresentam estratégia de comunicação para áreas identificadas como foco e realizam a busca de canais de comunicação mais diretos e efetivos no local, contemplando a utilização de redes sociais próprias e de canais que têm maior alcance para o público-alvo. Também consideramos importante o uso de linguagem adequada inclusive através da influencer digital, a Dora, que pode se valer de um vocabulário mais informal e receptivo tendo diálogo com o

usuário. Já as campanhas com abordagens priorizam o contato com públicos que não estão diretamente envolvidos no debate. Esse envolvimento acaba acontecendo naturalmente em função do anonimato garantido pelo Disque-Denúncia.

As campanhas são elaboradas considerando a metodologia do Disque-Denúncia, que envolve diversos veículos promovendo o engajamento e atuação conjunta e em rede com diversos atores que têm interesse em comum em enfrentar os desafios na área de segurança pública. Além disso, promovem a divulgação de resultados, textos e conteúdos diversos que buscam despertar o interesse do cidadão e chamar atenção para os mais diversos temas, trabalhando a conscientização e treinando o olhar da população.

Os resultados do projeto: números totais e parciais

Desde setembro de 2019, foram registradas 6.768 denúncias em Niterói. Somente em um ano, entre setembro de 2019 e setembro de 2020, foram feitas 3.623 denúncias, uma média de 302 registros por mês. No período anterior, entre setembro de 2018 e setembro de 2019, o número chegou a 3.557, com média mensal de 296. No período de setembro de 2020 até o encerramento deste levantamento, foram apresentadas 3.003 delações, média de 429, por mês. A projeção esperada é de 5.148 comunicações até setembro de 2021, um aumento estimado de 42,09%, na base de dados do Disque-Denúncia.

Do início da parceria até o encerramento deste balanço, o tema mais em evidência relacionou-se com a covid-19, com 1.810 denúncias (26,74%). No entanto, em tempos de normalidade, não receberia mais do que 0,03% das chamadas, em Niterói. Outras relacionadas ao tráfico de drogas ficaram em segundo lugar, com 1.733 denúncias (25,61%). No período anterior à pandemia de covid-19, o comércio ilegal de entorpecentes correspondia a cerca de 37% das chamadas.

Assalto a transeuntes, roubos de carros e tiroteio também são assuntos classificados entre os mais comuns. Paralelamente ao tráfico, a maior parte das denúncias tem relação com o crescente conflito entre traficantes. Houve também aumento nas chamadas sobre a ação de milicianos, em Niterói, o que ficou mais aparente nas disputas por territórios, como as do Complexo do Fonseca e do Morro do Estado.



*Divulgação
do Disque-
Denúncia nas
redes sociais da
Prefeitura de
Niterói*

Considerações finais

O projeto Disque-Denúncia vem se mostrando estratégico para a área de segurança pública, somando-se ao conjunto de esforços do PNCV, os quais vêm promovendo a diminuição dos índices de violência na cidade. Desde o início, a parceria possibilitou que uma gama imensa de denúncias chegasse à Polícia Militar, à Polícia Civil, à Guarda Civil Municipal, à Fiscalização de Postura e a demais órgãos do poder público, ajudando em investigações, na prevenção de delitos e na elucidação de casos.

A participação da sociedade tem sido de primeira grandeza, pois, diretamente interfere no combate de delitos, construções irregulares, maus-tratos contra idosos, crianças e minorias. O programa, dentre outros do Pacto, é vetor de aproximação da sociedade com a segurança pública ao fornecer informações que vão ajudar os órgãos públicos a criar um ambiente de bem-estar social. Isso gera um sentimento de pertencimento, reforça a cidadania e fomenta a credibilidade do serviço público.

Referências bibliográficas

- A TRIBUNA. Niterói é eleita a não capital mais desejada do Brasil. 15/07/2019. Disponível em: <Niterói é a não capital mais desejada do país, diz pesquisa - A Tribuna RJ>. Acesso em: 21 de set. de 2021.
- BRASIL. A Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). Disponível em: <L13019 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 19 de ago. de 2021.
- FACEBOOK. Disque Denúncia Niterói. 21/05/2021. Disponível em: <[2] Disque Denúncia Niterói — Publicações | Facebook>. Acesso em: 21 de maio de 2021.
- NITERÓI. Decreto nº 14.065, de 23 de junho de 2021. Transfere, sem aumento de despesas, a gestão do Gabinete de Gestão Integrada Municipal e a Gestão do Disque-Denúncia, da Secretaria Executiva (SEXEC), para a estrutura da secretaria municipal de Ordem Pública (SEOP) e dá outras providências. Disponível em: <Decreto 14065 2021 de Niterói RJ (leismunicipais.com.br)>. Acesso em: 19 de ago. de 2021.
- O GLOBO. Niterói é eleita a não capital mais desejada do Brasil. 09/02/2019. Disponível em:< Niterói é eleita a não capital mais desejada do Brasil - Jornal O Globo>. Acesso em: 21 de set. de 2021.
- O SÃO GONÇALO. Foragido da Justiça de Sergipe é preso em Niterói. 10/06/2021. Disponível em: <Foragido da Justiça de Sergipe é preso em Niterói | JORNAL O São Gonçalo On-line (osaogoncalo.com.br)>. Acesso em: 10 de jun. de 2021.
- PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA. Em 2018, Niterói saiu à frente e se destacou como a primeira cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro a ter uma estação de trabalho específica dentro do Disque-Denúncia. Disponível em: <Disque-Denúncia | Pacto Contra a Violência (niteroi.rj.gov.br)>. Acesso em: 21 de set. de 2021.

12

**Plano de
Fortalecimento
da Guarda Civil
Municipal de
Niterói**

AUTORES

Etiene Mello Roiffé

Daianny Cristine Arruda de Jesus

Paulo Roberto Brito Junior

Renato Pacheco

Rodrigo Costa Rodrigues

Introdução

O Município de Niterói criou a sua Guarda Civil Municipal (GCM) na década de 1930, uma das organizações mais tradicionais do município, cuja tradição e história contabilizam mais de 80 anos de atuação no ordenamento público. Imbuída desses dois fortes elementos, tradição e história, e consciente da importância de seu papel institucional, a GCM vem passando por transformações de finalidade, atribuições, organização estrutural, vinculação administrativa e limitações de competência, buscando uma constante evolução e fortalecimento para atender as demandas da sociedade.

De acordo com o Estatuto¹ da Guarda Civil Municipal, a corporação atuava em diferentes funções na estrutura administrativa do município: (a) proteção do Paço Municipal; (b) proteção dos próprios municipais; (c) proteção das instalações dos serviços municipais; (d) exercer a vigilância dos logradouros públicos (ruas, praças, jardins); (e) preservar a moralidade e o sossego público; (f) proteger a arborização das praças e jardins, a rede de iluminação, monumentos e outras obras públicas; (g) colaborar com os demais órgãos municipais no exercício do poder de polícia administrativo que lhes competir; (h) colaborar com as autoridades federais e estaduais, sempre que solicitada, de acordo com as diretrizes expedidas pelo órgão municipal de segurança.

Em um cenário de constantes mudanças e diversificação das demandas, foram realizadas alterações legislativas, federal e municipal, modificando e expandindo as atribuições da GCM. Gradativamente a instituição vem absorvendo essas mudanças, com vistas à sua redefinição legal, fortalecimento, proximidade junto à população e legitimidade da identidade profissional dos agentes. Essa redefinição trouxe novos con-



*Logo da
Guarda Civil
Municipal de
Niterói*

¹ Instituído pela Lei Municipal nº 2.838/2011.

tornos para sua missão de zelar pela ordem pública e manifesta-se como um de seus maiores desafios.

Para ilustrar como o plano aproxima a instituição das demandas cotidianas da cidade, destacamos um caso emblemático, acontecido em agosto de 2019. O agente André Luiz Taranto, guarda do grupamento motorizado de trânsito, socorreu Estefani Maniere Guimarães, grávida em trabalho de parto, durante um engarrafamento no Barreto, que foi provocado pelo sequestro de um ônibus interurbano. A situação interditou a Ponte Rio-Niterói e suas vias de acesso ao município. Diante da urgência, Taranto tentou abrir caminho em meio ao congestionamento, sem sucesso. Com a permissão do marido e da sogra de Estefani, o agente conduziu a gestante até o hospital, onde chegou a tempo do parto de uma linda e saudável criança. O agente ainda retornou ao Barreto para buscar Ronald Natam, o pai da criança, para que ele conhecesse a filha. “O guarda foi um anjo que apareceu na minha vida e na vida da minha filha”, disse a mãe em depoimento à imprensa.

*Agente GCM
acompanha
saída da
puérpera do
hospital*



Metodologia

Para a construção deste capítulo, revisamos a literatura de diversos instrumentos de planejamento e gestão que direcionam a atuação da Administração Municipal, a saber:

- O Projeto Niterói Que Queremos (NQQ) 2013-2033: elaborado em 2013, apresentou o Plano de Desenvolvimento Estratégico da cidade, com ampla participação social e previu objetivos estratégicos traçados até o ano de 2033. Nele temos as atividades direcionadas à Guarda, atribuições que são tratadas no eixo Niterói Organizada e Segura, em que também encontramos apontamentos diversos para a implementação de ações com foco no fortalecimento da GCM de Niterói.
- O Pacto Niterói Contra Violência (PNCV) lançado em 2018 pela administração do município. Trata-se de uma estratégia inovadora, elaborada com ampla participação da sociedade e que se articula de acordo com os desafios e objetivos previstos no NQQ. Ele aponta caminhos para a elaboração do Plano de Fortalecimento da Guarda Civil Municipal de Niterói, especificamente, no que tange aos desafios constantes do eixo Convivência e Engajamento;
- O Plano Decenal da Guarda Civil Municipal², fruto do esforço e engajamento da corporação e de gestores do município. Esse plano, por sua vez, foi importante para a construção do Plano de Fortalecimento da Guarda, por conter dados, informações técnicas e estatísticas, diagnosticar necessidades e alinhar estratégias de planejamento e metas da instituição para a próxima década.

Também foi realizada análise de legislações, orçamento, organogramas, regimento interno, instrumentos de orientação operacional e relatórios da GCM. Consideramos o Planejamento Estratégico da Guarda Civil Municipal de Niterói, que contou com a colaboração de Arthur Trindade, vinculado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma importante obra técnico-científica, cujo conteúdo foi construído a partir

² O plano pode ser acessado, na íntegra, através do site do PNCV. <http://pactocontraviolencia.niteroi.rj.gov.br/convivencia-e-engajamento/fortalecimento-da-guarda-municipal/>. Acesso em 02/02/2023.

do levantamento de legislações, dados e observação direta em relação à GCM de Niterói. Assim, o plano estratégico serviu como base para a construção do Plano Decenal, e foi a partir dessas referências nacionais e insumos pesquisados que o Plano de Fortalecimento da GCM, que representa um dos eixos no Plano Decenal, se alicerça.

Por sua complexidade, observamos que os municípios têm um importante papel na tomada de decisões para o desenvolvimento e execução de políticas públicas de segurança, da prevenção e enfrentamento à violência e à criminalidade. Niterói foi um dos municípios pioneiros no planejamento de ações inovadoras no segmento da Segurança Pública, com propostas de caráter preventivo, que atendem às demandas sociais e urbanas. Os investimentos e a atenção à formação dos agentes profissionais, que prezam pela qualificação que supera o aspecto legal das Políticas Públicas de Segurança Municipal, são pontos importantes.

Os investimentos na qualificação dos agentes da GCM mostraram-se ainda mais necessários diante do enfrentamento da crise sanitária e econômica na esteira da pandemia do novo coronavírus. Durante esse período a GCM assumiu novas atribuições na atuação junto à população, realizando ações voltadas à contenção do vírus como a aferição de temperatura corporal, fiscalização do uso de máscaras e bloqueios em locais estratégicos para monitoramento da mobilidade da população.

*Resgate
de animais
silvestres
pela Patrulha
Ambiental*



A partir da análise de um conjunto de dados qualitativos e quantitativos a seguir, apresentamos o projeto Plano de Fortalecimento da Guarda Civil Municipal de Niterói. Ele aponta para a importância do planejamento em investimentos com vistas ao aperfeiçoamento, modernização e crescimento desta força, adequando sua estrutura física e humana – das rotinas operacionais, da ampliação e aprimoramento nas áreas de logística e de pessoal até a necessidade de reestruturação do Plano de Carreiras desta categoria profissional – a fim de acompanhar as constantes mudanças nas dinâmicas das políticas públicas de segurança.

O Plano de Fortalecimento da Guarda Municipal de Niterói

O Departamento Operacional (DOP), responsável pelo plano estratégico organizacional da GCM, planeja aprimorar os serviços prestados à população e aos órgãos públicos municipais de Niterói, refletindo o compromisso da categoria com o desenvolvimento da cidade e a qualidade de vida de seus municípios. Elencamos os seus pontos principais:

- I - Integrar ações com as secretarias, outros órgãos públicos e os segmentos diversos da sociedade de modo a atender de forma rápida, eficaz e eficiente às demandas da população, mantendo a ordem pública e a percepção de segurança, promovendo a reestruturação da Patrulha Escolar e sua integração com a Secretaria municipal de Educação; da Coordenadoria de Trânsito e sua integração com a Niterói Transporte e Trânsito (NitTrans); da Coordenadoria de Apoio ao Serviço Social e sua integração com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SAS-DH); da estruturação do Núcleo de Atendimento ao Servidor e sua integração com a Secretaria Municipal de Saúde (MS) e Secretaria de Esporte e Lazer (SMEL); criação e estruturação da Coordenadoria Patrimonial e sua integração com a Secretaria Municipal de Administração (SMA);
- II - Reestruturar o DOP, racionalizando processos internos de tomada de decisão, fortalecendo sua estrutura e gestão interna por meio dos avanços da tecnologia da informação

- à disposição, da elaboração de Procedimentos de Operação Padrão (Pops) uniformizando os protocolos operacionais, da implantação do Boletim de Ocorrência Eletrônico e implantando o Programa de Gestão de Resultados com indicadores e metas de desempenho;
- III - Elaborar a matriz de responsabilidade para grandes eventos;
 - IV - Promover a formação, capacitação e desenvolvimento de competências dos guardas civis municipais, por meio de um novo modelo de formação continuada com planos de capacitação de trilhas de aprendizagem;
 - V - Fortalecer as estruturas físicas e materiais da GCM e garantir a eficiência alocativa dos recursos humanos;
 - VI - Construir as bases regionais, além de reformar e adequar as instalações existentes;
 - VII - Criar a Coordenadoria de Patrimônio;
 - VIII - Promover o Prêmio Guarda Cidadã de valorização de boas práticas e reconhecimento dos profissionais;
 - IX - Promover o fortalecimento e participação efetiva da GCM no Conselho Comunitário de Segurança, ampliando sua representatividade nesse segmento;
 - X - Reestruturar o plano de carreira, cargos e remunerações.

Assim sendo, o presente projeto, que compõe o Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos, avançou algumas etapas e permanece implementando os demais eixos temáticos previstos no Plano Decenal, objetivando a construção e promoção de uma gestão democrática, com o desenvolvimento integrado das ações desse setor de segurança, dialogando com diversas áreas do poder municipal³ e com a sociedade. A dinâmica de trabalho adotada visa à constante melhoria e comprometimento com a qualidade dos serviços prestados, observando a garantia dos direitos humanos e a cultura de paz na cidade.

³ Cabe citar algumas dessas áreas: a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Secretaria Municipal de Administração (SMA), a Secretaria Municipal de Educação (SME), assim como outros segmentos públicos como o Conselho Tutelar e o Corpo de Bombeiros.

Redefinição da missão da Guarda Civil Municipal em atendimento às demandas

A função da GCM se restringia à proteção dos municipais (praças, prédios públicos, hospitais), mas atualmente foi direcionada para o desempenho de diferentes funções na estrutura administrativa do município. As atividades desenvolvidas no cotidiano dos agentes vai desde a vigilância de logradouros públicos até a prestação de serviços municipais, colaborando com demais órgãos de segurança municipais e estaduais, no exercício do poder de polícia e no auxílio às atividades de segurança pública.

Para a elaboração desse novo cenário, foi necessário avaliar as alterações no sistema legal e estrutural que define as atribuições da GCM. Isso para que haja maior concentração das suas atividades no zelo pela ordem pública, proteção dos próprios munícipes e combate às ações criminosas.

Os dados abaixo apresentados, extraídos dos Boletins de Ocorrência da GCM de Niterói (BOGCMN), entre janeiro de 2018 a junho de 2021, retratam a diversificação e o crescente volume de demandas atendidas pela corporação, que não eram contempladas nas suas atribuições originais.

ATENDIMENTOS REQUISITADOS À GCM ENTRE JANEIRO DE 2018 E JUNHO DE 2021

CÓDIGO	NATUREZA DAS DEMANDAS	2018	2019	2020	2021 (ATÉ JUN.)	TOTAL
001	CRIMES	224	294	65	31	614
002	CONTRAVENÇÕES	130	57	74	97	358
003	POSTURAS	1363	1942	818	190	4313
004	MEIO AMBIENTE	1594	1899	1211	906	5610
005	TRÂNSITO	748	707	263	178	1896
006	ASSISTENCIAIS	1238	1362	403	238	3241
007	DIVERSAS	1373	2328	1300	887	5888
TOTAL		6670	8589	4134	2527	21920

Fonte: Confecção do OSPNit. 2021.

Entre as alterações estruturais da instituição previstas pelo plano, encontra-se o projeto de reestruturação do Departamento Operacional (DOP), considerando uma atuação

coordenada e integrada dos fluxos e processos das seguintes áreas internas: divisão de controle documental; divisão de processos; divisão de planejamento estratégico; e divisão de controle de informações. Desta forma, o DOP passaria a ter suas atribuições organizadas e suas atividades executadas da seguinte forma:

- Divisão de Controle Documental: desenvolve um manual, um conjunto de regras e procedimentos técnicos, para documentação das atividades realizadas, o que auxiliará a Inspetoria Geral na tomada de decisão;
- Divisão de Processos: monitora os processos, que visam à autonomia funcional dos diversos setores, garantindo que sigam seu fluxo com uniformização e métodos;
- Divisão de Controle da Informação: garante a integridade e uniformização da informação. Serão também obedecidos os protocolos de acesso e sigilo de dados na informação.

Para fins de planejamento e otimização das rotinas do setor, foram apresentadas as seguintes propostas: a reestruturação do DOP; ações que promovam uma maior integração com o Centro Integrado de Segurança Pública (CISP); e a uniformização dos protocolos operacionais. O Plano de Reestruturação do DOP aponta a necessidade de modernização do setor, dividindo-se em: estrutura física, material, recursos humanos, instrução de serviço e avaliação de resultados, cujas especificidades são:

- A estrutura física tem de adequar-se para comportar os equipamentos necessários;
- A estrutura material fornece condições de trabalho para a equipe do DOP, bem como possibilita o atendimento célere na prestação de serviços e atividades de urgência;
- Os recursos humanos são os guardas civis municipais;
- As instruções de serviço são destinadas a orientar os integrantes da GCM sobre as alterações procedimentais;
- As avaliações de resultado serão feitas pelo DOP por meio do levantamento de informações operacionais, detalhadas nos relatórios de serviços e outras fontes de dados;

- A responsabilidade de ordem operacional é planejar as operações e assessorar o Inspetor Geral nas tomadas de decisão.

A base para a integração entre o DOP e o Centro Integrado de Segurança Pública (CISP) será a efetiva comunicação de serviço operacional por meio do DOP Online, o que acelerará o fluxo das informações, durante a execução da ordem de serviço, que acionará o atendimento de demandas. Ele também servirá como um canal de comunicação para envio de sugestões, reclamações e elogios.

A uniformização de protocolos se deu a partir de análises e comparações dos procedimentos operacionais de diversos entes federativos. Nesse sentido, os profissionais devem ser instituídos sobre o procedimento padrão (Pop), que será posteriormente avaliado, gerando subsídios individuais para alcançar a excelência. Busca-se assim uma avaliação profissional constante.

Para finalizar, foram detalhados os mecanismos de institucionalização do Plano Estratégico. Diante da complexidade que envolve o tema da Segurança Pública e Ordenamento Urbano, faz-se necessário planejamento. Nesse sentido, o setor buscará evoluir, ainda mais, no assessoramento da Inspeção Geral para tomada de decisão.

Estruturação do plano de carreira

A respeito da reestruturação do plano de carreira, cargos e remuneração da GCM, a Constituição Federal da República prestigia o instituto da carreira. A reestruturação do plano, portanto, visa a alinhar e compatibilizar suas disposições às normas constitucionais, que preveem o instituto da carreira como um direito do servidor à evolução funcional, o que não se confunde com o acesso a cargos por nomeação.

O direito a um plano de carreira, seguindo o elenco das referências constitucionais, deve ser previsto como direito à projeção, crescimento dentro do plano institucional organizacional. E, nesse sentido, deve-se também fixar padrões de vencimentos e demais componentes do sistema remuneratório, de acordo com a evolução, assim considerando “a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos

componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos” (BRASIL, 1990)⁴.

A Administração Pública pode avançar não somente porque tem o dever de observância às disposições constitucionais, mas, principalmente, pelo compromisso com o fortalecimento, desenvolvimento e satisfação de seus funcionários. Um plano de carreira, cargos e remunerações ultrapassa a facilidade na mensuração de ações e resultados. Afinal, a satisfação dos trabalhadores colabora para o sucesso administrativo de um município de forma geral.

A respeito do corpo de funcionários apontamos que a realização dos últimos concursos, ocorridos em 2014 e 2019, tiveram significativa relevância para a GCM, uma vez que além de ampliar o efetivo, que passou a contar com cerca de 675 agentes, sendo 119 mulheres (GFEMs) e 556 homens (GCMs), contribuiu para o fortalecimento da estrutura como um todo.

*Agentes CGM
Niterói*



Hoje cerca de metade da estrutura da GCM é composta por agentes com nível superior completo. Isso possibilitou a

⁴ Art. 39, §1º, I a III, com a redação da EC 19 (BRASIL, 1990).

inclusão no Plano de Fortalecimento da GCM em um conjunto de ações articuladas, destinadas não só ao aproveitamento das competências pessoais e profissionais já existentes, como também, a promover a formação e o desenvolvimento contínuo dos agentes, em parcerias com instituições públicas e privadas, o que resulta em servidores com alta capacitação.

Considerações finais

Por fim, concluímos que o plano manifesta a elaboração de um trabalho baseado em evidências, com relevância no seu profissionalismo e qualidade, trazendo, aos nossos olhos, previsões positivas de aperfeiçoamento e crescimento institucional. Há expectativas para a sua efetiva concretização. Concluímos que o comprometimento, tanto dos próprios agentes quanto da administração pública direta, enquanto gestão administrativa, financeira e orçamentária, com suas atribuições e competências, é fundamental para tornar tudo isso possível, pois investir no desenvolvimento de políticas públicas representa também avanços no fortalecimento da organização e do município.

Referências bibliográficas

- A TRIBUNA. Guarda Municipal socorre grávida em trabalho de parto durante engarrafamento em Niterói, 21/08/2019. Disponível em: ←Guarda Municipal socorre grávida em trabalho de parto durante engarrafamento em Niterói - A Tribuna RJ→. Acesso em: 11 de ago. de 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- _____. Lei nº 13.002, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Disponível em: ←L13022 (planalto.gov.br)→. Acesso em: 12 de ago. de 2021.
- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 308, de 27 de dezembro de 1937. Disponível em: ←cria3a-7c3a3o-guarda-municipal-de-niter c3 b3i-28dez2014.pdf (wordpress.com)→. Acesso em: 11 de ago. de 2021.
- DIÁRIO MUNICIPAL DE NITERÓI. Deliberação nº 1.448, de 28 de dezembro de 1937. Disponível em: ←cria3a7c3a3o-guar-

- da-municipal-de-niter c3 b3i-28dez2014.pdf (wordpress.com)→. Acesso em: 11 de ago. de 2021.
- GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE NITERÓI. Revista Científica Guardiões de Niterói , volume 1, 2018 – ISSN 2595-1254. Centro de Formação e Qualificação de Guardas.
- NITERÓI. Lei Ordinária de Niterói nº 2838, de 30 de maio de 2011. Institui o Estatuto da Guarda Civil Municipal de Niterói e cria a Corregedoria Geral da Guarda Civil de Niterói e dá outras providências. Disponível em: <lei-ordinária-de-niterc3b3i _rj-nc2ba-2838_2011-de-30_05_2011-estatuto.pdf (wordpress.com)→. Acesso em: 11 de ago. de 2021.
- _____. Lei Ordinária de Niterói nº 3077, de 27 de fevereiro de 2014. Instituiu o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Servidores da Guarda Civil Municipal de Niterói e dá outras providências. Disponível em: <Lei Ordinária 3077 2014 de Niterói RJ (leismunicipais.com.br)→ Acesso em: 12 de ago. de 2021.
- PREFEITURA DE NITERÓI. Secretaria Municipal de Ordem Pública. Resolução SEOP nº 009, de 18 de setembro de 2014. Institui o Regimento Interno da Guarda Civil Municipal de Niterói. Disponível em: <regimento-interno-res-seop-09-do-de-27set20141.pdf (wordpress.com)→. Acesso em: 12 de ago. de 2021.
- TRINDADE. Arthur. Guarda Civil Municipal de Niterói. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

13

**A mediação de
conflitos como
via estruturante
para a cultura da
paz na construção
de cidades
inteligentes**

AUTORES

Joana Tânia Pereira dos Anjos Raphael

Luisa Vianna Assumpção

Introdução

O presente capítulo pretende descrever o planejamento e o início do Programa Rede Mediar, reunindo informações dos acervos do Pacto Niterói Pela Paz e do programa, além da memória e conhecimento das gestoras envolvidas no processo. Em resposta às demandas da sociedade civil, definiu-se o lançamento do Programa de Mediação de Conflitos, no âmbito do Plano Municipal de Segurança Pública, chamado, inicialmente, Pacto Niterói Pela Paz, proposto pela Arquidiocese de Niterói, em audiência pública, realizada em março de 2018.

Com o lançamento da Rede Mediar, em 2019, a Prefeitura Municipal de Niterói reforçou a prevenção da violência, implementando a metodologia dialógica da mediação, um dos meios adequados para a solução de conflitos que administra os interesses das partes com a intermediação de um terceiro. Para isso, é fundamental o empenho entre os atores envolvidos na solução de suas divergências, a promoção de autonomia e a empatia para melhorar a convivência e fomentar a cultura de paz.

A mediação aborda os conflitos, valorizando os pontos de convergência. Essa ação é realizada pela figura dos mediadores entre particulares como meio de solução de controvérsias. O mediador é capacitado para trabalhar técnicas e usar ferramentas a fim de contribuir para a retomada da comunicação entre as pessoas. Além de estimular que os mediados, por meio de exercícios de autonomia e colaboração, solucionem suas diferenças. Surlo e Dias (2010) afirmam que o efeito pedagógico da mediação é aferido pelo fluir da comunicação nas relações sociais, uma vez que todos podem aprender sobre o outro e a lidar com as problemáticas do cotidiano pela comunicação. Percebe-se que a mediação previne conflitos e encerra ciclos já instaurados. Junto com ela, há ainda outras práticas



*Logo do
Projeto Rede
Mediar*

consideradas adequadas à solução de conflitos e construtoras da cultura de paz, tais como: as práticas colaborativas, a comunicação não-violenta e a justiça restaurativa.

Política pública de mediação de conflitos em Niterói

Niterói tornou-se a segunda cidade do estado do Rio de Janeiro a instituir uma normativa sobre política pública de mediação de conflitos. O Decreto Municipal nº 13.380/2019 regula, implementa e fortalece as ações do programa, garantindo princípios, objetivos e previsões de atuação da Rede Mediar. Em seu artigo 5º, o Decreto prevê a implementação de mediação comunitária, de mediação escolar, da capacitação de servidores municipais e da justiça restaurativa para adolescentes em conflito com a lei. Nos demais artigos, prevê as linhas gerais para implantação da política pública com encaminhamentos para articulação e implantação de cada um desses itens previstos. Ainda no artigo 4º do Decreto, está prevista a construção de programas de mediação com a sociedade civil e com diversas instituições, inclusive religiosas, uma das marcas da criação da Rede Mediar.

A instituição da parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), foi o primeiro passo da Rede Mediar antes mesmo do convênio ser assinado em outubro de 2019. O Nupemec fomenta políticas públicas de mediação de conflitos e apoia a implantação de iniciativas governamentais, como a de Niterói. Foram realizadas atividades formativas para líderes comunitários, com apoio da Federação das Associações de Moradores de Niterói (FamNit), da sociedade civil e equipes da prefeitura, sobretudo na mediação de conflitos escolares, mediação familiar e oficina de convivência. O intuito, na época, foi apresentar e aproximar as pessoas da mediação de conflitos.

A Rede Mediar, em conjunto com a FamNit, definiu locais para receber os núcleos de mediação e o desenho de divisão das regiões. Além disso, as Organizações Sociais Religiosas ligadas ao Movimento Ecumênico de Niterói, à Comissão de Sistemas de Gestão de Conflitos da OAB Niterói e às Câmaras Privadas de Mediação da Cidade, também somaram esforços para a

construção da Rede Mediar. Os líderes religiosos, com grande influência social nas comunidades, atraíram grupos que o poder público não alcança, portanto, são importantes no processo de divulgação ou sediação da mediação (MOURÃO; NAIDIN, 2009).



Em agosto de 2019, foi lançada a Rede Mediar com a presença do prefeito Rodrigo Neves e do desembargador César Cury. Em outubro, foi assinado o Convênio com o TJ-RJ para formação de duas turmas de mediadores comunitários pelo Nupemec, prevendo também a formação de multiplicadores, que garantissem a continuidade dessa política pública e da mudança de cultura.

Primeira reunião com líderes comunitários, em 2019

No mesmo ano, Niterói foi escolhida para sediar o 3º Encontro Estadual de Mediadores do Nupemec, em outubro. O encontro foi uma parceria entre a prefeitura e a sociedade civil. Segundo Mourão e Naidin (2009), a compreensão dos moradores da comunidade sobre a aplicabilidade dessa ferramenta e a apropriação do projeto faz com que ele seja duradouro, um requisito fundamental para os projetos sociais. A prova disso foi o pedido de manutenção da formação de líderes pela Rede Mediar, durante a pandemia de covid-19, em 2020, o que resultou na criação do Desatando Nós, uma alternativa da Rede Mediar para o contexto de isolamento social e

suspensão das atividades presenciais. Desatando Nós trata sobre os métodos de solução de conflitos e suas aplicações no cotidiano por meio de textos e vídeos com diretrizes, práticas de algumas técnicas, atuações sobre o tema e, sobretudo, da comunicação não-violenta¹.



Lançamento da Rede Mediar no MAC, em agosto de 2019

Em 2020, a FamNit solicitou também a realização da formação de mediadores comunitários, de forma remota. Com isso, construiu-se com a primeira turma online de formação de mediadores comunitários de Niterói pela Rede Mediar, da qual participaram líderes comunitários de diferentes regiões e servidores municipais, entre eles, membros da equipe Pacto Niterói Contra Violência (PNCV) e da Guarda Municipal.

Ainda em 2020, a Rede Mediar realizou formação sobre gestão de conflitos no contexto escolar para as equipes dos dois Espaços Nova Geração (ENG) com a gerente Luísa Assumpção e em parceria com o projeto De Coração Para Coração, em que foram apresentadas a mediação de conflitos e a justiça restaurativa, via plataforma online, no período de medidas de isolamento social.

¹ Os conteúdos do Desatando Nós encontram-se disponíveis no portal do Pacto Niterói Contra a Violência. http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/noticias_redemediar

Além dos impactos da pandemia, o ano de 2020 foi marcado pelas mudanças organizacionais na gestão municipal, entre elas a criação da SMDH e a vinculação da Rede Mediar à essa nova secretaria, alinhada ao PNCV.

Em 2021, para implementar o Espaço Mediar, no Centro, uma das principais dificuldades foi a ausência de mediadores contratados, pois a Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDH) havia sido criada recentemente e não dispunha de recursos. A solução foi a realização de uma parceria com a Guarda Civil Municipal (GCM), que mantém na grade de formação de seus agentes a disciplina Mediação de Conflitos e já possuía profissionais formados em mediação. Prontamente, 19 agentes se voluntariaram para trabalhar nas capacitações de novos mediadores. Assim, a oficina sobre Mediação de Conflitos no Espaço Escolar, promovida pela Secretaria de Direitos Humanos, aconteceu em 9 de junho, no Auditório Antônio Cláudio Nogueira, na Cidade da Ordem Pública, no Barreto, Zona Norte de Niterói. A oficina capacitou cerca de 35 guardas para atender às demandas das escolas. Para Joana Raphael, gerente atual da Rede Mediar, a resolução de conflitos está intimamente ligada aos profissionais da linha de frente, aqueles que atuam em contato direto com a população:

Preparar cada vez mais quem trabalha na linha de frente nas escolas, em contato direto com as nossas crianças, é fundamental para diminuir alguns índices negativos como, por exemplo, o processo de evasão escolar. Nesse sentido, qualificar o serviço dos guardas na resolução de conflitos é fundamental, pois muitas vezes são eles os primeiros a serem chamados quando ocorrem problemas sérios entre alunos. (PNCV, 2021)

Nas palavras do GCM Macedo, coordenador de Patrulhamento Escolar da GCM, para um atendimento às crianças e aos adolescentes é necessário agregar mais ao serviço de patrulhamento escolar para o retorno às aulas. Segundo ele, é importante “ter profissionais prontos a enfrentar os novos desafios que o cenário de pandemia gerou” (PNCV, 2021). Nesse sentido é que a Rede Mediar segue na missão de im-

plementar a cultura da paz por meio de Centros de Mediação Comunitária, capacitação de servidores e ações concretas junto aos cidadãos. Entre as metas dos cem primeiros dias de gestão, houve a criação da 1ª Câmara Pública Municipal de Gestão de Conflitos, em 23 de março de 2021.

A mediação de conflitos no contexto do acesso a direitos humanos

Encorajamento e facilitação são partes do processo dialógico para as partes compreenderem suas responsabilidades, pois o conflito, seja qual for, tem origem nas diferenças de interesses. As percepções subjetivas devem ser manifestadas, assim como o que levou ao conflito. Um dos principais objetivos nas sessões é que as partes estejam dispostas a conviver melhor, porque o diálogo instaura a confiança entre os sujeitos, rompe silêncios e implica uma autocrítica, pensar a coletividade e a realidade conflituosa (FREIRE, 2005). Se o diálogo instaura a confiança, logo, a falta dele pode resultar no desacordo inerente à condição humana. A carga positiva ou negativa do conflito não depende simplesmente da sua existência, mas da capacidade ou incapacidade do sujeito de geri-lo de uma forma eficiente e avaliada em seu alcance transformador. Segundo Sales:

A mediação é um procedimento consensual de solução de conflitos por meio do qual uma terceira pessoa imparcial – escolhida ou aceita pelas partes – age no sentido de encorajar e facilitar a resolução de uma divergência. As pessoas envolvidas nesse conflito são as responsáveis pela decisão que melhor as satisfaça. (2007, p.23).

Além de melhorar as relações cotidianas, a mediação transforma embates em oportunidade de transformação social e crescimento, tornando-se política pública municipal e via estruturante para a cultura da paz na construção de cidades inteligentes, como Niterói. As cidades inteligentes primam pela inovação. A construção de uma visão de futuro decorre de repensar a cidadania à luz da contemporaneidade,

da busca de caminhos mais flexíveis, de uma redefinição de atitudes diuturnas promovendo uma maior responsabilidade e participação da comunidade na solução dos seus conflitos.

Cidades inteligentes são as que utilizam conceitos e técnicas de gestão para melhorar o desenvolvimento local em conjunto com os cidadãos, gerando benefícios de caráter econômico, social e ambiental com base na adoção de novas tecnologias. Elas unem os conceitos de cidade sustentável e cidade digital, onde o foco é a melhoria da qualidade de vida através do desenvolvimento e monitoramento de drivers e indicadores. (GUEDES, 2020)

Um dos objetivos na gestão das cidades inteligentes é diminuir a problemática urbana causada pelo crescimento desordenado, ouvindo e valorizando as informações recebidas da população para subsidiar decisões que favoreçam a qualidade de vida dos cidadãos, aliando tecnologia e análise de dados nesse processo complexo. Esse processo histórico de crescimento desordenado também ocorreu em Niterói, cidade que recentemente conquistou posições de primeiro lugar em governança do Brasil e nona cidade mais inteligente no ranking Connected Smart Cities 2021. A classificação, desenvolvido pela Urban Systems, mapeia as cidades com mais de 50 mil habitantes (666 cidades) e define aquelas com maior potencial de desenvolvimento. Trata-se também de um fórum de discussão entre os setores público e privado sobre novas ideias e dados para a construção de políticas públicas humanas, inovadoras e sustentáveis.

A premiação demonstra que políticas públicas, como a mediação de conflitos, proposta em audiência pública, quando aprimoradas influenciam diretamente a vida cotidiana da população, incrementando a qualidade de vida, fomentando oportunidades e a participação popular. Portanto, provoca impacto social, principalmente quando os cidadãos se apropriam e usufruem da iniciativa.

Mediar conflitos é um processo que envolve várias etapas, incluindo a publicização, sendo essa a próxima etapa em re-

lação à mediação de conflitos. Para reverter esse gargalo no município de Niterói, a SMDH pretende colocar em ação um plano de comunicação, a curto prazo, com a participação de associações de moradores, recreativas e comerciais e instituições religiosas, e inaugurar a Rede Mediar Cantagalo e a Rede Mediar Fonseca.

Considerações finais

Cientes de que a mediação de conflitos propicia uma justiça mais humana, é importante que a sociedade aproprie-se dessa política pública. Ao prevenir e solucionar os conflitos, orientar e conscientizar sobre direitos e deveres, o projeto ainda reflete sobre o exercício da cidadania plena num contexto de profunda desigualdade socioeconômica. Por isso a importância da participação cidadã na construção de soluções adequadas para demandas cotidianas que podem resgatar a autoestima dos sujeitos e despertá-los para a autonomia e acesso à garantia de direitos.

Desde os primórdios, a meta da Rede é a instalação de 10 Câmaras Públicas de Mediação de Conflitos, tanto em espaços públicos quanto em parcerias com instituições da sociedade civil. Atualmente, a Rede Mediar, localizada no Centro, atende solicitações de qualquer bairro. Contudo, um plano de expansão está em andamento, uma vez que a proximidade geográfica desses espaços com a comunidade traz benefícios, pois é vital que os mediadores comunitários pertençam aos territórios atendidos. Quanto mais mediadores estiverem capacitados, a mediação tornar-se-á água de qualidade que jorra em todos os territórios.

Referências bibliográficas

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia* [recurso eletrônico]. 2002. Disponível em: ← http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=17338 →. Acesso em: 18 de set. de 2021.
- GUEDES, André apud FONSECA, Adriana. *Especial cidades do futuro: o que são cidades inteligentes, afinal?* 2020. Disponível em: ← <https://www.whow.com.br/tecnologia/cidades-inteligentes-o-que-sao-afinal/> →. Acesso em: 18 de set. de 2021.

- MOURÃO, Barbara; NAIDIN, Silvia. Mediação comunitária no Brasil: Diálogo entre conceitos e práticas. Rio de Janeiro: CE-SeC/Mediare, 2019.
- PREFEITURA DE NITERÓI. Decreto no 13.380, de 8 de novembro de 2009. Regula e implementa a Mediação de Conflitos como integrante da Política Pública de Segurança no Município de Niterói. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/n/niteroi/decreto/2019/1338/13380/decreto-n-13380-2019-regula-e-implementa-a-mediacao-de-conflitos-como-integrante-da-politica-publica-de-seguranca-no-municipio-de-niteroi?r=p>>. Acesso em: 15 de ago. de 2021.
- _____. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º, da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm>. Acesso em: 15 de ago. de 2021.
- _____. Rede Mediar capacita Patrulha Escolar em Mediação de Conflitos. Pacto Niteroi contra violência, 2021. Disponível em: <<http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/2021/06/17/rede-medar-capacita-patrolha-escolar-em-mediacao-de-conflitos/>>. Acesso em: 14 de ago. de 2021.
- SALES, Lilia Maia de Moraes. Mediare: um guia prático para mediadores. Ed. Fortaleza: UFC, 2007, p. 23.
- SURLO, Gerlis; DIAS, Maria Tereza. Mediação e Cidadania nos Núcleos de Prática Jurídica: a experiência da Universidade Federal de Ouro Preto. Publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, realizado em Fortaleza (CE), em junho de 2010.

Sobre os autores

Alexandre Teixeira Trino – Doutor em Informação e Comunicação (ICICT/FIOCRUZ), coordenador do Consultório na Rua (SMS).

Ana Eppinghaus – Mestre em Estudos de Saúde Coletiva (UFRJ), graduada em Medicina UERJ, coordenadora da COVG.

Ana Vieira – Mestre em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), graduada em Administração (FEF-RJ) e gerente do Programa Poupança Escola da Prefeitura Municipal de Niterói (PMN).

Analice de Cól – Graduanda em Publicidade e Propaganda (UFF). Assistente de comunicação II da Organização Social Viva Rio (maio de 2020 a janeiro de 2021).

Anderson Pipico Rodrigues – Secretário Municipal de Participação Social.

Bárbara da Silva Siqueira – Presidente do Grupo Executivo Caminho Niemeyer e Gerente do Programa Espaço Nova Geração.

Camila Gonçalves – Mestranda em Sociologia (PPGSO/UFF) e Bacharel em Direito (UCAM), advogada.

Carlos Mário Neto – Gerente do Escritório Social.

Claudia Marcia Osório Xavier de Almeida – Mestre em Educação Profissional em Saúde (EPSJV/ FIOCRUZ), Graduada em Serviço Social (UFF). Assistente Social da Policlínica Regional de Saúde Dr. Guilherme Taylor March e Técnica do Projeto Escola da Família.

Daiani Castanheiro – Assessora Jurídica do Escritório Social.

Daianny Cristine Arruda de Jesus – Pós-graduada em Civil e Processo Civil (Universidade Cândido Mendes), bacharela em Direito (Universidade São José) e guarda civil municipal de Niterói.

Débora Targino – Bacharel em Serviço Social, pós-graduada em Responsabilidade Social e Terceiro Setor. Gestora do projeto Niterói Jovem Eco Social pela Firjan.

Etiene Mello Roiffé – Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil (ESA), bacharela em Direito e guarda civil municipal de Niterói.

Fabiola Rodrigues de Miranda – Técnico do Consultório na Rua - PMF/VIPACAF/FMS.

Francisco Lima Torres – Licenciatura plena em Letras, Língua Portuguesa e Literatura (Universo). Especialização em Gestão de Processos Educativos, Direção e Supervisão Escolar (UERJ). Diretor de Ensino e Pesquisa, coordenador de Inteligência Municipal e gestor do Programa Disque-Denúncia, na Secretaria de Ordem Pública (SEOP).

Guilherme Ribeiro – Subsecretário de Obras na Prefeitura Municipal de Niterói e gerente do Programa Ação Territorial Integrada na Viradouro.

Gustavo Rodrigues – Assessor Técnico do Projeto Niterói Jovem Eco Social - Secretaria Municipal de Participação Social- SEMPAS/PMN.

Jaime Everardo Platner Cezario – Mestre em Ensino na Saúde (EEAAC/UFF), Graduado em Enfermagem e Obstetrícia (UFF), Enfermeiro da FMS/Niterói e SES/RJ e Técnico do Projeto Escola da Família.

Joana Tânia Pereira dos Anjos Raphael – Relações públicas e jornalista. Gerente da Rede Mediar e coordenadora do Observatório Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Ompir/Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Niterói). Pesquisadora convidada do Programa Desenvolvimento e Educação Theotônio dos Santos (IFHT-UERJ); especialista em Educação Profissional (UERJ) e Educação e Relações Étnico-raciais (UFF). Integra o Observatório da

Laicidade na Educação (OLÉ) e é pesquisadora associada da Associação Brasileira de Pesquisadore/as Negro/as (ABPN). Cofundadora da Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro).

Juliano Coelho Figueiredo – Mestrando em Comunicação (PPGCOM/UFF) e Bacharel em Estudos de Mídia (UFF).

Kátia Regina de O. A. Rocha – Mestre em Pesquisa Clínica (INI/FIOCRUZ), Graduada em Serviço Social (UFF), técnica do Projeto Escola da Família.

Laurimar Auxiliadora Lopes – Técnico do Consultório na Rua - PMF/VIPACAF/FMS.

Luciano dos Santos Avelar – Graduado em Gestão de Avaliação (Cesgranrio), chefe do Observatório de Segurança Pública de Niterói (PMN).

Luisa Vianna Assumpção – Pós-graduanda em Mediação de Conflitos com Ênfase em Família na (AVM/UCAM), advogada (UFF). Mediadora de Conflitos (Equilibre, 2019), gerente da Rede Mediar (2018-2021) e idealizadora do Desatando Nós. Assessora técnica do PNCV e representante/PNCV na Rede Piece in our Cities (2021).

Luiz Felipe Ourives Belmont – Bacharel em Direito (UCAM), diretor jurídico da Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude da Prefeitura Municipal de Niterói.

Maira Lacerda Santa Fé – Jornalista.

Maria Célia Vasconcellos – Especialista em Gestão em Saúde (FIOCRUZ), graduada em Serviço Social (UFF), vice-presidente da VIPACAF (FMS).

Maria José Soares Pereira – Mestre em Saúde Coletiva (IMS/UERJ), graduada em Serviço Social (UFF), gerente do Projeto Escola da Família(FMS/PNCV).

Maria Martins de Almeida – Técnico do Consultório na Rua - PMF/VIPACAF/FMS.

Mariana Ramos G. F. de Almeida – Mestre em Ciências do Cuidado (UFF), Especialista em Saúde Coletiva (UFF) e graduada em enfermagem. Sanitarista. Técnica da Assessoria de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis da Coordenação de Vigilância em Saúde de Niterói (VIGIDANT/ COVIG).

Myrian Coelho C. da Cruz – Doutora em Saúde da Mulher e da Criança (IFF), graduada em Nutrição (UFRJ), sanitarista (Desum/FMS).

Níveve Belangieri – Graduanda em Segurança Pública e Social (INEAC/UFF) e Gestão de Segurança Privada (Universidade Estácio de Sá). Assessora na Secretaria Municipal de Educação de Niterói.

Odila Curi – Especialista em Saúde Materna e Infantil (MS), graduada em Serviço Social (UFF), assessora Técnica (Desum/VIPACAF/FMS)

Paula Cunha Pereira – Licenciada em Pedagogia (UniRio). Supervisora pedagógica do Espaço Nova Geração.

Paulo Roberto Brito Junior – Pós-graduado em Administração Pública, bacharel em Segurança Pública (Universidade Estácio de Sá) e guarda civil municipal de Niterói.

Philipe Rocha Silva – Técnico do Consultório na Rua - PMF/VIPACAF/FMS.

Raimundo Nonato Nascimento – Técnico do Consultório na Rua - PMF/VIPACAF/FMS.

Renato Pacheco – Pós-graduado em Segurança Pública e Municipal, bacharel em Direito(Universo) e guarda civil municipal de Niterói.

Rodrigo Costa Rodrigues – Pós-graduado em Penal e Processual Penal (Faculdade Uni Dom Bosco), Constitucional e Administrativo (Universidade Estácio de Sá), Português Jurídico (Faculdade Alfa América), bacharel em Direito (UFF) e guarda civil municipal de Niterói.

Rodrigo Oliveira – Médico Sanitarista (FSM), presidente do (COSEMS/RJ), secretário de Saúde (SMS/Niterói).

Ronald dos Santos Quintanilha – Pedagogo, professor da Rede Municipal de Educação de Niterói, servidor da Fundação Municipal de Educação de Niterói. Especialista em Psicopedagogia e Terapia de Família, Mestre em Política Social (UFF).

Rosidaili dos Santos Santana – Mestre em Ciências do Cuidado (UFF), graduada em Enfermagem (UFF), sanitária (VIGIDANT/COVIG/ FMS).

Rubia Secundino – Graduada em Biologia (FAMATH) e secretária de Governo (PMN).

Severine Carmem Macedo – Graduada em Pedagogia (UERGS), doutoranda e mestre em Educação (PPGEdu/UNIRIO). Foi secretária nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República (2011/2014). Em Niterói, foi coordenadora de Monitoramento do Pacto Niterói Contra a Violência e subcoordenadora do Núcleo de Gestão Estratégica. Atualmente é subsecretária de Avaliação de Políticas Públicas e Gestão da Informação, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão (Seplag).

Solange Tubino – Graduada em Geografia (UFF), pós-graduada em Leitura e Produção Textual (Faculdade Signorelli) e assessora técnica da FME/PMN.

Thayana Miller – Graduada em Serviço Social (FASG) e assessora técnica da Proteção Social Básica (Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária/PMN).

Vilde Dorian – Graduado em Serviço Social (PUC-RJ) e secretário Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES/PMN).

Vinicius Wu – Mestre e doutorando em Comunicação Social (PUC-RJ), graduado em História (UFRJ) e secretário Municipal de Educação (PMN).

Wesley Eduardo Dos Santos Oliveira – Pós-graduando em Administração Pública (EBAP/FGV), Bacharel em Relações Internacionais (UFF), coordenador de Juventude da Prefeitura Municipal de Niterói e gerente do Programa Banco de Oportunidades.

Agradecimentos

Agradecemos aos gestores, assessores, estagiários, funcionários, guardas municipais, voluntários, parceiros e aos profissionais das mais variadas áreas, sem os quais a co-governança e a implementação de nossas ações não seria possível.

Agradecemos aos representantes das secretarias e coordenadorias integrantes do Comitê Integrado de Prevenção, instituído pelo decreto municipal nº 13.378/2019 e por sua corrigenda publicada em 2021, Rodrigo Neves, Axel Grael, Paulo Bagueira, Maria Célia Vasconcellos, Rúbia Cristina Costa Bomfim Secundino, Bira Marques, Maria das Graças Silva Raphael, Rodrigo Alves Torres Oliveira, Flávia Monteiro de Barros Araújo, Vinícius Wu, Lincoln de Araújo dos Santos, Giovanna Victor, Ellen Cristine Bonadio Benedetti, Flávia Mariano, Elton Teixeira, Raphael Costa, Rafael Adonis de Assis Filho, Miguel Andrade Vitoriano, Anderson Pipico, Victor de Wolf, Leonardo Giordano, Alexandre de Souza Santini Rodrigues, Gilson Chagas e Silva Filho, Paulo Henrique Azevedo de Moraes, Maurício Santos de Moraes, Eurico José de Albuquerque Toledo, Rafael Robertson Oliveira Figueira, Luis Carlos Gallo de Freitas, Rubens Tavares Goulart, Luiz Paulino Moreira Leite, Lindalva Cid, Vania Christina Macieira Couto de Miranda, Fábio Domingos da Costa, Comte Bittencourt, José Haddad, Demerval Teixeira Casemiro, Marília Ortiz, Oto Bahia, Renato da Gama Barandier Júnior, Caio Viana, Valéria Braga, Ana Lúcia Fernandes Pereira, Karina de Paula, Fernanda Sixel, Adriano da Silva Queiroz, Celecina Rodrigues dos Santos, Glória Maria Anselmo de Souza, Priscila dos Santos Pinheiro, Felipe Carvalho, Wesley Eduardo dos Santos Oliveira e Luisa Vianna Assumpção, cuja atuação tem sido essencial para a construção do Pacto Niterói Contra a Violência e para o estabelecimento das políticas de prevenção à violência durante esses anos.

Ao Escritório Geral de Projetos (EGP) e à Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, cujas ações estratégicas têm possibilitado a conexão de nossas ações locais com iniciativas globais. À Rede Urban95 e à Rede Peace in Our Cities pela parceria para o desenvolvimento dessas iniciativas.

Aos colaboradores da nossa equipe e aos que a compuseram ao longo dos quatro anos de implementação: Andréia Nogueira Porto, Andréia Aleixo Bittencourt, Renato Lutterback Dias Duarte, Liliane de Mello Rosette Gomes Pinto, Pedro Paulo Salles Pontes, Iohan Correa Cavalcanti, Renata Goncalves Valentim, Rosangela de Oliveira Aguiar, Tania Gomes Franco, Adriana de Oliveira, Felipe Pereira Neves Lima, Juliana Pereira de Aguiar, Leniana Mancebo, Gabriel da Silva Rocha Valim, Ana Cristina Loivos Porto, Ana Lúcia Schilke, Andrea Bello, Lauane Baroncelli Nunes, Rafaela de Oliveira Lopes, Erica dos Santos Guimarães, Alexandre Sampaio, Rodrigo Bronzo. Aos Guardas Cívicos Municipais que acompanham nossas atividades diariamente na sede, Artur Soares da Silva, Marcos da Silva Antunes, Danilo de Jesus Eufrásio, Fabrício Gomes da Silva; à equipe do Gabinete do Prefeito, da Secretaria Municipal de Governo e da Secretaria Executiva pelo suporte nos processos de implementação e monitoramento, em especial aos professores Alessandra Mendes e José Henrique Antunes. Agradecemos à Roni Filgueiras, Maíra Contrucci Jamel, Lionel Mota, Vanessa Braga, Simone Botelho, Simone Porto e todos os profissionais que estiveram envolvidos com os processos de editoração dos volumes 1 e 2 de nossos livros, em especial à Chris Fuscaldo e ao Jordão Pablo de Pão cuja expertise no processo editorial nos foi de grande aprendizado ao longo dessa construção.

Nosso agradecimento especial àquelas e àqueles que estiveram diretamente envolvidos nos múltiplos fazimen-

tos que possibilitaram a concretização da agenda pública de promoção da cultura da paz e construção de uma cidade justa e inclusiva. Seguiremos esperançando e trabalhando juntos para que Niterói seja a melhor cidade para viver e ser feliz.

Comissão Organizadora

Apêndice I

Leis e Decretos que estabelecem os projetos e programas do Pacto Niterói contra a Violência

A definição de cada um dos projetos e programas do Pacto Niterói Contra a Violência deu-se através de leis e decretos municipais, conforme discriminados a seguir em ordem cronológica.¹

Lei nº 3363 de 16 de julho de 2018

Cria o Programa Poupança Escola que é um incentivo educacional aos alunos em situação de vulnerabilidade que cursam o 9º ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio regular ou profissionalizante em escolas públicas em Niterói.

Lei nº 3369 de 22 de agosto de 2018

Obriga a divulgação do Disque-Denúncia de Niterói em ônibus, táxis municipais, veículos de aplicativos e estabelecimentos comerciais.

Lei nº 3370 de 06 de setembro de 2018

Cria o Sistema Municipal de Gestão Integrada de Segurança Pública e reorganiza o Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Niterói (GGIM-Niterói) e o Observatório Municipal de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública Lei Federal nº 13.675/2018.

Lei nº 3374 de 16 de outubro de 2018

Autoriza a Prefeitura de Niterói a repassar, por meio de convênio com o Estado do Rio de Janeiro e com a União, recursos públicos, para pagamento da Premiação Especial por Apreensão de Arma de Fogo aos servidores da Segurança Pública que efetuarem a apreensão de armas de fogo e granadas portadas, possuídas ou mantidas ilegalmente na circunscrição do município.

¹ NITERÓI-RJ, Prefeitura de. O marco regulatório dos programas do Pacto Niterói Contra a Violência. Site do Pacto Niterói Contra a Violência, 2021. Disponível em: <http://www.niteroi.rj.gov.br>.

Decreto nº 13118 de 06 de dezembro de 2018

Aprova o Regulamento de pagamento de indenização pela entrega voluntária de arma de fogo junto à Delegacia da Polícia Federal.

Decreto nº 13119 de 06 de dezembro de 2018

Regulamenta a Lei nº3374, de 16 de outubro de 2018, que institui a Premiação Especial por Apreensão de Armas de Fogo do Pacto Niterói Contra a Violência e dá outras providências.

Decreto nº 13378 de 06 de novembro de 2019

Cria a Política Municipal de Prevenção à Violência de Niterói (PMPV), que estabelece e orienta as ações do eixo de Prevenção do Pacto Niterói Contra Violência.

Lei nº 3437, de 07 de novembro de 2019

Dispõe sobre o Incentivo ao Pré-Natal Seguro no âmbito do Município de Niterói e dá outras providências.

Decreto nº 13475/2020 de 07 de novembro de 2019

Regulamenta a Lei Nº 3.437, de 07 de novembro de 2019, que cria o incentivo ao pré-natal seguro e dá outras providências.

Decreto nº 13380 de 08 de novembro de 2019

Regula e implementa a Mediação de Conflitos como integrante da Política Pública de Segurança no Município de Niterói.

Decreto nº 13.862 de 12 de janeiro de 2021

Institui os critérios de avaliação de desempenho aplicáveis aos servidores do quadro da Guarda Municipal de Niterói em estágio probatório, para fins de confirmação no cargo e aquisição da estabilidade.

Lei nº 3676 de 22 de dezembro de 2021

Amplia o incentivo educacional aos alunos em situação de vulnerabilidade do Programa Poupança Escola para alunos que cursam a partir do 6º ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio regular ou profissionalizante em escolas públicas em Niterói.

Lei nº 3683 de 04 de janeiro de 2022

Institui o Incentivo Pré-Natal Seguro para as mulheres gestantes, uma das ações do Programa Escola da Família: promovendo práticas parentais com afeto, sem violência.

Decreto nº 14.510 de 18 de maio de 2022

Regulamenta a Lei nº 3.683/2022 para implementação do Incentivo ao Pré Natal Seguro.

Apêndice II

Memorial da composição da gestão do Pacto Niterói Contra a Violência entre os anos de 2018 e 2022

Desde seu lançamento, o Pacto Niterói Contra a Violência contou com a ampla participação de gestores municipais que coordenam suas atividades e os processos de implantação e implementação dos projetos e programas. Abaixo apresentamos um memorial que registra, em ordem cronológica, os servidores e gestores da Prefeitura Municipal de Niterói que atuam de forma intersetorial e transversal ao longo desses 4 anos de história de promoção das políticas públicas de segurança, prevenção à violência e cultura da paz.

EQUIPE DE GOVERNANÇA

Coordenação Geral

Axel Grael

Rodrigo Neves

Coordenação Geral Executiva

Maria das Graças Silva Raphael

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Ubirajara Bento Marques

Comitê Gestor

Anderson Pipico

Axel Grael

Giovanna Victor

José Antônio Fortuna Nogueira – Prof. Barroco

Maria das Graças Silva Raphael

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Paulo Roberto M. Bagueira Leal

Rúbia Cristina Costa Bomfim Secundino

Severine Macedo

Ubirajara Bento Marques

Vicente Augusto Temperini Marins

Coordenação de Avaliação e Monitoramento

André Carrara

Severine Macedo

Karina de Paula

Coordenação de Comunicação

Patrícia Assed Pereira

Coordenação de Projetos e Programas

Luísa Vianna Assumpção

Ana Carolina Vitória Medeiros Silva

Coordenação Administrativa

Alessandro de Oliveira Lemos

Marcela de Souza Cabral da Silva

EIXO PREVENÇÃO

Gestores

José Antônio Fortuna Nogueira – Prof. Barroco

Paulo Roberto M. Bagueira Leal

Rúbia Cristina Costa Bomfim Secundino

Ubirajara Bento Marques

Severine Macedo

Amanda Silva de Oliveira Pinheiro

PROJETOS, GERENTES E ÓRGÃOS GESTORES

Banco de Oportunidades

Robson Guimarães José Filho – Binho

Wesley Eduardo dos Santos Oliveira

Luísa Vianna Assumpção

Órgão Gestor: Coordenadoria de Políticas Públicas para a Juventude

Rede Acolher e Escritório Social

Anderson Pipico

Renato Lutterback

Carlos Mário da Silva Neto

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Participação Social

Escola da Família: Promovendo Práticas Parentais com afeto, sem violência

Maria José Soares Pereira

Órgãos Gestores: Secretaria Municipal de Saúde, Fundação Municipal de Saúde e Fundação Estatal de Saúde.

Escola da Paz

Andrea Pierre dos Reis

Solange Tubino

Ronald dos Santos Quintanilha

Órgãos Gestores: Secretaria Municipal de Educação e Fundação Municipal de Educação

Espaço Nova Geração

Bárbara Siqueira

Órgão Gestor: Secretaria Regional do Fonseca

Poupança Escola

Ana Maria Machado Vieira

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Governo

Rede Mais Proteção

Vania Christina Macieira Couto de Miranda

Miriam Ribeiro

Órgão Gestor: Fundação Estatal de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde

Território da Juventude

Ana Lúcia Tarouquella Schilke

Danielle Murtha

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária

EIXO POLICIAMENTO E JUSTIÇA

Gestor

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

PROJETOS, GERENTES E ÓRGÃO GESTOR

Premiação apreensão de Armas

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Ezequiel Oliveira de Mendonça

Cercamento Eletrônico

Nilson Luiz Cunha

Observatório de Segurança Pública - OSPNIT/GGIM

Luciano dos Santos Avelar

Entrega Voluntária de Armas

Leonardo Nigromonte

Ezequiel Oliveira de Mendonça

Reforço no Policiamento (Niterói Presente e PROEIS)

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Gilson Chagas e Silva Filho

Mauricio Santos de Moraes

Cessar Fogo

Carlos Raposo

Ezequiel Oliveira de Mendonça

Disque Denúncia

Patrícia Assed Pereira

Francisco Lima Torres

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP)

EIXO AÇÃO TERRITORIAL INTEGRADA

Gestores

Axel Grael

Severine Macedo

Amanda Silva de Oliveira Pinheiro

Ubirajara Bento Marques

PROJETOS, GERENTES E ÓRGÃOS GESTORES

Niterói Jovem Eco Social

Anderson Pipico

Mariane Thamsten de Castro Araújo

Valéria Braga

Renato Lutterback

Octavio Ribeiro Santos

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Participação Social

Ação Territorial Integrada

Guilherme Pessanha Ribeiro

Órgão Gestor: Secretaria Executiva

Intervenções Urbanísticas

Vicente Augusto Temperini Marins

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Obras

EIXO CONVIVÊNCIA E ENGAJAMENTO

Gestora

Maria das Graças Silva Raphael

PROJETOS, GERENTES E ÓRGÃOS GESTORES

Fortalecimento da Guarda Municipal

Gilson Chagas e Silva Filho

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Paulo Roberto Britto Júnior

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Ordem Pública

Código de Convivências

Luísa Vianna Assumpção

Órgão Gestor: Secretaria Executiva

Rede Mediar

Luísa Vianna Assumpção

Joana Tânia Pereira Dos Anjos Raphael

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Direitos Humanos

ComVivências para a Cultura da Paz

Marcela de Souza Cabral da Silva

Durante esse período, as ações de cogovernança foram realizadas com a participação direta de organizações da sociedade civil e instituições com atuação em Niterói. Seus representantes compuseram comissões, comitês e grupos de trabalho com o objetivo de organizar e realizar atividades e projetos, como os Encontros de Devolutivas e o ComVivências, com foco no fortalecimento da convivência e da cultura da paz.

- Associação Nacional de Advocacia Criminal – ANACRIM
- Comissão de Direitos da Mulher da OAB Niterói
- Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB Niterói
- Comissão de Direitos Humanos da OAB Niterói
- Conselho Comunitário de Segurança Pública – CCS AISP12
- Federação de Associação de Moradores de Niterói - FAMNIT
- Mediati Diálogo e Soluções
- Sociedade Beneficente da Sagrada Família
- Universidade Federal Fluminense
- Instituições executoras dos projetos e programas
- VIVA RIO
- MOVRIIO
- FIRJAN - SENAI / SESI
- INSTITUTO MOLEQUE MATEIRO
- VIRAÇÃO
- FINATEC

Nossos mais sinceros agradecimentos!

Seguimos juntos construindo a cultura
da paz e promovendo uma
sociedade mais inclusiva e sem violência.

Pacto Niterói Contra a Violência

Niterói, 2023

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM:

DIN 10/14

Capa em papel Supremo 250g.

Miolo em papel Couché 115g.

16 cm de largura x 23 cm de altura



PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA

Nesse segundo volume apresentamos as estratégias e os desafios enfrentados pelos gestores e gerentes para implementar os projetos e programas com foco na prevenção à violência, ação territorial integrada e engajamento dos cidadãos, ao longo dos primeiros quatro anos de existência do Pacto Niterói Contra a Violência. Os textos aqui presentes nos fazem refletir sobre a jornada de consolidação de políticas públicas desenvolvidas a partir da compreensão da violência como fenômeno humano-social, relacional, multicausal e polissêmico, com concepções e tipologias das mais diversas, executadas de forma transversal e intersetorial, contexto que complexifica o desenvolvimento de ações para a garantia de direitos.

REALIZAÇÃO



APOIO

PEACE
IN OUR CITIES



ISBN: 978-65-992086-8-3

